ESTUDOS
TUPIS E TUPI-GUARANIS

Digitalizado pela Biblioteca Digital Curt Nimuendajú.
Disponível para download no endereço
http://biblio.etnolinguistica.org/edelweiss_1969_estudos

FREDERICO G. EDELWEISS

ESTUDOS TUPIS E TUPI-GUARANIS

CONFRONTOS E REVISÕES

LIVRARIA BRASILIANA EDITÔRA
RIO DE JANEIRO
1969

PM7171
.E22

AVISO PRELIMINAR

Não é grande o número daqueles que se dão boa conta da onipresença do tupi (1) na vida brasileira e, por isso, nem sempre é com justiça que se fala em tupimania, *vendo demasia em todo esfôrço, que procura dar o devido relêvo ao muito, que devemos ao povo dominante em nosso litoral à chegada do europeu.*

Entretanto, o apôdo, cujos laivos de menosprêzo têm a sua origem no despreparo da grande maioria dos nossos tupinistas, justifica-se, quando profliga certos exageros e generalizações, principalmente no campo etimológico, onde pululam os pseudo-entendidos carentes do mais comezinho preparo — os etimologistas de vocabulários.

Evidentemente, não bastam léxicos para discutir fatos de linguagem, destrinçar procedências ou compor têrmos novos, tanto mais, quanto os vocabulários tupis existentes (1) pertencem a épocas e regiões diversas, representam dialetos vários em estádios entre si remotos. Se nêles há vocábulos iguais, também os há divergentes, de forma e sentido, em número muito maior (2).

Essa diversidade léxica não podia passar despercebida aos interessados e nos mais escrupulosos devia provocar uma prudente tomada de posição.

O procedimento, no caso mais consentâneo ao espírito científico, fôra a seriação preliminar dos léxicos por dialetos, épocas e áreas, que nortearia todo critério, dando consistência às deduções. Todavia, uma cousa é lobrigar o certo e outra mais árdua é acertar e nivelar o caminho, que a êle conduz.

---

(1) — O que vale para o tupi, do litoral paulista ao Amazonas, cabe ao guarani, nos estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

(2) — A diluição sintática ainda é muito mais acentuada.

Até à publicação do léxico tupi jesuítico, o Vocabulário na Língua Brasílica, *em 1938 (3), não havia solução possível; faltava o elo inicial. Sem o dicionário tupi dos jesuítas continuariam ignoradas as formas vocabulares legítimas ao tempo do descobrimento, que representam o ponto de partida para qualquer estudo comparativo, qualquer tradução conscienciosa de textos.*

Nesse dilema, aos nossos etimologistas amadores só restava o recurso de considerar a família lingüística tupi-guarani como língua indistinta, tanto no espaço como no tempo, a despeito das múltiplas divergências nitidamente caracterizadas.

Para êsse complexo heterogêneo nas formas, Teodoro Sampaio, louvando-se em Martius, escolheu a denominação genérica de Língua Tupi *(4).*

Mais tarde, com muito menos razão, por ser o divulgador do Vocabulário na Língua Brasílica, *Plínio Ayrosa, primeiro catedrático de Tupi na Universidade de São Paulo, manifesta a mesma tendência de fugir a laboriosas distinções, ao perfilhar o indefensável têrmo* língua tupi-guarani(5), *um mistifório, onde, mais para alívio do mestre do que do discípulo espantado, caberia tudo: o legítimo vocábulo guarani, de Montoya, a forma castiça do tupi anchietano, nivelado, em condições de igualdade, ao seu estropiado descendente nheengatu, remanejado, através de séculos, por bôcas estranhas.*

Tais denominações genéricas de amadoresca imprecisão não poderiam satisfazer por muito tempo o espírito perscrutador das nossas Faculdades de Filosofia. À divulgação do vocabulário tupi dos jesuítas não tardaria de seguir o reconhecimento gradativo das características marcantes, que distinguem o tupi de Anchieta, Araújo e Figueira do guarani de Montoya e Restivo, sem falar nas peculiaridades locais, que se iam notando de um autor para outro dentro da própria esfera do tupi antigo.

Entretanto, muito mais patente, desnorteante mesmo, é a divergência verificada entre o vocabulário jesuíta e o Dicionário Português e Brasiliano, *que, até a publicação daquele, era tido em conta de livro fundamental, ainda que insuficiente, do lídimo tupi original.*

Surgiu, pois, não apenas a conveniência de circunscrever novamente o tupi e o guarani de acôrdo com o velho critério

(3) — Volume *XX* da Coleção do Departamento da Cultura; São Paulo.

(4) — Compare o prefácio do seu *Tupi na Geografia Nacional.*

(5) — Já o estigmatizamos em têrmos algo candentes em nosso *Tupis e Guaranis.*

de Hervás (6), mas também a necessidade de repartir o desenvolvimento histórico do tupi em suas fases principais.

No desempenho dessa tarefa julgamos conveniente, destacar do tupi original do Quinhentos duas fases de progressiva aculturação. A primeira delas é fruto da grande miscigenação, não apenas entre índios e brancos, mas também por efeito do aldeamento conjunto de índios de outras famílias lingüísticas com tribos tupis, segundo a praxe dos jesuítas.

Apelidamos de "brasiliano" *o dialeto tupi, que assim se foi formando nas populações marginais. O seu representante bibliográfico mais divulgado é o Dicionário* Português e Brasiliano, *que nos forneceu o nome. Reproduz o tupi falado, no Estado do Maranhão, por volta de 1700. Dêle surgiu, no correr dos anos, a segunda etapa de deterioramento, um dialeto de intercâmbio no Amazonas, por eufemismo crismado de* nheengatu — língua boa!

Cremos desnecessário frisar que o tal nheengatu *em tempo algum foi falado por qualquer tribo tupi.*

Aos que melindrarem as nossas repetidas referências a deperecimentos lingüísticos, lembraremos que no tupi não houve pròpriamente desenvolvimento sistemático, mas estropriamentos de tôda a sorte por índios de outras famílias lingüísticas e mestiços.

Pois bem, as páginas que se seguem são dedicadas ao esclarecimento dessa gradativa amalgamação: à influência vária dos jesuítas; a comentários lingüísticos dialetais e cronológicos em volta do tupi original, *do* brasiliano *e do* nheengatu; *ao estudo comparativo de algumas das suas alterações sucessivas mais gerais através dos vocabulários impressos e à criação patriótica, mas prematura, da Cátedra de Tupi na Universidade de São Paulo.*

Êstes capítulos estavam elaborados de longa data à espera de uma oportunidade para a sua divulgação, quando elementos novos vieram a exigir considerável e paciente alargamento do plano primitivo.

A leviana insistência de A. Métraux na generalização do gentílico tupinambá *a todos os tupis costeiros, confirmada no* Manual dos Índios Sul-Americanos *(7), acabou lastimàvelmente por infiltrar-se nos estudos lingüísticos. Nisso, aliás, nenhuma*

(6) — *Catálogo de las Lenguas* etc. — *Edelweiss, F —; Tupis e Guaranis;* pp. 3-4.

(7) — *Handbook of South American Indians;* vol. III Washington, 1948; p. 95.

culpa direta cabe a Métraux, que ali não trata da língua tupi e a ela sempre deu pouca atenção com sensível prejuízo de duas das suas obras (8).

Impunha-se, pois, demonstrar a inconsistência da subserviente generalização de tupinambá *em lugar de* tupi, *principalmente quando aplicado à língua brasílica; e, pensamos ter ressaltado, mais uma vez, as graves inexatidões cometidas nos estudos etnológicos pelo despreparo lingüístico de certos mentores.*

A reedição de velhas diatribes contra os compêndios tupis dos jesuítas, desta feita num livro destinado às nossas Universidades, exigiu uma série de retificações, que pretendem ser mais do que simples crítica; são um complemento ao nosso primeiro capítulo e com êle aspiram a restabelecer a verdade tão ignòbilmente vilipendiada por Pombal, detratores antigos e novos, num setor em que a Companhia foi digna dos maiores encômios. Outro desenvolvimento teriam tido os estudos das nossas línguas indígenas, se a iconoclastia pombalina não ocasionasse a perda irreparável de tantos manuscritos preciosos.

Incidentemente vai a nossa resposta àqueles especialistas que pensam dever substituir a Cátedra de Tupi, não por um programa tupi mais racional, mas por estudos de línguas indígenas vivas, quando o certo seria batalhar a favor de ambos. De forma alguma os estudos gerais de línguas índias vivas poderão substituir o tupi, cujo conhecimento rudimentar é um imperativo da Cultura Nacional.

Finalmente, o estudo recente e preliminar de três códices da Universidade de Coimbra, um dêles da autoria de Bettendorff, permitiram, não apenas cerrar e comprovar ainda melhor a cronologia tupi, mas demonstrar, à base de textos dantes ignorados, as divergências sintáticas muito maiores do que as léxicas entre o tupi e o brasiliano.

Eis, portanto, o segundo complemento ao nosso "Tupis e Guaranis". *A tardança deve ser levada à conta de circunstâncias adversas, que refogem ao nosso valimento.*

Cidade do Salvador, aos 2 de julho de 1966.

---

(8) — *La Civilisation Matérielle Des Tribus Tupi-Guarani* e *La Religion Des Tupinamba.*

A NOSSA GRAFIA

Na representação dos têrmos indígenas continuamos a manter o nosso sistema gráfico.

As vogais normais *a, e, i, o, u* têm o valor que lhes damos no português; *e* e *o* são sempre fechados.

Y — representa o *i* gutural do tupi-guarani.

As vogais nasaladas levam til (˜): *ã, ẽ, ĩ, ũ, ỹ* a não ser que sejam imediatamente precedidas ou seguidas de outra vogal nasalada, de *m* ou *n*, que sempre nasalizam as vogais vizinhas.

Das consoantes portuguêsas não usamos:

c, ç, f, l, q, v, (w), z.

k — substitui *q, qu* e o *c* oclusivo.
s — tem o valor de ç ou *ss* do nosso português atual.
g — sempre representa a oclusiva velar.
j — Pronuncia-se à maneira do português.
x — corresponde ao *ch* português ou francês.
nh — tem o valor do fonema português *nh*, do *ñ* espanhol ou *gn* francês.

Tonicidade.

Tôdas as palavras oxítonas terminadas em *a, e, i, o, u* normal levam acento agudo (´).

Também são oxítonas, embora não levem acento, as palavras acabadas em *y*, em vogal tilada e em consoante.

As formas léxicas paroxítonas não levam acento. Acabam sempre em qualquer vogal normal ou semivogal.

As palavras proparoxítonas tomam regularmente acento agudo.

O acento grave (`) marca as sílabas subtônicas.

Sinais diacríticos.

As semivogais dos ditongos crescentes ou decrescentes levam acento circunflexo (î, û, ŷ).

O trema (¨) só se emprega no *e* (ë) para designar o *y* átono.

O til (˜) caracteriza as vogais nasaladas das sílabas tônicas e das átonas em que a nasalação não fôr indicada pela presença de *m* ou *n* ou de outra vogal nasalada.

Abreviações usadas

Abb.	— Frei Cláudio d'Abbeville;
adj.	— Adjetivo;
BC.	— Batista Caetano de Almeida Nogueira;
Cl.	— Caderno da Língua;
Dbp.	— Dicionário Brasiliano-Português;
Dlg. 69	— Dicionário da Língua-Geral; Códice n.º 69 da Universidade de Coimbra;
Dlg. 81	— Dicionário da Língua-Geral; Códice n.º 81 da Universidade de Coimbra;
Dpb.	— Dicionário Português e Brasiliano;
Pm.	— Poranduba Maranhense, de frei Francisco de N. Sra. dos Prazeres (Maranhão);
s.	— Substantivo;
T.	— Frei André Thevet;
Vlb.	— Vocabulário na Língua Brasílica (dos Jesuítas).
Vpb.	— Vocabulário Português-Brasílico.

ÍNDICE GERAL

I Parte

I — O ensino do tupi e do português nas missões do Brasil, segundo os documentos jesuíticos e a palavra de Pombal 17
II — Idéias errôneas a respeito do tupi e da finalidade do seu ensino universitário 38
III — O tupi no currículo universitário. Comentário em tôrno de uma iniciativa paulista 55

II Parte

I — Em lingüística, "tupinambá" não é sinônimo de "tupi" . 69
II — O dialeto "brasiliano" 109
III — O Vocabulário Português-Brasílico 112
IV — O Dicionário Português-Brasiliano e Brasiliano-Português 123
V — O "Caderno da Língua", de frei João de Arronches .. 134
VI — Três códices brasilianos da Universidade de Coimbra .. 138
VII — O "anil" no léxico tupi 159
VIII — O têrmo "xeringa" na cronologia tupi 166
IX — Os lusismos nos vocabulários brasílicos 172
X — O dialeto nheengatu 188
XI — O têrmo "nheengatu" 197

III Parte

I — Estudos comparativos do *Vocabulário na Língua Brasílica, do Vocabulário Português-Brasílico e do Dicionário Português-Brasiliano* e *Brasiliano-Português* 207
II — Digressão em tôrno das formas nominais, paroxítonas, terminadas em *a* 235
III — Do sufixo verbal "aba" no tupi, no guarani e no "brasiliano" 244

IV — O sufixo tupi "sûera" e os seus correspondentes no "brasiliano" e nas línguas tupi-guaranis mais estudadas 251
V — O sufixo agente "ara", "sara" nas línguas tupi-guaranis 266
VI — A negação brasiliana "nitio" 281
Bibliografia 285
Índice de nomes 295
Índice de alguns têrmos específicos e das principais palavras avulsas comentadas 299

I PARTE

Biblioteca Digital Curt Nimuendajú
http://biblio.etnolinguistica.org

I

O ENSINO DO TUPI E DO PORTUGUÊS NAS MISSÕES DO BRASIL, SEGUNDO OS DOCUMENTOS JESUÍTICOS E A PALAVRA DE POMBAL

Muito já se tem escrito sôbre a função dos nossos jesuítas no magistério e perdura em geral a impressão de que, se foram abnegados missionários, servindo a religião e a sua Ordem até ao sacrifício da própria vida, muito menor, quase nulo foi o seu esfôrço para incorporar o índio à sociedade colonial, fazendo dêle um cidadão.

Há quem vai mais longe, atribuindo aos jesuítas a tendência manifesta e persistente de impedir a promiscuidade das duas raças, dificultando aos índios a aprendizagem do português pelo cultivo exclusivo da sua própria língua, ou, quando muito, da língua-geral brasílica.

Esta última opinião é fruto evidente da propaganda pombalina e, como tal, inicialmente suspeita. Ela merece, portanto, uma análise desapaixonada, exclusivamente baseada em documentos anteriores à luta.

É o que pretendemos tentar em resumidas notas.

Na mal disfarçada intenção de apertar cada vez mais o cêrco aos jesuítas, Pombal fez publicar por seu irmão, Francisco Xavier de Mendonça Furtado, com data de 3 de maio de 1757, o célebre *Diretório que se deve observar nas povoações dos índios do Pará e Maranhão, enquanto Sua Majestade não mandar o contrário*.

Êsse *Diretório* procurou não apenas corrigir o inócuo alvará de 7 de junho de 1755, que entregara a jurisdição temporal aos próprios chefes indígenas, mas encaminhar visivelmente a expulsão dos jesuítas, particularmente visados nesse documento.

Confirmado o Diretório e convertido em lei, pelo alvará de 17 de agôsto de 1758, queremos dêle destacar nesta ocasião, para algumas considerações históricas, o parágrafo 6, que trata do ensino do português e tupi nas missões.

Ei-lo:

"§ 6 — Sempre foi máxima inalteràvelmente praticada em tôdas as nações, que conquistaram novos domínios, introduzir logo nos povos conquistados o seu próprio idioma, por ser indisputável que êste é um dos meios mais eficazes para desterrar dos povos rústicos a barbaridade dos seus antigos costumes; e ter mostrado a experiência que ao mesmo passo que se introduz nêles o uso da língua do príncipe que os conquistou, se lhes radica também o afeto, a veneração e a obediência ao mesmo príncipe.

Observando pois tôdas as nações polidas do mundo êste prudente e sólido sistema, nesta Conquista se praticou tanto pelo contrário, que só cuidaram os primeiros conquistadores estabelecer nela o uso da língua que chamam geral, invenção verdadeiramente abominável e diabólica, para que, privados os índios de todos aquêles meios que os podiam civilizar, permanecessem na rústica e bárbara sujeição em que até agora se conservaram.

Para desterrar êste pernicioso abuso será um dos principais cuidados dos diretores estabelecer nas suas respectivas povoações o uso da língua portuguêsa, não consentindo por modo algum, que os meninos e meninas que pertencem às escolas e todos aquêles índios que forem capazes de instrução nesta matéria usem a língua própria das suas nações, ou da chamada geral, mas ùnicamente a portuguêsa, na forma que sua Majestade tem recomendado em repetidas ordens, que até agora se não observaram, com total ruína espiritual e temporal do Estado" (1).

Temos neste trecho, oficializada, a gravíssima imputação tendenciosa de inspiração pombalina e, veladamente ainda, feita aos jesuítas, os exímios, senão únicos cultores do tupi (2), de

(1) Coleção de Legislação Portuguêsa; ano de 1757.

(2) — Entendemos por *tupi* a língua brasílica unificada, tal como a registraram Anchieta, Figueira, Araújo e o *Vlb*

subtrairem êles os índios à influência da civilização pela *"invenção" verdadeiramente abominável e diabólica* do uso da língua-geral.

Na *Relação Abreviada* a mesma acusação vem repetida (p. 13) e ainda ampliada à região guarani (p. 2).

Antes do mais, chamemos a atenção dos estudiosos para o têrmo *invenção*, aí com o sentido muito claro de *astúcia, manha* (3), mas que, tomado na acepção mais corrente, fez correr mundo a balela de ser a língua-geral um invento jesuítico, uma língua artificial.

As acusações pròpriamente ditas e o seu fundamento, considerada a perseguição ferrenha, que Pombal movia aos jesuítas, exigem detido exame histórico, em que falem, acima de tudo, os documentos anteriores à era pombalina e os escritos jesuítas a partir da sua chegada ao Brasil.

Para maior clareza e melhor apreensão de possíveis mudanças na prática dos jesuítas por motivos vários, convém, outrossim, examinarmos separadamente: o primeiro século da sua estada no Brasil, as épocas posteriores e as suas atividades no antigo Estado do Maranhão e Grão-Pará, pois as condições do Norte divergiam sensìvelmente das meridionais.

Forçoso também será examinarmos eventuais mudanças de opinião na própria côrte de Lisboa, a fim de não cairmos no êrro de certos historiadores, imputando como crime de lesa-pátria o que na ocasião tinha chancela oficial, a exemplo do que fez Pombal mui de indústria, para justificar e facilitar as suas reformas no ensino, cujo mérito não nos cabe apreciar aqui.

Três eram os tipos de ensino ministrado pelos jesuítas: *Escolas de ler, escrever e contar, Colégios e Seminários*.

Dêsses estabelecimentos interessam-nos aqui principalmente as escolas primárias entre os índios.

A INSTRUÇÃO PRIMÁRIA NA ZONA LESTE

As aulas de ler, escrever e contar começam, por assim dizer, com a chegada dos jesuítas. Não havia decorrido um mês

(3) — É a *astúcia* que seria abominável e diabólica, pois o invento de uma língua é antes engenhoso e a sua introdução num povo seria fato único.

do seu desembarque e já o irmão Vicente Rijo (4) tinha aberto escola de ler e escrever (5).

Dêstes primeiros alunos, possìvelmente, foram os "dois meninos da terra" que Nóbrega pretendia mandar ao Reino para continuarem ali os seus estudos e com o tempo se ordenarem, se não recebesse ordem contrária, como lemos em uma carta, datada de 10 de julho de 1552 (6).

Decorrido mais um ano (7), Nóbrega está em São Vicente, todo absorvido na organização da casa e procurando libertar os companheiros, tanto quanto possível, de preocupações materiais, a fim de reservar o máximo do tempo ao ensino e à catequese(8).

Durante a longa estada de Nóbrega em São Vicente, as cartas de Anchieta preenchem parte das lacunas, que se notam na correspondência de seu superior. Muitas das notícias contidas nessas missivas foram, sem dúvida, fornecidas por Nóbrega, que se conservava em contato com as várias casas do litoral até Pernambuco. Algumas são expressamente redigidas por sua ordem.

Assim sabemos por Anchieta, que, em 1554, se ensinavam os rudimentos aos filhos dos portuguêses, moradores de Pôrto Seguro (9); que, na mesma época, o ensino elementar florecia em

(4) — Passou a chamar-se Vicente Rodrigues. O seu irmão, pe. Jorge Rijo, foi professor de Anchieta, em Coimbra, segundo *Serafim Leite,* na parte bibliográfica da sua *História da Companhia*. Compare também o vol. I, p. 58.

(5) — *Nóbrega, Pe. Manuel da —; Opera Omnia;* p. 20.
"O irmão Vicente Rijo ensina a doutrina aos meninos cada dia e também tem escola de ler e escrever; parece-me bom modo êste para trazer os índios desta terra..."

(6) — *Ibidem;* p. 124.
"Eu tinha dois meninos da terra para mandar a V. R. (pe. Simão Rodrigues) os quais serão muito para a Companhia. Sabem ler e escrever e cantar e são cá pregadores e não há cá mais que aprender; e mandava-os para aprenderem lá virtudes um ano e algum pouco de latim, para se ordenarem como tiverem idade".
A expressão *meninos da terra* não especifica, se eram índios ou mestiços.

(7) — Carta de 15 de junho de 1553 ao pe. Luís Gonçalves da Câmara, Lisboa.

(8) — *Op. cit.* p. 173. "...para que fiquemos livres de inconvenientes e sòmente nos ocupemos no espiritual, ensinando e doutrinando aos meninos assim aos de casa como a quantos querem aprender, porque esta terra está tão estragada, que é necessário levar alicerces de novo".

(9) — *Anchieta, J. de —; Cartas etc.* p. 36.
"Ao irmão Antônio Blasquez (segundo cremos) se entregou a doutrina dos meninos nos rudimentos da fé e o que diz respeito ao estudo dos elementos e à escrita. Nenhum negócio têm êles com os índios..."

São Vicente, onde Nóbrega havia concentrado o maior número dos jesuítas do Brasil(10), enquanto na recém-fundada Piratininga a catequese ocupava o primeiro plano(11). Entretanto, também ali se ensinavam os rudimentos aos meninos índios, que outros não havia(12).

Na Bahia, naquele ano de 1554, o ensino dos meninos estava confiado ao irmão João Gonçalves(13).

A dedicação dos padres aos índios aldeados em Piratininga foi, no início, plenamente correspondida. Decorrido pouco mais de um ano, Anchieta já menciona a existência de uma grande escola de meninos índios em pleno funcionamento(14).

Para êssse progresso devia ter influído em grande parte a prática do irmão Antônio Rodrigues, que mandava buscar os recalcitrantes pelos condiscípulos, segundo nos conta Pero Correia(15).

Depois da volta de Nóbrega à Bahia, vemos das suas cartas, que, a despeito das dificuldades de tôda a casta, o ensino elementar se mantém ao lado de classes mais adiantadas(16). Nem poderia haver colégio sem cursos primários.

Com a vinda de Mem de Sá o desenvolvimento das missões tomou novo alento e, desde 1558, Nóbrega pôde afirmar, que em tôdas as aldeias havia escola(17) e que a do Espírito Santo

(10) — *Idem, Ibidem;* p. 38. — "...residiam com os portuguêses, em São Vicente, onde ajuntaram ...muitos dos filhos dos índios e os instruiram òtimamente ...no estudo dos elementos e no escrever".

(11) — *Id. Ibid.* p. 39. "Nesta aldeia, cento e trinta de todo sexo e idade foram chamados para o catecismo, os quais são todos os dias instruídos na doutrina, repetindo as orações em português e na sua própria língua".

(12) — *id. Ibid.* p. 43. "Já os meninos que freqüentam a escola... vemos que se aplicam à lição". Foi o primeiro mestre-escola Antônio Rodrigues. *Leite, S. —; Novas Páginas etc. pp.* 147-159.

(13) — *Id. Ibid.* p. 36: "Prega o mesmo irmão (João Gonçalves) e ocupa-se com o ensino dos meninos".

(14) — *Id. Ibid.* p. 79: "Temos uma grande escola de meninos índios bem instruídos em leitura, escrita e em bons costumes...".

(15) — Leite, Pe. Serafim —; Cartas dos Primeiros Jesuítas do Brasil; vol. II. p. 70: ...y quando alguno es perezoso y no quiere venir a la escuela, el hermano ...lo manda buscar por los otros, los quales lo traen preso y lo toman a cuestas con mucha alegria".

(16) — *Idem, Ibidem;* p. 398: "Ha na mesma casa (da cidade)... escola de ler a alguns meninos do gentio e com êles se ensinam outros da cidade".

(17) — *Id. Ibid.* vol. II. p. 471 e III. p. 87.

(Bahia) era freqüentada por 150 moços[18]. No mesmo ano ainda o seu número ultrapassaria duzentos[19].

Como se trate de aldeias, poderíamos julgar que as aulas eram apenas de catecismo. Entretanto, uma carta de Mem de Sá dissipa qualquer dúvida, afirmando, que nas diversas missões em volta da Bahia havia, em 1560, escolas de 360 moços, que já sabiam ler e escrever[20]. Um ano depois haverá 300 alunos só na aldeia de São Paulo[21].

O pe. Nóbrega, além disso, continuava no propósito de estimular os meninos mais dotados e de encaminhar ao sacerdócio os que mostrassem inclinação no correr dos estudos[22].

Mas não duraria muito a ilusão de, com fugaz e simples catequese, poder nivelar o abismo, que existia entre os filhos sem peia da natureza e a disciplina jesuítica do tempo. É de 1562 uma carta em que Anchieta começa a derramar a sua desilusão; Anchieta, o amigo dos índios, que, em Piratininga, viviam longe da influência e do nefasto exemplo diário dos portuguêses[23].

O pe. Inácio de Azevedo consigna igual experiência feita na Bahia[24] e dela resultou a determinação de não se receberem na Companhia, nem índios, nem mestiços[25]. Catorze anos apenas medeiam entre os arroubos de Nóbrega ainda inexperiente e a mesquinha realidade dos fatos, assoalhada por Inácio de Azevedo, em 1566.

Dessa desilusão e da decorrente falta de reforço vocacional indígena deve promanar a ordem do mesmo visitador, que restringe o ensino do canto e latim e submete à licença prévia a abertura de novas aulas[26].

---

(18) — *Id. Ibid.* vol. III. p. 60.

(19) — *Id. Ibid.* p. 126.

(20) — *Id. Ibid. p.* 170. Essa carta de Mem de Sá também foi publicada nos Anais da Biblioteca Nacional do Rio, vol. 27, p. 227.

(21) — *Id. Ibid.* p. 408.

(22) — *Id. Ibid.* vol. III. pp. 115-16, 132-33 e 362-63.

(23) — *Id. Ibid.* p. 454: "Con los brasiles, nuestros antigos discípulos, que con tanto afán y trabajo anduvimos criando, no tenemos cuenta alguna, y digo no tenemos, porque ellos se han echo indispuestos para todo bien ...; mas Nuestro Señor no dexa de castigarlos con dolencias y muertes ..."

(24) —*Id. Ibid.* vol. IV. pp. 369-70.

(25) — *Id. Ibid.* p. 368; "ay mucha falta de suietos en esta tierra, porque los naturales indios, por averiguado se tiene acá, que no son para ser admitidos a la Compañia, ni los mestizos".

(26) — *Id. Ibid.* p. 484-85. "As escolas de ler e escrever ..... se podem continuar, não se ensinando canto nem latim etc. .....; e, de novo não se comecem a ensinar em parte nenhuma, sem especial licença do provincial".

Por outro lado, era preciso aumentar o número de noviços por elementos reinóis ou nascidos de pais portuguêses no Brasil, facilitando-lhes o estudo da língua brasílica. E não apenas isso. Havia opiniões a favor da ordenação de noviços bons tupinistas, ainda que ignorantes em latim! Predomina, portanto, entre os jesuítas, pelo menos ocasionalmente, o senso prático, mesmo em se tratando de velhos cânones, que julgaríamos intocáveis[27].

Mas, a falta de disposição dos índios para a disciplina e a vida religiosa não quer dizer, que os jesuítas restringissem o ensino aos filhos dos colonos, como alguns poderiam concluir de um trecho de Anchieta, na sua *Informação do Brasil e das suas Capitanias*, de 1584, onde, depois de referir-se às classes primárias dos colégios, fala nas residências outras dos jesuítas e arremata: "Em tôdas estas casas ha sempre escola de ler, escrever e algarismo para os moços de fora"[28].

Êsse trecho, que parece excluir as aldeias indígenas da instrução primária e pode, assim, causar impressão errônea, vem devidamente esclarecido pela *Narrativa Epistolar de Fernão Cardim*[29], por onde se conclui, que o ensino era geralmente dado em tupi aos índios e em português aos filhos dos colonos[30].

Entretanto, havia pelo menos exceções. Em Pernambuco (Recife), onde ao tempo de Cardim os índios já eram poucos[31], o filho do morubixaba Mitaguaia não apenas sabia ler, mas falava português[32].

Nas três aldeias baianas de Espírito Santo, São João e Santo Antônio não só havia escola, mas os meninos índios falavam português[33].

O ensino do português e, mais tarde, o do espanhol é corroborado pelos recitativos e pelas peças teatrais trilingües de que ainda nos fala Cardim[34] e que encontramos nas obras poéticas de Anchieta e possíveis colaboradores[35].

Os dados que possuímos do século dezessete são relativamente escassos, por serem muito fragmentárias as informações

---

(27) — *Id. Ibid.* pp. 380, 467, 479, 487.

(28) — *Anchieta, Pe. J. de —; Cartas etc.* p. 326.

(29) — *Tratados da Terra e Gente do Brasil;* Rio, 1925; pp. 281-372.

(30) — *Ibidem;* pp. 323 e 335.

(31) — *Ibid.* p. 334.

(32) — *Ibid.* p. 331. Encontramo-lo com Alexandre de Moura, no Maranhão. Veja *Bettendorff — Crônica;* p. 43.

(33) — *Ibid.* p. 315: "Êstes meninos falam português" e mais abaixo: "... ensinam as orações em português e na língua".

(34) — *Ibid.* p. 303.

(35) — *Anchieta, Pe. J. de —; Poesias;* Edição de M. de L. de Paula Martins. São Paulo, 1954.

jesuítas publicadas até hoje. Mesmo o pe. Serafim Leite, que possui elementos de pesquisa de grande eficiência, notando a exigüidade das referências à instrução primária dos índios e portuguêses, procura explicá-la com diversos argumentos(36).

Ainda assim, encontramos algumas indicações esparsas, como as refentes a Camamu, de 1658, e a Reritiba, de 1667. Elas mostram, que o sistema inicial continuava mantido entre os tupis do litoral(37).

Entretanto, a população não mestiçada da costa desaparecia a olhos vistos, seja por incorporação gradativa à sociedade colonial, seja pela extraordinária mortalidade. Na Guanabara, grande já fôra o número dos tupinambás exterminados nas lutas contra os franceses, dos quais eram aliados. Por outro lado, não devem ter sido menores as levas dos retirantes para o sertão, na ânsia de se subtrairem às represálias dos portuguêses. As cartas jesuítas das primeiras décadas estão repletas de notícias sôbre mortandades em epidemias e lutas na região do Recôncavo Baiano, onde se estendia avassalante a lavoura canavieira.

Cardim informa, que, por 1585, já eram poucos os índios sobreviventes em volta de Pernambuco, enquanto para 2.000 vizinhos havia perto de 2.000 escravos africanos(38).

Alguns anos depois surgiriam novos aldeamentos, no interior e mais ao norte de Pernambuco, de diversas tribos potiguaras e cariris, que viriam a constituir os núcleos iniciais da população nordestina.

Também na Bahia, existindo poucos índios na faixa litorânea, principalmente após a expulsão dos holandeses, os jesuítas começaram a dedicar atenção maior às populações indígenas do interior. Larga faixa do sertão mais próximo ao mar, entre a Bahia e o Maranhão, era então ocupada, com intermitências, por numerosas tribos da família cariri. Os jesuítas aldearam algumas delas em Natuba, na Canabrava e no Saco dos Morcegos, estendendo depois as suas atividades a outras ribeirinhas do São Francisco.

Não é fácil admitir que os jesuítas tenham levado muito adeante a instrução entre os cariris. No agreste é árdua a luta pela vida, que exige deslocamentos populacionais freqüentes.

---

(36) — Veja, por exemplo, na sua *História*, vol. VII. p. 145: "Em geral discutem-se muito certas insuficiências jesuíticas, sem tomar em consideração a total ausência de outras ordens".

(37) — *Leite, Pe. Serafim —; História;* vol. VII. p. 145.

(38) — *Cardim, Pe. Fernão —; Tratados* etc. pp. 333-34.

Se a isso acrescentarmos a falta de missionários capazes, é difícil supormos, que, além dos rudimentos religiosos, ensinassem regularmente a ler e escrever, a falar tupi ou português a índios no estádio cultural dos cariris. Mesmo assim, o catecismo bilingüe de Mamiani era, nessa direção, uma porta aberta sôbre o futuro(39).

Os cariris e outros índios do interior eram então ainda relativamente numerosos. Mesmo assim, em 1690, época em que avalia os escravos negros do recôncavo em 25.000, Antônio Vieira afirmava, que na Bahia era "muito maior, sem comparação, o número dos negros que o dos índios(40)". Referia-se naturalmente aos índios aldeados.

O capuchinho Antônio Zucchelli, que por duas vêzes esteve na Bahia, mais de três meses, em 1698, e seis meses, em 1703, viu poucos índios entre a população da Cidade do Salvador, composta, segundo a sua estimativa, na proporção de três negros e pardos por um branco(41).

Finalmente, o engenheiro José Antônio Caldas(42), em 1759, avalia a população indígena aldeada no atual território baiano em cêrca de 12.000 almas, que mal seriam seis por cento da população total.

Dêsses índios, sòmente uns 4.000, ou 2 por cento da população eram tupis, repartidos em oito aldeias, das quais uma única, a de Ipitanga com 49 casais, era situada comparativamente perto da capital.

Dos dados que precedem, suscetíveis de serem fàcilmente reforçados, defluem claramente duas deduções importantes:

Não atingiam essa região do leste central as invectivas indiretas de Pombal, porque, além de injustas, seriam extemporâneas. A língua tupi estava aí desaparecendo com o povo, que no-la legara, intimamente identificada com a terra, cuja integridade ainda ajudou a defender decisivamente contra os invasores.

---

(39) — *Mamiani, Pe. Luís Vicêncio —; Catecismo da Doutrina Cristãa na Língua Brasílica da Nação Kiriri,* Lisboa, 1698.

Em cariri e português. É interessante notar, que também traz o texto em cariri e português o catecismo do capuchinho francês frei Bernardo de Nantes. O seu dialeto cariri é, porém, diferente.

(40) — *Cartas;* vol. III. p. 604.

(41) — *Relazioni del Viaggio e Missione di Congo; Relação Quinta.*

(42) — *Notícia Geral desta Capitania da Bahia;* p. 60. Edição Fac-similar.

Por outro lado, sobressai o enorme exagêro geralmente cometido na estimativa da população indígena existente na faixa marítima, de São Vicente à Paraíba, em princípios do século dezoito. Como corolário, ainda mesmo tomando na devida conta a predominância do mestiço, deve ser relegado ao domínio da fantasia a tão repetida afirmativa de que,

"até o começo do século dezoito, a proporção entre as duas línguas faladas na colônia, era mais ou menos de três para um, do tupi para o português"(43).

Além da população muito reduzida dos índios tupis aldeados ou disseminados, quem haveria de falar tupi, da Bahia a Pernambuco, por exemplo, na segunda metade do século dezessete?

A imigração reinol crescera de ano para ano e muito mais a sua descendência branca e parda. Mas, nestes últimos, os mamelucos eram muito menos numerosos do que os mulatos e naqueles era ponderável o sangue cariri, principalmente nas regiões algo mais afastadas do litoral e no São Francisco.

Evidentemente, não é um quadro, que, para a época, favorece a persistência da língua tupi na população colonial das regiões centrais da nossa costa.

A favor da rápida extinção do tupi nessa faixa, no correr do século dezessete, também fala o fato de não ter surgido nenhuma nova publicação tupi, promovida por padres nela residentes. Os próprios catecismos, tanto a segunda edição do mais extenso, coordenado pelo pe. Antônio de Araújo(44), como o resumido, composto a instâncias do pe. Antônio Vieira(45), foram ambos impressos por diligência e sob a direção do pe. Bettendorff, missionário do Maranhão e Pará.

Na Amazônia, a área tupi tinha profundidade muito maior e, devido a morosidade do povoamento colonizador por fatôres vários, a sua população indígena resistiria muito mais tempo ao aniquilamento e à absorção.

É o ensino jesuíta dessa parte que passaremos a examinar, tanto mais, quanto as invectivas de Pombal, a julgar pelo signatário do *Diretório,* visam mais particularmente o Norte.

---

(43) — *Sampaio, Teodoro —; O Tupi na Geografia Nacional;* 3. ed. p. 3.

(44) — *Catecismo na Língua Brasílica;* Lisboa, 1686.

(45) — *Bettendorff, João Filipe —; Compêndio da Doutrina Cristã na Língua Portuguêsa e Brasílica;* Lisboa, 1687.
Compare: *Antônio Vieira — Cartas;* vol. III. pp. 708-09, onde dá as razões da edição abreviada, aliás impressa muito mais tarde.

O ENSINO JESUÍTA DO TUPI E PORTUGUÊS NO MARANHÃO E PARÁ

A praxe adotada pelos jesuítas no Maranhão e Grão-Pará para o ensino não destoou inicialmente da seguida no Sul.

Por volta de 1626, o pe. Luís Figueira já havia pôsto em funcionamento a primeira escola do Maranhão, naturalmente destinada aos filhos dos portuguêses(46). Fechada com a retirada dos padres, em 1649, temos notícia da sua reabertura por uma carta de Antônio Vieira, de 1653(47), onde gaba a emulação dos alunos, em número superior a setenta, que assistem à lição de catecismo, tanto em tupí como em português, *por saberem êles ambas as línguas.*

Do começo do ensino primário no Pará possuímos referências do pe. Bettendorff, que também nos fala do funcionamento inicial do colégio e da sua interrupção(48) até 1695, quando se reabriram os cursos. O ensino na cidade do Pará destinava-se, como no Maranhão, aos filhos dos portuguêses. Ocasionalmente também ali admitiam algum filho de chefe índio, como o jovem da tribo dos iruris, que, ao que refere Bettendorff, foi levado a Belém para, no colégio, aprender a língua-geral(49), provàvelmente com as matérias rudimentares comuns e quiçá um pouco de português.

Ao lado dêstes dois colégios, Serafim Leite cita "alguns pequenos seminários", que aqui não nos interessam(50).

De escolas entre os índios temos a primeira notícia ainda por Antônio Vieira, ao mencionar êle os tobajaras da serra de Ibiapaba(51).

"Amam aos padres, dão-lhes todos seus filhos para os ensinarem, como ensinam, a ler, ecrever, contar e a tôda a polícia que nêles cabe....."(52).

O trecho refere-se à entrada feita por dois padres, em 1656. Essas aulas seriam dadas em tupí, pois os índios chamados tobajaras eram de língua-geral.

---

(46) — *Leite, Pe. Serafim —; História da Companhia;* vol. IV. p. 262. — *Idem; — Luís Figueira;* p. 54.

(47) — *Cartas;* Edição Lúcio d'Azevedo, vol. I. pp. 351-52 e 405.

(48) — *Bettendorff, Pe. João Filipe — ; Crônica* etc. p. 280. Veja também *Serafim Leite — História;* vol. IV. pp. 271-72.

(49) — *Ibidem;* p. 354.

(50) — *História* etc. vol. IV. p. 263.

(51) — *Tobajara,* que alguns autores escrevem *tabajara,* é alcunha. Compare o nosso *Tupis e Guaranis;* p. 12 e *S. Leite — História;* vol. III. p. 38.

(52) — *Vieira, Pe. Antônio —; Cartas;* vol. I, p. 478.

Também na sua "Visita" o pe. Vieira dedica algumas observações à instrução dos índios.

"§ 15 — (Escola). Acabada esta doutrina (da manhã) irão, podendo ser, *todos os nossos*(53) para a escola, que estará da nossa portaria para dentro, aonde os mais hábeis se ensinarão a ler e escrever ...."(54)

Pouco depois da chegada do pe. Bettendorff ao Maranhão, em 1661, encontramo-lo ensinando o a-bê-cê a índios grandes e pequenos da aldeia de Mortigura, uma das missões de "água salgada", ou "do salgado", isto é, da costa do mar, em contraposição às missões "de água doce", à margem dos rios, no interior. Mortigura foi a primeira aldeia a serviço do colégio do Pará(55).

Eis, como Bettendorff relata essa sua fase inicial de missionário:

"...(o subprior) mandando ficar-me a mim por companheiro do pe. Francisco da Veiga para aprender a língua (o tupi), ensinando o ABC aos meninos, voltou-se para o Pará". "Dei-me belamente com o pe. Francisco da Veiga, tomando à minha conta a doutrina de cada dia e a classe dos meninos para ensiná-los *a ler e escrever*. Juntaram-se muitos discípulos e entre êles o capitão Jacaré. E são êstes meus discípulos, hoje, (em 1697) os mais autorizados e velhos da aldeia; e por que, por falta de livros, tinta e papel não deixassem de aprender, lhes mandei fazer tinta de carvão e sumo de algumas ervas e com ela escreviam em as fôlhas grandes de pacobeiras(56); e para lhes facilitar tudo, lhes pus um pauzinho na mão por pena e os ensinei a formar e conhecer as letras, assim grandes como pequenas, no pó e na areia das praias, com que gostaram tanto, que enchiam a aldeia e as praias de letras"(57).

---

(53) — "Todos os nossos" compreende todos os índios das aldeias a *serviço dos colégios*, com exclusão das do *serviço real* e das *de repartição*, que formam as três classes de aldeias, segundo a legislação da época. Compare: *Serafim Leite — História;* vol. IV. pp. 97 — 103.

(54) — *Leite, Pe. Serafim —; História;* etc. vol. IV. p. 112. As diretrizes da "Visita", como pondera o padre S. Leite, devem ter sido elaboradas depois de 1658 e antes de 1661. isto é, durante o período em que Vieira foi "visitador" no Maranhão.

(55) — O ensino aos meninos dessa aldeia obedecia, como vimos, à regulamentação da "Visita" do pe. Antônio Vieira, de acôrdo com o § 15 acima transcrito.

(56) — Hibridismo formado do tupi *pacoba* — *banana* e do sufixo português *eira* — *bananeira*.

(57) — *Crônica;* p. 156.

São êsses três passos referidos as alusões mais diretas à alfabetização dos índios maranhenses pelos jesuítas. Prescrita na "Visita" do pe. Vieira para as aldeias a serviço dos colégios, como Mortigura por algum tempo, as aulas de ler, escrever e contar não eram exclusividade delas, como vimos no caso dos tobajaras da serra de Ibiapaba. Entretanto, a instrução primária nunca atingiu nas missões jesuítas do Norte o desenvolvimento que lhe vimos no Sul.

É que, no território do Maranhão antigo, as condições eram muito diferentes. As aldeias eram numerosas, as distâncias enormes, as comunicações difíceis a despeito dos cursos d'água, e, das tribos populosas apenas uma parte era tupi. Por outro lado, os padres eram poucos: cêrca de 20, em 1655; uns 30, quatro anos depois; em 1690 não passariam de 60, entre padres e leigos, como se conclui das listas de chegadas da Companhia, deduzidos os que haviam sucumbido pela idade e as vítimas da fadiga, do clima e das doenças(58).

Ouçamos ainda o pe. Vieira, que nos entremostra a situação inicial, em 1659, fadada a perdurar por muito tempo:

"'Fizeram-se êste ano três missões, (tôdas forçadas e nenhuma voluntária)(59), a que fomos os três professos, e é tanto o número das almas, assim descidas do sertão como convertidas à fé e vassalagem de el-rei, na vizinhança dêste Pará, que só uma partida delas passa de quarenta mil(!) ..... O pe. Francisco Gonçalves enfêrmo com uma febre lenta, que nos dá grande cuidado. O pe. Manuel Nunes está quase cego e já não escreve .....; os demais são poucos e pouco velhos, pôsto que todos trabalham muito e por muitos. Dos irmãos levou Deus para si o irmão Francisco Lopes, e, em número tão limitado tudo faz falta".

"Para pormos um só padre com as quarenta mil almas que digo, será necessário que volte eu logo do Maranhão para suprir o lugar de quem houver de deixar outras almas para acudir a estas. Padres há nesta missão que têm à sua conta,

---

(58) — Compare: *Serafim Leite;* História; vol. IV. pp. 101, 133, 333-359 etc. cujas informações parecem conflitar com as que citamos abaixo, referentes à nota 70.

(59) — Trata-se evidentemente de índios descidos para serem aldeados mais perto do Pará, a fim de servirem na lavoura dos colonos. Êsses descimentos pelas autoridades locais foram uma das grandes dores de cabeça dos jesuítas.

êles sós, mais almas de índios, do que são tôdas as que temos à nossa conta em todo o Brasil"!(60)

Um ano depois, a situação pouco havia mudado e Vieira, como para justificar as visitas muito espaçadas às missões, escreve ao provincial do Brasil:

"..... é que na casa do Maranhão e Pará não reside ordinàriamente mais que um sacerdote. Todos os mais estão divididos pelas residências, onde cada um tem três e quatro aldeias à sua conta, e algum há que tem onze"!(61)

Já no fim da sua multifária vida, Vieira recorda ufano as realizações na época da sua estada no Maranhão e Grão-Pará, onde, como missionário e superior, em nove anos e

"em distâncias de quatrocentas léguas levantou dezasseis igrejas, fazendo catecismos em sete línguas diferentes"(62).

As andanças penosas, a grande variedade das línguas e a falta de missionários conhecedores delas foram os grandes obstáculos à catequese apontados por Vieira, que, apoiado na própria experiência e na dos seus antecessores, durante tôda a vida defendeu a tese de que *só na língua dêles,* se leva o índio e o negro à conversão, incorporando-os lentamente à sociedade.

Vejamos com que argumentos, ainda poucos anos antes da sua morte, êle insiste nesse ponto, não apenas no que tange ao Maranhão, mas à Colônia inteira:

"..... sendo muito maior, sem comparação (!) o número de negros que o dos índios (isto é na Bahia de 1690), assim como os índios são catequizados e doutrinados nas suas próprias línguas, assim os negros o são na sua, de que neste colégio da Bahia temos quatro operários muito práticos, como também outros no Rio de Janeiro e Pernambuco. *E, porque sem a ciência das línguas tudo o mais que em outras missões se ensina não passa dos portuguêses,* tantas são as escolas das mesmas línguas que temos instituído nesta província, quanta a variedade delas, das quais não

(60) — *Cartas;* vol. III. pp. 726-27. É uma das informações mais expressivas para a compreensão das peculiaridades amazonenses. Haveria então, espalhados nas missões do Maranhão, ou seja do Ceará ao Amazonas, uns trinta jesuítas!

(61) — *Ibidem;* p. 731. — Somariam então, entre padres, estudantes e leigos uns sessenta residentes.

(62) — *Ibidem;* pp. 666-67. — Seria isso de 1652 a 1661, ano em que foi expulso com os companheiros e nunca mais retornou.

podem passar a outros estudos os nossos religiosos moços, sem primeiro serem examinados e aprovados"(63).

Não menos ressalta a necessidade de saber o missionário a língua dos seus catecúmenos de certa referência do pe. Bettendorff(64), na descrição de uma viagem de inspeção do governador Antônio de Albuquerque Coelho e comitiva:

"Daí foi visitar os reverendos padres Piedosos, de Gurupatiba, que tinham sucedido em nossa igreja e casa(65); e estavam sem saber duas palavras da língua daqueles índios, falando-lhes por intérpretes ou em português, que debalde pretendiam traduzir, sem nunca os acharem capazes de aprendê-lo, salvo na cidade ..... servindo anos e anos aos brancos".

Êsse final aponta a longa convivência como único meio de se familiarizar o índio com a língua portuguêsa. A observação tem sido confirmada por quantos lidam com o nosso indígena.

Para os próprios padres a tarefa inicial de aprender línguas incultas tão só pelo trato direto em meio à faina diária, era muito árdua, mesmo quando moços, por terem poucos êsse pendor inato. A morte de um língua podia raiar pela calamidade, principalmente nos mundos perdidos da Amazônia(66). Por isso, repetidas vêzes, se colhe em suas cartas a impressão de querer Vieira como queixar-se do Céu, por arrebatar dêste mundo tantos companheiros exímios, na flor da idade, ou pelo menos capazes de ainda prestar bons serviços no preparo de sucessores:

"..... nas terras do Cabo do Norte permitiu (Deus) que matassem ou martirizassem os bárbaros o maior sujeito que lá tínhamos ..... Nesta província ..... permitiu Deus ....., que em menos de dois meses sepultássemos, neste colégio da Bahia, oito de tôdas as idades, e dois dêles, um em exercício de mais de vinte anos, e outro em iguais esperanças, os mais insignes missionários, e de maior ciência e prática nas línguas dos bárbaros"(67).

Consola-se, porém, Vieira com as realizações humanamente possíveis: "Só afirmo ..... sem paixão nem afeto próprio, que os meios de salvar as almas, principalmente dêste gênero, em nenhuma Religião estão mais bem orde-

(63) — *Ibidem;* p. 604. — Muito poucos ousariam hoje contestar essa opinião de Vieira.

(64) — *Crônica;* pp. 617-18.

(65) — Alude à grande repartição das missões do Pará e à delimitação das respectivas áreas, em 1693.

(66) — *Cartas;* vol. III. p. 604. Compare também p. 608.

(67) — *Ibidem;* pp. 618-19.

nados e estabelecidos que na Companhia, *pelo fundamento das línguas*, não infusas pelo Espírito Santo, mas aprendidas com imenso trabalho". (68)

São as distâncias e a falta de missionários capazes que vêm a dar origem a concentrações, em determinadas áreas, de várias aldeias da mesma família lingüística, principalmente depois do decréscimo da população indígena pelas epidemias. São freqüentes as referências a êsses agrupamentos populacionais na *Crônica* de Bettendorff.

Mais tarde, outra medida de grande alcance civilizadora foi posta em prática, como se vê dos *Aditamentos* do pe. Eckart:

> "Ao tempo em que me achava na missão dos Abacaxis, compús com grande trabalho pequenos catecismos nas línguas de duas nações: os *ariquenas* e os *barés*, para poder preparar para o batismo doentes e velhos, que já não estavam em condição de aprender a *língua-geral*" (!)

E pouco mais abaixo:

> "Como as missões do Pará se compunham geralmente de tribos diferentes, os índios, ainda que falassem com o padre na língua-geral, em casa todos falavam a sua própria" (69).

Temos aí, também para o Maranhão e o Pará, alguns testemunhos jesuítas concernentes ao uso do tupí e português. Dêles se colhe a certeza de que o ensino do português não era praxe fora dos colégios das cidades. Nem para isso haveria tempo durante o primeiro século da ocupação territorial do norte do País, por causa do reduzido número de missionários para atenderem aos variadíssimos problemas das necessidades materiais de maneira tal, que ainda sobrasse o tempo considerado indispensável à direção espiritual, pois os jesuítas, acima de tudo, eram missionários.

Dois documentos de 1692, talvez algo suspeitos, atestam a presença de apenas oito padres nas missões indígenas do Pará e Maranhão(70), naturalmente excluídos os ocupados nos colégios, os leigos e seminaristas. Foi essa carência de jesuítas o argumento de pêso de todos que, por aquela época, pediram ao

(68) — *Ibidem;* p. 619. — Vieira nunca cessa de encarecer a necessidade absoluta do conhecimento das línguas e a sua experiência não permite duvidarmos da sua sinceridade.

(69) — *Zusätze zu Pedro Cudena* (aliás *Cadena*); p. 562.

(70) — *Kiemen, frei Mathias —; The Indian Policy of Portugal;* p. 173. — Compare acima a nossa nota 58 e o texto a que se refere.

rei a repartição das missões amazônicas por diversas ordens religiosas, e, entre êles, figurava o próprio pe. Bettendorff(71)!

A despeito dessa distribuição, o número de missionários estava longe de corresponder às necessidades e, em tais circunstâncias, não deve surpreender, que os jesuítas mantivessem a prática antiga e ainda hoje a única viável: a de aprender o missionário, que é um e tem preparo, a língua da tribo a ser convertida, por ser a tribo composta de muitos, de tôdas as idades e cujas condições de aprender são precaríssimas.

A essa primeira etapa de aproximação seguia-se, na região amazônica, a da concentração de várias aldeias. Seriam elas, a princípio, de preferência da mesma família lingüística. Êsses agrupamentos sucessivos foram sugeridos por três fatôres: o fortalecimento contra os ataques, o decréscimo da população indígena pelas epidemias e certa racionalização da agricultura e de outros meios de subsistência pelos dirigentes jesuítas.

Uma vez conquistada a confiança do índio e vencida, pelo menos parcialmente, a natural aversão entre indivíduos de línguas diferentes, os jesuítas costumavam dar mais um passo importante. Como no Maranhão e na margem direita do Amazonas, nas missões a êles atribuídas, predominavam os tupís, foram agregando a diversas aldeias dêstes, de acôrdo com o seu sistema, certo número de famílias indígenas de outras línguas e assim, pela predominância dos tupís e pela convivência, o tupí acabou sendo falado por todos os aldeados das missões jesuítas, como informa Eckart(72). A essa tática altamente incorporadora dos jesuítas não se deu até hoje o devido destaque. Foi a nosso ver o passo mais eficiente para redução dos índios não tupis, o começo da sua aproximação à sociedade brasileira pela *língua brasílica*, falada, ou pelo menos entendida por grande parte dos colonos.

No Amazonas, mais do que em qualquer outra região do Brasil, o tupi tornou-se de fato a *língua-geral*, na catequese e no intercâmbio. Mais do que qualquer outro meio, o tupi abriu o Amazonas à penetração.

Mas também, por outro lado, foi na bôca dos índios tapuias e mestiços que o tupi acabou por abastardar-se no nheengatu moderno(73).

(71) — *Idem; ibidem;* p. 173, nota 115. — Veja também: *Serafim Leite; História;* vol. IV. pp. 133 e seguintes; *Bettendorff — Crônica;* p. 495.

(72) — *Zusätze* etc. p. 562.

(73) — *Nheengatú — língua boa*, em tupi, apenas traduz a facilidade proporcionada ao recíproco entendimento, pela sua grande difusão. O *nheengatu* quase nada conserva da estrutura do tupi antigo e nunca foi falado por qualquer tribo tupi não aculturada.

Não há dúvida que a propagação da língua tupi tenha sido tática muito ponderada dos jesuítas, a tática por etapas, tão eficiente nas aculturações.

Nas outras ordens religiosas êsse sistema inaciano parece ter sido olhado com certa aversão difícil de explicar em verdadeiros missionários. Só os franciscanos, ao que nos consta, constituiram exceção, a julgarmos pelos vocabulários e compêndios didáticos maranhenses por êles compilados no início do Setecentos(74).

Ao contrário do que muitos julgam ainda hoje, êsse método jesuítico estava devidamente amparado. Tempos houve em que o próprio govêrno português reconhecera as vantagens da língua tupí e favorecia a sua propagação. Em 20 de abril de 1688, a côrte passou instruções aos jesuítas do Pará, ordenando-lhes o ensino da língua-geral também aos filhos dos portuguêses; mas como, por qualquer motivo, não dessem execução imediata à ordem, o Senado da Câmara de Belém queixou-se ao soberano, por ofício de 30 de novembro de 1689(75).

Essa ordem régia, apoiada pelos colonos, equivale ao reconhecimento, por todos, do acêrto dos jesuítas na sua tendência, não de abolirem as línguas de outras famílias, mas de conseguirem a generalização da língua daquela família que predominava, tanto pelo seu número como pela área ocupada: do tupi, estudado e falado inicialmente ao longo da costa do Brasil inteiro.

Entretanto, os tempos mudam e mudam os homens e as idéias. Decorridos escassos quarenta anos, percebem-se os primeiros sinais daquele movimento renovador, que atingiria a sua culminância durante a era pombalina.

Em 12 de setembro de 1727, uma carta régia já não reclama o ensino do tupí aos filhos dos portuguêses, mas o ensino do português aos índios, uma exigência evidentemente extemporânea a que voltaremos abaixo(76).

Houve, entretanto, de fato, um hiato no ensino primário dos jesuítas por aquela época. Os motivos da interrupção e o

(74) — Dêles o mais conhecido é o *Vocabulário Português-Brasílico* e o *Dicionário Português e Brasiliano* com o seu reverso legítimo reproduzido pelo autor da Poranduba Maranhense, frei Francisco de N. S. dos Prazeres. Nêles, principalmente no segundo, já se percebe claramente a transição para o nheengatu.

(75) — *Arquivo Histórico Ultramarino* — Secção Pará; *Papéis Avulsos;* 30 de novembro de 1689. — Apud; *Frei Kiemen — The Indian Policy* etc. p. 170.

(76) — *Idem; ibidem;* p. 170; nota 100.

tempo que durou não foram revelados; sabemos apenas que a suspensão dos cursos se deu sem anuência da direção geral da Companhia, pois, em 1730, o superior exigiu o seu restabelecimento, "por serem as escolas de ler e escrever mais úteis e necessárias do que as classes de latim(77).

Dessa época em diante o afluxo de jesuítas ao Maranhão e Pará experimentou sensíveis melhoras, subindo de 102 membros para 155, entre 1730 e 1759, quando sobreveio a expulsão(78), numa época em que a Companhia, depois de quase um século e meio de lutas e vicissitudes, havia finalmente atingido um grau de desenvolvimento, que fazia prever apreciável e rápido progresso na obra da civilização dos índios.

Mas, quererá isto dizer que os jesuítas conseguiriam incutir o português aos índios das suas aldeias, como exigia Pombal no seu *Diretório?*

Seria fato virgem entre povos de vida rudimentar como a dos nossos indígenas. A sua luta pela sobrevivência era e continua árdua e mínimo é o seu pendor para tudo que exige um esfôrço adicional, principalmente metódico e assíduo.

Se, por outro lado, Pombal afirma, que "nas conquistas sempre se costumou introduzir a língua dos conquistadores", falseia a verdade para determinados fins. Em qualquer terra submetida, o vencedor só consegue impor a sua língua a povos incultos pela superioridade numérica dos seus colonos, que pode ser local a princípio, regional a seguir e finalmente geral. No Maranhão e Pará, de população branca reduzidíssima, essas condições não existiam e não existiriam ainda durante muito tempo.

O que ali houve, desde o início, foram algumas missões jesuitas florescentes de índios tupis, utilizados pelos padres como agentes aculturativos para índios de outras famílias lingüísticas, com impor-lhes, pela convivência, principalmente a sua língua. Na faina civilizadora do Norte, a língua-geral foi o melhor atalho trilhado, após madura reflexão, pelos jesuítas e, ainda um século depois da sua expulsão, por seus sucessores esclarecidos, a despeito da crescente população branca e do uso progressivo da língua portuguêsa.

Em 1851, por decreto de 10 de outubro, foi criada, no seminário episcopal do Pará, a Cadeira de Língua Indígena Geral(79), que já não era o tupí dos primeiros tempos, fixado pelos

(77) — *Leite, Pe. Serafim —; História;* vol. IV. pp. 262-63.

(78) — *Idem; ibidem;* pp. 221-22 e 363-368.

(79) — Compare a dedicatória do *Vocabulário* composto pelo padre M. J. Seixas, primeiro regente da Cadeira. — Pará ,1853.

jesuítas, mas uma língua-geral remanejada, de estrutura completamente deturpada, que lhe havia tomado o lugar no intercâmbio pelo Rio-mar, o nheengatu, cujo conhecimento era então quase tão indispensável quanto anteriormente o fôra o tupí, em muitos trechos do seu vale. E, ainda em 1909, D. Frederico Costa, bispo do Amazonas, editava pequeno compêndio de rudimentos do mesmo nheengatu, pelo

"desejo de auxiliar os sacerdotes que tiverem de exercer o ministério nesta parte importantíssima do Amazonas"(80), que é a bacia do Rio Negro.

Entretanto, por sua vez, a área do nheengatu foi minguando com o avanço da civilização. Mesmo assim, ainda nos dias de hoje é de utilidade em alguns rincões perdidos da Amazônia.

Entrementes, e muito em tempo, a língua portuguêsa penetrou nos últimos confins em sua trajectória natural, sem imposições ou arrogância. Muito ao contrário. Silenciosamente vai preenchendo os claros deixados pelos falares nativos, recolhendo no caminho centenas de têrmos prestimosos e pitorescos, indispensáveis mesmo, no ambiente que lhe é novo.

Em breves anos, o último dialeto terá desaparecido com o derradeiro índio, mas não sem deixar impresso, na língua dos seus sucessores, profundos e eloqüentes vestígios da sua precedência.

CONCLUSÕES

As premissas do § 6 do *DIRETÓRIO* não correspondem à verdade histórica.

1.º Em colônia alguma os conquistadores conseguiram impor a sua língua aos povos de baixa cultura, senão mui vagarosamente e apenas em núcleos onde os colonos chegaram a formar contingente apreciável comparado à população indígena.

2.º Nos primeiros séculos, a língua tupí foi muito mais importante na ocupação da terra do que a portuguêsa. As facilidades que o tupí proporcionava, em tôda a extensão da costa, se deve em grande parte a integridade territorial da nossa Pátria.

(80) — Carta Pastoral; p. 155.

3.º Não foram os conquistadores lusos que estabeleceram o uso do tupí. Muito ao contrário; serviram-se do tupi onipresente, ou mais exatamente, da língua-geral, pelas vantagens que lhes proporcionava.

4.º Ressalta da nossa exposição, que as próprias autoridades coloniais e reinóis favoreciam o tupi e insistiam na sua aprendizagem ainda no fim do século dezessete.

5.º Quanto à instrução nas missões, de Pernambuco ao sul ministrava-se regularmente o ensino primário do tempo, em tupi, e há indícios da aprendizagem do português pelos índios aldeados.

6.º No Maranhão e Pará, o ensino restringia-se às aldeias a "serviço" dos padres e aos colégios. Sòmente nestes últimos ensinava-se o português.

7.º "A total ruína espiritual e temporal" do Estado do Maranhão, atribuída no final do *Diretório* ao uso da língua-geral, é pura invencionice. Muito ao revés, a *total ruína* das missões foi um dos efeitos deletérios da reforma pombalina, verificada e irretorquìvelmente assoalhada na *Viagem Filosófica, de Alexandre Rodrigues Ferreira*.

8.º Não temos elementos para investigar, se nas duas últimas décadas antes da sua expulsão do território nacional, os jesuítas dedicaram à instrução primária do Norte os cuidados crescentes, que o aumento do seu número autoriza a exigir, segundo a praxe seguida mais ao sul.

Biblioteca Digital Curt Nimuendajú
http://biblio.etnolinguistica.org

II

IDÉIAS ERRÔNEAS A RESPEITO DO TUPI E DA FINALIDADE DO SEU ENSINO UNIVERSITÁRIO

Não temos o menor escrúpulo em afirmar, que, até hoje, a realidade tupi, tal como, em traços gerais, deixamos delineado o seu desenvolvimento histórico, é conhecida de muito poucos, mesmo entre os tidos por especialistas na matéria. É que os incentivos são diminutos e a luta pela vida poucos lazeres deixa para exames em profundidade de assunto à margem das preocupações diárias da vida prática.

É por isso, que, em nossas Faculdades de Filosofia, os raríssimos cultores da lingüística indígena do Brasil preferem apenas aflorar o tema com umas poucas afirmações sumárias, dúbias ou visìvelmente errôneas, mesmo no que diz respeito ao mais estudado dos idiomas, ao tupi.

Não raro a frase altiloqüente e categórica costuma substituir *quod erat demonstrandum,* tarefa realmente árdua e complexa, como poderão verificar aquêles, que se inteirarem dos capítulos seguintes.

O mais recente dêstes pronunciamentos afoitos, evidentemente sincero, mas influenciado pelas múltiplas repetições, figura na Introdução às *Línguas Indígenas Brasileiras*(1), de *J. Mattoso Câmara Jr.*

As nossas restrições concentram-se quase exclusivamente no capítulo VI, *Os Estudos Lingüísticos no Passado — A Tupinologia,* que, de permeio com uma série de sugestões e ensinamentos de real proveito, volta a quebrar lanças a favor de cambaleantes opiniões leigas, que hoje só merecem referidas para contundente refutação. Opor-lhes-emos a seguir a nossa opinião com o pensamento também naqueles que têm tomado posição idêntica.

(1) — Segunda edição; Rio de Janeiro, 1965.

Comecemos por um reparo de ordem geral, estranhando mais uma vez a prática, que se vai introduzindo até em livros destinados exclusivamente a estudantes brasileiros, de escrever com maiúscula e sem desinência de plural, gentílicos tão familiares como *tupi, guarani, tapuia* etc. ainda quando empregados adjetivamente: *os índios Tupi, as tribos Guarani, as línguas Tapuia!*

Os que assim procedem observam no particular uma regra da gramática inglêsa (!), talvez para compensar o desprezo votado por tantos à portuguêsa(2).

Profliguemos a seguir a repetição de uma velha afirmativa: Os tupis vieram do sul(3). Confrange ver ainda repetida essa velha balela em nossas Universidades, sem a mínima restrição.

As primeiras levas tupi-guaranís devem ter-se dirigido, de modo geral, *para* o sul. A vinda inicial dos tupís da região guarani é lingüìsticamente insustentável.

Como provamos em nossos estudos comparativos, o guaraní desenvolveu-se substancialmente de formas tupís, enquanto o inverso seria difícil sustentar de maneira sistemática. Basta ler o nosso trabalho sôbre o adjetivo *gûasú/usú* para se convencer.

É claro que essa direção inicial preponderante não exclui migrações posteriores, de tribos isoladas ou agrupadas, em diversas direções, como ressaltam achegas outras(4).

Não menos falha é tôda uma série de apreciações generalizadas, que Mattoso Câmara avança, quando passa às considerações lingüísticas pròpriamente ditas. No que diz respeito aos mestres do tupi, são fáceis de refutar.

Demonstremo-lo, demolindo, uma por uma, as suas principais afirmativas.

1.º — O missionário, sempre apressado em sua propaganda religiosa, vai alijando os elementos mais difíceis das línguas francas(5).

(2) — No inglês os gentílicos, adjetivos e substantivos, escrevem-se com maiúscula e, excetuados certos etnônimos históricos, são invariáveis.

(3) — Introdução; p. 99.

(4) — Veja na Bibliografia os trabalhos de Métraux e Drumond.

(5) — "O objetivo central do missionário era a comunicação com os nativos para fim de propaganda religiosa ..... Estudavam (o tupi) com propósito utilitário. ..... Ora, êste é justamente o espírito que favorece a criação das chamadas línguas francas; ..... O indivíduo entra em contato com um povo de outra língua e se preocupa em obter um meio têrmo lingüístico ..... Daí a tendência a deixar de lado tudo aquilo que atrapalha muito e não prejudica ..... essencialmente. ..... É o que se chama uma língua franca, isto é, intercurso prático, em que se suprimem dificuldades ....." (p. 101).

Emitida essa opinião pessoal gratuita, conclui, sempre por conta própria, que as primícias tupís representam uma sistematização simplificada(6), a língua franca tupí, ou seja o tupi jesuítico, que é a "língua-geral".(7).

É o que se chama torcer os fatos para ilusório amparo de idéias preconcebidas.

Num grupo social restrito, uma pessoa pode chegar a pôr em circulação têrmos isolados, mas não criará nunca uma língua franca. Muitos missionários nunca terão chegado a dominar a língua em que propagaram a fé, mas a sua influência no falar de um grupo mais ou menos numeroso sempre terá sido mínima.

As línguas francas surgem na faixa marginal de grupos sociais de línguas diferentes, pelo seu contato contínuo ou intermitente, mas sempre duradouro(8).

A língua-geral do Brasil costeiro é a resultante do convívio de tupís com portuguêses: da camada de mestiços, crescendo, no início, entre a mãe índia e o pai português. A seguir, em escala progressiva e por muito tempo, tanto a mãe como o pai seriam mestiços e sustentáculos em potencial da língua-geral.

Só a gradativa preponderância dos reinóis conseguiu generalizar o português e, aos poucos, relegar a língua-geral ao definitivo esquecimento nessa faixa.

Atribuir a nossa língua-geral à influência dos jesuítas é desconhecer o verdadeiro desenvolvimento histórico do tupi. Só os desprovidos da mais aguada tintura do tupi podem afirmar, que a *língua brasílica* cultivada pelos jesuítas durante dois séculos é um tupí simplificado e corresponde à chamada *língua-geral*.

A *língua mais usada* na costa do Brasil, referida por Anchieta no frontispício da sua gramática, é o legítimo tupí dos índios e não a língua-geral falado pelos colonos e os seus descendentes. Para convencer-se basta reparar na distância, que, já no fim do Quinhentos, vai entre as formas de certos vocábulos

(6) — Por isso, o tupi que as primeiras exposições dos europeus nos fornecem (naturalmente os missionários, pois é tão só a êles que se refere nas premissas) não é aquêle que os indígenas *exatamente* falavam: é uma sistematização simplificada ....." (p. 101).

(7) — "..... dessa espécie de língua franca, que é o tupí jesuítico ou a "língua geral" (p. 111).

"Destarte foi se dando nos índios aculturados e nos mestiços a expansão dessa língua tupí trabalhada pelos jesuítas. É a chamada língua geral ....." (p. 102).

(8) — Os dialetos ciganos e judaicos (iídich) são disso uma prova; variam sensivelmente de acôrdo com a área onde se desenvolveram.

tupís citados por Gabriel Soares e as correspondentes do vocabulário jesuítico.

Os autores jesuítas antigos evitam o têrmo *língua-geral* e as raras vêzes, que lhes flui da pena, é sempre em conexão com a fala de tribos tupís. Mesmo Pero Rodrigues, que certamente não foi um dos árbitros mais especializados, atém-se a essa norma, quando o emprega na sua *Vida do Padre Anchieta*(9).. O mesmo proceder ainda se nota nas cartas do pe. Antônio Vieira(10).

Do historiador-mor dos jesuítas do Brasil, pe. Serafim Leite, fôra de esperar, pelo menos não turvasse a transparência das fontes. Infelizmente, em assuntos lingüísticos indígenas o seu critério deixa muito a desejar. Para êle são sinônimos, não apenas os têrmos *língua brasílica* e *tupi*, mas também *língua-geral* (*brasiliano*) e até *nheengatu*(11). São ressaibos da sua estada no Amazonas, tendentes a desnortearem os estudiosos.

Restabelecida a indispensável exatidão num ponto da terminologia, passemos a certas opiniões pròpriamente lingüísticas.

Muito ao contrário do que afirma o sr. Mattoso Câmara, o escrúpulo dos nossos jesuítas em questões de linguagem tupi foi tão pronunciado, que, só depois de *quarenta anos* de estudos e de convivência diária com os índios, de repetidos confrontos e retoques das notas dos mais capazes, êles se atreveram a dar à estampa as suas primícias em língua tupí(12).

O primeiro pedido de licença aos superiores para a publicação de compêndios tupís data de 1585, segundo Serafim Leite(13). Compreendia a tradução tupí do catecismo, feita por Leonardo do Vale, e de um dicionário, sem indicação de autor. Em 1592, os padres voltaram à carga com pedido semelhante(14). Devem

(9) — *Anais da Biblioteca Nacional*, Rio; vol. 29, p. 199:

"Esta língua é a geral, começando arriba do Rio do Maranhão ..... até o Paraguai; ..... aqui entram os pitiguares até Pernambuco, os tupinambas da Bahia, os tupinaquis e tumiminós da capitania do Espírito Santo, os tamoios do Rio de Janeiro e muitas outras nações a quem serve a mesma língua .....".

(10) — Veja *Lúcio d'Azevedo — Cartas do Padre Antônio Vieira;* vol. I. pp. 360, 394, 451, 475 e 554.

(11) — *História;* vol. *II*. p. 551, com uma pálida e vaga restrição numa das cinco vêzes que aí emprega *língua-geral*. — *Cartas dos Primeiros Jesuítas;* vol. *I*. p. 554.

(12) — Também os primeiros compêndios guaranis só foram publicados cinqüenta anos após a chegada dos primeiros jesuítas no Paraguai.

(13) — *História* etc. vol. II; p. 552.

(14) — *Ibidem;* p. 552/53 e 557/58.

ter feito outros, porque a licença finalmente concedida, em 1594, não alude a nenhum dêsses trabalhos, mas a dois do pe. Anchieta[15]. São a "gramática" e os "diálogos"[16], sendo então publicada apenas a gramática[17].

Foi sem dúvida essa referência impressa a obras de Anchieta e à publicação de uma delas, que deram a seu nome o lustre singular, que assumiu a seguir na literatura específica.

2.º — Realmente surpreendente é a invectiva baseada nas seguintes verificações:

"Outra característica dos estudos dos missionários[18] é que êles estavam sob a influência das idéias lingüísticas do seu tempo. ....."

"É certo que se imaginava uma uniformidade geral das línguas do mundo e até se sonhava com uma gramática geral que servisse a tôdas"[19].

"Ora, êsse ideal gramatical era a estrutura da língua latina, porque o latim era considerado o modêlo ..... Daí resultou que a disciplinização (sic) da língua tupí, encetada pelos missionários[18], obedeceu ao objetivo de aperfeiçoar a língua indígena ....."

"O missionário ..... fez um trabalho de disciplinização, de interpretação do tupí, de acôrdo com certos ideais, certos preconceitos sôbre a gramática geral, que era no fundo a gramática latina. Usou a língua, assim disciplinada, na catequese. ....."

"Destarte, foi se dando nos índios aculturados e nos mestiços a expansão dessa língua tupí trabalhada pelos jesuítas. É a *língua-geral,* que chegou a se *implantar* em certas regiões do Brasil"[20].

Vamos por partes em nossas contestações.

Seria fútil negar a constante influência do tempo sôbre os homens; e, não apenas do tempo, mas também do meio. O próprio Mattoso Câmara nos fornece disso a prova mais patente nas idéias esposadas.

Outro ponto dificilmente contestável é a presença da gramática latina no espírito dos tupinistas inacianos em suas elucubrações lingüísticas.

Entretanto, concluir daí que a *estrutura* latina era por êles considerada o modêlo e que, para melhorar o tupí, o disciplinaram pela gramática latina, é ultrapassar os limites. É uma afirmativa não apenas impossível de provar, mas ilógica, porque tais alterações dificultariam grandemente a evangelização, somando, para gente bronca, o abstruso de concepções religiosas, tão diferentes, à sua transmissão em linguagem desajustada com a dos índios. A história mostra, que o jesuíta não anularia grande parte do seu esfôrço pela falta de adaptação lingüística adequada. Ao contrário, êsse preparo, segundo a declaração expressa de Antônio Vieira[21], foi sempre exigência primordial entre os jesuítas, ao ponto de sobreporem, para os missionários, o conhecimento do tupi ao do latim desde o tempo de *Nóbrega*[22] e de admitirem de preferência elementos conhecedores do tupi, por haverem convivido com os índios.

Um dêles foi Antônio Rodrigues, o primeiro mestre dos estudos tupis na Bahia e que não poderia pautar as suas lições pelo latim, porque não o sabia na ocasião.

Além disso, sempre houve entre os nossos jesuítas bons conhecedores de outras línguas não latinas, aos quais não poderiam escapar as diferenças estruturais de uma para outra. Na Bahia chamavam de grego ao tupí[23], provàvelmente por certas afinidades na formação de palavras compostas[24].

Vem aqui muito a pêlo registrar a crença entre os jesuítas de o padre Azpilcueta Navarro ter tido maior facilidade na aprendizagem do tupí por falar o vasconço ou basco[25].

---

(15) — *Ibid.* p. 558/60. — *Anchieta — Arte de Gramática; Licença.*

(16) — *Diálogo da Doutrina Christãa;* segundo *Serafim Leite; História* etc. vol. *II.* p. 559 vol. VIII. p. 28.

(17) — *Arte De Grammatica Da Lingoa mais usada na costa do Brasil;* Coimbra; 1595.

(18) — Entenda-se: *missionários jesuítas,* os únicos que publicaram livros em tupi.

(19) — *Op. cit.* p. 101.

(20) — *Ibidem;* p. 102.

(21) — "E. porque sem a ciência das línguas tudo o mais que em outras missões se ensina não passa dos portuguêses, ... não podem passar a outros estudos os nossos religiosos moços, sem primeiro serem examinados e aprovados'. *J. Lúcio d'Azevedo — Cartas;* vol. III. p. 604. Compare também; pp. 619, 732 e *Serafim Leite,* nota seguinte.

(22) — *Serafim Leite — História,* vol. *II,* pp. 562-565.

(23) — *Cartas Avulsas;* p. 270.

(24) — Também Léry atribui ao tupinambá certos contatos com o grego, no final do capítulo 19 da sua *Viagem.*

(25) — *Nóbrega; Cartas do Brasil;* p. 93:

"e já sabe a língua dêles, que, ao que parece, muito se conforma com a biscainha".

Seria antes devido ao pendor e ao conhecimento de uma língua, onde predominam os sufixos e partículas pospostas.

A que se reduz então a latinização do tupí pelos jesuítas?

Exclusivamente à terminologia e à disposição da gramática.

Não há na construção da frase tupí dos jesuítas a menor aproximação ao latim e ao português, e mesmo nas categorias gramaticais as diferenças avultam(26). Os jesuítas procuraram, acima de tudo, manter castiça a linguagem dos índios através do tempo e das influências da aculturação, fazendo apenas as concessões inevitáveis por meio do processo corriqueiro em tôdas as línguas, que é a evolução semântica.

Prova disso é principalmente a segunda edição do catecismo de Araújo-Leão, de 1686, que supera em alguns pontos a primeira, de 1618, na pureza, e sobretudo na transparência da grafia. Mesmo a substituição de uns poucos têrmos caídos em desuso entre os índios mostra a escrupulosa identificação dos seus escritos com a praxe indígena.

Mais ainda.

De 1686-1687 os superiores permitiram a reedição da gramática do pe. Figueira e do catecismo do pe. Araújo. Na mesma época deram licença ao pe. Bettendorff para a impressão de um catecismo tupí mais breve; mas, ao que podemos concluir, não se interessaram na publicação da *Doutrina Christã / Em lingua geral dos Indios do Estado do Brasil / e Maranhão, composta pelo P. Philippe Bettendorff, / traduzida em lingua irregular e vulgar usada / nestes tempos*(27).

Atentemos bem no sentido dêste título, onde aparecem duas línguas índias; uma é o tupi original, em que já existiam catecismos; a outra, usada no Estado do Maranhão, ao tempo de Bettendorff, classificada de irregular e vulgar, é o tupi dos mestiços, a *língua-geral,* que denominamos *brasiliano*.

Excetuando essa versão de Bettendorff, nenhuma das obras brasilianas conhecidas é de jesuíta, embora lhes vêm sendo atribuídas enganadamente.

É ridículo ver no *brasiliano* o resultado da disciplinação do tupí pelos jesuítas. Êsse brasiliano surgiu naturalmente e muito cedo pelo contato de duas culturas. Basta reparar na deterioração léxica de muitas das denominações tupís já registrados por Gabriel Soares, como vimos lembrando.

(26) — Compare o texto transcrito no capítulo: *Três Códices Brasilianos da Universidade de Coimbra*.

(27) — A letra *g* isolada foi riscada pelo copista; ia escrevendo *geral,* que o autor não empregara, certamente para evitar a repetição, mas, ao lado da língua-geral dos índios, do tupí pròpriamente dito, havia a outra geral dos mestiços de índios e brancos, o *brasiliano*.

Compare o capítulo "Três Códices Brasilianos da Universidade de Coimbra".

Entretanto, as circunstâncias infiltraram aqui a sua ironia. Se, por um lado os tupinistas jesuítas fizeram tudo para conservar a pureza original da língua, por outro, a propagação do tupi entre os chamados nheengaíbas do Amazonas, através de aldeamentos conjuntos, também favoreceu naturalmente a sua deterioração. O *nheengatu* é o resultado espontâneo e final dessa promiscuidade imposta pelo missionário civilizador(28) e do intercâmbio subseqüente entre os índios.

Se, portanto, é irrisório atribuir aos tupinistas jesuítas cuja eloqüência e assimilação perfeita entusiasmavam os próprios vates indígenas, "uma sistematização simplificada do tupí"(29), "um tupi jesuítico sensìvelmente distanciado das línguas tupís naturais"(30), "a língua-geral, que chegou a se implantar em certas regiões no Brasil"(31), não o é menos a invectiva de terem latinizado a gramatica tupí.

Como as gramáticas de Anchieta e Figueira eram destinadas a europeus e a tarefa primordial dos missionários consistia em transmitir aos tupís o conteúdo de textos latinos ou portuguêses, o conhecimento das formas correspondentes nas respectivas línguas era-lhes indispensável. Isso exigia, como em todos os compêndios para estrangeiros, o uso da terminologia e dos paradigmas conhecidos. Explanações adicionais ressaltariam divergências e fixariam as maneiras de tornar a versão rigorosamente fiel, segundo os cânones vernáculos indígenas e ajustada à mentalidade dos ouvintes.

Aos primeiros lingüistas incumbia, pois, passar revista ao material disponível com a finalidade de coordená-lo da maneira mais adequada, tendo em mira, tanto a realidade tupí, quanto a condição dos estudantes.

Anchieta, o desbravador, começou mui racionalmente pela *fonêmica*(32), capítulo a que teremos de voltar para considerações mais detidas.

(28) — O pe. Anselmo Eckart informa o seguinte à p. 562 dos seus "Aditamentos" a Pedro Cadena:

"Como as missões do Pará se compunham tôdas de facções de diversas famílias lingüísticas, os seus índios, embora tratassem com o padre na língua-geral brasílica, em suas casas cada nação falava a sua própria".

(29) — *Mattoso Câmara; Introdução às Línguas Indígenas Brasileiras;* p. 101.

(30) — *Ibidem;* p. 104.

(31) — *Ibid;* p. 102.

(32) — *Arte de Gramática;* ff. 1 a 9 (sic) em lugar de 8.

A seguir, pelos motivos expostos, procurou ater-se ao arranjo observado pelos gramáticos mais respeitáveis na época, principalmente do latim, já que as gramáticas portuguêsas mais antigas, a de Fernão de Oliveira(33) e a de João de Barros(33a), lhe seriam de limitadíssima prestância. Passando, pois, ao *nome*(34), logo na primeira linha frisa, que o tupi "não tem casos nem números distintos, salvo o vocativo", que tem forma especial em *algumas* palavras.

Ao tratar dos *nomes compostos*(35) ministra ensinamentos, inclusive da maneira de traduzir a forma genitival, a que as exigências modernas nada de essencial podem acrescentar. Dos *nomes derivados* refere ali tão só os formados por meio do sufixo *sûara*(36), dedicando parágrafos especiais às derivações por meio de outros sufixos(36a).

O parágrafo mais interessante e característico no capítulo do nome tupí é, sem dúvida, o dos tempos, pois os substantivos tupís têm *pretérito, futuro* e *futuro do pretérito*(37).

Haverá em tudo isso alguma analogia com o latim?!

Induzido provàvelmente pelo número gramatical, Anchieta inclui os numerais no capítulo dos nomes(38), mas nenhuma alusão faz ao artigo, ausente de ambos, do latim e do tupi.

O capítulo *V*, dedicado ao *pronome pessoal*, é talvez o mais fraco nas gramáticas jesuítas, porque nêle não incluiram o *pronome verbal*. Reconhecem-no como tal, mas classificam-no de *artigo* por certa semelhança funcional(39).

Como de costume, Anchieta exemplifica as correspondências entre as formas tupís e latinas, ressaltando que o *pronome absoluto* assume funções possessivas. Por sua vez, o *possessivo* leva Anchieta a tratar, no mesmo capítulo, dos *índices de classes* e

(33) — *Gramática da Linguagem Portuguêsa*. Saiu em 1536. Há uma 3.ª edição feita em 1933, sob a direção de Rodrigo de Sá Nogueira.

(33a) — *Gramática da Língua Portuguêsa*, Lisboa, 1540.

(34) — *Arte;* fl. 9 por 8.

(35) — *Ibidem*; fl. 8 v.

(36) — *Ibid;* fl. 10 e 10 v.

(36a) — *Ibid;* ff. 29v. a 34 e 51v.

(37) — *Ibid.* ff. 33 — 34.

(38) — *Ibid.* ff. 9v. e 10.

(39) — *Ibid.* fl. 20v. — *Figueira;* pp. 10 e 11. — Assim como o artigo sempre vai acompanhado de um substantivo, no tupi o pronome verbal só se enuncia seguido de um verbo finito.

das modificações a que estão sujeitos(40), incontestàvelmente uma das categorias mais surpreendentes para gramáticos clássicos.

Até aqui já lançamos uma rápida vista d'olhos à terça parte das lições de Anchieta, contendo a maneira de trasladar a tupí castiço certas formas léxicas portuguêsas e latinas das classes de nome e pronome. A terminologia empregada pelo Mestre é de preferência a latina, por ser a única geralmente adotada e compreendida. Isso não obstante, desafiamos os eternos detratores, que nos apontem nessas dezoito fôlhas a mais mínima tendência à latinização ou a concessões outras feitas no tupí jesuítico a qualquer língua. Hajam vista especialmente: a pluralização de certos substantivos, a maneira de traduzir o genitivo latino, o adjunto preposicionado português, os índices de classes com a sua função possessiva na terceira pessoa e os pronomes exclusivo e inclusivo da primeira pessoa do plural.

3.º — Passemos agora à *conjugação*, o capítulo mais visado pela crítica, por via de regra mal informada.

Ha no tupi combinações léxicas capazes de traduzir corretamente qualquer modo e tempo da conjugação latina, embora nêle não existam terminações verbais. As duas espécies de pronomes pessoais e diversas partículas servem-lhes de substitutos bastantes. O missionário, por mais chã mantivesse a versão da doutrina, não as poderia ignorar na transmissão dos seus textos algo mais complexos do que a linguagem corriqueira dos índios.

Forçoso foi, assim, ao gramático sistematizar e confrontar as equivalências sem afastar-se da genuína fala dos tupís. E, nessa tarefa foi muito conseqüente, a despeito das aparências, pois ainda que, também aí, a finalidade prática o prendesse à terminologia latina, a realidade tupí o levou por mais de um desvio.

Os modos desdobram-se por isso, um tanto vacilantes, em: Indicativo, Imperativo, Permissivo, Condicional, Optativo, Conjuntivo, Gerúndio, Particípios e Infinitivo. Alguns dêles vêm caracterizados mais através da função do que pela denominação especificamente conferida. Os dois últimos são formas nominais e nessa qualidade têm os tempos peculiares ao substantivo tupí.

Portanto, já nos modos há discordância do latim para o tupí, principalmente na construção divergente das formas conjuntiva, optativa e permissiva, que no tupí não se confundem como no

(40) — Inclusive por anteposição dos possessivos. *Anchieta; Arte;* ff. 13 a 17.

latim ou português. Nestes também nada existe, que se compare à forma dupla do *particípio passivo* tupí.

Se, apesar disso, Mattoso Câmara afirma, que no tupí jesuítico

"os verbos passaram a ter uma conjugação latina"(41), falseia consciente ou levianamente a verdade, ainda que a seguir procure atenuar o categorismo do seu aresto. Deturpa, não apenas os preceitos expressos, mas principalmente a intenção precípua dos tupinistas missionários: a de ensinar como se traduzem corretamente em tupí os paradigmas latinos. Além disso ignora-lhes a amplitude e o valor específico dos ensinamentos, sonegando a soma esmagadoramente maior de peculiaridades tupis expostas, que nenhum símile encontram no latim ou português.

Mostram os padres tupinistas, que na modalidade equivalente ao indicativo só existem pròpriamente duas formas, expressando respectivamente o pretérito e o futuro(42), e, a seguir, como a forma pretérita pode assumir cambiantes de tempo, precedência ou concomitância, correspondentes ao presente, imperfeito e mais-que-perfeito, por meio de advérbios como: *agora, já, então* e as suas combinações, sempre que a clareza do enunciado o exigir, e, só nestes casos.

Evidentemente, ainda que arrumado à maneira de paradigma, o verbo tupí, essencialmente invariável, combinado a seu jeito, com uma série variada de partículas, não constitui uma conjugação latina, nada lhe imita naquilo em que, no latim ou no português, consiste pròpriamente a conjugação, embora lhes reproduza sofrìvelmente as sutilezas clássicas e, para maior clareza, o arranjo e a terminologia.

Finalmente, que diremos dos verbos tupís irregulares? da estranha conjugação relativa ou subordinada? do freqüente emprêgo taxativo das formas verbais equivalentes ao gerúndio e supino latinos? das peculiaridades dos verbos transitivos diretos e transitivados? da conjugação dos adjetivos e da bicategoricidade dos verbos intransitivos? êstes dois últimos por efeito da caracterização ainda incompleta das classes de palavras.

Haverá alguém que ouse ver latinização do tupi nesses singulares idiomatismos, aflorados todos êles pelos jesuítas?

---

(41) — *Introdução* etc. p. 104.

(42) — Em rigor, sendo o futuro formado com auxílio de um advérbio arcaico, cabe-lhe o que dizemos a seguir do imperfeito e mais-que-perfeito, com a diferença de o futuro tupí ter sido de uso taxativo entre os índios.

Que mal houve finalmente, nos séculos 16 e 17, numa terminologia gramatical pouco adequada aos fatos tupís, se, de um lado, não atentam contra a originalidade da frase e do outro favorecem a boa compreensão?

Êsses críticos andarão por acaso esquecidos da pobreza das gramáticas portuguesas do Quinhentos(43), muito inferiores às tupís de Anchieta e Figueira, e, da balbúrdia reinante até hoje em nossa própria nomenclatura gramatical?

4.º — Quanto à elasticidade do sentido das palavras, Mattoso Câmara parece desorientar-se mais e mais no dédalo das suas idéias preconcebidas, guindando-se após elas a chocantes exageros:

"..... *todo* o léxico, *tôda* a semântica da língua se adaptou à visão cósmica ocidental, dando-se uma *transformação geral* no quadro das significações da língua tupi..... ....."(44).

E põe a tais arreganhos pomposos êsse murcho arremate:

"um exemplo muito expressivo é o emprêgo de *tupã* para a idéia cristã de Deus"(45).

Exemplo de que? santo Deus!

De que *tôdo* o léxico e *tôda* a semântica tupí sofreram *transformações gerais,* só porque os índios, guiados pela observação e as explicações dos missionários em assuntos de religião, ampliaram o sentido primitivo de certas palavras, como no caso de *tupã?*(46).

Todo idioma, como espelho cristalino da cultura do povo que o fala, reflète fielmente, por evolução semântica ou neologismos, o surgimento de novos elementos ou idéias culturais. Não houve, assim, violação alguma de processos lingüísticos no tomar o têrmo *tupã* a acepção de *Deus* ao lado da primitiva de *raio* e *trovão,* idéias que tinham evidente afinidade(47) e certamente coexistiram daí por diante na mentalidade tupi.

---

(43) — Referimo-nos às de Fernão de Oliveira (1536) e de João de Barros (1540).

(44) — *Introdução* etc. pp. 104/105.

(45) — *Ibidem;* p. 105.

(46) — *Compare Cardim; Tratados;* p. 163 e *Nobrega; Cartas;* p. 99.

(47) — O *Tupã* cristão seria o Deus temeroso, feição predominante no ensino religioso da época e conceito que se casava bem com as manifestações atemorizantes do *tupã* da mitologia tupi. O inferno onipresente na doutrina e nas ilustrações apavorantes, reproduzidas nas reduções guaranis, reforçam êsses traços.

5.º — Que Mattoso Câmara tem a mira constantemente no tupí intermediário, que é o nosso *brasiliano, a língua-geral,* confundindo-a com o tupí original dos jesuítas, vemos em trechos como êste:

"Ao mesmo tempo, como "língua geral"', êsse tupi jesuítico se implantou no norte do Brasil, na zona do Rio Negro, onde sofreu uma evolução; ..... Tem-se assim o *nheengatu* ....."(48).

Se Mattoso Câmara tivesse algum conhecimento do tupí e do desenvolvimento histórico da língua-geral, não confundiria os dois dialetos. A chamada língua-geral, como tantas vêzes repetimos, é um tupí modificado por efeito de aculturações e de mestiçagens. Ao contrário, o tupí jesuítico, a língua brasílica, é o legítimo tupí original dos índios. Nêle, a par do indispensável registro dos casos de evolução semântica, oficializaram das variantes léxicas esparramadas pelas diversas tribos tupís, tão só as mais generalizadas. Nada inventaram e nada modificaram na respectiva lexicologia(49).

Essa uniformização jesuítica, uma exigência inelutável da elaboração dos compêndios e do projeto da sua publicação, não impedia na prática a adaptação local dos missionários às pequenas variantes léxicas.

Quando é que tal objetivo tão claramente indicado pelos jesuítas vai entrar na cabeça dos critiqueiros improvisados?

6.º — Outra das afirmativas inconsistentes de Mattoso Câmara é a referente ao registro jesuítico de uma fonêmica simplificada da língua brasílica:

"..... houve uma simplificação fonética *muito grande*. O jesuíta tendeu a deixar de lado *tudo aquilo* que era muito exótico para êle e de difícil reprodução"(50).

"..... no tupí jesuítico foram eliminados, como já vimos (??), os traços fônicos e formais, ..."(51).

Como prova desta montanha assim configurada, nasce dela o calunguinho do rifão, quando afirma, com dois exemplos inexpressivos, que, em vez de *mbaé* alguns jesuítas grafaram *baé;* que costuma aparecer *i* normal em lugar do *y tupí* e que não indicaram outros traços fonéticos *importantes,* como o acento de altura, que se encontra no mundurucu e em outras línguas tupís de hoje.

(48) — *Op. cit;*. p. 105.

(49) — Mattoso Câmara lembrou muito bem a semelhança dêsse processo de unificação com os de alguns países europeus ao tempo da Reforma, mas enganou-se no ajuizar a sua extensão no tupi. (pp. 103/04).

(50) — *Ibidem*; p. 104.

(51) — *Ibid;* p. 107.

Efetivamente, não se encontram referências ao acento de altura, a êsse modular característico, que, sem nada acrescentar ao sentido das palavras, denuncia a procedência do falante. Se o houve, deve ter sido vário e, não há como tachá-lo de importante, na prática. De forma alguma caberiam tais conotações nos compêndios de um léxico *unificado* como o da *língua brasílica,* do nosso *tupí*. Porém, invocar nessa conexão o testemunho do mundurucu, um dialeto, senão uma língua tão divergente do tupí, é pelo menos um escorrêgo.

Anchieta é meticuloso na exposição das alterações fonéticas. Trata dos casos de apofonia, e abrandamento, de apócope e haplologia, de consonantização, de nasalação por efeito de *m, n* ou vogal nasalada próximos. Entretanto, a sua grafia ainda é pouco prática e inconstante, pelo menos na gramática impressa, cheia de imperfeições.

Figueira melhora a grafia pela introdução do *y* para o *i* gutural(52), do *k* em lugar de *qu* e ao dar a *qu* o valor de *qü*(53); mas, infelizmente, não caracteriza o *i* semivogal(54) e o *y* átono(55).

No mais, de fato, tanto na gramática de Figueira como no *Vlb*. figuram, certamente por incúria, alguns vocábulos com a inicial *b* em lugar de *mb*.

Também há no *Vlb*. substituições do *y* tupí por *i,* devidas principalmente à grafia adotada antes da divulgação do livro de Figueira(56).

Entretanto, não é o *Vlb*. pelas cópias hoje conhecidas, feitas por amanuenses de competência lingüística duvidosa, nem as gramáticas de Anchieta e Figueira, impressas em Portugal sem a sua assistência, que nos podem servir de base exclusiva para uma análise acurada da fonêmica tupí fixada pelos jesuítas. As

(52) — É o *i grosso* de Figueira e outros.

(53) — Distinção que o impressor nem sempre respeitou.

(54) — Não fazemos aqui diferença entre semivogal e semiconsoante.

(55) — Figueira representa o fonema, ora por *y* ora por *i* e *u*.

(56) — O *y* tupi era inicialmente representado por *ig* e, em alguns casos por um *i*, levando outro ponto sotoposto, que poucas vêzes vem reproduzido.

indicações ortoépicas mais completas sôbre o tupí encontram-se na gramática de Anchieta, mas elas ainda vêm rematadas na preciosa *Advertência* da segunda edição do catecismo, de Araújo-Leão. Êsse compêndio tupí tem grafia realmente sistematizada e transparente para quem se der ao trabalho de nela se enfronhar(57).

Ali se encontram, sem o atravancamento montoiano de sinais diacríticos, tôdas as indicações fonêmicas, que se poderiam esperar de lingüistas conscienciosos do século dezessete e suficientes para nos darem uma idéia muito aproximada dos sons da primitiva língua tupí. Não lhes falta a clara distinção entre vogal e semivogal, nem mesmo a denotação da exótica oclusão laríngea(58).

A despeito de escreverem para missionários em contato com a língua viva, a grafia dos tupinistas jesuítas acabou sendo muito mais exata do que a de qualquer língua culta de hoje. E, embora mais própria à tradução portuguêsa do que aos fatos lingüísticos tupís, a sua terminologia gramatical clássica, sempre convenientemente exemplificada, nada fica a dever, em sua singela clareza, à pretensiosa barafunda de nossa movediça nomenclatura gramatical dos tempos atuais.

7.º — Finalmente Mattoso Câmara é vítima, quiçá com outros, de lastimável equívoco, quando atribui ao programa de tupi finalidade e tendências, que absolutamente não tem, e não lhe cabem, afirmando que

> "..... as nossas Faculdades de Filosofia ..... criaram uma Cadeira de Tupí-Guarani dentro da velha idéia de que o tupi é o protótipo das línguas indígenas brasileiras. E a programação da Cadeira tende a desenvolver-se na base de uma filologia tupí dos textos jesuíticos e não na do exame *in loco* das línguas tupís ainda vivas"(59).

E destemperando-se, acrescenta um tanto enfatuado:

> "Nem é admissível a atitude implícita, e até explícita, de desprezo (nos Cursos de Tupi) pelas *verdadeiras* línguas indígenas, que passam a ser: *tupi impuro, línguas travadas* e *deturpações do tupi clássico* ....."(60).

---

(57) — Naturalmente não está isento de êrros tipográficos, ainda que a edição tenha estado a cargo do pe. Bettendorff.

(58) — Veja as concisas caracterizações fonéticas ministradas pela citada *Advertência*.

(59) — *Introdução* etc. p. 107.

(60) — *Ibidem;* p. 112.

Ora, às nossas Faculdades de Filosofia incumbe, em primeiro lugar ministrar o ensino de certas disciplinas consideradas de *ilustração* geral ou específica, que não fazem parte do currículo de outros institutos de ensino superior.

É nesta última tarefa que se encaixam tanto o tupi como a lingüística geral e indígena, mas sem a mínima ligação destas últimas com o tupí.

Os cursos de lingüística são de *especialização* e como tais a representação dos fonemas deve nêles obedecer a normas rigorosamente científicas.

Pelo contrário, o tupí antigo é ou deve ser considerado disciplina complementar de mera *ilustração* e, como tal, a sua grafia precisa ser clara e simples, mesmo para o leigo. Seria um contra-senso impor a semelhante ensino de língua morta um alfabeto dos chamados fonéticos. Ainda que tivéssemos conhecimento da essência de todos os fonemas tupís antigos, a sua aprendizagem e representação científica seriam de valor muito relativo para estudos lingüísticos não especializados; tomaria horas preciosas a matérias de maior alcance e a sua transmissão nesses símbolos fonéticos afugentaria irremediàvelmente vasta corrente de interessados; anularia para ela o ensino, que lhe é dedicado precipuamente.

Na qualidade de disciplina complementar, a cadeira de tupi não visa a formar lingüistas, mas a dar conhecimentos básicos da estrutura e do vocabulário da língua para os estudos brasileiros de Etnologia, Geografia, História, Ciências Naturais, Linguagem e Literatura.

Milhares de têrmos tupís oferecem nestes domínios a sugestão da sua etimologia, à espera de iniciados que a desvendem corretamente, conscientemente, através de estudos comparativos e raciocínios amparados em testemunhos fidedignos.

O ensino universitário do tupí é para os estudos *brasilianos* pouco mais ou menos o que o grego e o latim representam para a terminologia científica.

À Cadeira de Tupi incumbe levantar o nível cultural num setor importante dos "Estudos Brasilianos", mas não se propõe a formar especialistas em lingüística indígena. Não se preocupa, a não ser incidentemente, com dialetos tupís de tribos ainda existentes. Se houver referências a outras famílias lingüísticas, será tão só para lembrar as suas contribuições, ainda que relativamente pequenas, e, de qualquer forma, alertar contra a mania de ver origens tupís em *todos* os têrmos indígenas ocorrentes.

O currículo tupí, que se não afinar com êsse traçado geral, está fadado à inanição. Mas, por outro lado, atentem os responsáveis no imperdoável hiato, que a carência total de estudos tupís deixa em setores importantes da nossa Cultura Nacional.(61).

(61) — Voltaremos ao mesmo assunto no capítulo seguinte.

Biblioteca Digital Curt Nimuendajú
http://biblio.etnolinguistica.org

III

O TUPÍ NO CURRÍCULO UNIVERSITÁRIO

COMENTÁRIOS EM TÔRNO DE UMA INICIATIVA PAULISTA

Uma das constantes preocupações dos jesuítas no Brasil foi a sua perfeita aprendizagem da *língua brasílica, o tupí*. Nas informações, que, de cada membro da Companhia, iam sendo remetidas periòdicamente à direção central, os seus conhecimentos do tupí sempre mereceram visível destaque.

Do primeiro esbôço de gramática temos notícias diretas, de 1556(1). Das tentativas iniciais para traduzir textos religiosos já nos dá novas o pe. Navarro, em 1550(2).

A meticulosidade jesuítica não permitiu, entretanto, que se apressasse a publicação de qualquer estudo ou texto brasílico, sem exaustivos aperfeiçoamentos e, assim, decorreram quarenta anos antes que se cogitasse de dar ao prelo os compêndios mais necessários, dos que haviam sido elaborados até então nas residências e colégios, onde foram reproduzidos por cópias mais ou menos esmeradas.

A gramática do pe. Anchieta foi finalmente impressa, em 1595, seguindo-se-lhe, com sensível intervalo, o catecismo do padre Araújo, em 1618, e, logo a seguir, por 1621, mais uma gramática, a do pe. Figueira,

> "não obstante a *Arte* do pe. *Joseph Anchieta*, que, por ser o primeiro parto, ficou mui diminuta e confusa, como todos experimentamos",

no juízo do pe. Manuel Cardoso(2a).

(1) — *Cartas Avulsas;* p. 155.
(2) — *Ibidem;* p. 50.
(2a) — *Figueira, Pe. Luís — Arte de Gramática; Aprovação.*

Estranhamente, o léxico, cuja publicação havia sido resolvida em 1592, juntamente com a da gramática de Anchieta e do catecismo(3), nunca foi impresso pelos jesuítas.

O seu uso ficou, assim, com raras exceções, restrito à Companhia e, por ocasião da sua expulsão por Pombal, os exemplares manuscritos extraviaram-se.

Essa perda foi tanto mais sensível, quanto os raros núcleos de genuínos índios tupís, ao longo da costa, desapareciam a olhos vistos, impossibilitando a reconstituição daquele léxico, ainda que dela se cogitasse, pois a língua-geral do século dezoito, falada preponderantemente por mestiços de tôda a sorte, já não era, nem podia ser o tupí falado pelos índios genuínos, sobretudo na época da chegada dos primeiros jesuítas.

Sendo, pois, inacessível o antigo vocabulário dos jesuítas após a sua retirada do Brasil, os afeiçoados à lingüística tupí, do fim do século dezoito em diante, socorriam-se dos compêndios guaranis (!), do *Dicionário Português e Brasiliano*(4), reprodução um tanto descuidada de um manuscrito setecentista, hoje incorporado ao acervo da Biblioteca Nacional; de cópias e resumos feitos dêste, e, mais tarde ainda, de um dicionário tupi composto de vocábulos indistintamente recolhidos, por Gonçalves Dias, de quaisquer fontes encontradas, de Anchieta a 1850(5).

Os que haviam tomado contato mais íntimo com a Amazônia, estudavam e valorizavam o dialeto amazônico moderno, o *nheengatu,* que conserva, ao lado dos vocábulos estropiados, muito pouco da estrutura gramatical do verdadeiro tupi.

A maioria, por inércia ou falta de orientação, misturava tudo: o antigo e o recente, o guarani com o tupí, de acôrdo com as conveniências do momento, e essa falta de critério, aos poucos, mergulhou em quase irremovível descrédito um estudo, que deveria merecer o respeito de todo brasileiro esclarecido e constituir uma das disciplinas de ilustração mais apreciadas por aquêles, que se consagram ao nosso passado.

Aliás, as incongruências dos diversos repositórios forneciam razões sobejas para cepticismo.

Nenhum dos vocabulários tupís conferia com qualquer outro e muito menos ainda com as velhas gramáticas de Anchieta e

(3) — *Leite Pe. Serafim, —; in: Verbum;* Rio, 1944; tomo I. fasc. I.

(4) — Vocabulário manuscrito português-tupi, publicado anônimamente por frei José Mariano da Conceição Veloso. Lisboa, 1795.

(5) — *Dicionário da Língua Tupi, chamada Língua-Geral dos Indígenas do Brasil. Por A. Gonçalves Dias;* Lípsia 1858.

Figueira, ou com os textos de Anchieta, Valente, Araújo e Bettendorff. Os compêndios guaranis, por seu turno, evidenciavam diferenças outras, sensìvelmente mais incômodas ao estudioso atento.

Era êsse o melancólico panorama dos estudos tupís, quando, em 1933, São Paulo, num dos seus empolgantes arroubos, tomou a iniciativa de sistematizar o estudo do tupí, incluindo-o, como disciplina, no seu currículo universitário. Seria a justa reabilitação do "grego" dos Estudos Brasileiros(6).

Desta vez, entretanto, a idéia foi um tanto prematura. As duas gramáticas de Anchieta e Figueira eram acessíveis, graças às reedições, entre as quais se destacavam as fac-similares de Platzmann(7); e, também se tornara obtível o catecismo tupí com os seus textos variados, do pe. Araújo, mais tarde reeditado pelo mesmo divulgador(8), sem falar naquele de Bettendorff, do qual frei Veloso havia feito nova tiragem(9). Dela existem exemplares inclusive na Biblioteca Nacional, do Rio de Janeiro.

Mas, onde achar o vocabulário que lhes correspondia à linguagem, o tão falado e sempre esquivo *vocabulário tupi dos jesuítas?*

Corriam notícias da existência de um exemplar na opulenta biblioteca particular de Felix Pacheco, que, entretanto, não se mostrou inclinado a repartir, naquele momento, o seu tesouro com a Ciência Nacional(10).

Nessa emergência, e, já não podendo contemporizar, o encarregado da transcendente iniciativa paulista, cujas idéias no assunto eram compreensìvelmente um tanto vagas, enveredou por um caminho, que devia levar novo desalento às fileiras dos adeptos mais ardorosos dos estudos tupís.

Começou, em 1934, pela reedição do *Dicionário Português e Brasiliano,* juntando-lhe como reverso o *Brasiliano-Português,*

(6) — Nome que os jesuítas davam ao tupi. *Cartas Avulsas,* p. 270.

(7) — *Platzmann Júlio —; Arte de Gramática etc. feita pelo P. Joseph de Anchieta;* Lípsia, 1876.

— Por coincidência feliz a Biblioteca Nacional fez dela nova tiragem, em 1933.

Idem; Arte de Gramática etc. do P. Luís Figueira; Lípsia, 1878.

(8) — *Araújo Pe. Antônio de —; Catecismo Brasílico* etc. II. edição de 1686. Reeditada por Júlio Platzmann; Lípsia 1898.

(9) *Bettendorff, P. João Filipe —; Compêndio da Doutrina Cristã na Língua Portuguêsa e Brasílica;* Lisboa, 1800.

(10) — Compare o *Prefácio do Vocabulário na Língua Brasílica;* São Paulo, 1938.

que frei Veloso, depois de publicar a primeira parte, havia começado a compilar(11). É êsse o livro pôsto nas mãos dos ávidos principiantes,

> "não porque seja trabalho perfeito, ou porque documente com exatidão o falar do aborígene"(12),

mas, evidentemente, porque não conhecia outro mais apropriado.

Cometeu, assim, dois grandes erros, cujas conseqüências nefastas nem os impulsos do mais puro idealismo foram capazes de neutralizar nos anos seguintes.

1.º — Iniciou a fase universitária (!) dos estudos tupís com a publicação de um dicionário *português-tupi,* cujo tupi não corresponde aos compêndios clássicos, para compreensão e análise dos quais devia contribuir precìpuamente.

2.º — Editou, como reverso *tupi-português* do mesmo, uma compilação, que traz os mais desnorteantes enxertos tupís, que não figuram na primeira parte e foram tirados de um manuscrito muito mais antigo, evidentemente restos do vocabulário tupí dos jesuítas(13).

Logo a seguir, em 1935, deu à estampa outro vocabulário tupí mais resumido, o *Caderno da Língua,* de um manuscrito de frei *João Arronches,* ou a êle pertencente(14), trazendo a data de 1739.

Cronològicamente situa-se não muito afastado do *Dpb.* mas as formas dialetais divergentes desautorizam a suposição de Ayrosa, segundo a qual o *Caderno* seria simples extrato do *Dpb.*

Dos comentários a essa publicação podemos concluir, que Ayrosa iniciara então os estudos comparativos dos vocabulários

(11) — *Dicionário Português-Brasiliano e Brasiliano-Português; in Revista do Museu Paulista;* tomo 18; São Paulo, 1934.

(12) — *Idem, ibidem; Prefácio* de Plínio Ayrosa.

(13) — Na tal reversão (?) organizada por frei Veloso ainda faltava a parte correspondente às iniciais *C, E, G, O,* que foi preenchida por Plínio Ayrosa.

A pressa em pôr nas mãos dos alunos um dicionário tupi e o desconhecimento das diferenças entre o tupi e o dialeto nortista do *Dpb,* que, para delimitação científica, apelidamos de *brasiliano,* impediu então o reconhecimento da heterogeneidade dessa mistura. — Anos depois, a utilização do *Vlb.* por frei Veloso, foi denunciada, mas ao nosso ver, insuficientemente estigmatizada por *Maria de Paula Martins.* em suas *Notas sôbre as relações verificadas entre o Dicionário Brasiliano e o Vocabulário Na Língua Brasílica* — Boletim 52 da Faculdade de Filosofia etc. de São Paulo. São Paulo, 1945.

(14) — Publicado no vol. 21 da Revista do Museu Paulista; São Paulo, 1937. — A separata, com duas ilustrações, traz o ano de 1935.

ao seu dispor, confrontando os vocábulos do *Caderno* principalmente com os do *Dpb.* Mas, ocasionalmente, também como o nheengatu, de Stradelli, e as formas guaranis de Montoya e Batista Caetano.

É nesse trabalho que as divergências dialetais devem ter começado a impressioná-lo deveras; e, então, na impossibilidade de as coordenar convenientemente dentro do tupí, por falta de um dicionário correspondente às gramáticas de Anchieta e Figueira, deixou-se levar pelas idéias unitárias de Batista Caetano(15). É assim, que, por influência indireta do grande mestre do *guarani antigo,* em má hora guindado a patrono dos *estudos tupis* (!), surgiu no respeitável Currículo Universitário de São Paulo a impagável disciplina *Língua Tupi-Guarani.*

Êsse cômodo aleijão genérico permitiria, de um lado, recolher debaixo do mesmo teto quaisquer variantes léxicas de tôda a família tupi-guarani, sem restrição de época, das Gùianas ao Prata, do Atlântico aos Andes; do outro, facultaria ao regente da Cátedra relegar o tupi impossível a segundo plano, para arrimar-se tranqüilamente às lições do mestre guarani. Era o resguardo prudente ao despreparo e às circunstâncias.

Ainda que indefensável, numa Universidade, é compreensível o recurso de que Ayrosa lançou mão para safar-se de um beco, onde afoitamente se havia metido, ao proferir e publicar, em 1933, as suas *Primeiras Noções de Tupí*(16).

Como poderia organizar o ensino de uma língua sem vocabulário? Ou, deveria êle promover a disciplina universitária o *nheengatu,* essa algaravia a que bôcas estranhas tinham reduzido o tupi por abastardamentos seculares? Haveria de fazer-se arauto do enfatuado Constantino Tastevin(17), que, tal como

(15) — Batista Caetano de Almeida Nogueira, autor de dois compêndios guaranis e de diversos estudos de inegável valor, sempre votou indisfarçável desprezo aos antigos mestres do tupi, atribuindo, não sem ocasionais contradições, as principais diferenças entre o tupi e o guarani à incapacidade de os portuguêses apreenderem e reproduzirem sofrìvelmente certos fonemas indígenas. A seu ver não acontecia o mesmo com os espanhóis, mas não se lembrou, que espanhol também era Anchieta.

(16) — Apresentadas como se emanassem de profundo conhecedor, deve ter-se envergonhado ao depois de muito do que aí afirmou. Como vemos pelo título, no princípio apelidava de tupi (!) a língua que pretendia ensinar, confirmando a sua vacilação posterior.

(17) — O pe. Constantino Tastevin foi missionário no Alto-Amazonas, onde assimilou o *nheengatu* que êle chama *tapyhyîa.* Homem de breves análises, sobrepõe o nheengatu ao tupi e ao guarani antigos, distribuindo quinaus pretensiosos aos velhos mestres.

Barbosa Rodrigues, sobrepõe a pureza *original* (?!) da sua fonêmica e morfologia nheengatus à do tupi de Anchieta, Figueira e Bartolomeu de Leão?

Não fôra possível!

Cingir-se-ia, pois, nas suas preleções e referências explicativas fundamentais, ao guarani antigo, haurido cômodamente em Batista Caetano, embuçando-o, para o leigo, no disfarce mais atraente da tal *língua tupi-guarani,* mas substituindo-lhe, por conveniências várias, a grafia por outra da sua invenção, que, a título de *"extrema simplicidade",* sofre de graves inconvenientes.

Ao lado do valor duplo do til e da indicação defeituosa da tonicidade, indesculpável é nela a inexistência de caracteres específicos para as semivogais e a fricativa sonore *j,* que já existia no tupi quinhentista(18).

A referência à grafia do tupí oferece-nos ensejo asado para uma tomada de posição num assunto em que, por falta de um programa básico racional e nitidamente esboçado pelos regentes tupinistas, as opiniões se vêm acirrando com sensível prejuízo de um setor atraente, especìficamente nosso, do Ensino Superior: *os estudos tupis*.

No que tange à grafia, num Curso de Lingüística especializado, que se propõe a fixar fonèticamente uma lingua viva, a sua transcrição deve entrosar-se num sistema científico internacional.

Longe de nós o pô-lo em dúvida.

Entretanto, no Curso de Tupi das nossas Faculdades de Filosofia, visando muito mais à ilustração adicional dos seus ouvintes do que à formação de especialistas em Fonética, a orientação deve ser outra.

Em primeiro lugar, o programa deve basear-se no *dialeto original quinhentista*(19), que é o único a oferecer perspectiva verdadeiramente adequada a comparações. A sua fonação exata escapa à nossa verificação, por ser uma língua morta(20), mas é surpreendente a meticulosa transcrição fonêmica, na segunda edição do *Catecismo Brasílico,* do pe. *Antônio de Araújo,* com a preciosa *Advertência sôbre a ortografia e pronunciação*(21).

É verdade que a grafia do Catecismo tupí não chega à minudente caracterização da de Montoya(22) mas, com as poucas observações e regras gerais, dela se aproxima muito mais do que o simples aspecto sugere à primeira vista.

O melhor alvitre, nesse caso, pareceu-nos o de adotar um alfabeto fonêmico, que, sem perder inteiramente o contato com os compêndios antigos, se afaste o menos possível da grafia portuguêsa, mas em que todo fonema tenha a sua representação específica e onde cada caráter ou sinal diacrítico possua um só valor(23).

Quanto à utilidade do estudo do tupi em si, parece incrível que ainda a questionem.

Das nossas línguas indígenas conhecidas, o tupi não é apenas a mais antiga, de trajetória mais conhecida em todo o seu percurso, de desenvolvimento cronológico mais diversificado, inseparável, a muitos títulos, da nossa cultura e do nosso meio, mas também a língua nativa de mais vastos interêsses lingüísticos especiais, pela fartura do material antigo e médio disponível, que se encadeia aos dialetos sobreviventes até hoje; o vasto e variado panorama da evolução de uma língua à espera dos seus intérpretes.

Se existe uma língua indígena brasileira ideal para servir de base às mais variadas indagações comparativas, é, sem exagêro, o nosso tupi.

---

(18) — O valor do *j* consoante na grafia jesuíta do tupi não corresponde ao do *j* guarani em Montoya e Restivo. No tupi tem valor igual ao português atual, enquanto o j guarani se pronuncia como o inglês (dj).

(19) — Usamos indistintamente *dialeto* ou *língua* para designar os principais componentes da família tupi-guarani.

(20) — Designamos por *língua tupi* exclusivamente o *dialeto unificado* pelos jesuítas em seus compêndios.

(21) A II. edição, emendada por *Bartolomeu de Leão,* esteve aos cuidados do pe. Filipe Bettendorff. Lisboa, 1686.

(22) — Os compêndios de Montoya constituem o repositório mais importante do guarani antigo, a despeito das numerosas falhas de impressão, principalmente nos sinais diacríticos.

(23) — O alfabeto adotado pela Faculdade de Filosofia da Universidade Federal da Bahia e, com minúcias adicionais pelo pe. A. Lemos Barbosa, em seu valioso *Curso de Tupi Antigo,* parece corresponder a êsses requisitos em suas linhas gerais, embora se afaste em alguns pontos das regras ortográficas do português nem sempre aplicáveis.

Infelizmente, a nossa tentativa pessoal, em 1942, de convencer o sr. Plínio Ayrosa da utilidade de uma grafia unificada não encontrou eco e as publicações tupis de São Paulo padecem das lastimáveis deficiências, que o entendimento teria evitado.

Para os nossos naturalistas e geógrafos o tupi é indispensável à apreciação total de numerosos pontos da sua esfera científica; ao historiador é de utilidade freqüente.

Para os nossos lingüistas em geral o tupi é insuperável na demonstração de uma série de processos gramaticais em elaboração, ou na exemplificação de fatos divergentes: indistinção de classes, bi-categoricidade, a lenta elaboração dos adjetivos qualificativos e dos substantivos abstratos de conceitos concretos, a duplicidade de pronomes subjetivos e das formas do particípio passivo, a conjugação dos adjetivos, etc. etc.

Que mais podem desejar os nossos lingüistas à guisa de complementação aos prolegômenos da sua Ciência? Não seria muito mais interessante para os seus alunos, se os exemplos de certos fenômenos fôssem tirados, sempre que possível, de língua nossa e de estudos de casa, que deixariam sedimentos aproveitáveis em outros setores?

Aos comentários dos nossos etnólogos lingüistas falta até hoje um centro de convergência familiar a todos. Se os futuros etnológos trouxessem da Faculdade os conhecimentos básicos do tupi, os comentários gerais a respeito de qualquer outra língua americana, guiados por certas diretrizes, passariam a convergir no tupi quinhentista: O conhecimento de uma língua indígena nossa constitui o melhor aparelhamento inicial para tais pesquisas, porque a compreensão de certos fatos lingüísticos americanos amiúde se torna mais completa pela comparação com outra língua indígena, por tôda uma série de contatos entre as diversas famílias.

As referências ocasionais de todos à mesma língua, por todos estudada, facilitaria sensivelmente o entendimento e a colaboração mútua, que são impossíveis, se cada qual se acastelar, de modo privativo, em sua área e bases restritas.

Será isto tupimania?

Infelizmente as históricas finalidades nacionalistas aí delineadas e que devem ter predominado no espírito esclarecido dos propugnadores da Catedra de Tupi, parece terem sido esquecidas na Universidade de São Paulo([23a]).

Colhemos essa desoladora impressão de certas transformações estruturais recentes na referida Cadeira, que já transparecem na mudança da denominação antiga pela atual de "Línguas Indígenas do Brasil".

Evidentemente, quaisquer estudos universitários de línguas indígenas vivas são muito louváveis, contanto que se processem

([23a]) — *Schaden, Egon —; Tupi or not tupi;* artigo transcrito no Jornal da Bahia, em 19 de junho de 1966.

numa cátedra de lingüística e com intuito de formar especialistas. De outra maneira não se justificam.

Outrossim, não ha negar que certas línguas aruacas e caribas, o cariri e o bororo enriqueceram as nossas onomásticas com uma série de nomes que merecem estudados.

A sua interpretação deverá constituir o complemento de ilustração a ser acrescido no currículo universitário, facultativamente, de acôrdo com as conveniências do programa ou das peculiaridades da respectiva região, aos estudos lingüísticos tupi-guaranis de âmbito mais vasto e por isso de preferência obrigatórios, por serem de interesse histórico e cultural da Nação inteira.

De forma alguma uma cátedra especializada de lingüística indígena, de ressonância compreensivelmente restrita, poderá substituir uma disciplina de ilustração como a do tupi, com o seu eco onipresente na vida diária da nossa gente e não menos no setor das ciências naturais, através de milhares de têrmos para sempre ligados ao nosso ambiente e à nossa cultura.

Excluir os rudimentos da língua tupi dos estudos especificamente brasilianos é quase como suprimir o latim e o grego nos estudos clássicos".

É lastimável que haja necessidade de o repetir.

Voltemos, porém, ao nosso assunto, ao início dos estudos tupis na Universidade de São Paulo.

Passaram-se meses das primeiras publicações.

Eis que, por uma dessas reviravoltas do mundo, o cimélio trazido da Europa, o *Vocabulário na Língua Brasílica,* dos jesuítas, tão ciosamente guardado por Felix Pacheco foi parar, por sua morte, no acervo da Prefeitura de São Paulo. Poder-se-iam finalmente sistematizar os estudos tupis. Existia agora a possibilidade de proceder a exames comparativos cronológicos dos dialetos tupis entre si: do vocabulário jesuíta (*Vlb.*) com o *Dicionário Português e Brasiliano* (*Dpb.*) e o seu legítimo reverso da *Poranduba Maranhense* (*Dbp.*) com o *Caderno da Língua* (*Cl.*) e com o vocabulário da *Crestomatia da Lingua Brasílica* (Vpb.)([24]). Em resumo, possibilidade para estudos que partissem racionalmente do mais antigo ao mais novo, no afã de precisar as transformações históricas entre o tupi original e o nheengatu do Amazonas. Quantas perspecti-

([24]) — Para dados mais detalhados de cada qual dêsses vocabulários, veja os capítulos respectivos a seguir.

vas empolgantes se abriam aos olhos dos amigos da nossa lingüística indígena!

Infelizmente, Ayrosa, que os poderia iniciar ou orientar, com os meios disponíveis, se real pendor possuísse para tais elucubrações, já não se mostrou inclinado a voltar sôbre os seus passos.

Temos disso a prova na sua tese(25), apresentada na Universidade de São Paulo, em 1938 e defendida em março de 1939, onde só aparecem formas tupis nas transcrições de Anchieta e Figueira.

Demais, dos reduzidos trabalhos lingüísticos da sua lavra, entre 1938 e 50, ao lado de pequenos comentários, mais guaranis do que tupis e antes argumentos alheios do que próprios, só dois merecem relevados: os retoques ao *Colóquio* do livro de Léry(26), "... um retrocesso no estudo do tupi", na opinião abalizada de Lemos Barbosa, e a reedição dos *Poemas Brasílicos,* do pe. *Cristóvão Valente*(27), aos quais acrescentou notas esclarecedoras e a tradução. Esta claudica repetidamente no sentido e aquelas mostram as grandes lacunas nos conhecimentos gramaticais do comentarista(28). As observações morfológicas são de preferência transcrições do *Vocabulário,* de *Batista Caetano*(29). Já por êste lado são falhas, principalmente no que se refere aos *índices de classe,* de cuja existência Batista Caetano nem sonhava.

Não se compreende bem a que título Ayrosa cita as numerosas formas léxicas guaranis, pondo, assim, em relêvo justamente as divergências, que tanto contrariam a sua tese unitária, configurada na denominação de "língua tupi-guarani".

Mas, não podemos furtar-nos à impressão, que, no íntimo, começou nessa tradução a reconhecer o seu grande êrro, ao querer nivelar, na denominação única, o tupi com o guarani. Não que êle o confesse, mas pelo que sugere a sua falta de reação

(25) — A escolha do tema foi das mais infelizes, pois através do guarani não se podem nunca explicar os índices de classe, representados por *t* e *s* no tupi.

(26) — A contribuição de Ayrosa ao texto de Léry prima pelas deturpações fonêmicas e a pobreza dos conhecimentos tupis. No que diz respeito ao *Colóquio,* já foram elas suficientemente verberadas por Lemos Barbosa, na *Revista Filológica;* ano II. n.º 16, pp. 306-322. Há separata.

(27) — *Boletim XXIII* da Faculdade de Filosofia de São Paulo; 1941.

(28) — *Ibidem;* Veja as notas: 1, 3, 7, 9 e principalmente a confusão incrível da de n.º 25; tôdas do I. poema.

(29) — Volume VII dos *Anais da Biblioteca Nacional;* Rio 1879.

à maneira discordante por que discípulos seus começam a manifestar-se. O fato é, que, daí por diante abandonou pràticamente os estudos lingüísticos, para voltar-se à bibliografia. Agiu com evidente acêrto.

Só volvida uma década, ao reeditar o *Vocabulário Português-Brasílico* (*Vpb.*), aventurou-se novamente a exibir os seus conhecimentos lingüísticos, sugerindo uma série de correções mórficas(30). Infelizmente, por mais incrível pareça, elas apenas entremostram, que de tupi nada ou pouquíssimo havia assimilado em dez anos de ensino, pois a maioria das formas alvitradas são de cunho guarani e, portanto, exóticas num vocabulário maranhense, a despeito de ocasionais contatos a que nos referimos. Decididamente, como tupinista Ayrosa foi de lastimável inópia.

Seríamos, entretanto, injusto, se focalizássemos a sua ação apenas por êsse prisma. Também há que levar em conta os outros efeitos da sua atividade didática, entre os quais avultam: a publicação de velhos manuscritos tupis e guaranis e o estímulo que representou para os seus ouvintes.

O seu grande merecimento é ter tornado acessível aos círculos de estudiosos uma série de vocabulários e catecismos enterrados nos arquivos, a começar pelas composições tupis dos jesuítas. São elas, com as gramáticas conhecidas, que possibilitaram a compreensão e análise dos poucos textos tupis conservados.

Além disso inspirou e animou alguns seguidores, deixando-lhes a liberdade de discordarem da sua opinião pessoal nas próprias publicações da Cátedra. Dentre êles destacam-se D. Maria de Paula Martins, Carlos Drumond e J. Philipson.

À primeira devemos, além dos apreciáveis estudos comparativos, a tradução dos extensos textos tupis da obra poética de Anchieta(31).

O segundo coroou diversos trabalhos tupis com a publicação mais correta da segunda edição do *Vocabulário na Língua Brasílica,* dos jesuítas, que emenda numerosos erros da primeira. — Ambos tomaram a liberdade de discordar pùblicamente do seu mestre; Maria de Paula Martins pela substituição do

(30) — Boletim n.º 135 da Faculdade de Filosofia de São Paulo; 1951. — Veja abaixo o capítulo referente a êsse vocabulário.

(31) — *"Contribuição para o Estudo do Teatro Tupi* (!) *de Anchieta" e Poesias Tupis* (!); Faculdade de Filosofia de São Paulo; Boletins nos. 24 e 51; mas principalmente o alentado volume *José de Anchieta; Poesias;* São Paulo, 1954, o repositório mais precioso de textos tupis conhecidos.

genérico *tupi-guarani* por *tupi,* quando se trata da língua brasílica. Carlos Drumond, retificando certas concepções fonêmicas de Ayrosa(32).

Demais, a criação da Cátedra de Lingüística Tupi-Guarani, na Universidade de São Paulo, teve o condão de provocar movimentos idênticos em várias outras Universidades do País, notadamente nas federais do Paraná e da Bahia, assim como na Universidade Pontifícia do Rio de Janeiro.

A qualquer das três devemos contribuições de mérito, sobretudo ao regente inicial da Cátedra de Tupi na citada Universidade do Rio de Janeiro, pe. A. Lemos Barbosa. Os compêndios por êle publicados desinteressadamente, por conta própria(33), são de importância primordial para todos, que se queiram dedicar ao árido estudo do primitivo tupi.

Nunca serão numerosos êsses abnegados cultores do tupi, ainda que represente o setor do nosso passado, que mais excita a curiosidade. Por isso mesmo, sempre os haverá para lembrar aos nossos dirigentes, que não é concebível, num país mantenedor de exóticos e dispendiosos Institutos Afro-brasileiros, que, pelo menos em compensação, senão como útil complemento da nossa ilustração, se deixe de favorecer o estudo de uma língua nossa, cujos inumeráveis remanescentes espelham tão nìtidamente as principais raízes da cultura brasileira e continuam inextricàvelmente entretecidos em nossa vida cotidiana.

(32) — Na sua tese *A partícula "hab. a" do tupi-guarani.* — Faculdade de Filosofia de São Paulo; Boletim n.º 64.

(33) — *Pequeno Vocabulário Tupi-Português; Curso de Tupi Antigo* e a esplendida edição fac-similar da I. edição do *Catecismo na Língua Brasílica,* do pe. Antônio de Araújo.

II PARTE

Biblioteca Digital Curt Nimuendajú
http://biblio.etnolinguistica.org

I

EM LINGÜÍSTICA, TUPINAMBÁ NÃO É SINÔNIMO DE TUPI

Em nosso *Tupis e Guaranis,* publicado em 1947, tratamos exaustivamente do têrmo *tupi* e do desenvolvimento da sua *acepção genérica,* documentada quanto à língua, desde os tempos de Anchieta. Mostramos como êste gentílico vicentino, abreviação de *tupiniquim,* se generalizou, não no Brasil, mas no Paraguai e, alheio a sistemas classificatórios artificiosos ou personalistas, criou raízes oportunas e definitivas nas esferas científicas, propagado pelas obras do pe. Lourenço Hervás(1), a partir do início do século dezanove.

A generalização do nome *tupi* foi muito feliz.

Em primeiro lugar possui base histórica das mais vetustas, pois data dos primeiros tempos da Conquista, como vemos no livro de Ulrico Schmidel(2), sem falar nos numerosos documentos avulsos, dos quais citamos os principais no aludido trabalho.

De grande auxílio à generalização do têrmo *tupi,* por mais patente, foi certamente o fato de entrar o étimo na composição de vários nomes tribais da mesma família, dando assim a impressão de *tupi* ter designado possìvelmente o *tronco* da geração. A presença do étimo *tupi* nos gentílicos compostos foi um dos elos étnicos mais palpáveis entre as tribos costeiras em eterna desavença.

---

(1) — *a* — *Idea dell'Universo etc.* Tomo *XVII, Catalogo delle Lingue;* Cesena, 1785.

b — *Catálogo de las Lenguas* etc. Vol. I. *Lenguas y Naciones Americanas;* Madrid, 1800; pp. 29, 147-148.

(2) — *Schmidl, Ulrico —; — Derrotero y Viaje a Espãna y las Indias.* Tradução de Edmundo Wernicke; Santa Fé, 1950.

Tupi e *tupiniquim* eram inicialmente sinônimos no Sul; mas o desenvolvimento de *tupi* em genérico, deixou *tupiniquim* com o seu sentido específico, o que evita dubiedade.

Tupi, na acepção paraguaia de Hervás, de há muito geralmente adotado, é hoje, por assim dizer, um conceito neutro, alheio a peculiaridades tribais, a fatôres exclusivos, que delimitam, entre si, outras denominações locais. Escassamente citado pelos nossos jesuítas, *tupi* não chegou a representar uma entidade claramente definida no Brasil colonial, onde sempre prevaleceu *tupiniquim*. Assim, nenhuma outra generalização, de longe sequer, levaria a palma às prerrogativas do secular genérico *tupi*.

No desconhecimento do fundo histórico acima aludido devemos procurar uma das razões, que decidirem A. Métraux a generalizar o gentílico *tupinambá,* em substituição a *tupi,* na sua análise da cultura geral dos tupis costeiros durante os dois primeiros séculos coloniais(3), prejudicando irremediàvelmente esta parte do meritório cometimento de enfocação global do mosaico indígena sul-americano.

Mas, êle próprio deve ter notado os graves inconvenientes dessa inovação, pois repetidamente se vê ali obrigado a recorrer ao genérico *tupi*(4), premido pela necessidade de evitar malentendidos, fatalmente ocasionados pelo duplo sentido, um específico e outro geral, que vem atribuindo a *tupinambá*. A generalização de *tupinambá,* sôbre inútil, só gera dúvidas e confusão, fugindo assim à exatidão científica.

À primeira vista, essa preferência de Métraux por um têrmo decididamente ambíguo, poderia hoje ser classificado de obstinação; mas, não nos esqueçamos de que os argumentos mais ponderosos, que mostram as inconveniências e os impedimentos históricos da promoção de *tupinambá* a genérico, foram publicados depois dos seus estudos referidos(5).

Mais penosa é a impressão, que nos deixam, no particular, alguns poucos seguidores mais recentes de Métraux, principalmente em estudos lingüísticos, onde se emprega *tupinambá* como sinônimo de *língua tupi,* a *lingua brasílica* dicionarizada e coordenada pelos jesuítas, como se fôssem uma e a mesma cousa.

---

(3) — *Handbook of South American Indians;* vol. 3. Washingon, 1948; p. 95.

(4) — *Ibidem;* pp. 96, 97, 98, 128.

(5) — Entre outros o nosso *Tupis e Guaranis;* Bahia 1947.

Temos no caso em mente sobretudo a monografia intitulada *Contribuição para a Etimologia dos Brasileirismos,* de *Aryon Dall'Igna Rodrigues*(6).

É um dos novos que tem mostrado ponderação e persistência em seus estudos tupis, infelizmente esparramados aos quatro ventos.

É justamente por ser êle um dos pouquíssimos especialistas capazes de dar, pelos anos em fora, um tom universitário comedido aos estudos tupis, entregues, até aos nossos dias, ao mais estulto amadorismo, que procuraremos mostrar o perigo que traz em seu bojo a substituição do histórico e consagrado genérico *tupi* por um gentílico secularmente restrito a três núcleos geográficos relativamente bem estudados e, portanto, impróprio a tardias generalizações, principalmente em lingüística, onde, mesmo no sentido restrito, *tupinambá* já pode ser inexato, quando citado sem menção da respectiva área.

Vejamos a definição, que se encontra no aludido artigo:

> "Serão consideradas aqui apenas palavras provenientes do *tupinambá*. Por *tupinambá* é designado o tupi antigo ou antiga língua geral, que assim se pode definir no espaço e no tempo:
>
> a língua falada na costa do Brasil pelos vários grupos de índios tupinambás(7), que, nos séculos *XVI* e *XVII* se estendiam desde a altura de São Vicente, ao sul, até o Maranhão, ao Norte, e que se acha registada em documentos daqueles dois séculos, provenientes de vários pontos da Costa"(8).

A seguir, A. Rodrigues distingue dialetalmente do tupinambá apenas o *guarani antigo,* os documentos lingüísticos tupis do século XVIII e principalmente o *nheengatu* ou tupi moderno(9).

---

(6) — *Contribuição para a Etimologia dos Brasileirismos;* in: *Rev. Portuguesa de Filologia;* Vol. 9; Coimbra, 1958/59; pp. 1-54.
Idêntica tendência do autor se nota no seu artigo: *Classification of Tupi-Guarani;* in: *International Journal of American Linguistics;* vol. 24, pp. 231-34.

(7) — Neste ponto envia o leitor à nota 3, ao pé da p. 3, em que afirma seguir nessa definição o sentido dado a *tupinambá* por *Métraux,* no *Handbook* acima referido. — Seguir em Lingüística a classificação de quem nunca com ela se preocupou foi, sem dúvida, um êrro grave.

(8) — *Contribuição* etc; pp. 3 e 4. — Essa extensão ininterrupta, que aí se insinua, está longe de corresponder aos fatos, como vamos ver.

(9) — *Ibidem;* p. 4.

Mais longe afirma:

> "Tratando-se de uma fase lingüística dos séculos *XVI* e *XVII*, só se pode conhecer o tupinambá através de documentos daquela época.
>
> "As principais fontes são a gramática e os textos do pe. *Joseph de Anchieta*, a gramática do pe. *Luís Figueira*, o anônimo *Vocabulário na Língua Brasílica*, os catecismos dos padres *Antônio de Araújo* e *João Felipe Bettendorff*, os registos de nomes de animais e plantas dos naturalistas *Jorge Marcgrave* e *Guilherme Piso*, os textos e material vocabular publicados pelos franceses *Jean de Léry*, padre *Claude d'Abbeville* e padre *Yves d'Évreux*" (10).

Finalmente, em outro escrito já citado, acrescenta ao assunto mais um equívoco ao declarar:

> "A única distinção (entre os dialetos tupis) é a que mostra o pe. Anchieta ao notar que os tupis de São Vicente falavam um dialeto, que, na queda de consoantes finais, tinha características guaranis" (11).

Temos aí, não tudo, mas o bastante para mostrar o quanto Rodrigues labora em êrro no que diz respeito à definição da *língua tupi* (a *lingua brasílica* dos jesuítas e autores holandeses) e do *tupinambá*. E, vemos com profunda tristeza, como ainda são imprecisas, errôneas, pasmosamente contraditórias até, essas idéias entre nós, mesmo nas fileiras da incipiente especialização universitária.

As formas léxicas *tupinambás*, ombreiam com as da língua *brasílica*, mas com elas não se confundem necessàriamente! Certas diferenças se metem pelos olhos dos observadores mais superficiais.

Que vem, então, a ser a língua brasílica ou língua tupi?

> "É aquêle acervo de formas léxicas, preceitos gramaticais e textos, que os jesuítas deixaram consignados em seus compêndios e produções até ao fim do século dezoito".

Ela representa, em outras palavras a fixação *uniforme* daquela maneira de falar, que aos missionários lingüístas se afigurava *mais generalizada* entre as diversas tribos da costa.

---

(10) — *Ibidem;* pp. 5-6.

(11) — *Classification of Tupi-Guarani.* — In: *International Journal of American Linguistics*, vol. 24, p. 232.

A *língua brasílica* não era, portanto, o dialeto específico de uma tribo, mas uma uniformização léxica racional de vários.

Se, no seu conjunto não correspondia exatamente a nenhum dialeto, a sua boa compreensão também não oferecia dificuldade a qualquer tribo, porque foram muito reduzidas as discrepâncias dialetais e os jesuítas não criaram formas novas, mas apenas oficializaram, por assim dizer, as mais correntes (11a).

É incrível que êsse fato ainda não tenha sido compreendido.

E quem nos afirma que o amanho do tupi obedeceu a trâmites uniformizantes e não a determinado dialeto?

São:

A — Documentos dos mesmíssimos jesuítas.

B — Trechos da própria gramática de Anchieta e do vocabulário jesuítico.

C — Testemunhos irrecusáveis de outras procedências, que os corroboram.

A

Quando os jesuitas chegaram à Bahia, perceberam logo que as múltiplas ocupações pouco tempo lhes deixavam para a laboriosa aprendizagem da língua dos índios, no caso, dos tupinambás.

Ao que parece, o presumido auxílio de Caramurú também não correspondeu, nessa tarefa, à expectativa inicial de Nóbrega (12). Isso não obstante, o pe. Azpilcueta Navarro fez algum progresso, seguido das primeiras tentativas por traduzir os textos religiosos mais necessários (13). Mas, ou porque achasse o trabalho moroso, ou por qualquer outro motivo, o pe. Nóbrega, à sua volta de Pernambuco, na segunda metade de 51, enviou Navarro a Pôrto Seguro para apressar a tarefa com alguns *línguas* ali residentes (14), dos quais especialmente um era muito prático em "escrever a língua dos índios", por ser antigo na terra (15).

(11a) — Êsse indispensável esfôrço normativo valeu aos jesuítas as absurdas acusações ocasionais de terem inventado uma língua para segregar os índios e subtraí-los à influência dos colonos.

(12) — *Nóbrega, Manuel da —; Cartas do Brasil*, p. 73.

(13) — *Cartas Avulsas;* p. 50.

(14) — *Ibidem;* p. 75.

(15) — *Ibidem;* p. 71.

Ali já não se falava o dialeto tupinambá, mas o *tupiniquim,* do gentio que dominava naquelas plagas, e cunho tupiniquim tinham necessàriamente os textos e as orações, que o citado língua traduziu com o pe. Azpilcueta.

Em breve, os trabalhos lingüísticos do pe. Navarro seriam, porém, interrompidos com a sua entrada ao sertão, de 1553-55, pela saúde combalida e a morte prematura, que dela foram conseqüências(16).

Segundo se deduz das notícias deixadas por seus companheiros de ordem, Azpilcueta não teve continuador de envergadura e os estudos tupis elangueceram na Bahia.

Novo impulso imprimiu-lhes Nóbrega ao voltar de São Vicente, em 1556, com alguns irmãos, entre os quais o intérprete preferido de Nóbrega, Antônio Rodrigues, que passara perto de vinte anos entre os guaranis do Paraguai e os tupis de São Vicente. Ali entrou na Companhia de Jesus(17). Foi o primeiro professor efetivo de tupi na Bahia. Suas lições já eram orientadas, então, por um esbôço de gramática elaborado em São Vicente(18). Tanto os conhecimentos do professor como a gramática basearam-se ainda no dialeto *tupiniquim,* mas no tupiniquim vicentino, que devia divergir algum tanto do de Pôrto Seguro.

Era São Vicente, que, no início, forneceu aos jesuítas os melhores tupinistas. Também o pe. Luís da Grã, em 1560, levou dali à Bahia "um Cícero na língua brasílica", Gaspar Lourenço(19). Na Bahia encontrava-se igualmente, em 1561, vindo das plagas vicentinas, o pe. Leonardo do Vale, outro mestre na língua brasílica e citado nos registos da ordem como autor de um vocabulário. É verdadeira *equipe tupiniquim,* que, no meio tupinambá da Bahia, vai trabalhar, em íntimo contato com os núcleos estabelecidos entre outras tribos, na *elaboração uniformizada* dos primeiros compêndios básicos em língua brasílica ou tupi.

Quais eram essas missões indígenas?

Eram as de Pernambuco entre os *tupinás* (*tupinaés* ou *tupiguaés*) e os *caetés* ou *tobajaras*(20), às quais se juntariam mais tarde as dos *potiguaras*.

(16) — O pe. Azpilcueta Navarro morreu em abril de 1557, na Bahia.

(17) — *Leite, Pe. Serafim —; História da Companhia de Jesus;* vol. IX, p. 81-82.

(18) — *Cartas Avulsas;* p. 155.

(19) — *Ibidem;* p. 272, nota n.º 157 e p. 407.

(20) — Veja, a respeito da confusão entre *tobaiara* e *tabaîara,* o nosso *Tupis e Guaranis;* p. 12, nota 18.

Já nos referimos ao contato que o pe. Azpilcueta estabeleceu com os *tupiniquins* de Pôrto Seguro.

No Espírito Santo encontramos os primeiros jesuítas com os *temiminós ou maracajás,* dos quais o célebre *Gato-Grande*(21) era um dos morubixabas, e com diversas tribos *tupiniquins,* vindas do sertão, para onde haviam fugido dos portuguêses.

As atividades dos jesuítas entre os *tupiniquins* de São Vicente são sobejamente conhecidas.

Em resumo, temos aí, para as duas primeiras décadas, três centros tupiniquins, contra respectivamente um tupiná, caeté e tupinambá. Mas, convém frisado, que o principal entre os tupiniquins, o de São Vicente, era o mais eficiente nos estudos da lingüística indígena e que, mesmo no único centro tupinambá da Bahia, a sua influência devia ser grande, por serem de formação vicentina todos os mestres atuantes na Bahia, como deixamos comprovado linhas acima.

Quando, finalmente, o raio de ação dos jesuítas se estendeu definitivamente pela Guanabara, abrangendo os *tamoios* ou *tupinambás meridionais,* depois de 1565, os fundamentos e diretrizes essenciais da *língua-geral brasílica,* do *tupi* já haviam sido firmados, isto é, à margem das peculiaridades dialetais do tupinambá, do Rio de Janeiro.

Menor ainda, para não dizer nula na caracterização do tupi foi a influência do tupinambá do Maranhão. O seu conhecimento é decididamente posterior à elaboração da gramática e dos textos anchietanos, do catecismo de Araújo e mesmo da gramática do pe. Figueira, de tudo, enfim, que hoje nos é mais conhecido.

A *língua brasílica uniformizada* chegou a constituir verdadeiro tabu nas esferas jesuíticas, como prova o catecismo de Bettendorff, de 1687, redigido, não no dialeto tupinambá do Maranhão, mas em língua brasílica, em *tupi,* com pouquíssimas e insignificantes diferenças a despeito do tempo decorrido.

A série de inegáveis divergências que se notam ao compararmos certas palavras do Vocabulário na Língua Brasílica, dos jesuítas, com as correspondentes tupinambás, nos autores francêses provará, então, que as duas áreas tupinambás extremas

(21) — É certamente por causa do nome dêste chefe *Gato Grande,* ou seja *Maracaiá-Gûasú,* que pelo menos uma facção dos temiminós era chamada *maracaiá.*

A. Métraux — Civilisation Matérielle etc. p. 14, identifica os maracajás com os tupiniquins, classificação insustentável à vista do que escreve o pe. Braz Lourenço, conforme *Cartas Avulsas,* p. 341.

não contribuiram para a língua brasílica? Não necessàriamente, sobretudo no que diz respeito aos tamoios. Aliás, nenhum dos quatro cronistas francêses dos tupinambás: Thevet, Léry, Abbeville e Évreux nos transmite conhecimentos puramente pessoais e, por isso, nem sempre foram os têrmos bem apreendidos e fielmente impressos.

Entretanto, temos nêles o bastante para dedução de duas conclusões importantes:

I. O vocabulário jesuítico difere mòrficamente dos dialetos tupinambás pròpriamente ditos.

II. As pequenas listas vocabulares reconhecidamente tupinambás também diferem mòrficamente entre si.

Voltaremos a êsses dois pontos mais abaixo.

B

Quanto à estranha alegação de haver Anchieta feito uma única distinção entre os diversos dialetos tupis, há evidente generalização de sentido, que atribui ao grande mestre o que de forma alguma poderia ter em mente.

No trecho aludido, Anchieta não se refere ao léxico em geral, mas tão sòmente a determinado emprêgo verbal, dizendo textualmente:

> "Os tupis de São Vicente, que são além dos tamoios do Rio de Janeiro, nunca pronunciam a última consoante no *verbo afirmativo* (!), ut pro *apab* dizem *apá,* pro *acem* e *apen*(22) (dizem) *acẽ, apẽ,* pronunciando o til sòmente; pro *aiur* (dizem) *aiú*"(23).

Êsse passo integral fixa uma das divergências dialetais, mas não exprime o pensamento, que norteou a gramática anchietana na sua redação final, nem circunscreve as diferenças aos citados exemplos *verbais*.

Delineado inicialmente na capitania de São Vicente, antes de 1557, por quem ainda desconhecia outros dialetos do Norte, o esbôço gramatical anchietano baseava-se no tupiniquim local. No correr dos anos êle foi aperfeiçoado, remanejado nas diversas missões, de acôrdo com as usanças regionais, não apenas por Anchieta, mas também por outros línguas jesuítas(24). Passou assim, aos poucos, a condensar os princípios *mais comuns* aos diversos dialetos, que seriam observados *no ensino e nas publicações* projetadas(25).

Era o primeiro instrumento básico essencial, que fixava

> "o mais universal uso(26);
> "a comum e melhor pronunciação(27).

Visava à indispensável *uniformização da língua escrita,* mas não estabelecia restrições a variantes na prática local, pois recomendava aos missionários repetidamente, que

> "O *uso* das diversas partes do Brasil será o melhor mestre"(28).

Em resumo, a norma dos jesuítas, que transluz claramente da gramática de Anchieta, era:

Uniformizar o brasílico, principalmente na escrita como princípio pedagógico, mas ater-se na prática à usança local, para identificar-se com o meio.

Perspicácia jesuítica por excelência e prova não menor de compreensíveis variantes dialetais.

A mesma tendência se nota no *Vlb.* dos jesuítas e, ainda mais claramente, na segunda edição do catecismo de Araújo e no de Bettendorff.

No *Vlb.* não há, por isso, referências a meras diferenças de formas nos vários dialetos. Menciona tão sòmente umas poucas divergências léxicas ou semânticas mais profundas de um número evidentemente muito maior.

Respigamos nêle apenas dez referências aos tupis pròpriamente ditos, de São Vicente, três aos tupinambás e duas a latitudes geográficas.

Treze discrepâncias em meio a todo um vocabulário são quantitativamente inexpressivas, mas a sua importância avulta a títulos outros.

---

(22) — O *n* e o *m* finais são claramente articulados no tupi, como no espanhol ou inglês.

(23) — *Anchieta, Joseph de —; Arte de Gramática* etc. Edição Platzmann; fl. 1v.

(24) — *Rodrigues, Pero —; Vida do pe. José de Anchieta; Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro;* vol. XXIX; p. 199.

(25) — Um passo decidido para a uniformização nota-se na gramática de Figueira, tentativa que ficou, entretanto, muito aquém da sistematização da 2.ª edição do catecismo do pe. Araújo e do de Bettendorff.

(26) — *Anchieta;* Arte, fl. 2.

(27) — *Ibidem;* fl. 4v.

(28) — *Ibidem;* fl. 1v.

Em primeiro lugar, se há menção de divergências tupís ou tupinambás depois do verbete brasílico, é evidente que o *Vlb.* não pretendia ser um vocabulário português-tupiniquim ou português-tupinambá.

Como é geralmente sabido, que a língua brasílica não reproduz as peculiaridades do dialeto de São Vicente, só examinaremos os trechos relativos às do tupinambá.

Vejamos, por exemplo o verbete *doente*.

Diz o *Vlb*:

> "*doente estar* — *xe mbaèasy, xe marabor, xe maraar*. Êste (último) entre os tupinambás significa estar já muito no cabo".

Que se deduz dessa definição muito clara?

"O adjetivo *doente* se traduz em brasílico (em tupi!) de três maneiras, sem maior distinção, por *mbaèasy, marabora* e *maraara*. Só os tupinambás traduzem *maraara* por *muito doente, desenganado*".

Ora, se esta última observação diverge da definição brasílica, é claro que o seu autor não se baseou no tupinambá na elaboração do verbete.

A mesma conclusão se tira do verbete *neve*, evidentemente um têrmo tupi meridional.

Ei-lo:

> "Neve ou geada — *Roy-rypyoka*, ou *amana-rypyoka* — Os tupinambás comumente dizem *rypyaka* (com *a*) e não com *o*".

Também aqui o *Vlb.* não se baseou no dialeto tupinambá, cuja forma diverge das duas brasílicas.

Outro trecho muito valioso na refutação daqueles que desavisadamente confundem tupi com tupinambá encontramos no verbete *eclipsar-se a lua*.

Enumeram-se ali diversas maneiras de os índios interpretarem o *eclipse da lua*. Se o *Vlb.* se baseasse especificamente num dialeto tupinambá, encontraríamos ali em primeiro lugar a versão tupinambá.

Entretanto, não é o que se verifica.

O autor, depois de uma série de explanações de ordem lingüística, arremata, naturalmente referindo-se aos índios, que lhe forneceram os têrmos brasílicos:

> "O eclipse da lua, dizem êles, que a come alguma fera do céu.

> *Outros*, como os tupinambás (!!), dizem que é um tigre.
> *Os tupis* (de São Vicente) dizem que é uma serpente".

Não é plausível que semelhante passagem haja sido escrita entre os tupinambás ou os tupiniquins de São Vicente, que são os tupis dos jesuítas.

Não queremos exagerar o alcance dessas citações. Elas não demonstram divergências semânticas profundas entre os dialetos brasílicos ou tupis; mas tôdas as três referências ao tupinambá provam, que nenhum dos verbetes em que ocorrem, se baseou no tupinambá. Muito ao contrário; de todos decorre que, para os jesuítas, *brasílico* exprimia um conceito genérico, enquanto *tupinambá* era restrito.

C

Quando falamos em testemunhos de outras procedências, que comprovam as tendências uniformizantes, inevitáveis nos compêndios brasílicos dos jesuítas, tivemos em mente os têrmos tupis consignados pelos autores franceses e holandeses, além dos qualificativos de origem, que ocasionalmente lhes apõem os últimos.

Alguns estudiosos apressados têm espalhado a opinião de ser difícil tirar ilações concludentes da grafia dos autores franceses, enquanto outros parecem ter a impressão de tratar-se de formas iguais às tupis, apenas mal ouvidas ou defeituosamente reproduzidas.

Nada mais errôneo. Há nêles êrros de tôda a casta, mas êstes não obliteram as tendências peculiares dos dialetos tupinambás.

Ao lado de muitas formas idênticas às tupis encontram-se outras discordantes em algum fonema, principalmente as apocopadas, que se multiplicam no tupinambá da Guanabara de maneira muito mais impressionante do que no do Maranhão.

É de grande alcance nos estudos tupis comparativos o fato de justamente os quatro cronistas franceses terem estado exclusivamente entre tribos tupinambás. Fixaram assim as formas dos respectivos núcleos sem interferências outras, enquanto *as do dialeto tupinambá central, da Bahia, se obliteraram na uniformização "brasílica" dos jesuítas*.

É admissível e até muito provável que as formas léxicas do *Vlb.* correspondam, em proporção apreciável, ao dialeto tupinambá da Bahia, pela influência das suas numerosas missões,

mas nenhum escrito jesuítico nos permite estabelecer, ao menos aproximadamente, o quinhão, que nelas lhe coube.

Sabemos que, em certos pontos, o léxico tupinambá do Maranhão divergia dialetalmente do tupinambá fluminense.

É, pois, plausível que também o tupinambá da Bahia tenha tido as suas peculiaridades.

Em que consistiriam elas?

A não ser em casos especificados, ignorá-lo-emos para sempre, como também nos ficarão desconhecidas as respectivas características do léxico tupiniquim, temiminó, caeté, tupiná e potiguara, que certamente existiram, como testemunham especificações isoladas.

Não acontece o mesmo entre os exíguos registos de vocábulos tupinambás do Maranhão e da Guanabara. Bem ou mal, retratam feições locais e, por mais reduzidas se nos afigurem, contêm o bastante para dêles tirarmos três deduções muito elucidativas:

I. Os vocábulos *oxítonos* tupis também o são nos dois dialetos tupinambás do Norte e do Sul.

II. Aos vocábulos *paroxítonos* tupis correspondem, no tupinambá, ora formas oxítonas, ora paroxítonas.

III. Por vêzes, os têrmos fluminenses divergem dos maranhenses de vária maneira.

Para metodizar o exame das diferenças arrolamos dos vocábulos tupis, principalmente os paroxítonos, para os quais achamos os correspondentes no tupinambá, mas não garantimos, que não tenham escapado alguns poucos, pois o nosso escopo não foi o de estabelecer proporção matemática nas divergências, que só teria expressão plena em vocabulário de tomo.

Assim mesmo passam de nove dezenas os têrmos obtidos. O número é deveras expressivo, quando o comparamos ao reduzido total dos existentes nas obras consultadas.

O exame mais atento levou-nos depois a separar o rol em duas listas: uma das correspondências paroxítonas e outra das oxítonas nos dialetos tupinambás.

A primeira consta de 37 palavras e a segunda de 61, com doze repetições pelas divergências entre os dois dialetos do Sul e do Norte. De tôdas indicamos a forma tupi e a tradução portuguêsa.

A quarta lista, onde acrescentamos três palavras, traz divergências ocorrentes entre os próprios dialetos tupinambás, a despeito da pobreza dos vocabulários.

Três discrepâncias gerais, convêm frisadas, de início, nesses registros:

1.º Os autores franceses escrevem com o seu *e* mudo o fonema átono final, que os portuguêses representam por *a*. As duas grafias não chegam a representar diferença, se considerarmos que o francês não possui fonema, que melhor se aproxima do *a* final atônico português.

2.º O dialeto maranhense, comparado com o guanabarino, mostra pronunciada tendência para formas paroxítonas, a despeito de umas tantas características ocasionais a lembrarem o guarani.

3.º Os autores franceses nunca figuram o *g*, que no tupi e guarani antigo precede o *û* (semivogal) no início de uma palavra ou de uma sílaba. Como no nheengatu o *g* também já não aparece, houve e ainda surgem estudiosos apressados, que o atribuem à influência portuguêsa ou espanhola(29).

Há nisso evidente precipitação. O *g* existiu no caso entre os tupi-guaranis, embora a sua função tenha sido meramente eufônica, como se depreende da gramática de Anchieta(30), e da *Advertência* do catecismo de Araújo(31), esta, aliás, pouco transparente.

O *g* neste caso não apenas existiu, mas ainda existe entre os guaranis de hoje, como tivemos ocasião de verificar. Apenas é muito suave, quase que só expresso por um movimento do queixo.

É muito provável que aos cronistas franceses de contatos tão efêmeros escapassem ou não interessassem tais minudências.

Notemos, entretanto, que, em Abbeville, o fonêma *gû* aparece esporàdicamente; por exemplo em *tara-gouy-(boy)* (*fl.* 253v.) — (32); *ygouare* — *habitante* de (fl. 260v. e 261) — (33); *eugouaue* — fl. 187) — (34) — *tururugoire* (fl. 258) — (35).

---

(29) — O mais ferrenho é Barbosa Rodrigues. Veja *Poranduba Amazonense* etc.

(30) — *Gramática;* fl. 4v.

(31) — *Catecismo Brasílico;* 2.ª edição.

(32) — Em tupi *taragûyra* é *lagartixa*.

(33) — Em tupi *ygûara* — *habitante de*.

(34) — Em tupi *ygûaba* — *bebedouro, aguada*.

(35) — Em tupi *turuygûera* — *gusano* ("busano").

I. LISTA COMPARATIVA GERAL

Vlb.	Léry-Thevet (35a)	Abbeville	Evreux
aiba	pahi, aip	.....	ayue
akanga	acan	akan	acan
amana	amen	.....	.....
ambyasy	embouassi	.....	.....
anga	encg	.....	an
angaipaba	engaipa	.....	.....
angaturama	angatourem	.....	angatouran
angûera	encg-gouere	.....	angouere
anhanga	aygnan	aignen, agnen	.....
anhumatiroba	.....	euua-een	.....
arara	arat	ara	ara
ararûaîa	araroye	ararousouay	
arukanga	.....	.....	aroukan
asoîaba	assoyave	assoyaue	.....
atûasaba	atourassap, atourassaue, atouassap, T.	.....	touassap
ay	hay	unaü	.....
boyra	boüre	bohure, bohu	.....
ekatuaba	.....	.....	ekatoua
goîaba	.....	goyaue	.....
gûara	.....	ouare	.....
gûariba	.....	ouariue	.....
gûyra-sapu-kaîa	arignan-miri	ouira-sapou-cay	.. .
îabebyra	.....	yauebouyre	.....
îagûara	ian-ou-are	ianouare	.....
îanipaba	genipat; genipar, genipap, T.	iunipap	iunipap(e)
îuba	iouue, ioup; iou T.	ioup, iouue	.....

(35a) — As raras citações de Thevet vão assinaladas por um *T*. — Tôdas as outras foram colhidas no livro de Léry, na grafia da III. edição francesa, de 1585; entretanto, indicamos as ocorrências de acôrdo com a edição de Paul Gaffarel; Paris, 1880, de consulta mais fácil, embora muito deficiente.

Vlb.	Léry-Thevet	Abbeville	Evreux
îukyra	ionquet; ioncure, T.	ionquere	ionker
kama	cam	.....	cam
kanga	.....	.....	cam
kang-aputu-uma	.....	.....	cam-apoutouon
kapiigûara	capiigouare, T.	capyyuare	.....
karaiba	caraibe	caraybe	caraïbe, caraybe
karamemûã	caramemo	caramemo	caramemo
katinga	.....	.....	katin
kopayba	copa-u	.....	.....
kûatiara		quattiare	cotiare
kygûaba	guap, kuap; guyouap, T.	keuap	.....
kyîú(35b)	coujou, T.	koeuîoup	couiou
kyreymbaba	querre-muhau; kereumbau, T.	kerembaue	.....
makaxera	.....	macachet	.....
manema	.....	manen	.....
mandioka	maniot	manioch	manioch
manipûera	.....	manipoy	.....
mokaba	mocap	.....	.....
mokakuí	mokap-coui	.....	tatapouy
morubixaba	morbicha, T.	bourouuichaue	mourouuichaue
mosakara	moussacat	.....	.....
mosapyr	mossaput	.....	mossa poïre
mosurana	maussorrent, T.	.....	.....
nhanduaba	anonas, T.	yandou-aue	.....
nheenga	.....	.....	gneem
nhetinga	yetin	yetingue	.....
pakoba	paco; pacoua, T.	.....	.....
peba	pé, pep	peue, peup	pep
pema	pen	.....	pen

(35b) — *Grilo*. — *Thevet*, fl. 918v. — *Abb*. fl. 257v. — *Evreux*, p. 187.

Vlb.	Léry-Thevet	Abbeville	Evreux
petyma	petun	.....	petun
pindoba	pindo	pindo	pindo
piranga	pirenc	piran	pyran
pitanga	.....	.....	peïtan
poranga	porrenc	.....	poram
putuna	.....	pouyton	petom
pytanga	boutan	pouitan	pouïtan
rana	.....	ram, ran	ran
retama	retan	.....	retan
sama	cen	san	.....
tãîa	tam (che ram)	.....	taïm, che raïm
tapiira	.....	tapyyre	.....
taraira	.....	tarahure	.....
tasyba	.....	tassuue	.....
tatapekûaba	tatapecoua	.....	.....
taygaiba	.....	tayaiue	.....
tinga	tin	tin	tin
tininga	.....	tiningue	.....
tukana	toucan	toucan	.....
tunga	ton	ton	thon
turuygûera	.....	tururugoire	.....
tyba	tuue	teuue	.....
tymã	demen	.....	touma
uba	oup	.....	ouue
uipuba	ouipou	.....	.....
una	on	on	.....
urapara	ourapat	ouyrapar	.....
xe rajyra	che raiit	.....	che (r)agire
xe ruba	che roup	.....	che rou
xe rubixaba	che roubicha	.....	.....
yba	u	euue	.....
ybyrá-pokaba	mocap	.....	tataü
ybyrá-pitanga	araboutan	ouyrapouitan	ybouyra pouïtan
ỹgapema	ygapen	.....	.....
ygara	yga	eugare	ugar
ygûaba	eugouaue	eugouaue	.....
ygûara	.....	eugouare	igoi
ysauba	.....	ussa ouue	.....

II. PALAVRAS PAROXÍTONAS NO TUPI E TUPINAMBÁ

Tupi	Tupinambá	Português
aiba	aiûe(36)	ruim, estragado;
angûera	angûere(37)	espírito, alma;
ararûaîa	ararûaîe(38)	enfeite nucal de penas caudais de arara;
asoîaba	asoîave(39)	carapuça de penas;

(36) — *Léry;* cap. 13, II. p. 16, *pahi;* cap. 20, II. p. 133, *aip.* — *Abb.* ff. 153, 182v. *ayue.* — *Évreux,* pp. 96, 113 *ayue.*

(37) — *Léry;* cap. 20, II. p. 137, *encg-gouere.* — *Évreux;* p. 283, *engoüere.* -

(38) — *Léry;* cap. 8 e 9, I. p. 129, 133, 153, *araroye.* — Abb fl. 182v. tem *ararousouay,* provàvelmente por *ararougouay;* reproduz a forma guarani *ará-rugûai,* apenas com troca do *g* pelo *s.*

Já vimos, que se notam certas características guaranis no dialeto tupinambá do Maranhão.

Quanto à descrição da *ararûaîa, Léry* enganou-se; não há disso a menor dúvida. A *roseta* referida é a *nhanduaba — penas de nhandu,* enquanto a tradução de *ararûaîa* é *cauda de arara,* que não corresponde, nem à descrição, nem à gravura. Léry descreve, pois, a *nhanduaba,* (veja esta palavra mais abaixo) mas confunde-a com a *ararûaîa* nome que *Abb.* cita como apelido escolhido por um chefe tupinambá, traduzindo-o corretamente por *cauda de arara.*

O único autor que dá uma descrição da *ararûaîa* concorde com a sua etimologia é Staden, parte I. cap. 23:

> ... e na nuca amarraram-me uma placa quadrangular, feita de caudas de aves, que se elevava acima da cabeça e se chama *arasoya* na língua dêles".

Diga-se, a título de explicação, que a cauda de qualquer animal em tupi é *sûaîa.* Precedido de um adjunto nominal costuma substituir o *s* por *r;* daí *ará-rûaîa* no tupi e *araroye* (=*ará-rûaîe*) em Léry. Staden, ao ditar as suas aventuras, lembrou-se aproximadamente da palavra *sûaîa — cauda,* mas não da permuta da inicial, quando posposta a *ará,* em *ará-rûaîa.*

Seja-nos permitido chamar ainda a atenção dos estudiosos para a defeituosa tradução do trecho citado, na edição da Academia Brasileira do livro de Staden (p. 70/71); para a mixórdia incrível da nota n.º 185, na edição Martins, de Léry, e para a observação de *Métraux,* em *La Civilisation* etc. p. 139, de que, além de Staden,

> "nenhum outro autor alude a êsse ornato".

Chega-se a ter pena dos alunos, que se iniciam nos estudos etnológicos com tais recursos desnorteantes.

(39) — *Abb. ibidem;* fl. 273v. dá *acan-assoyaue,* o que é compreensível pois *asoîaba* significa restritamente apenas *cobertura, tampa.*

Tupi	Tupinambá	Português
atuasaba	aturasave(40)	compadre;
boyra, mboyra	boyre(41)	contas, colar;
goîaba	goîave(42)	goiaba;
gûara	ûare(43)	comedor (de alg. c.)
guariba	ûarive(44)	guariba;
îabebyra	îavebyre(45)	arraia;
îagûara	îãûare(46)	onça;
îanypaba	îynipape(47)	jenipapo;
îuba	îuve(48)	amarelo;
îukyra	îunkyre(49)	salpimenta;
kapiigûara	kapiigûare(50)	capivara;
karaiba	karaibe(51)	feiticeiro;

(40) — *Léry*, cap. 18, 20; II. pp. 110 e 133, *atour-assap, atour-assaue*. — *Evreux*, pp. 94, 221, *touassap*. — *Thevet*, fl. 932, *atóussap*.

(41) — *Léry*, cap. 8, I. pp. 127, 135, *boüre*. — Abb. fl. 275v. *bohure*, fl. 283v. *bohu*.

(42) — *Abb*. fl. 220; *goyaue*.

(43) — *Abb*. fl. 184v. *ouare*.

(44) — *Abb*. fl. 252, *ouariue*

(45) — *Abb*. fl. 244v. *yaüebouyre*.

(46) — *Léry;* cap. 10, I. pp. 165, 166. *ian-ou-are*. — Abb. fl. 251v. *ianouare*.

(47) — *Évreux;* p. 112, *iunipape;* p. 326, *iunipap*. — *Abb*. fl. 219, *iunipap*. — *Thevet, Cosmographie*, fl. 914v. *genipar;* fl. 926v. *genipat;* fl. 947, *ienipap*, que indicam pelo menos duas fontes.

(48) — *Léry;* cap. 11, I. p. 173, *iouue, ioup;* — *Abb*. fl. 298, *ioup*. — Veja a nota 86.

(49) — *Léry;* cap. 13; II. p. 26, *ionquet*. — *Thevet; Cosmographie;* fl. 949, *joncure*. — *Évreux;* pp. 12, 125, *ionker*.

À primeira vista, levado pela grafia tupi, poderíamos ver na sílaba inicial dêsses verbetes uma troca do *u* por *n*, *ion* por *iou*, o que identificaria a pronúncia tupinambá com a tupi. Entretanto, considerando que os quatro autores estão concordes na grafia, é muito provável que ao tupi *îukyra*, correspondia no tupinambá o vocábulo *îunkyra* que só se distingue pelo *u* nasalado. Aliás, também os significados já não coincidem; no tupi *îukyra* é sal, enquanto *îunkyra*, segundo os autores franceses é *salpimenta* no tupinambá, condimento que mais exatamente é designado por *îukytaîa*, literalmente *sal ardente* em tupi.

Rodolfo Garcia, que, no seu Glossário, tantos vocábulos emendou para pior, não poderia deixar de atribuir a frei d'Abbeville a forma *iouquere*.

(50) — *Abb*. fl. 248v. *capyyuare*. — *Thevet, Cosmographie;* fl. 916, *capiigouare*

(51) — *Léry*, cap. 16, II. pp. 67, 68 etc. *caraibe*. — *Thevet, Cosmogr*. ff. 914 e seg. *caraibe*. — Abb. fl. 324 e seg. *caraybe*. — *Evreux*, p. 218, *karaybe;* p. 230, *caraïbe;* p. 337, *karaïbe*.

Tupi	Tupinambá	Português
kûatiara	kûatiare(52)	escrita, escrever;
kyreymbaba	kerembave(53)	valente;
morubixaba	muruvixave(54)	maioral;
nhanduaba	îanduave(55)	roseta de plumas;
nhetinga	îetinge(56)	mosquito;
peba	peve(57)	plano, achatado;
rubixaba	ruvixave(58)	chefe; superior;
tapiira	tapiire(58a)	anta;
taraira	tarayre(59)	traíra;
tasyba	tasyve(59a)	certa formiga;
taygaiba	tayaive(60)	valente;
tininga	tininge(61)	sêco;

(52) — *Abb*. fl. 184v. *quattiare*. — *Évreux*, p. 351, *cotiare*.

(53) — *Abb*. fl 293, *kerembaue*. — *Thevet*, fl. 932, *kereumbau*. — *Léry*, cap. 20, II. p. 138, *querre-muhau*. Na última parte desta palavra há evidente transposição e troca de letras; *muhau* está por *umbau*, como traz *Thevet* (= umbav).

(54) — *Abb*. fl. 58, *bourouuichaue*. — *Évreux*, pp. 32, 104, 222, 349, etc. *mourouuichaue*. — *Thevet, Cosmogr*. ff. 909v. 924v. 941, *morbicha*.

(55) — *Thevet, Cosmogr*. fl. 57, *amonas;* fl. 57v. *anonas*. Corrija-se para *anoua*, que na pronúncia francesa devia representar sofrìvelmente a forma apocopada no dialeto tupinambá da Guanabara. *Abb*. fl. 275, *yandou-äue*. — *Staden*, II. cap. 16 (aliás 15) descreve a *nhanduaba* como segue:

> |Têm também um enfeite de penas de avestruz, que é uma cousa de penas, grande e redonda, que amarram sôbre o traseiro, quando vão à guerra contra seus inimigos, ou ainda, quando celebram qualquer festa; apelidam-no *enduap*".
>
> N.B. — Compare a nota 38, que é importante para a boa interpretação dos trechos relativos à *nhanduaba* e *ararûaîa*.

(56) — *Léry*, cap. 11, I, p. 182, *yetin*. — Abb. fl. 255v. *yetingue*.

(57) — *Léry*, cap. 7, I. p. 119, *pé* (em *leripé*); cap. 12; I. p. 2; *pep* (em *acarapep*, correção pela 3.ª ed). — *Abb*. fl. 184v. *peup* (em *ouirapapeup*); fl. 248v. *peue* (em *oussapeue*). — *Évreux*, p. 114, *bep* (= *pep*) (em *timbep*).

(58) — Forma relativa de *tubixaba*. — *Évreux*, p. 222, *de rouvichaue*. — *Léry*, cap. 20, II. p. 138, *che roubichac*. — *Thevet;* fl. 920v. *toubicha*.

(58a) — *Thevet, Cosmogr*. fl. 937v. *tapihire*. — Abb. ff. 184 e 250, *tapyyre*.

(59) — *Abb*. fl. 247, *tarahure*.

(59a) — *Abb*. fls. 256, *tasuue*.

(60) — *Abb*. fl. 293v. *taïayue*. A grafia do *Vlb*. sugere *tayaiba* também no tupi.

(61) — *Abb*. fl. 187, *tiningue*.

Tupi	Tupinambá	Português
turuygûera	tururugûare(62)	gusano;
tyba	tyve(63)	sufixo abundancial;
uba	uve(64)	coxa;
xe rajyra	xe ajire(65)	minha filha;
yba	yve(66)	haste, árvore;
ygara	ygare(67)	canoa;
ygûaba	ygûave(68)	bebedouro;
ygûara	ygûare(69)	morador;
ysauba	ysauve(70)	saúva.

III. PALAVRAS PAROXÍTONAS EM TUPI E OXÍTONAS NOS DIALETOS TUPINAMBÁS

Tupi	Tupinambá	Português
aiba	paí, aip(71)	ruim, estragado;
akanga	akã(72)	cabeça;
amana	amã(73)	chuva;
anga	ã, ang(74)	sombra, fantasma, alma;

(62) *Abb.* fl. 258, *tururugoire.*

(63) — *Abb.* ff. 184v. e 186v. *teuue.*

(64) — *Léry,* cap. 20, II. p. 136, *oup.* — *Évreux,* p. 117; *ouue.*

(65) — *Léry,* cap. 20, II. p. 138 *che-raiit* (corr. pela 3.ª ed.). — *Évreux,* p. 94, *cheagyre.* — No próprio tupi há discordância. No *Vlb.* vem *tagyra* (= *tajyra*) e no Catecismo, II. ed. *taiyra* (= *taîyra*).

(66) — *Léry,* cap. 13, II. p. 15 *u* (em *copa-u*). — *Abb.* ff. 182, 188, 224 etc. *euue;* fl. 182, *hu* (em *timbohu,* no tupi *timbòyba*) e fl. 229v. *eup* (em *manieup,* no tupi *maniyba*).

(67) — *Léry,* cap. 20, II. p. 134, *ygat,* mas *ygaroussou;* grafado *ygueroussou* e *Thevet* fl. 951, *quarousoub.* — *Évreux,* p. 218, *ugar.* — *Abb.* fl. 187, *eugare.*

(68) — *Abb.* fl. 187, *euguaue.*

(69) — *Abb.* fl. 260v. *eugouare.* — *Évreux,* p. 40, *igoi* (no plural *igois,* em: *ces miarigois — êstes mearienses*).

(70) — *Abb.* fl. 255v. *ussa-ouue.*

(71) — Veja a nota 36. — É digna de reparo a metátese *aip* > *paí,* que se encontra no livro de Léry.

(72) — *Léry,* cap. 20, II. p. 136, *acan.* — *Évreux,* p. 114, *acan.* — *Abb.* fl. 182, *akan* em *souassou akan.*

(73) — *Léry,* cap. 20, II. p. 133, *amen.*

Tupi	Tupinambá	Português
angaipaba	angaipá(75)	maldade, mau;
angaturama	angaturã(76)	bom, afável;
anhanga	anhã(77)	diabo;
anhumatiroba	yvá-ẽẽ(78)	melancia;
arara	ará(79)	arara;
arukanga	arukã(80)	costela;
atuasaba	atuasap(81)	compadre;
boyra	bohy(82)	conta, colar;
ekatuaba	ekatuá(83)	(mão) direita;
gûyrá-sapukaîa	arinhã-miri(84)	galinha;
îanipaba	jenipá(85)	jenipapo;
îuba	îu(86)	amarelo;
îukyra	îonket(87)	sal, salpimenta;
kama	kã(88)	seio, peito;

(74) — *Léry,* cap. 20, II. p. 137, *encg.* — *Évreux,* pp. 114, 283, *an.*

(75) — *Léry,* cap. 12 e 14, II. pp. 8 e 31, *engaipa.*

(76) — *Léry,* cap. 12, II. p. 8, *agatorem.* — *Thevet,* fl. 929v. *agatouren.*

(77) — *Léry,* cap. 14, 16, 18, 19, II. pp. 39; 62; 63; 76; 106; 120; *aygnan. Thevet,* fl. 920, *agnen,* fl. 921v. *aignen.*

(78) — *Abb.* fl. 228v. *vua-een.* — *Marcgrave* dá o sinônimo tupi *yá-ẽẽ(jaee),* p. 22 — O sentido literal de *uvá-een* (= *ybá-ẽẽ*) é *fruta gostosa* e de *yá-ẽẽ* — *cabaça gostosa.*

(79) — *Léry,* cap: 11, I. p. 172, *arat.* — Abb. fl. 234; *ara.* — *Évreux,* pp. 203/04, *ara.* — *Thevet,* fl. 929v. traz *arat,* confundindo porém a *arara* com o *guará,* como se deduz da descrição: "grande como a garça e todo escarlate".

(80) — *Évreux,* p. 116, *aroukan.*

(81) — *Léry,* cap. 18 e 20,, pp. 110 e 132/33, *atour-assap,* (grafia da 3.ª ed. de 1585). É um dos têrmos mais torturados na ed. de Gaffarel. — *Évreux,* pp. 94, 221, *touassap.*

(82) — *Abb.* fl. 283v. *bohu.* compare a nota 41.

(83) — *Évreux,* p. 116, *ekatoua.*

(84) — *Léry,* cap. 11, I. p. 170, *arignan-miri.* — *Thevet,* fl. 930; *Singularitez,* p. 224, *arignane.* Em tupi seria *arinhana,* mas *Anchieta* emprega *arinhama* e *ariama*: *Paula Martins — Anchieta, Poesias;* pag. 126, 701 e 313.

(85) — *Léry,* cap. 8, I. pp. 126, 132, *genipat.* — *Thevet;* fl. 947; *ienipap;* fl. 914v. *genipar;* fl. 926v. *genipat.* — *Genipar* deve ser êrro de cópia por *genipat.* — Veja a nota 47.

(86) — *Thevet,* fl. 945, *iou* (no composto *aiouro-iou* (*aîurú-îuba — francês*). Veja a nota 48.

(87) — Veja a nota 49.

(88) — *Léry,* cap. 20, II. p. 136, *cam.* — *Évreux,* p. 116, *cam.*

Tupi	Tupinambá	Português
kanga	kã(89)	osso;
kang-aputuuma	kã-aputuõ(89a)	tutano;
katinga	kantí(89b)	catinguento;
kopayba	kopa-y(90)	copaíba;
kygûaba	gyap, kyap(91)	pente;
makaxera	makaxet(92)	aipim;
manema, p-	manẽ, p-(93)	mal sucedido;
mandioka	manió(94)	mandioca;
manipûera	manipoá(95)	suco de mandioca;
mokaba	mokap(96)	arma de fogo;
morubixaba	morubixá(97)	chefe;
mosakara	musakat(98)	hospitaleiro;
musurana	mosorã(99)	corda usada no sacrifício ritual;
nhanduaba	anuá(100)	roseta de plumas;

(89) — *Évreux*, p. 117, *cam*.

(89a) — *Évreux*, p. 117, *cam-apoutouon*

(89b) — *Idem*, p. 11, *kantin*, em *acaioukantin*.

(90) — *Léry*, cap. 13, II. p. 15, *copa-u*. — Compare a nota 66, que é mais completa.

(91) — *Léry*, cap. 8, p. 136, *guap, kuap;* cap. 20, p. 126; *kuap*. — *Thevet*, fl. 951, *guyouap*. — *Abb*. fl. 283, *keuap*.

(92) — *Abb* fl. 229v. *macachet*.

(93) — *Abb*. fl. 318, *panen* (em *pira-panen*); fl. 359, *manen*.

(94) — *Léry*, cap. 9, I. pp. 141, 144, 145, *maniot*. — *Thevet;* fl. 918v. *manihot*. — *Abb*. fl. 229v. *manioch*. — *Évreux*, pp. 74, 229, *manioch*. *Marcgrave*, p. 65, *mandioca*.

Das duas referências de *Abb*. que, no texto, escreve *maniot* e cita *manioch* como forma tupinambá, vê-se claramente, que *maniot* (*maniô*), como os franceses pronunciavam a palavra, já era então corrente entre êles. Das nossas citações acima podemos deduzir com facilidade, que a forma francesa teve a sua origem na Guanabara, onde, segundo o testemunho de *Léry e Thevet*, corria o têrmo apocopado entre os tupinambás.

(95) — *Abb*. fl. 223, *manipoy;* porém, a fl. 318v. *manipoère*.

(96) — *Léry*, cap. 20, II. p. 124, *mocap*.

(97) — *Thevet*, fl. 941, *morbicha*. — Comp. a nota 54.

(98) — *Léry*, cap. 16 e 18, II. pp. 73, 104, 111, *moussacat*.

(99) — *Thevet-Lussagnet*, pp. 275, 277, *maussorrent*.

(100) — *Thevet-Lussagnet*, p. 277, *amonas*, p. 278, *anonas*. Corrija-se para *anoua*, que na pronúncia francesa devia corresponder sofrivelmente à forma apocopada no dialeto tupinambá da Guanabara. — Comp. a nota 55.

Tupi	Tupinambá	Português
nheenga	nhẽẽ(101)	língua, falar;
nhetinga	ĩetĩ(102)	um mosquito;
pakoba	pakó(103)	banana;
peba	pé, pep(104)	plano, achatado;
pema	pẽ(105)	trançar, esquinado;
petyma	petỹ(106)	tabaco;
pindoba	pindó(107)	palmeira, pindoba;
piranga	pirã(108)	vermelho;
pitanga	peitã(109)	criança;
poranga	porã(110)	bonito, belo;
putuna	pytũ(111)	noite;
pytanga, pitanga	pytã(112)	pardo, avermelhado;

(101) — *Évreux*, p. 115, *gneem*.

(102) — *Léry*, cap. 11, I. p. 182, *yetin*. Veja a nota 56.

(103) — *Léry*, cap. 13, II. p. 18, *paco*. — *Thevet*, fl. 935v. *pacouà*.

(104) — *Léry*, cap. 7, I. 119, *pe* (em *leripé*); cap. 12 II. p. 2, (corr.) *pep* (em *acarapep*). — *Abb*. fl. 184v. *peup*. — *Évreux*, p. 114, *bep*. Veja a nota 57.

(105) — *Léry*, cap. 11, p. 171, *pen* (em *iacoupen*); cap. 20, p. 125, *pen* (em *itaygapen*). — *Évreux*, p. 348, *pen*. — *Abb*. fl. 244, *pem* (em *pirapem*).

(106) — *Léry*, cap. 13, 16, II. pp. 23-25, 71. — *Thevet*, fl. 926v. *Évreux*, pp. 67, 110–11, — *petun*. — Todos representam por *un* o *u* francês nasalado, cuja pronúncia se aproxima sofrìvelmente do *ỹ* tupi; *petun* devia pronunciar-se *petỹ*.

(107) — *Léry*, cap. 14, 17, 18, II. pp. 37, 89, 95, *pindo*. — *Thevet*, fl. 916v. *pindo*, mas *pindona*, por *pindoua* (=*pindova*), à fl. 914v.

(108) — *Léry*, cap. 20, II. p. 124, *pirenc*. — *Évreux*, pp. 49, 141, 202, 261, *piran, pyran*. — Abb. fl. 236, *miran*, (=*piran*); fl. 183v. *piran* (em *ouarapiran*).

(109) — *Évreux*, pp. 77, 86, *peïtan;* p. 274, *pitan*. — Compare a nota 112.

(110) — *Évreux*, p. 115, *poram*. — *Léry*, cap. 20, II. p. 131, 135, *porenc*.

(111) — *Évreux*, p. 96, 224, *petom*. — *Abb*. fl. 320, *pouyton*, em composto.

(112) — *Léry*, cap: 12, 13, 17, 20; II. pp. 2, *bouten;* 12, *botan;* 89, 127, *bouten*. — *Abb*. fl. 183, *pouitan;* ff. 230, 232v. e 238v. *pouytan*. — *Évreux*, p. 54, *pouïtan*. — O *Vlb*. tem *pitanga* tanto para criança como para *avermelhado, pardo*.

Tupi	Tupinambá	Português
rana	rã(113)	semelhante;
retama	retã(114)	terra, patria;
sama	sã(115)	corda;
tãîa	tãî(116)	dente;
tatapekûaba	tatapekuá(117)	abano;
tinga	tı̃(118)	branco;
tukana	tukã(119)	tucano;
tunga	tõ(120)	bicho-de-pé;
uipuba	uipú(121)	farinha puba;
una	õ(122)	preto;
urapara	urapá(123)	arco;
xe ruba	xe ru(124)	meu pai;

(113) — *Évreux*, pp. 74 141, 99, 233 etc. *ran*, nos compostos *janouaran* e *juniparan*. — *Abb*. fl. 67v. *ran*, fl. 244v. *ram*. — Note-se que *Abb*. fl. 96, escreve *ianouarem* e traduz corretamente por *cão fétido*. Diante do sentido e da grafia de *Évreux* pensamos tratar-se, porém, de engano de frei Abbeville ou do seu informante.

(114) — Forma relativa de *tetama — terra, pátria*. *Léry*, cap. 20, II, pp. 127, 129, *de retam, pe retam*. — *Thevet*, fl. 929v. *de reptan*. — *Évreux*, p. 97, *che retan*

(115) — *Léry*, cap. 17, II. p. 88, *cen*, em *oropacen*. — *Abb*. fl. 183v. *san*, em *itapoucousan — grilhão*.

(116) — *Léry*, cap. 20, II. p. 136, *che ram*. — *Évreux*, p. 115, *taïm, che raïm* (= *tãî, xe rãî*).

(117) — *Léry*, Cap. 18, II. p. 105, *tatapecoua*.

(118) — *Léry*, cap. 18 e 20, II. pp. 106, 124, 126, *tin*. — *Thevet;* fl. 937v. *tin*. — *Abb*. fl. 241, *tin* (em *ouira-tin*). *Évreux*, p. 354, *tin* (em *orobou-tin*).

(119) — *Léry*, cap. 11, I. pp. 175/6; *toucan*. — *Thevet*, fl. 938; *toucan*. — *Abb*. fl. 237v. *toucan*.

(120) — *Léry*, cap. 11, p. 181, (corr.) *ton*. — *Thevet*, fl. 936, *tom*. — *Abb*. fl. 256, *ton*. — *Évreux*, p. 113, *thon*.

(121) — *Léry*, cap. 9, I. p. 142, *ouy-pou* (corr.)

(122) — *Léry*, cap, 20, II. p. 124, *son* (*on*). *Abb*. ff. 232v. 241, 243v. *on*.

(123) — *Léry*, cap. 14, 17, 20; II. pp. 32, 88, 133; *ourapat; orapat*. — *Thevet*, fl. 916, *orapa;* fl. 935v. *ourapa*. — *Abb*. fl. 288v. *ouyrapar*. — É ainda digno de menção, que Léry, cap. 20, II. p. 133, dá para o têrmo exatamente a mesma aglutinação que a indicada no verbete *arco de tirar*, do *Vlb*. — O mentor de Léry deve de fato ter sido um bom lingüista. É realmente uma lástima, que *Léry* não lhe decifrasse melhor a letra.

(124) — *Léry*, cap. 20, II. p. 138, *che roup*. — *Évreux*, p. 53, *che rou*. — *Ruba* é a forma relativa de *tuba*.

Tupi	Tupinambá	Português
xe rubixaba	xe rubixá(125)	meu chefe;
yba	y(126)	haste, cabo;
ybyrá-pitanga	ybyrá-pytã(127)	pau-brasil;
ỹgapema	ygapẽ(128)	tacape;
ygara	ygá(129)	canoa;
ygûara	igûá(130)	morador de.

IV. FORMAS DIVERGENTES NO PRÓPRIO TUPINAMBÁ

Tupi	Guanabara	Maranhão	Português
aîba(131)	aip, pahi	ayue	ruim, estragado;
anga(132)	encg	an	sombra, fantasma, alma;
ay(133)	hay	unay	preguiça(zoo.);
gûyrá-sapukaîa(134)	arignan-miri	ouira-sapoucai	galinha;

(125) — *Léry*, cap. 20, II. p. 138, *che roubichac — Rubixaba* é a forma relativa de *tubixaba*. — *Thevet*, fl. 920v. *toubicha*.

(126) — *Léry*, cap. 13, II. p. 15, *u* (em *copa-u*). — *Évreux*, p. 224, *u* (em *tataü*). *Abb*. fl. 182, *hu* (em *timbohu*). — Veja a nota 66.

(127) — *Léry*, cap. 13, II. p. 12, *arabotan*. — *Thevet*, fl. 949v. *oraboulan*. — *Abb*. fl. 183, *ouyrapouitan*. — *Évreux*, p. 54, *ybouyrapoüitan*, que se aproxima à forma apocopada do têrmo tupi.

(128) — *Léry*, cap. 20, II. p. 125, *ygapen* (em *ita ygapen*). Compare a nota 105.

(129) — *Léry*, cap. 14, II. p. 36, *ygat*. — *Évreux*, p. 218, *ugar*. — *Abb*. fl. 187, *eugare*. — Veja a nota 67.

(130) — *Évreux*, p. 39, 42 *igoi* (em *Mearigois*). — *Abb*. fl. 260v. *euguare* (em *paranan euguare*).

(131) — Veja a nota 36 dêste capítulo.

(132) — Veja a nota 74.

(133) — *Léry*, cap. 10, I. p. 168. *hay*. — *Thevet*, ff. 941 e 941v. *haüt*. — *Abb*. fl. 252, *unaü*. — *Marcg*. aí, p. 221.

Na mesma *História Natural*, p. 222, Laet (!) (e não *Marcgrave* como diz Rodolfo Garcia nas notas a frei d'Abbeville) acrescenta, que citou ambas as denominações indígenas no seu livro sôbre a América.

(134) — *Léry*, cap. 11, I. p. 170 *arignan-miri; Thevet*, fl. 930, *arignane; Abb. fl.* 242v. *ouira sapoucay*. Veja a nota 84.

Tupi	Guanabara	Maranhão	Português
ianipaba(135)	genipat	iunipape	jenipapo;
iukyra(136)	ionquet	ionkere	sal; salpimenta;
mandioka(137)	maniot	manioch	mandioca;
moká-kuí(138)	mokap-coui	tatapouy	pólvora;
morubixaba(139)	morbicha	mourouuichaue	chefe;
nhanduaba(140)	anonas	yandou-aue	roseta de pluma;
nhetinga(141)	yetin	yetingue	um mosquito;
piranga(142)	pirenc	piran	vermelho;
poranga(143)	porenc	poram	bonito, belo;
tymã(143a)	demen	touma	perna;
uba(144)	oup	ouue	coxa;
urapara(145)	ourapat	ouyrapar	arco;
xe rajyra(146)	che raiit	che(r)agire	minha filha;
xe ruba(147)	che roup	che rou	meu pai;
yba(148)	u	euune,	haste, cabo;

(135) — Veja a nota 85.

(136) — *Idem*, 49.

(137) — *Idem*, 94.

(138) — *Moká-kuí*, de *mokaba kuí*, é literalmente *farelo de arma de fogo*, enquanto *tatapy̰* (= *tatapynha*, em tupi) significa simplesmente *carvão* ou *brasa*. — *Léry*, cap. 20, II. p. 125, *mocap-coui*. — *Évreux* p. 224, *tatapouy*. — Neste último talvez se deva ver uma alteração metaplástica de *tatakuí*, que é *farelo de fogo*.

(139) — Veja a nota 54.

(140) — Veja a nota 55.

(141) — *Idem*, 56.

(142) — *Idem*, 108.

(143) — *Idem*, 110.

(143a) — *Léry*, cap. 20. II. p. 136, *demen*. — *Évreux*, p. 117, *touma*.

(144) — Veja a nota 64.

(145) — *Idem*, 123.

(146) — *Idem*, 65.

(147) — *Idem*, 124.

(148) — *Idem*, 66 e 126.

Tupí	Guanabara	Maranhão	Português
ybyrá-pokaba (149)	mocap	tataü	fuzil, bacamarte;
ybyrá-pitanga (150)	araboutan	ouyrapouitan	pau-brasil;
ygara(151)	yga	eugare	canoa.

Esta última lista, para ser bem aquilatada, carece de uma tomada de posição perante os vocábulos tupinambás, que na grafia de Léry terminam em *t*, enquanto no dialeto do Maranhão têm um *r*. A essa particularidade acresce, que no próprio Léry é duplo o valor do *t* final. Nuns casos, é articulado e em alguns é mudo.

A primeira série pertencem aquêles em que o *t* final aparece como enxêrto por imitação da grafia de certas palavras francesas como: *art, bouquet, droit, éclat, fruit, lait, mont* etc. nas quais o *t* é mudo.

Compreende-se fàcilmente que êsse acréscimo não constitui fonema, pois existiu apenas na fantasiosa representação gráfica de Léry.

Entre essas palavras figuram;

bat(152) por *ba*,
genipat(153) por *genipá*,

(149) — Enquanto para a denominação do *arcabuz* o tupi partiu da *artilharia*, frisando uma das diferenças, que consistia na parte de madeira, a coronha, o tupinambá da Guanabara não distinguia nominalmente as armas de fogo fixas das portáteis, chamando ambas de *mokaba, mororokaba — instrumento que estoura, — que estala*, acrescentando-lhe, por vêzes, o adjetivo *usú ou miri*.

No Maranhão, ao contrário, criaram literalmente o nosso popular *pau-de-fogo — tatá-yba*. — *Léry*, cap. 20, II. pp. 124-25, *mocap, mororokap*. — *Évreux*, p. 224, *tataü*.

(150) — Veja a nota 127.

(151) — *Idem*, 129.

(152) — No *"Coloquio"*, (Edição Gaffarel, vol. II. p. 124) encontra-se a seguinte frase: *"Esse non bat' — 'Nomme tout'*. Em tupi escreveríamos: *"E senôi bá"*, sendo *bá* abrandamento apocopado de *pab*. O sentido exato é: *"Nomeia-os todos"*.

O *t* da grafia de *Léry* em *bat* constitui *verdadeiro* contra-senso, pois o *t* intruso ocupa o lugar do legítimo *b*.

(153) — *Thevet* e *Léry* optaram pela forma *genipat*, para indicar a pronúncia guanabarina de *jenipá* ou *janipá*. A êsse vocábulo apocopado correspondia, entre os tupinambás maranhenses, o paroxítono *iunipape*, que se aproxima sofrìvelmente do tupi *ianypaba*. Compare a nota 47 dêste capítulo.

maniot(154) por *manió,*
margaiat(155) por *marakaîá,*
sepouyt(156) por *sepy* e
tououpinambaoult(157) por *tupinambô*.

Não se devem equiparar com estas formas aquelas outras palavras tupinambás de Léry, em que o *t* final substitui um *r*, de conformidade com certo costume ou vício referido pelos gramáticos.

Anchieta menciona casos em que, no vocativo e na conjugação, pode ocorrer a troca do *r* final por *t*. Seria uma forma de dinamização:

xe rayt! por *xe rayr!* — meu filho!
a îut por *a îur* — eu vim(158).

---

(154) — Também aqui o *t* é desnorteante, pois só indica a pronúncia francesa *maniô*. A forma maranhense *manioch* (manioc) aproxima-se mais da tupi *mandioka*. Compare a nota 94 dêste capítulo.

(155) — Desta feita Léry nos dá um exemplo de duas grafias para a mesma palavra, escrevendo *margaia* no cap. 5 e *margaiat* no cap. 20 (ambos corr. III, ed.). Diverge porém de Thevet, que consonantiza a semivogal *i* de Léry, pois Thevet escreve *margagea*, no plural *margageaz* (fl. 907v. 908v. 909), ou seja *margajá* em grafia portuguêsa.

(156) — No cap. 20 de *Léry* (ed. Gaffarel, vol. II. p. 125) encontra-se a seguinte pergunta: *"Mae pe sepouyt rem"?* Em nossa grafia corresponde a *maé pe sepy rã* ou seja em tupi: *"mbaé pe sepyrama"? — Qual é o seu equivalente, (preço)?"*

Em *sepouyt* de *Léry* temos, além do acréscimo de um *t* final, uma das representações francesas mais comuns do *y* tupi: *ouy*, que ombreia com *oui, ou, eu, u, i,* e *y*.

(157) — Não podia se mais arrevesada a grafia escolhida por *Léry* para configurar *tupinambô*. *Thevet* escreveu *toupinambaux* e o relator da *Festa Brasileira em Ruão*, de 1550, *tupinambaulx*. Dessa pronúncia se aproxima frei d'Évreux com *tapinambo* e, algumas vêzes, *topinambo* (p. 32).

Staden escreve *tuppin inba* e d'Abbeville *topinamba*, ambos aconchegando-se à grafia portuguêsa de *tupinambá*.

(158) — *Gramática;* fl. 8 e 8v. "Os que o tem (o acento) na penúltima, perdem a última vogal no vocativo".

Não frisa a troca de letras, mas confirma ocasionais permutas nos exemplos. Logo a seguir trata dêsse metaplasmo na conjugação de maneira um tanto confusa ensinando: *"R* e *T* comunicam-se infine, pondo, *t* pro *r ut* in presenti exemplo & também nos verbos, ut *a îut* (por *a îur*), mas na conjugação não se faz caso do *t*, senão do *r"*.

Figueira já se insurge contra o que hoje classificaria de afetação(159). Entretanto, essa opinião não o impede de escrever *moçapyt — três,* em lugar de *moçapyr,* quando linhas acima regista *i moçapyra — o terceiro* (160).

Eis a lista dos principais vocábulos citados por Léry, nos quais o *t* pode ser considerado como substituto do *r* original e, assim sendo, deve ter sido articulado. Dizemos *pode,* porque num ou noutro o *t* talvez provenha de mera extravagância gráfica como nos seis exemplos anteriores. Nesse caso o *t* seria também mudo.

arat(161) — arara;
ionquet(162) — salpimenta;
mossaput(163) — três;
moussacat(164) — hospitaleiro;
ourapat(165) — arco;

out em:

aiout(166) — eu vim (venho);
o-out(167) — êle veio (vem);
emo-out(168) — faze vir;

rou potat em:

maé pererou potat?(169) — que queres trazer?

---

(159) — *Gramática;* p. 103:
"Alguns línguas & os índios trocam às vêzes algumas letras por mais delicadeza, como para dizer *a îur* dizem a *îut;* em lugar de *koyr* dizem *koyg;* mas isto não é natural".

(160) — *Ibidem;* p. 4.

(161) — Cap. 11. — Compare a nota 79 dêste capítulo. Neste caso o *t* deve ser fantasioso, pois Abbeville e Évreux escrevem *ará,* ou seja *ará*.

(162) — Compare a nota 49.

(163) — O testemunho de Figueira nos dá no caso plena certeza de que o *t* era de fato pronunciado; veja a *Gramática,* p. 4.

(164) — Cap. 16, 18 e 20, II. pp. 73, 104, 111. Em tupi *mosakara*.

(165) — Cap. 14, 17, 20, II. pp. 32; 88; 133; *orapat, ourapat.* — *Thevet,* fl. 916, escrevendo *orapa* parece classificar o *t* de simples intruso. Seria, assim, mudo. Veja a nota 123.

(166) — Cap. 20. II. p. 140. — *Anchieta;* fl. 8v. *a îut, a îur. Figueira,* p. 103 — *a îut, a îur. Évreux;* p. 97 — *aiout*.

(167) — Cap. 20, II. p. 140. Comp. a nota anterior. Em tupi *o ur*.

(168) — Cap. 20, II. p. 141. Em tupi *e mo ur*

(169) — Cap. 20. (Gaffarel; II. p. 126). Em tupi: *mbaé pe (e)rê ru potá(r)?*

rout em:

arout(170)	— eu trouxe (trago);
erout(171)	— traze-o;
maé pererout(172)	— que trouxeste (trazes)?
touaiat(173)	— tobajara;
che raiit(174)	— minha filha;
che-requeyt(175)	— meu irmão maior;
ygat(167)	— canoa;

Nem sempre é fácil achar os têrmos correspondentes nos vários autores. Entretanto, com exceção de *iout,* que também achamos em Évreux(177) e, por analogia, talvez as outras formas verbais semelhantes, ainda nestes últimos exemplos o tupinambá maranhense diverge do guanabarino pelo fonema desinencial.

Como patenteia mesmo um exame superficial, a quase totalidade das diferenças entre o tupi e o tupinambá não passa de fonemas ou sílabas, mas, de qualquer forma são discrepâncias inadmissíveis em compêndios didáticos como os dos jesuítas, cujo escopo foi conseguir a uniformização da língua escrita, de acôrdo com a tendência da época nos países europeus.

Entretanto, se em nosso apanhado total sobem a quarenta por cento as formas tupinambás pràticamente iguais às tupis, devemo-lo à contribuição maranhense, onde a apócope era mais rara do que no dialeto da Guanabara.

Essa peculiaridade aproxima o tupinambá setentrional do tupi; e, ainda que com êle não se identifique, permite concluir que o dialeto tupinambá da Bahia tinha maiores afinidades com o do Maranhão do que com o guanabarino.

---

(170) — Cap. 20. (Gaffarel; II. pp. 123, 129). O *t* era pronunciado. Em tupi: *a rur*.

(171) — Cap. 20. (Gaffarel; II. p. 137). O *t* é igualmente pronunciado. Em tupi: *e rour*.

(172) — Cap. 20. (Gaffarel; II. p. 124). *Évreux;* p. 223. Tupi: *mbaé pe (e)ré rur?*

(173) — Cap. 20. (Gaffarel; II. p. 130). *Thevet;* ff. 914v. e 916 — *tonaiatz* por *touaiat,* ou *touajat* que ocorre em *Deux Voyages; Lussagnet,* p. 299. Em tupi: *tobaîara.* — Veja o que dissemos a respeito do têrmo, em *Tupis e Guaranis,* p. 12.

(174) — Cap. 20. (Gaffarel; II. p. 138). Em tupi: *xe raîyra* e *xe rajyra*.

(175) — Cap. 20. (Gaffarel; II: p. 138). Em tupi: *xe rekyyra*.

(176) — Cap. 14, 20. (Gaffarel; II. pp. 36 e 134). Compare a nota 67. Em tupi: *ygara*.

(177) — *Évreux;* p. 97.

Vale repetido, que é nas palavras paroxítonas tupis que temos a fonte quase exclusiva das divergências entre o tupi e os dialetos tupinambás; uma repetição, em escala muito menor, do que se verifica entre os vocabulários tupis e guaranis antigos.

O total dos vocábulos comparados sobe, portanto, a 92, dos quais 7 oxítonos e 85 paroxítonos. Do total das formas tupinambás aduzidas

37, ou 40 por cento, podem ser declaradas iguais às tupis num ou em ambos os dialetos.

61, ou 66 por cento, divergem das tupis tão só por metaplasmo, pelo menos num dos dialetos.

22, ou 23 por cento das formas tupinambás também divergem entre si.

Embora as diferenças sòmente em três neologismos sejam de étimo e que as palavras tupis comparadas se restrinjam quase exclusivamente às paroxítonas, a percentagem das discrepâncias não deixa de ser considerável quando confrontadas aos casos de concordância perfeita.

Depois dêsse cotejo seja nos permitida uma pergunta: É lícito, ou de boa ciência, apor a tal conjunto vocabular heterogêneo o qualificativo especificante de *dialeto tupinambá,* apenas porque dos três grupos tupinambás possuímos notícias mais extensas da sua cultura material e da sua mitologia?

Certamente não. E não, porque, como vemos, em lingüística os dois conceitos: *tupi* e *tupinambá* não se cobrem exatamente.

Por *língua brasílica* ou tupi compreende-se tão só o *dialeto unificado* dos compêndios jesuítas, geralmente sem especificação das divergências locais.

No *tupinambá,* ao contrário, houve três dialetos distintos, dos quais conhecemos certas peculiaridades apenas de dois: do guanabarino e do maranhense. Do terceiro, do bahiano, muitas formas devem ter sido aproveitadas no tupi, mas essas não poderíamos determinar, senão em parte, por questionáveis deduções.

Portanto, *tupinambá,* lingüisticamente falando, é um conceito específico e, assim mesmo, ainda carece de circunscrição geográfica para ter valor.

Nunca existiu pròpriamente uma língua ou um dialeto tupinambá, porque nunca os seus três dialetos foram submetidos exclusivamente a um processo normativo, que unificasse as modalidades dos seus três núcleos geográficos.

Por outro lado, asseverar, que a língua brasílica correspondia ao tupinambá da Bahia, é uma afirmação que foge a qualquer possibilidade de comprovação, ainda que a importância da sua contribuição deve ter sido das mais vastas.

Ao tratar das divergências tupinambás não poderíamos deixar de aludir ao fonema *j* e a certos têrmos em que os fonemas *î* e *j*, tão estreitamente afins, se alternam.

O fonema *j*, muito raro no tupi, não o é menos no tupinambá, mas nem sempre ocorre nas mesmas palavras. No Maranhão, ainda no comêço do século dezoito, só esporàdicamente a semivogal *î* se havia transformado em *j*(178). Mas, o autor do *Vpb*. ao afirmar, que só existe em algumas das palavras, onde é seguido de *u*, apenas se refere à letra *j* na sua grafia e não a êsse fonema fricativo sonoro em geral, pois êste aparece ainda, embora representado por *g*, nas poucas palavras onde existe no vocabulário tupi jesuítico como:

gyba — cozer;
gybá — braço;
tagyca — nervo;
îegyia — mudar-se;
etc.

O *Vpb*. também consigna o fonema *j* na palavra *geremú*, uma variante da forma *jurumú* — *abóbora* e em *aujé* — *basta*, onde a letra *j* não é seguida de *u*.

Como no tupi o fonema *j*, salvo raríssimas exceções como *auje*, só precede o *y*, o seu emprêgo antes de *u*, no Maranhão, é uma tendência peculiar, que merece examinada no tupinambá dos autores mais antigos, ainda que, em certos casos, o *u* seja uma alternação de *y*.

No Maranhão encontramos efetivamente e desde cedo a confirmação do que observou, ainda um século mais tarde, o autor do *Vpb*.

O fonema *j* está presente em seus cronistas franceses, nas condições apontadas, embora sejam veladas pela estranha grafia e haja umas exceções.

---

(178) — *Vocabulário Português-Brasílico*, verbete *feiticeiro*: "Advirta-se que nesta língua é raramente o *i* rasgado (= *j*); e, porquanto, observando-se nos tupinambás, apenas tem algum *i* rasgado, quando vai diante do *u*, vg. *ju* — *espinho; jurumú* — *abóbora; jusara* — *comichão*, etc".
Acrescentemos, ao menos como exemplo discordante dessa regra, a palavra *aujé* — *basta*, que também no tupi se pronunciava *aujé* ao lado de *auîé*.

Comparemos:

gyromon(179) — jerimum: uma abóbora;
giropary(180) — jurupari: diabo,
giourou(181) — bôca;
augé(182) — está bem;

mas:

iuua(183) — braço;
geroure(184) — pedir;
mogerecoap(185) — aplacar;

Se estendermos o nosso exame ao material lingüístico transmitido por Léry e Thevet, verificamos aí a presença esporádica da nossa fricativa sonora; mas o confronto nos mostra, que o seu emprêgo diverge de dialeto para dialeto, mesmo no tupinambá.

---

(179) — *Abbeville;* fl. 52v. *gyromon.* — *Thevet; Deux Voyages;* edição *S. Lussagnet*, p. 267 — *gyromoou.* Êste têrmo foi colhido na costa do Nordeste brasileiro, segundo se depreende da descrição de Thevet. — Veja no *Vpb*. os verbetes *abóbora* e *feiticeiro*.

(180) — *Évreux:* pp. 37, 57 e principalmente pp. 280 e seguintes — *giropary*. *Abbeville;* ff. 70 e seguintes — *ieropary*. Note-se a divergência com Évreux. — *Thevet*. colhido no Rio Grande do Norte: *Deux Voyages;* ed. Lussagnet, p. 265 — *giropally*. — *Vlb*. no verbete *diabo* — *jurupari*.
Não é figura da mitologia tupi. As atribuições específicas de jurupari só aparecem plenamente nos estudos dos índios da bacia do Rio Negro, sobretudo das margens do Uaupés. Alí nunca viveram tupis. Como se pretende então interpretar-lhe o nome por étimos tupis? É verdade que o nome ultrapassou as fronteiras primitivas, mas não é menos patente, que a figura singular de jurupari empalidece entre os tupis ao difundir-se do Rio Negro à costa e dali para o sul. Na altura da Guanabara o têrmo era desconhecido.

(181) — *Évreux;* p. 115 — *giourou. Léry;* cap. 20 — *iourou. Vlb. iurú. Vpb.* — *jurú*. A pronúncia do pe. Évreux diverge, pois, tanto da tupinambá da Guanabara como da tupi, mas o *Vpb*, que é maranhense, no-la confirma.

(182) — *Évreux;* pp. 220, 223/24 — *augé*. — Léry; cap. 11 e 20 — *augé. Figueira;* pp. 135/137 — *auîé. Vlb*: — *auîé* e *aujé*.

(183) — Leia à francesa *iuva* = *îyvá* (em tupi *jybá*). *Abbeville;* fl. 157v. na palavra composta *pira-iuua* — *braço-de-peixe, barbatana. Évreux,* p. 116 — *iuua*. — *Léry,* cap. 20 — *inua* por *iuua* (ed. Gaffarel; II. p. 136) *inna*, que a tradução brasileira da *Biblioteca Histórica* corrige para *jyvá*, transformando errôneamente o *i* de Léry em *j*.

(184) — *Évreux;* p. 97. — *Vpb*. — *ieruré. Vlb*. — *îeruré*.

(185) — *Évreux;* p. 101. — *Vlb. moîerekûaba*.

No tupinambá da Guanabara achamo-la as seguintes palavras, das quais apenas duas figuram nos autores maranhenses:

tupinambá	*tupi*	*português*
augé(186)	— auîé, aujé	— basta, muito bem, etc.
augepé(187)	— oîepé	— um;
genipat(188)	— îanypaba	— jenipapo;
margagea(189)	— marakaîá	— gato-do-mato;
mogip(190)	— mojyba	— cozer, assar;
pagé(191)	— paîé	— feiticeiro, pajé.

Aparece ainda, um tanto estranhamente numa série de nomes, que Léry faz terminar em *gerre*, correspondente em Thevet a *iat, jeare, iarre*, ao tupi *îara* e a *iare* nos capuchinhos maranhenses.

Ei-los:

co ouassou gerre(192)	— senhor das grandes roças;
kaa gerre(193)	— senhor da mata;
maé gerre(194)	— senhor de cousas;
mossen y gerre(195)	— senhor das mezinhas;
touagerres(196)	— fronteiros, contrários.

A prolongada falta de contato entre dois núcleos distantes devia necessàriamente originar divergências outras no léxico. Certas formas se modificam, enquanto outras passam a designar espécies diferentes, principalmente na fauna e na flora, como podemos verificar ainda hoje através de numerosas acepções regionais.

Principalmente os neologismos, que nas populações de baixa cultura nascem mais geralmente de uma impressão inicial, muitas vêzes sob influências locais, estão sujeitos a discrepâncias mais ou menos acentuadas, como já tivemos ocasião de mostrar num estudo comparativo entre o tupi e o guarani no estádio inicial de aculturação com os europeus(197).

Vejamos uns poucos exemplos do tupinambá.

Português	*Guanabara*	*Maranhão*
arma de fogo	— mocap(198)	— tatay(199)

(186) — *Léry;* cap. 11 e 20 — *augé. Évreux;* pp. 220/24 — *augé. — Vlb.* verbetes *basta* e *bem estar — auîé, aujé. Anchieta;* ff. 5, 57 e 57v. — *augé. Figueira;* pp. 135, 137 — *auîé.*

(187) — *Léry;* cap. 20 — *augé-pe, auge-pe. — Évreux;* pp. 274/5 — *oyepe, yepé.* — Note-se que a palavra ocorre tão sòmente em trechos do catecismo, visìvelmente copiados dos jesuítas portuguêses. No *Vlb. oîepé.*

(188) — *Léry;* cap. 8 — *genipat. Thevet;* ff. 914v. 926v. 947 — *genipar, genipat, ienipap.* Vê-se que foram diversas as fontes de *Thevet. — Évreux;* p. 112 — *iunipape;* p. 326, *iunipap. — Abbeville;* fl. 219, *iunipap.*

(189) — *Thevet;* ff. 908v, 909, 909v. 941, 942, 951, 952v. *margageaz. — Léry;* cap. 5, 14, 15, 18, 20 — *margaias, margaiats.*

(190) — *Léry;* cap. 30 — *mogip.*

(191) — É bem possível ser *pagé* uma forma adotada pelos autores franceses. O *Vpb.* regista *pajé*, mas adverte que vulgarmente se diz *paîé.* Compare: *Abbeville;* ff. 122v, 123, 325 e seguintes — *pagé. — Évreux;* pp. 31, 185, 300 — *pagi, pagy. — Léry;* cap. 19 — *pagé, pagez, pageez.*

(192) — *Léry;* cap. 20 (Gaffarel; II. p. 132) — *iende-co ouassou gerre.* A forma tupi correspondente seria: *îandé ko gûasú îara.*

(193) — *Léry;* cap. 20 (Gaffarel; II, p. 134) — *kaa gerre.* O têrmo *kaá îara* existe no tupi com o sentido de *louvá-Deus* (zoo.). À acepção, que lhe dá Léry, corresponde o tupi *kaapora*, forma que se mantém ao lado de *caipora.*

(194) — *Léry;* cap. 20 (Gaffarel; II. p. 131) tem *mae gevre.* Em tupi lhe corresponde literalmente *mbaé îara*, mas o usual era *i mbaébae, i mbaèetábae.* São de estarrecer a reconstituição e o sentido que a tradução da *Biblioteca Histórica Brasileira* dá ao trecho onde ocorre, p. 257, S. Paulo, 1941.

(195) — *Léry;* cap. 20 (Gaffarel; II. pp. 128/29). A restauração da tradução brasileira é simplesmente lastimável. Em tupi é *mosangë îara, o feiticeiro,* "senhor das mezinhas e feitiços, pelos que faz para matar", confome lemos à p. 234 do *Vlb,* publicado pelo próprio restaurador do texto de Léry!

(196) — *Léry;* cap. 20 (Gaffarel; II. pp. 130, 132) *pe rouagerre, ienderova gerre*: *vossos inimigos, nossos inimigos.* Em tupi *tobaîara, pe robaîara, îandé robaîara.* É deveras surpreendente o fato de Léry empregar logo a seguir duas outras formas da mesma palavra: *touaiat* (=tovaiat) e pouco abaixo *touaiaire,* sem dar por isso. Do restaurador, então, nem se fala.

Thevet; ff. 908v, 911v, 941, 951 — *tabajeares, tabaiarres. — Abbeville;* fl. 158v. — *tabaiare. — Évreux,* principalmente p. 39 — *tabaiare.* Em tupi: *tobaiara.* A forma correta é sem dúvida *tobaîara* e não *tabaîara.* Compare *Tupis e Guaranis;* p. 12, nota 18.

(197) — Na tese *"A Influência diversificante da Colonização vista através dos neologismos do tupi e do guarani antigos"*, apresentada em Assunção, ao II *Congresso de Lingüística e Cultura Tupi-Guaranis.*

(198) — *Léry;* cap. 11 e 20 — *mocap, moca-ouassou.* Tupi: *mokaba, mororokaba — peça de artilharia; ybyrá-pokaba — espingarda, arcabuz.*

(199) — *Évreux;* p. 224 — *tataü.* O correspondente tupi seria *tatá-yba — pau-de-fogo.* Compare a nota 149

diabo	— anhã[200]	— jiropari[201]
galinha	— arinhã-miri[202]	— ûirá-sapukaî[203]
pólvora	— mocap-cuí[204]	— tatá-py[205]

Passando às supostas fontes holandesas do tupinambá afirma Dall'Igna Rodrigues:

a) — "Marcgrave regista formas do tupinambá (!?) tal como se falava no Nordeste brasileiro na primeira metade do século XVII; estas normas devem ter sido fornecidas ao naturalista alemão, por escrito, por um informante brasileiro ou português, razão por que foram impressas em grafia portuguêsa (!!) ....., as descrições de espécies animais e vegetais são introduzidas pela indicação do nome indígena *tupinambá* (?), no original *Brasiliensis* (!) ....."[206].

b) — "Laet dá, no livro 15 da sua obra, os nomes das espécies animais e vegetais em tupinambá (!?), "communis Brasiliensium lingua" (!!) de acôrdo com um informante português e com Léry e Thevet"[207].

Há em cada destas duas afirmações concernentes a Marcgrave e Laet uma interpretação errônea: a confusão entre *tupinambá* de um lado, *brasiliensis* e *communis brasiliensium lingua* de outro.

---

(200) — *Léry;* cap. 14, 16, 18, 19 — *aygnan*. — *Thevet;* fl. 92v. *aignen*. Corresponde ao tupi *anhanga*. Compare as notas 77 e 180.

(201) — Veja a nota 180.

(202) — *Léry;* cap. 11, 17 — *arignã-miri, arignan-miri*.

(203) — *Abbeville;* fl. 242v. *ouira sapoukay*. No tupi: *gûyrá-sapukaîa*, que, portanto, diverge do tupinambá da Guanabara, mas concorda com o dialeto maranhense.

(204) — *Léry;* cap. 20 — *mocap-coui*, que corresponde ao tupi *moká-kuí — farelo de arma-de-fogo*. Note-se neste último a correta aplicação da regra de eufonia. Veja a nota seguinte.

(205) — *Évreux;* p. 224 — *tata-pouy*. O *y* tupi é por vêzes representado pelos capuchinhos do Maranhão pelo grupo *oui* e *ouy* (*pouyssa* por *pysá — rêde; ybouyra-pouïtan* por *ybyra-pytã*, (no tupi: *ybyrá-pitanga*) — *pau-brasil*. O têrmo *tatá-py* corresponde literalmente ao tupi *tatá-pynha — carvão*, pela semelhança do pó de carvão com a pólvora. No tupi lhe correspondem *moká-kuí* e *mororokákuí — farelo de arma-de-fogo*. Veja a importante nota 138.

(206) — *Revista Portuguesa de Filologia;* vol. IX, I e II; *Contribuição para a Etimologia* etc. p. 7.

(207) — *Idem, ibidem*. — Por João de Laet nunca ter estado no Brasil e, principalmente, por ter sido o coordenador dos escritos de Marcgrave não trataremos dos têrmos tupis registrados por êle.

Já vimos diversas razões, que tornam inaceitável semelhante sinonímia.

Uma palavra ou forma *tupinambá* pode ser e com freqüência é, de fato, igual à correspondente *brasílica* ou *tupi*, mas não o é necessàriamente. Mais do que isto; há divergências sensíveis até mesmo de um dialeto tupinambá para outro, como deixamos demonstrado acima.

Mas, não é tudo. O próprio Marcgrave distingue entre *brasílico* e *tupinambá!*

Não pode haver dúvida, que por: *brasilianis, brasilianis dicta, brasiliensibus, brasiliensibus dicta* e *brasiliensibus generali nomini*, Marcgrave entende a *língua brasílica*, que hoje chamamos *tupi*. O mesmo vale para Piso. Mas, quando Marcgrave fixa a origem tupinambá de um têrmo por *Tupinambis*[208], *Brasiliensibus Tupinambis*[209], ou quando dá um nome tupi e outro tupinambá[210] e, principalmente, quando afirma que o mesmo nome era usado tanto pelos tupis como pelos tupinambás,*Brasiliensibus & Tupinambis,*[211] haverá quem ouse contestar que Marcgrave distingue expressamente entre *brasílico* e *tupinambá?* Haverá quem possa negar, que na sua designação *"brasiliensibus Tupinambis"*, incluindo embora o tupinambá no brasílico, reconhece-lhe ao mesmo tempo feições específicas?

Ninguém de boa fé, que se tenha aprofundado no assunto e queira ser exato.

Se todos os têrmos brasílicos fôssem para êle tupinambás, porque faria distinção entre ambos, entre êsses dois e outros dialetos tupis, como potiguaras[212] e anotaria divergências entre brasílico, potiguara e tupinambá[213]. Principalmente esta última verificação mostra mais uma vez, que a *língua brasílica* sancionara denominações divergentes das usadas por *algumas tribos*, como os tupinambás e potiguaras!

Dêstes nossos reparos de sincera colaboração nenhum teria cabimento, se Dall'Igna Rodrigues, num momento de fraqueza,

---

(208) — *Marcgrave, Jorge —; Hist. Rerum Naturalium Brasiliae;* 1648; pp. 200, 206, 211, 237, 256.

(209) — *Idem, ibidem;* pp. 193, 218.

(210) — *Id. ibid.* p. 256.

(211) — *Id. ibid.* p. 238.

(212) — *Id. ibid.* pp. 200, 222.

(213) — *Id. ibid.* p. 222.

Na tradução brasileira houve um lapso de certa gravidade, na primeira linha do capítulo II dedicado a *sarigüê*. O que está na edição de 1648 é: *"Carigueya* dos brasileiros, *iupatiima* de alguns, *taibi* dos petiguaras, *sarigoy* de Léry". Marcgrave, como outros, não usa nem a cedilha, nem outros sinais diacríticos.

a que todos somos sujeitos, não tivesse sofrido as injunções de Métraux, que *nunca* se dedicou aos problemas tão fascinantes, embora traiçoeiros, por vêzes, da lingüística tupi-guarani. Muito teriam ganho os seus dois, para nós principais estudos(214), se certos têrmos tupi-guáranis por êle registrados viessem acompanhados de comentários etimológicos, que muita luz trariam a numerosos trechos obscuros na sua redação atual. Se Métraux tivesse uma tintura de tupi, certo número de êrros ainda teria sido evitado nas suas transcrições.

Para reforçar a nossa asserção de que Marcgrave, ao referir-se perto de quinhentas vêzes à língua brasílica, por ela entende o *tupi* e não o *tupinambá,* queremos acrescentar às concludentes provas acima, que êle mesmo nos fornece, uma série de divergências outras entre os têrmos citados como *brasílicos* no seu livro e a formas correspondentes no *tupinambá*.

Infelizmente, das palavras indígenas consignadas pelos autores franceses, que conviveram com os tupinambás, muito poucas correspondências se encontram em Piso e Marcgrave.

Mesmo assim, do nosso confronto a seguir ressalta *insofismàvelmente,* que o léxico dos dialetos tupinambás difere, com freqüência, do *Vlb,* da *língua brasílica,* do tupi, enfim. O exame consciencioso refuta categòricamente a pretensa sinonímia de *tupi* com *tupinambá*.

Senão vejamos.

Os têrmos brasílicos (*brasilianis, brasiliensibus*) dos autores holandeses correspondem exatamente às formas do *Vlb*. dos jesuítas e diferem com freqüência das tupinambás.

Autores franceses Guanabara e Maranhão	Autores holandeses	Tradução portuguêsa
acan(215)	acanga	cabeça;
acarapeh(216)	acara peba	um peixe;
an, encg(217)	anga	alma;

(214) — 1. *La Civilisation Matérielle des Tribus Tupi-Guarani;* Paris, 1928.
2. *La Religion des Tupinambá.* Paris, 1928.

(215) — *Léry,* II. p. 136; *Évreux,* p. 114; *Marcgrave,* p. 276. Êste último registra apenas *canga — osso,* que entra na composição de *acanga;* tupi, *akanga*.

(216) — *Léry,* cap. XII. vol. II. p. 2; *Marcgrave,* p. 294; tupi: *akará peba*.

(217) — *Évreux,* p. 114, *an; Léry,* cap. 20, *encg; Marcgrave,* p. 276 e tupi, *anga*.

Autores franceses Guanabara e Maranhão	Autores holandeses	Tradução portuguêsa
araboutan ouyrapouitan ybouyra-pouïtan(218)	ibirapitanga	pau-brasil;
arat, ara(219)	arara	arara;
caramemo(220)	caramemoa	caixa;
copa-u(221)	copaiba	copaíba;
ecatoua(222)	ecatuaba	(mão) direita;
genipat iunipap(e)(223)	janipaba	jenipapo;
ionquet, ionquere(224)	iuquitaia	salpimenta;
orapat, ouyrapar(225)	guirapara, urapara	arco;
oropacen(226)	guirapacuma	corda do arco;
ouy-pou(227)	vipuba	farinha puba;
paco(228)	pacoba	banana;
petun(229)	petima	tabaco;

(218) — *Léry,* cap. 13, 17, vol. II. pp. 9, 12, 89, *araboutan. Abbeville,* fl. 183, *ouyrapouitan; Évreux,* p. 54, *ybouyra-pouïtan. Marcgrave,* p. 101 e tupi: *ybyrá pitanga.* Veja a nota 127.

(219) — *Léry,* cap. 11, *arat; Abbeville,* fl. 234, *ara,* ou seja *ará* em nossa grafia. *Marcgrave,* p. 206 e tupi, *arara*.

(220) — Como *Marcgrave* não usa sinais diacríticos devemos ler *karamemûã,* p. 272, que é a forma tupi.

(221) — *Léry,* cap. 13; *Marcgrave,* p. 230 e tupi *kopayba*.

(222) — *Évreux,* p. 116; *Marcgrave,* p. 276 e tupi *ekatuaba*.

(223) — *Léry,* cap. 8, *genipat; Évreux,* pp. 112, 326, *junipape; Abbeville, iunîpap,* fl. 219; *Marcgrave,* p. 92 e tupi, *ianypaba.* Veja a nota 47.

(224) — *Léry,* cap. 13, *ionquet; Abbeville,* fl. 306v. *ionquere;* — Compare a nota 49 dêste capítulo. *Marcgrave,* p. 273 e tupi, *îukytaîa*.

(225) — *Léry,* cap. 14 e 17, *orapat, oropat; Thevet — Cosmographie, orapa,* fl. 916; *Abbeville,* fl. 288v. *ouyrapar; Marcgrave,* p. 278, cita tanto a forma tupi como a dos tupinambás maranhenses, que se aproxima da guarani *gûyrapá*. Compare a nota 123 dêste capítulo. Tupi: *urapara,* contração de *ybyrá apara*.

(226) — *Léry,* cap. 17; corresponde a *oropaçã*. Na palavra, que aparece em *Marcgrave,* p. 278, ocorreu um êrro de transcrição; leia-se *guirapaçama.* Tupi: *urapàsama*.

(227) — *Léry,* cap. 9, *ouy-pou; Marcgrave,* p. 67, leia *uí-puba;* tupi, *uí-puba*.

(228) — *Léry,* cap. 13; *Piso,* p. 75. *Marcgrave,* p. 138 só traz têrmos compostos; *Thevet, Cosmographie,* registra *pacouà* (= *pacová*) — *banana,* fl. 935v; tupi, *pakoba,* um caso de síslole.

(229) — *Léry,* cap. 13 e 16; *Évreux,* pp. 67, 110, 111; *Marcgrave,* p. 274. Compare a nota 106 dêste capítulo; tupi, *petyma*.

Autores franceses Guanabara e Maranhão	Autores holandeses	Tradução portuguêsa
pindo(230)	pindoba	pindoba, palma;
porrenc, poram(231)	poranga	belo;
sarigoy(232)	carigueya	sarigüê;
seouassou(233)	cuguacu	veado;
tin(234)	tinga	branco;
ton(235)	tunga	bicho-de-pé;
toucan(236)	tucana	tucano;
vua-ouassou(237)	inaia guacu	côco.

(230) — *Léry*, cap. 14, 17, 18; *Évreux*, p. 53; *Abbeville*, fl. 66; *Thevet*, fl. 916v. *pindo;* porém, fl. 914v. *pindona* por *pindoua. Marcgrave*, p. 133 e tupi, *pindoba*.

(231) — *Léry*, cap. 20, II. p. 135, *porrenc;* — *Évreux*, p. 115, *poram; Marcgrave*, p. 276, *poranga*, como no tupi.

(232) — *Léry*, cap. 10, *sarigoy; Marcgrave*, p. 222, *carigueya*, onde; como em todos os casos, falta a cedilha; tupi, *sarigûeîa*. — Veja a nota 213.

(233) — *Léry*, cap. 10 *seouassou* (se-ouassou); *Abbeville*, fl. 140, 143, *sou ouassou;* fl. 182, 249 e 251v. *souassou;* ambas as formas aparecem aí tão só em compostos; *Thevet, Cosmographie*, fl. 936v. *souvassoub. Marcgrave, cuguacu*, em diversos compostos, sempre sem cedilha. É interessante notar, que o *Vlb*. com a forma *sygûasú* se aproxima de *Léry*. Compare o que dissemos a êsse respeito num estudo sôbre *gûasú*.

(234) — *Léry*, cap. 18 e 20; *Thevet*, fl. 937v. em composto. *Marcgrave*, p. 276 e tupi, *tinga*.

(235) — *Léry*, cap. 11; *Évreux*, p. 113; *Marcgrave*, p. 249 e tupi, *tunga*.

(236) — *Léry*, cap. 11; *Abbeville*, fl. 237v; *Marcgrave*, p. 217 e tupi, *tukana*.

(237) — *Abbeville* ainda não regista o têrmo tupinambá da *Orbignya Speciosa*, que, de acôrdo com a sua grafia, seria *uva-ouassou*, correspondente a *ybá-gûasú* em tupi.

Etimològicamente *ybá-gûasú* significa *fruta grande*. De fato, a Orbignia devia ser a fruta grande por excelência dos tupinambás do Norte.

Com a introdução do *côco* (da India), ainda maior do que a *Orbignia*, os tupinambás aplicaram-lhe a mesma denominação, que aparece no *Dpb*. e no *Dbp*. da *Pm*. transformada em *ybabaçu*. No português do Brasil, entretanto, *babaçu* voltou a designar apenas a *Orbignia speciosa*. Mais ao sul da nossa costa, onde o *babaçu* era desconhecido, os tupis transferiram ao *côco* (da India) o nome do coquilho das *pindobas*, chamado *inaîá*, acrescentando-lhe o distintivo *gûasú — grande*, de onde *inaîá-gûasú*, que é o nome específico do *côco* em tupi, registrado no *Vlb*, por *Marcgrave* e *Piso*, respectivamente a pp. 138 e 63, da edição original.

Biblioteca Digital Curt Nimuendajú
http://biblio.etnolinguistica.org

II

O DIALETO BRASILIANO

CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES

São as missões do antigo território do Maranhão e Grão-Pará, que nos fornecem os elos indispensáveis à reconstituição do desenvolvimento histórico do tupi sob a influência de outras línguas indígenas e do português.

São dessa região(1) todos os quatro léxicos impressos que nos entremostram como do *tupi* foi surgindo o *brasiliano* precursor do *nheengatu*. Dêles, o mais chegado ao tupi antigo e, portanto, ao *Vlb*. é o *Vpb*. de que temos duas edições(2). Seguem-se-lhe mórfica e porventura cronològicamente o *Dicionário português e brasiliano* (*Dpb.*)(3), *o Dicionário brasiliano-português*, (*Dbp.*) reproduzido na *Poranduba Maranhense*(4) e o *Caderno da Língua* (Cl.)(5).

Nenhum é anterior ao fim do século dezessete; ao contrário, há indícios veementes de pertencerem todos às primeiras décadas do Setecentos(6) e nenhum dêles é obra de jesuíta.

(1) — Se a procedência fôsse ignorada, bastariam para indicá-la verbetes como: *cacaual, castanha, castanhal, igapó* — (*alagadiço*) *igarapé, anil* etc. etc.

(2) — A da *Crestomatia da Língua Brasílica*, de *E. Ferreira França;* Lípsia, 1859, e a segunda edição de São Paulo, Boletim 135 da Faculdade de Filos. C. e L. 1951.

(3) — Editado em 1795 por Frei Veloso e reeditado por diversos. Veja o prefácio da edição de São Paulo, na *Revista do Museu Paulista;* tomo 18; S. Paulo, 1934.

(4) — Revista do Inst. Hist. e Geogr. Brasileiro; tomo 54, parte I. Rio, 1891. Frei Francisco de N. S. dos Prazeres Maranhão intitula-o *Dicionário Abreviado Tupinambá — Português*.

(5) — *Revista do Museu Paulista;* tomo 21; São Paulo, 1937.

(6) — Testemunhos dessas afirmativas vêm expostos nos respectivos capítulos e nos dedicados aos têrmos *anil* e *xeringa*.

Como fàcilmente se conclui das publicações encaminhadas pelo pe. Bettendorff, durante a sua permanência em Lisboa, de 1684 a 1688(7), os jesuítas continuavam a cultivar o legítimo tupi, ainda que, como catequistas êles próprios fôssem coresponsáveis no seu progressivo aviltamento através dos aldeamentos conjuntos de índios de diversas famílias lingüísticas, nos quais impunham o uso do tupi(8), mas que viria a ser um tupi estropiado no léxico e abastardado na construção da frase.

As cópias do único léxico tupí dos jesuítas, do qual temos notícia, extraviaram-se com a sua expulsão. Os que apareceram em conventos franciscanos, ou com êles se relacionam: O *Vpb*, o *Dpb*. o *Dbp*. e o *Cl*. foram elaborados por missionários franciscanos durante a sua convivência com ajuntamentos de índios de tribos diversas(9), por efeito dos descimentos tão em voga na região.

Poucos frades capuchos estudavam o tupi original, segundo assevera o pe. Monteiro(10). É a essa aversão que devemos os vocabulários citados, coligidos ao vivo, que nos mostram o verdadeiro estado da *língua-geral* do Norte, na época. Já não pode mais ser confundida com o tupi dos compêndios jesuíticos divulgados(11), ou com os dialetos das tribos puras da família, ainda em meados do século dezoito, ao que nos informa o

(7) — São em número de três os compêndios publicados na ocasião: o *Catecismo Brasílico do pe. Araújo*, 2.ª ed. em 1686; a *Arte de Gramática* do *pe. Figueira*, 2.ª ed. em 1687 e o *Compêndio da Doutrina Cristã na Língua Portuguêsa e Brasílica*, que saiu em nome do pe. Bettendorff, em 1687.

(8) — Informação do *pe. Eckart — Zusätze* etc. p. 562.

(9) — Quanto ao *Vpb*. veja o argumento irrefutável, da autoria franciscana no capítulo especial a êle dedicado. — Para o *Dpb*. e o seu reverso da *Poranduba Maranhense*, se não bastarem as suas conexões com frei Onofre e o convento de Santo Antônio, do Maranhão, a êles ligados, há ainda o refôrço de verbetes como: *frade de missa, frade leigo* (*Dpb*.) e *hábito de frade* (*Cl*.), que não nos insinuam pena de jesuíta.

(10) — *Arquivo Hist. Ultramarino, Lisboa; Maranhão, Papéis Avulsos*. Segundo *Kiemen — The Indian Policy;* p. 121. O pe. Monteiro diz *língua-geral*, mas evidentemente quer referir-se ao tupi primitivo a que os jesuítas nunca deixaram de aplicar-se.

Compare: *Lúcio d'Azevedo — Cartas do P. Antônio Vieira*, vol. I. p. 360, que dá um exemplo frisante.

(11) — As gramáticas de Anchieta e Figueira; as obras poéticas de Anchieta; os catecismos de Araújo – Leão e Bettendorff; o *Vocabulário na Língua Brasílica* e os *Nomes das Partes do Corpo Humano*, de *Pero de Castilho*.

pe. Eckart(12). A êsse fato, geralmente esquecido, precisamos dar o devido valor em nossas apreciações.

Individualizamos êsse dialeto aculturado, com tudo que lhe diz respeito, pelo têrmo sugestivo de *brasiliano*, que já figura no título do seu representante mais conhecido, o *Dicionário Português e Brasiliano* (Dpb.). Além disso, *brasiliano* se aconchega naturalmente, e, sem com êle se confundir, a *brasílico*, epíteto dado pelos jesuítas ao tupi original.

Brasílico e *brasiliano*, formam um par seguido, expressivo e distinto, de fundo histórico respeitável, na lingüística tupi.

Entretanto, os nossos conhecimentos do dialeto brasiliano não se restringem aos compêndios já publicados. Existe material complementar importante, ainda inédito, e representado pelos manuscritos de números 69, 81, 94 e 1089 da Biblioteca da Universidade de Coimbra, de três dos quais possuímos microfilmes(13).

Constam de gramática, vocabulários e catecismos. Êstes últimos, através dos seus textos, mostram muito melhor do que as listas de palavras soltas, o verdadeiro estado da língua falada pelo grosso do povo, ainda que certos têrmos do ensino religioso não tivessem acompanhado o desenvolvimento do dialeto com a mesma amplitude.

O conjunto dos três códices aqui citados fornece ainda valiosos esclarecimentos cronológicos e locais, como veremos na sua rápida análise, no fim desta parte dos nossos estudos, por onde se vê também, que as datas apostas aos códices podem levar a conclusões errôneas.

(12) — *Pe. Eckart — Zusätze* etc. p. 538.

(13) — Obtidos por nímia gentileza através dos bons ofícios do Pe. Doutor Avelino de Jesus, prof. da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, a pedido do prof. Tales de Azevedo.

Biblioteca Digital Curt Nimuendajú
http://biblio.etnolinguistica.org

III

O VOCABULÁRIO PORTUGUÊS-BRASÍLICO

Êsse códice do Museu Britânico ainda não foi objeto de uma apreciação à altura do seu valor, não obstante haver sido pôsto ao alcance dos estudiosos desde 1859(1).

O autor das exíguas notas prefaciais da meritória reedição feita pela Faculdade de Filosofia e Letras de São Paulo(2), embora renegue a identidade do *Vbp.* que antes lhe havia atribuído(3), acrescenta muito pouco ao que sabíamos e, nesse pouco, há mais de uma afirmativa ou insinuação inconsistente.

Em primeiro lugar, o manuscrito, se fôr apógrafo, de qualquer forma é reprodução de um trabalho autônomo desconhecido, ainda que certas definições insinuem a utilização ocasional do *Vlb.* do jesuítas.

Provas da sua originalidade temos nas numerosas formas divergentes e, principalmente na atitude crítica do seu autor, quando afirma:

A, que um têrmo já *não se usa,* como nos verbetes: *acordado, agradável, airosa, alcançar, algum dia, marcar, sisudo, tortura, inimigo,* etc.

B, que certas expressões são *mais elegantes,* como lemos nos correspondentes tupis a: *peregrino, atrás, cercar, Natal* etc.

(1) — *França, Ernesto Ferreira —; Crestomatia da Língua Brasílica;* Lípsia, 1859.

(2) — Boletim n.º 135 da Faculdade de Filosofia C. e L. de São Paulo, 1951.

(3) — Veja o *Vocabulário na Língua Brasílica;* S. Paulo, 1938; Prefácio; pp. 49–50.

C, que são *vulgares* alguns têrmos tupis citados para traduzir: *acertar, acordar, admoestar, ainda que, chave, flor, fonte, mudar-se, não, preto, vomitar,* etc.

D, quando, pela conjunção alternativa *ou,* oferece uma segunda forma tupi, que não figura no *Vlb.* como para: *alimpaduras, amortalhar, laço, roça, roupa,* etc.

Entretanto, em muitos casos agiu como todos os dicionaristas, resenhou dos vocabulários, sem menção especial, o que lhe pareceu útil ou atual e completou-o com os seus registos pessoais. Dêstes deve ter colhido parte substancial entre os tupinambás do Maranhão, aos quais se reporta em alguns verbetes, como: *feiticeiro, quebras, não querer, padre* etc.

De outro quinhão é devedor a uma *arte* e um *catecismo,* que cita dezenas de vêzes e nem sempre para simplesmente concordar com êles.

Uma obra que surge com êstes distintivos não é mera cópia; é trabalho consciencioso de real valor, sobretudo para estudos comparativos.

II.º — A *Arte,* a que se refere, é realmente a do pe. Figueira, mais exatamente a segunda edição, de 1687, que o prefaciador da reedição do vocabulário parece não ter tido à mão para o indispensável confronto. — Porém, o *catecismo* não é nenhum dos contidos no códice e sim o do p. Antônio de Araujo, igualmente o da segunda edição, de 1686.

III.º — Ainda por esta razão, o códice não pode, na data de 1757 que ostenta, ser tachado de cópia de *texto antigo,* porque os compêndios nêle aproveitados datam do fim do século dezessete. Êsse fato e outras minúcias colocam a feitura do vocabulário, em volta do ano de 1.700, ou seja época relativamente próxima do mencionado ano.

IV.º — Prováveis autores jesuítas(4) do vocabulário nunca existiram, porque o compilador do manuscrito original foi um franciscano! Testemunho irrecusável dessa nossa afirmativa fornece o verbete *Fundador da Religião*(5), que êle define e traduz como segue:

"Pode-se dizer vg. — *pái tukura ypy: o primeiro padre da Ordem dos Capuchos,* i.e. São Francisco".

(4) — O prefaciador, que não admite autor, fala em copistas.

(5) — *Religião* tem aqui a velha acepção genérica de *ordem religiosa.*

Nem o mais ignaro jesuíta seria capaz de dar semelhante definição, preterindo a Companhia e Santo Inácio pela ordem franciscana e o seu fundador.

Os franciscanos estavam estabelecidos no Estado do Maranhão desde 1617 e ali dirigiam 15 missões, em 1718(6), data muito próxima à época em que foi compilado o *Vpb*.

A êsses reparos ao prefácio da edição de São Paulo vale a pena acrescentar alguns esclarecimentos úteis à perfeita compreensão de certas peculiaridades e capazes de amparar diversas afirmativas nossas.

O *Vpb*. foi composto entre as tribos tupinambás do Estado do Maranhão colonial, segundo provam diversas referências e pormenores outros, como os verbetes:

ygá-rapé — ribeiro,
cacau-tyba — cacaual,
castanha-tyba — castanhal,

naquele tempo usados exclusivamente no Maranhão e na Amazônia. Só nas proximidades de 1800 começaram a formar-se cacauais na Bahia, muito embora já exitissem por aqui cacaueiros avulsos desde meados do século dezoito e talvez mesmo antes(7).

Essas tribos tupinambás, segregadas pelos missionários, ao contrário do que aconteceu com as populações mestiças, conservaram a relativa pureza da sua língua até à segunda metade do século dezoito, conforme atesta o missionário jesuíta Anselmo Eckart(8). Lentamente, porém, a língua portuguêsa foi ganhando terreno e, para servir a todos os fiéis na língua que melhor entendiam, o p. Bettendorff, que também não era grande adepto do isolacionismo dos índios, publicou, em 1687, o seu catecismo bilingüe, depois de se ter desincumbido da impressão das segundas edições do catecismo do p. Araújo e da gramática do p. Figueira, em Lisboa.

A despeito de, então, haver sido atualizada a linguagem do catecismo de Araújo, notam-se divergências mórficas mínimas entre o seu texto, composto nas capitanias do Centro e Sul, e o de Bettendorff, do Norte.

---

(6) — *Röwer, frei Basílio —; A Ordem Franciscana no Brasil*; Rio, 1942; p. 73.

(7) — Veja *Documentos Históricos*, Rio; vol. 9, pp. 211, 226, 227 e 228.

(8) — *Zusätze zu Pedro Cudena's Beschreibung* etc. pp. 538 e 562.

Mas como o vocabulário dos livros religiosos é sempre um tanto estereotipado, é fácil compreender, que as discrepâncias entre êle e o da linguagem familiar deviam ser mais numerosas.

O *Vpb*. não apenas testemunha o fato e fornece dados abundantes para avaliar a sua extensão, mas ainda mostra diferenças dialetais e certo esboroamento da primitiva formação léxica.

Por tudo isso o *Vpb*. é um elo valioso nos estudos da gramática histórica tupi, colocando-se entre o tupi original dos primeiros jesuítas e o dialeto do *Dicionário Português e Brasiliano* com o seu legitimo reverso, da *Poranduba Maranhense*.

Infelizmente a grafia do manuscrito não é tão conseqüente, quanto, pelos mestres consultados, fôra de esperar.

O frade, que tanto manuseava o catecismo de Araújo, não assimulou por inteiro a grafia bastante racional da sua segunda edição, sobretudo na parte que diz respeito às nasais no fim das palavras.

Escreve:

nhum — por nhũ — campo;
mongatyron — por *mongatyrõ* — enfeitar;
motim — por *motĩ* — envergonhar;
tupam — por tupã — Deus;
puruán, muruã e *puruá* — por *muruá, puruá* — prenhez, prenhe;
iabion, iabiõ — por *îabiõ* — cotidiano;
iran — por *irã* — tempo vindouro;
etc. etc.

São falhas, sem dúvida, mas compreensíveis para a época, quando a língua falada elucidava a escrita. Hoje, entretanto, aos menos avisados podem dar a impressão de que, por exemplo: *ã, am, an,* e *ẽ, em, en,* etc. representavam, como no português, um valor constante, único, o que, absolutamente, não é verdade para o tupi.

A elas não poderiam deixar de juntar-se alguns inevitáveis erros de impressão, como:

nhym — por *nhum* = *nhũ* — prado (campo);
cumarã — por *çumarã* — inimigo;
tughy — por *tugüy* — sangue humano;
a jucar-ucar — por *a jucá-ucar* — mandar matar(9).

---

(9) — Mais exatamente *eu mando* (*mandei*) *matar*, pois os verbos sempre vêm citados na primeira pessoa.

Todos êstes e outros senões juntos, alguns dos quais foram corretamente eliminados pelo organizador da edição paulista, representam, entretanto, bem pouco, quando comparados às dezenas de adulterações imperdoáveis, introduzidas nas formas léxicas, sobretudo nas verbais terminadas em *m* e *n*.

De fato, se no *Vpb*. *nharõ — bravo* é correto, mas *nupan — açoitar* está aí por *nupã, tim* e *ti — envergonhado* por *tĩ*, não quer isto dizer que em todos os têrmos tupis se possam substituir as consoantes finais *m* e *n* por um til sôbre a vogal anterior, principalmente nos verbos e adjetivos conjugados, como se fez na reedição paulista.

Senão vejamos algumas das "pequenas correções" nela feitas indevidamente:

verbete português	grafia correta do manuscrito	grafia errada da edição paulista
acepilhar	— anhopin	— anhopĩ[10]
achar	— agoacem	— agoacẽ;
adiantar-se	— aiiopoan	— aiiopoã;
afugentar	— aimoanhan	— aimoanhã;
aguar (casa, horta)	— amoakym	— amoakỹ;
beliscar	— apixam	— apixã;
cheio	— tynycem	— tynycẽ;
cuspir	— atumon	— atumõ;
empinar-se	— apoam	— apuã;
fiar	— aipoban	— aipobã;
gemer	— xe poacem	— xe poacẽ;
mau agouro	— moraigoan-aib	— moraigoã-aib[11];
engulir, papar	— aimocon	— aimocõ;
perder-se	— acanhem	— acanhẽ;
preto ser	— xe run	— xe rũ;

(10) — Mantivemos em nossa transcrição as letras: *c, x, nh* para não desviar a atenção do essencial. Verbos e adjetivos estão na primeira pessoa.

(11) — Até neste têrmo, que figura na forma *moraigoana* no verbete *agouro*, a sílaba *an*, que aí é apócope de *ana* (!) *foi substituída* por *ã*, destruindo-se ao mesmo tempo por uma hiato (= ã-aib) a legítima ligação eufônica (= an-aib), tão ciosamente observada pelos tupis.

verbete português	grafia correta do manuscrito	grafia errada da edição paulista
sair	— acem	— acẽ;
soterrar	— anhotym	— anhotỹ;
tingir de preto	— aimoun	— aimoũ;
etc. etc.		

Sem dúvida o nosso restaurador não se deu conta do quanto essas alterações o complicam.

Em 1938, empenhou-se na publicação do *Vocabulário na Língua Brasílica*, uma cópia do tão falado léxico tupi dos jesuítas. Foi um serviço aos estudos pátrios da mais alta relevância, o primeiro passo para as urgentes retificações de inúmeras fantasias espalhadas sôbre o tupi, que muitos discutiam, mas ninguém estudara.

Pois bem, nesse *Vlb*. ocorrem necessàriamente muitos dos têrmos tupis que figuram tais quais no *Vpb*. agora impugnados pelo reeditor. Estabelece êle assim uma dualidade de apreciação: o que aceitou em 1938, rejeita 13 anos depois!

A primeira idéia, que essa verificação sugere, é que no intervalo êle aprofundou os seus conhecimentos.

Puro engano!

Ainda que se nos afigure inacreditável, nada parece ter aprendido nos longos anos de regência da Cátedra de Tupi, pois, ainda em 1951, teima por ignorar ensinamentos da primeira (!) fôlha da gramática de Anchieta:

> "... dos pitiguares da Paraiba até os tamoios do Rio de Janero pronunciam inteiros os verbos acabados em consoante (!!) ut: *apâb, acêm, apên, aiur*"[12].

(12) — *Arte de Gramática;* fl. 1v. — Anchieta não incluiu aí o futuro Estado do Maranhão, porque, na época (1595), não fôra ainda colonizado.

Por outro lado poderia alegar-se que pela desinência de certos vocábulos, o dialeto tupinambá do Maranhão se aproximava do guarani. Entretanto, que tal não se dava nas palavras conjugadas, mostra a grafia do *Vpb*. Os verbetes transcritos no último apanhado acima, quase todos na primeira pessoa, trazem a consoante final rigorosamente de acôrdo com a articulação tupi, indicada por Anchieta e confirmada pelo *Vlb*. — Confundir a pronúncia dessas sílabas com a portuguêsa, é desconhecer um dos preceitos fundamentais da morfologia tupi.

Esta informação anchietana é de suma importância, porque fixa uma feição generalizada dos dialetos costeiros, da língua tupi e, como tal, bem caracterizada nos compêndios jesuítas e também na maioria das palavras conjugadas(13) do *Vlb*.

Ainda mais explícita no particular, válida para tôda a costa brasileira e o Baixo-Amazonas é a preciosa *Advertência sôbre a Ortografia e pronunciação,* da segunda edição do catecismo do p. Araújo, onde se lê na sexta página:

> "As consoantes finais se devem proferir perfeitamente. E, assim, quando acabam em *m,* como *aguacem* — (*eu*) *acho,* se há de exprimir o *m,* apertando os beiços. Acabando em *n,* como *nhan* — (*eu*) *corro,* se há de proferir o *n* com os beiços abertos, tocando a língua no palato e soltando-se logo com *algum estalido*(14). E assim das mais consoantes respectivamente. Por essa razão, neste livro se não substitui o til por *m,* nem *n,* por evitar-se confusão (!!) e reservar-se o til para as dições de que trata o parágrafo antecedente, e para que se saiba em que letra, se *m,* se *n,* acaba a dição; pois é necessário êsse conhecimento para a formação dos verbos por seus tempos, *que depende destas finais*" (!)

Evidentemente, ao publicar o *Vocabulário Português-Brasílico,* o seu responsável, professor universitário da disciplina, ainda não tinha conhecimento dessas informações básicas para o estudo da morfologia tupi; ou, então, adulterou-o propositadamente, conferindo-lhe características guaranis, de algumas das quais participava o dialeto dos tupis pròpriamente ditos, de São Vicente, como se vê num trecho de Anchieta:

"Os Tupis de São Vicente, que são além dos tamoios do Rio de Janeiro, nunca pronunciam a última consoante no verbo afirmativo, ut pro *apab* dizem *apá,* pro *acêm* e *apên* (dizem) *acẽ, apẽ,* pronunciando o til sòmente(15); pro *aiur* — (dizem) *aiú*".

Se agora compararmos as peculiaridades dessa última transcrição, que a "língua brasílica" dos jesuítas, o nosso "tupi", não perfilhou, porque não ocorriam nos dialetos costeiros, do Rio de Janeiro a Pernambuco, com o procedimento do organizador da segunda edição do *Vpb,* transparece nítido o seu insensato esfôrço para renegar nos seus ensinamentos e, sem maior alarma, mais uma das divergências entre o tupi e o guarani e, assim, continuar a nivelar, pelo menos no papel, a linguagem do Sul com a do Centro e do Norte. Ampararia, dessa forma a cambaleante denominação genérica de *língua tupi-guarani* por êle adotada. — Semelhantes tentativas inoperantes para nulificar diferenças lingüísticas não merecem comentário.

Por outro lado, para alertar os incautos vale a pena frisar, mais uma vez, o desenvolvimento histórico do genérico tupi, nunca divulgado em demasia.

O que hoje se chama *língua tupi* pelo consenso dos lingüístas não é o dialeto dos antigos tupis pròpriamente ditos, de São Vicente, embora a êles fôsse tomado o nome, mas aquêle idioma *uniformizado,* que os jesuítas oficializaram em seus compêndios, por corresponder à fala da grande maioria das tribos costeiras e, por isso, chamado *língua brasílica*.

Entretanto, por volta de 1800, as obras do pe. Hervás(16) começaram a difundir a denominação de *língua tupi,* que no Paraguai correspondia, de longa data, ao que no Brasil era chamado de *língua brasílica*(17).

Com o lançamento do gentílico *tupi,* de projeção secular em duas literaturas e a sua promoção a genérico de âmbito nacional, continuavam atendidos e adaptados à realidade brasileira os reclamos científicos de particularização.

Do ponto de vista geográfico, o gentílico *tupinambá* tinha credenciais de maior pêso para se tornar genérico do que *tupi*(18).

Mas, os títulos, que vencem numa competição e se impõem à posteridade, nem sempre têm a seu favor todos os argumentos. Acresce, que, das tribos brasileiras de língua brasílica, só uma,

---

(13) — Anchieta refere-se aí à primeira pessoa do indicativo de verbos paroxítonos no infinitivo tupi.

(14) — As letras *m* e *n* finais pronunciavam-se, portanto, claramente, como no espanhol, inglês ou alemão!

(15) — Quer dizer, "pronunciando a nasal sòmente".

(16) — A de maior projeção foi a seguinte:
Hervás (y Panduro), p. Lourenço —; Catálogo de las Lenguas etc. 6 vols. Madrid, 1800-1805.
O I. vol. trata das nações e línguas da América.

(17) — Para maiores esclarecimentos veja o nosso *Tupis e Guaranis,* pp. 33-55.

(18) — Compare o capítulo: *Em Lingüística, Tupinambá não é Sinônimo de Tupi*.

a dos tupis de São Vicente, tivera contato mais freqüente com os paraguaios, os pais do genérico *tupi*[19].

Por outro lado, para Hervás, que dali o recolheu, e, para tantos outros, o nome *tupi*, sendo abreviação de *tupiniquim*, também o poderia ser de *tupinambá* e *tupinaé*, pois também êstes nomes são compostos de *tupi*. Foi provàvelmente essa ocorrência do têrmo *tupi* em diversas denominações tribais, que influiu, poderosamente para consolidar definitivamente a sua promoção a genérico.

Voltemos, porém, ao nosso *Vocabulário Português-Brasílico*, às alterações nêle praticadas.

A par das desinências verbais, que a segunda edição truncou e das quais só respigamos pequena fração, há outras emendas feitas nessa reedição. Enumeremos também delas algumas das "pequenas correções":

Apertada cousa — corresponde a *ipuii* como está acentuado no vocabulário e não a *ipuii;*

arrugar-se — *anhynhyng* foi deturpado para *anỹnyng*.

valer a cousa muito — vem escrito *xepyguaçú* no *Vpb*. (com troca do *c* por *x*) em lugar de *cepyguaçú - vale muito*, e não da inconcebível "correção" *xe repyguaçu*, que significa *"o meu alto valor"* (!!).

mordedura — *xanha-rendagûera* foi vítima de duas *correções*, que reduziram o têrmo a *sãia-rendá-aguera*, quando bastara mudar o *x* para *s*: *sanha-rendaguera*.

Muito mais proveitoso fôra mostrar a impropriedade de *sanha-rendàgûera — o lugar onde estiveram os dentes* (!) do *Vpb*. para traduzir *mordida*, comparando essa desajeitada expressão ao velho têrmo tupi, tão conciso, formado com *tãîa* e o sufixo *pora*, isto é: *tãîbora — dentada, mordida*.

Ventar — *apoam* é outro verbete capaz de fazer cair em si qualquer lingüista medíocre tentado de corrigir *apoam* para *apoã*, como se fez na segunda edição do *Vpb*.

É que em seguida à forma *a poam — eu me levanto*, em tradução literal, vem o exemplo *coromõ ybytú(o) poamine — logo se há de levantar o vento*.

---

(19) — Compare: *Tupis e Guaranis;* pp. 33-55.

Êsse *o poami ne — êle se levantará* mostra, porque, como diz a *Advertência* do catecismo de Araújo, as sílabas finais do indicativo *am* e *an* devem ser mantidas. As suas consoantes *m* e *n* são indispensáveis no tupi para a formação de certos tempos, do futuro, por exemplo, como se vê em *poami ne*. Ora, mutilando-se o verbo *poama — levantar-se* e *a poam — eu me levanto* para *poã* e *a poã*, como se justificará a forma o *poami ne?* De onde virá então o *m?* Nunca será pelo guarani que tais formas se explicam.

Mão esquerda e *mão direita* nos vocabulários tupis não se referem às mãos em si, mas à *direção* ao *lado*, como hoje usamos a expressão de tráfico: *andar na mão*. — Eis por que no tupi não mencionam a palavra *mão*. *Ekatuaba* é, pois, *direita*, s. e *direito* adj; *asú — esquerda*, s. e *esquerdo*, adj; mas o povo continua a indicar a direção usando *mão direita* e *mão esquerda*, como os dicionaristas tupis. Assim, o reparo ao verbete devia "evidentemente" ser outro.

piolho — é *kyba* mesmo, em tupi, e não *gûyba* como se corrigiu, seduzido por um êrro de transcrição no *Vlb*. A comparação com os dicionários guaranis teria evitado o grande êrro em que deu a "pequena correção". Mas, logo nesse caso se esqueceu o editor do seu guarani!

inimigo — vem grafado *cumarã* no *Vpb*. sem cedilha. Se o organizador da segunda edição escreveu *kumarã*, é porque não conhecia ainda o têrmo *sumarã*, relativamente comum nos compêndios tupis dos jesuítas.

Aprende-se nas aulas de catecismos, que ao lado dos pecados de ação sempre ocorrem os de omissão. Convencemo-nos disso agora ao examinar a reedição do *Vpb*.

Apenas um exemplo.

nhemoçainambaba — *ocupação*. É um verbal que pode ter sido usado no dialeto tupinambá do Maranhão, mas que merecia pelo menos uma observação. A palavra é formada com o verbo *nhemosainana — ocupar-se, preocupar-se.*

Ora, em tupi, os verbos paroxítonos terminados em *na* formam verbais abstra-

tos substituindo o *a* final por *daba,* ou com outras palavras: acrescentando *daba* à forma do indicativo.

nhemosainana — ocupar-se;
a nhemosainan — eu me ocupo em;
nhemosainandaba — ocupação.

Nhemosainambaba só seria admissível se o verbo fôsse *nhemosainama,* porque só os terminados em *ma* substituem o *a* final por *baba*.

Bastam êsses poucos exemplos para mostrar que uma boa edição comentada requer algo mais do que simples oportunidade e coragem.

No entanto, mais uma vez, sejamos eqüitativos. Se é verdade que o reeditor do *Vpb*. afeou a sua edição com alterações descabidas, também é verdade que não lhe cerceou os préstimos.

Em quase tôdas as alegadas correções por nós apontadas mostrou cândidamente as suas desnorteantes falhas, transcrevendo também a forma original correta(20). É o seu mérito, a par da leitura cuidadosa. O valor em si do *Vpb*. na sua segunda impressão não continua, pois, apenas intato, mas em muitos pontos supera o da primeira.

Infelizmente não podemos afirmar o mesmo do nosso tupinista anotador, cujo nimbo de lingüista tornou a empalidacer sensìvelmente com essa publicação, pela ignorância dos rudimentos mais elementares do tupi.

(20) — Em alguns casos, entretanto, o editor não indicou a forma que figura no original. Nos verbetes *levantar-se* e *madrugar,* por exemplo, substituiu *apuam* e *aropuam* por *apuã* e *aropuã,* sem o revelar. Mais outras correções descabidas poderão ser respigadas pelos interessados.

Biblioteca Digital Curt Nimuendajú
http://biblio.etnolinguistica.org

IV

O DICIONÁRIO PORTUGUÊS-BRASILIANO e BRASILIANO-PORTUGUÊS

A — O DICIONARIO PORTUGUÊS E BRASILIANO (*Dpb*.)

São freqüentes, quiçá fastidiosas, as referências que fazemos nestes estudos ao *Dpb*. e às diferenças que o distinguem do léxico tupi, do *Vlb*. ou seja da lingua brasílica dos jesuítas. Mas, como nada esclarecem simples afirmativas, por mais veemente seja o seu enunciado, urge concretizarmos a nossa opinião com dados mais precisos, tanto sôbre a provável origem da obra, quanto às peculiaridades mais características do dialeto em si. É nêles que terá de estribar-se o conceito em que temos o *Dpb,* a definição que damos do *brasiliano* e a justificativa da própria denominação.

O prefácio à reimpressão de São Paulo(1) historia com amplos pormenores a I. edição do *Dpb*. de 1795, a identificação do seu editor e do manuscrito original existente na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

Reconhece, outrossim, que o vocabulário contido na *Poranduba Maranhense*(2) nada mais é do que o reverso do *Dpb,* isto é, a parte brasiliana — portuguêsa, composta por um franciscano, certo frei Onofre, segundo o testemunho de frei Francisco de N. S. dos Prazeres Maranhão(3), seu irmão de Ordem. Excede-se, entretanto, o prefaciador, quando atribui também a I. parte a frei Onofre sem aduzir qualquer prova em apoio da

(1) — Publicado no tomo 18 da *Revista do Museu Paulista;* S. Paulo, 1934.
(2) — *Rev. do Inst. Hist. e Geogr. Brasileiro;* tomo 54, parte I.
(3) — *Ibidem;* p. 187.

sua afirmação(4). Isso não obsta a que frei Onofre possa ter sido o autor efetivo de ambas.

Passando a referir-se aos méritos do *Dpb*. como documento lingüístico, Ayrosa preferiu dizer pouco, pois muito pouco sabia, na ocasião, da verdadeira língua tupi. Duas linhas apenas, mas de porte nefasto, pois nelas declara, que o *Dpb*. e o seu reverso, o único dicionário que tinha para oferecer aos seus alunos do Curso de Tupi, já não documenta com exatidão o falar do aborígene, ou seja dos verdadeiros tupis.

É verdade; mas êsse melancólico reconhecimento, à porta de entrada, eqüivalia na prática à uma sentença de morte à disciplina, que se pretendia ministrar.

Na verdade, a língua, que o *Dpb*. retrata, nunca foi falada por legítima tribo tupi, mas por índios outros, aculturados, e pelos mestiços de tôda a casta, do Maranhão e Pará ao raiar o Setecentos(5).

Aliás, é um fato, que, em 1934, Ayrosa não podia saber.

No entanto, o *brasiliano* não é apenas um dialeto tupi, que sofreu as influências do tempo, de outras línguas indígenas e do português.

Da língua-geral bahiana ou vicentina, não se originariam nunca certas formas léxicas, que dão o cunho todo peculiar ao *Dpb*. e aos vocabulários *brasilianos* em geral.

É que na raiz dêles não está o tupi dos jesuítas, mas o dialeto tupinambá do Maranhão, que só a superficialidade das breves análises ousará identificar com o tupi unificado, como já mostramos.(6). Demais, da costa de Pernambuco a São Vicente não se verificaram influências lingüísticas apreciáveis de outras famílias indígenas, enquanto no Maranhão e no Pará elas foram contínuas, sempre renovadas por novos descimentos.

Quem fez um exame intrínseco do *Dpb*. foi D. Paula Martins, em 1946, nas suas *Notas referentes ao Dicionário Português-Brasiliano e Brasiliano-Português*(7).

---

(4) — Êsse reparo já foi feito por *Maria de L. de Paula Martins*, no seu estudo *Notas Referentes ao Dpb. e Bp.* no *Boletim Bibliográfico*, 12; pp. 130-32.

(5) — A comparação do *Dpb*. com o *Vpb*, um vocabulário tupinambá do Maranhão, da mesma época, é disso uma prova.

(6) — Veja o capítulo: *Em Lingüística, Tupinambá não é Sinônimo de Tupi*.

(7) — *Boletim Bibliográfico da Biblioteca Municipal de São Paulo* n.º 12;

Examinou o Manuscrito e notou-lhe as deficiências. Nem sempre a letra é de leitura fácil e a grafia coerente. O confronto do original com o *Dpb*. revelou, por seu turno, deficiências graves na reprodução. Há falhas de transcrição, definições trocadas, alterações intencionais, omissões e acréscimos.

À vista dêsse resultado é compreensível, que D. Paula Martins alvitre nova edição do *Dpb*. cuidadosamente calcada no manuscrito da Biblioteca Nacional(8).

Estamos inteiramente de acôrdo com essa recomendação. Impõe-se, quanto antes uma edição crítica do *Dpb*.

A comparação do manuscrito do *Dpb*. com o reverso de frei Onofre revelou a D. Paula Martins, que, também entre êles, existem pequenas divergências(9).

Parte delas foge, entretanto, à nossa análise, porque o manuscrito de frei Onofre não chegou até nós. Já não possuímos, nem mesmo o traslado declaradamente retocado de frei Francisco de N. S. dos Prazeres Maranhão, mas apenas uma cópia dêle, presumìvelmente fiel(10).

Não está de todo excluída a possibilidade de a reversão de frei Onofre ter sido feita sôbre outro manuscrito algo diferente.

Seja como fôr, a edição crítica da obra deve ser baseada principalmente na comparação entre os manuscritos do *Dpb*. e do vocabulário da *Poranduba Maranhense* para ambas as partes.

Até aqui pudemos acompanhar D. M. de Paula Martins não sòmente sem restrições, mas com francos aplausos a seu meticuloso confronto.

Tanto mais sentido ficamos, quando nos vimos constrangido a estacar, ao penetrar ela nos domínios da cronologia.

Cada vez que D. M. de Paula Martins abandona a tarefa do confronto material dos manuscritos e reproduções impressas, para abordar o problema da sua origem, ela nos dá a impressão de estar sendo vítima de uma idéia fixa, que lembra influências da fase inicial dos estudos tupis, em S. Paulo. A primeira reimpressão feita então foi, como vimos, a do *Dpb*. e, à página 12 do prefácio, está claramente expressa a opinião de ser êle

---

(8) — *Ibidem;* p. 129.

(9) — *Ibidem;* pp. 132-136.

(10) — Compare a revelação do furto dos manuscritos da Poranduba Maranhense e da obtenção de uma cópia por Cesar Augusto Marques. *Rev. do Inst. Hist. e Geogr. Brasileiro;* tomo 54, parte I. pp. 279-80, também referido no prefácio de Plínio Ayrosa.

"escrito evidentemente[11] em época muito anterior a 1751, como prova(?) a existência do manuscrito ..... na Biblioteca Nacional"[12].

Façamos, pois, uma síntese das afirmativas de D. Martins, que recuam a feitura do manuscrito e vejamos os argumentos em que as apóia, a fim de opor a cada qual as reservas cabíveis.

"Deve ter sido um dos cadernos organizados para missionários devotados à catequese, nos primeiros séculos da colonização nacional, quando eram raros, ou ainda em organização, os vocabulários e artes tupis"[13].

Êsses *primeiros séculos* devem ter sido pelo menos dois. Mas, duzentos anos de colonização nos levariam pràticamente à data inscrita no manuscrito do *Dpb*. Não é certamente onde D. Martins quer chegar, pois logo a seguir restringe êsses *primeiros séculos* a uma época em que deviam ser

"raros ou ainda em organização os vocabulários e artes tupis"[14].

Ora, sabemos que o vocabulário, uma gramática e um catecismo dos jesuítas estavam prontos para o prelo na última década do Quinhentos, em que a gramática foi efetivamente impressa[15].

Dando uma boa margem de tolerância, podemos afirmar que, em 1625, corriam impressos duas gramáticas e um catecismo, além de cópias manuscritas do vocabulário. Todos os quatro compêndios estavam, então, definitivamente organizados.

Será possível que D. Martins queira recuar a data do *Dpb*. até perto de 1600 ou ainda além?

---

(11) — O têrmo *evidentemente* é sempre usado por Ayrosa quando lhe falta a prova.

(12) Não vemos como a simples presença na Biblioteca Nacional possa provar, que um manuscrito, datado de 1751, seja muito mais antigo.

(13) — *Notas referentes ao Dpb. e Bp;* Bol. Bibliogr. 12, p. 123. Veja também o Boletim n.º 7 da Cátedra de Etnografia da Fac. de Filosofia de S. Paulo.

(14) — *Ibidem*. Pelo Prefácio do seu Boletim n.º 7 vê-se, que Ayrosa se deixou convencer fàcilmente pelos argumentos de D. Paula Martins.

(15) — A de Anchieta, cuja I. edição data de 1595.

Apesar da sua insinuação, ficamos um tanto em dúvida, pois pouco abaixo se mostra como que duvidosa no aquilatar a proclamada vetustez, ao dizer:

"É de supor (!) o vocabulário de época anterior' a 1751[16], onde apenas supõe e se contenta com qualquer época antecedente a 1751.

As razões dessa sua vacilante opinião a favor de maior antiguidade do manuscrito do *Dpb*. são, inicialmente, as seguintes:

"Parece caderno longamente usado. — Caligrafia diversa, em tinta diversa da original, acrescenta ao vocabulário, de pp. 2-72, notas como: *é antigo, não se usa, isto pouco se usa, é pouco usado,* o que implica envelhecimento de vocábulos e obriga a admitir, que o caderno foi utilizado tempos após a organização do vocabulário nêle contido. Datado de 1751, é de supor o vocabulário de época anterior". (17).

Também aqui pedimos vênia a D. Martins para não lhe acompanhar o raciocínio. Logo na primeira linha tropeçamos na expressão *longamente usado,* que reflete idéia preconcebida, a intenção de aumentar a idade do manuscrito. O que devia ter dito é: *muito usado,* que exprime coisa diversa, pois não atinamos com que processo se possa, a ôlho, distinguir, num manuscrito antigo muito usado, se o número dos manuseios se deve a poucos anos de consultas freqüentes, ou digamos, a século e meio de serventia mais espaçada. *Gasto pelo uso* não é necessàriamente sinônimo de *antigo*.

Quanto às notas: *é antigo, não se usa, é pouco usada,* apostas a certos verbetes do manuscrito, permita-nos D. Martins declararmos que nada provam a favor de maior antiguidade do *Dpb,* como nada prova a sua ausência no reverso de frei Onofre[18].

E nada provam pelo seguinte:

Os missionários franciscanos, que na época chegavam ao Maranhão, tiveram de aprender a língua da terra pelos compêndios existentes. Os mais acessíveis deviam ser os catecismos de Araújo, de Bettendorff e a gramática de Figueira, impressos em 1686 e 1687 por Bettendorff.

---

(16) — *Notas referentes* etc. Bol. Bibliogr. 12; p. 123.

(17) — *Ibidem;* p. 123.

(18) — *Ibidem;* p. 133.

De obtenção mais difícil seria uma cópia do *Vlb*, que nunca fôra publicado. Na base dêsses tratados cada frade ou cada comunidade elaborava as suas próprias notas auxiliares, combinando as lições dos compêndios com o aprendido na prática diária. Foi dessa maneira que se organizaram nas missões ou conventos franciscanos todos os vocabulários brasilianos, que, ao lado de certo número de têrmos pouco usados ou arcaicos, tirados na mesma ocasião dos velhos compêndios jesuítas, retratam o estado da língua-geral da época, no Maranhão e Pará.

Alguns frades mais caprichosos, com a prática, foram anotando as palavras obsoletas, como vemos no manuscrito do *Dpb*.

Mais minucioso ainda foi o autor do manuscrito publicado na *Crestomatia*, de *Ferreira França* e reproduzido, em São Paulo, com o título de *Vocabulário Português-Brasílico* (*Vpb.*)(19).

Êsse frade apôs a dezenas de verbetes observações como: *vulgar, segundo o Catecismo, segundo a Arte, não se usa* etc.

Vulgar será *de uso mais comum;* mas, *não se usa* significará que o verbete foi arrolado muito antes da observação?

De forma alguma, porque tanto o verbete como a nota são aqui do autor. Por que, então, registrou palavras que já não se usavam? Pela mesma razão que o fez o autor do *Dpb*. Registrava-se o sentido das palavras ouvidas ou lidas. Das lidas, algumas talvez já não se usassem. O autor do *Dpb*. não se preocupou com essas particularidades; porém, outro frade, apenas interessado na língua corrente, terá feito as notas restritivas.

O compilador do *Vpb*. foi mais meticuloso; inventariou o que lhe pareceu útil nos seus estudos, apondo, em certos casos, uma nota esclarecedora.

D. Maria de Paula Martins supõe que outro dos raros lingüistas entre os nossos franciscanos, geralmente pouco dados a tais estudos(20), chegou até a guindar-se a gramático, compondo, entretanto, apenas a relação dos advérbios. São quatro fôlhas escassas, que, pomposamente, o frade intitula *Livro dos Advérbios*.

Trata-se, entretanto, de simples adaptação do respectivo capítulo da gramática do pe. Figueira, cuja segunda edição fôra publicada em 1687. O frade nada mais fez do que inserir ou

(19) — Veja o nosso capítulo dedicado especialmente à sua apreciação.

(20) — Segundo o jesuíta pe. Pero Fernandes Monteiro, citado corajosamente pelo franciscano frei Mathias Kiemen, em *The Indian Policy of Portugal in the Amazon Region*, 1614-1693; p. 121.

cortar, aqui e ali, alguns poucos têrmos, substituindo as formas *tupis* divergentes pelas *brasilianas*.

Mas, o frade era petulante. É com singular bazofia que nos apresenta as quatro fôlhas figueirenses remanejadas:

> "Saberás, se es gramático, que as partes da oração são oito, e não trato delas, porque por ora não componho a arte(21), mas só o *livro do advérbio*, por ser muito preciso, e por te tirar o trabalho de os andares procurando em diversas partes, e juntamente, não saberes dos que ao presente se usam(22), e como gramático saberás também, que os advérbios são muitos e por êles comumente perguntamos e respondemos"(23).

É por êsse gramaticão que D. Martins se toma de entusiasmo, ao ponto de se lhe toldar a visão objetiva.

> "Deve ser língua....."
> "Deve ser mesmo *grande língua,* pois não hesita em escrever para gramáticos ..... e pretende (!) escrever uma gramática"(24).

E onde ficou o grande lingua? Nas pobres quatro fôlhas inspiradas na gramática do pe. Figueira e onde degrada o adjetivo *bom* a advérbio?

D. Martins, na sua perspicácia tantas vêzes demonstrada, vê, que o autor do tal *Livro do Advérbio* imita flagrantemente a parte respectiva da gramática do pe. Figueira, cuja segunda edição havia aparecido algum tempo antes, mas como que obnubilada, ou dominada por velhas convicções ainda pergunta:

> "Que relação haverá entre o *Livro do Advérbio* manuscrito e o capítulo *Do Advérbio da Arte de Gramática da Língua Brasílica* do pe. Luiz Figueira"?

Podemos dar-lhe a resposta muito simples: o tal *Livro* (!) *do Advérbio* de quatro páginas é contrafação do que está em Figueira.

(21) — Aí está a prova de que a gramática referida no vocabulário manuscrito não é dêle.

(22) — Isso prova que recorriam aos compêndios dos jesuítas, dos quais certos têrmos já se não usavam, pois onde, senão aí, poderiam colher palavras fora de uso?

(23) — *Boletim Bibliográfico* etc. N.º 12; p. 141.

(24) — *Ibidem;* p. 136.

(25) — *Ibidem;* p. 140.

Por outro lado, D. Martins vê, que algumas formas léxicas do frade só de longe se assemelham às de Figueira(26); porém, de visão tolhida pelo fumo da sua idéia fixa, persiste em ver vetustez em vocábulos, que lembram muito mais o nheengatu do que o tupi.

Até mesmo nas suas conclusões, D. Martins tem a mira nesse alvo impossível:

> "Do manuscrito, onde se encontra o *Dicionário,* destaca o capítulo referente a advérbios tupis, mostrando que encerra referências ao seu autor, *muito anterior* a 1751 e, provàvelmente autor do vocabulário. Êsse capítulo revela curiosas coincidências com o capítulo *Do Advérbio* da *Arte* de *Luiz Figueira*"(27).

Só lhe falta dizer, claramente, que, se o *Livro do Advérbio* e o *Dpb*. não se devem ao próprio pe. Figueira, são pelo menos de um seu companheiro.

Não lhe escapou daquela feita a insustentável afirmativa, mas não se conteve anos depois, quando, em novas referências ao *Dpb*. e ao *dialeto brasiliano* em geral, emitiu a seguinte opinião indigna do seu porte intelectual e da sua perspicácia:

> "O manuscrito original (do *Dpb*.), pertencente à Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, acusa, ao contrário, um pequeno, mas bem elaborado léxico português-tupi, com todas as probabilidades de pertencer ao início do século 17 e, possivelmente, ser devido ao pe. Luís Figueira e relacionado com a sua Arte"(28).

Tão perigosa pode ser uma idéia fixa!

Primeiro, fez-lhe esquecer a II. edição de 1687, da gramática do pe. Figueira, que, feita por Bettendorff, e mais recente, devia ser a usada no Maranhão e Amazonas. Depois, o que é muito mais grave, fez com que ache possível serem do pe. Figueira tantas e tantas expressões, como, por exemplo, para citarmos apenas uma,

nitío xa coáub — não sei(29)!!

---

(26) — Compare: *nitio, aramê, mankety, ikêkyty, urpe, curutem, mayabê, ipupê* etc. etc.

(27) — *Ibidem;* p. 147.

(28) — *Revista do Museu Paulista — Nova Série;* vol. 10, p. 323. — Infelizmente parece que só se lembrou da primeira edição. E foi pena.

(29) — Em tupí é: *n'aî kuabi — não o sei.* Neste pequeno exemplo vemos o quanto já vai de absurdo na mania de não se querer dividir o tupi em períodos, nos quais se veja claramente a evolução histórica.

A rigor, nenhuma destas palavras é tupi, pois lembram muito mais o nheengatu; porém, recuar o seu emprêgo ao tempo do pe. Figueira é imperdoável blasfêmia(30).

Tornaremos a tratar de certas alterações do *brasiliano* no fim dêstes capítulos.

B — O DICIONÁRIO BRASILIANO-PORTUGUÊS

Parece incrível que, depois de comparar o *Dpb*. com o vocabulário *brasiliano-português* de frei Onofre e o *Dbp,* que frei Veloso tinha começado a elaborar, após a sua publicação do *Dpb,* Ayrosa escolhesse para II. parte da edição integral o menos aconselhável dêles.

Reconhecendo a identidade do *Dpb*. com o reverso de frei Onofre, não estava mais livre a escolha e terminantemente defesa como II. parte, a recopilação muito mais extensa, e lingüisticamente heterogênea de frei Veloso. Impunha-se o de frei Onofre.

Entretanto, Ayrosa, decidindo-se justamente pela compilação de Veloso e completando-a, tem desculpas de pêso. Como poderia êle distinguir diferenças em matéria, que não lhe era familiar? Além disso, o seu Curso precisava de um léxico tupi-português mais completo e mais fiel do que o de frei Onofre. Porque, então perder a oportunidade de pôr à disposição dos estudiosos um trabalho, que, oferecendo embora uma solução precaríssima, representava a única saída do angustioso apêrto inicial.

Foi assim que ao legítimo reverso de frei Onofre se substituiu, na II. parte do *Dpb*. aquela mixórdia do frei Veloso(31), desigual no desenvolvimento, contraditório no léxico, lingüística e cronològicamente verdadeira arapuca para aquêles desavisados, que tenham em mira o exame do desenvolvimento histórico e geográfico da língua tupi, que seja digno de uma Universidade.

Enquanto o *Dpb*. fixa exclusivamente o vocabulário e certas feições gramaticais da língua-geral do Maranhão e Amazonas,

---

(30) — Compare os capítulos dedicados a *Nitio* e aos *Lusismos*.

(31) — Veloso, em cumprimento à promessa feita no *Prólogo* da I. edição do *Dpb,* havia começado a elaborar a II. parte, em que, além do grande número de notas tiradas da gramática de Figueira, extraiu longa lista de verbos e adjetivos de uma cópia do vocabulário jesuítico, os quais, por serem precedidos, segundo a praxe da época, dos seus pronomes da primeira pessoa *a* e *xe,* avolumaram sobremodo os verbetes de iniciais *A* e *X*.

por volta de 1700, na II. parte, incompletamente elaborada por frei Veloso, há muito de Figueira e do *Vlb.* dos jesuitas, sobretudo gramaticalmente, em flagrante conflito com o *Dpb;* há têrmos de Marcgrave, Piso, Laet, Vasconcelos e até dos escravos negros aculturados de Santa Cruz (Rio de Janeiro); nomes do Amazonas e Santa Catarina, da Guanabara e de Cuiabá!

Opôs, assim, à I. parte, tão restrita no tempo e no espaço, uma II. enfeixando vocábulos, cujas datas de registo vão da segunda metade do século dezesseis a 1800 e abrangem o Brasil inteiro!

Essa mistificação, ainda que involuntária, nem por isso deixa de ser um atentado indefensável à verdadeira Ciência da Linguagem, pois tem feito vítimas ilustres e as continuará fazendo, se os consulentes não forem devidamente alertados.

Ao preparar para o prelo a II. parte do *Dpb.* Ayrosa notou, que Veloso(32) já incluira entre os verbetes muitos vocábulos da gramática do pe. Figueira(33). Ainda foi, porém, D. Maria de Paula Martins, que primeiro divulgou o aproveitamento em larga escala de palavras tiradas de um apógrafo do *Vocabulário na Lingua Brasilica,* dos jesuítas(34).

As provas apresentadas são irrecusáveis.

Nas conclusões, entretanto, teríamos preferido maior comedimento.

Assim, o *Dbp.* publicado por Ayrosa não "inclui o *Vlb.* reverso e resumido"(35), mas apenas de uma pequena parte dêle.

Também não podemos deixar passar sem reparos a afirmação de que:

> "O fato de se estabelecer um *nexo* entre o *Dpb.* e o *Vlb.* além da curiosidade bibliográfica que encerra, tem *interêsse prático* imediato"(36).

O que se fez no *Dbp.* não foi estabelecer nexos, mas misturar alhos com bugalhos, o que é cousa muito diferente. Por isso mesmo, não pode haver autor do *Dbp;* houve apenas compiladores de verbetes de dois vocabulários heterogêneos, ainda que afins.

(32) — Ayrosa parece hesitar em atribuir a frei Veloso o registro provisório dos verbetes da segunda parte. As notas botânicas e zoológicas, mais a promessa de Veloso no fim do prólogo do *Dpb.* não deixam, porém, dúvidas a respeito. — Veja *Notas sôbre o manuscrito da segunda parte; in Rev. do Museu Paulista;* t. 18, p. 111.

(33) — *Ibidem;* p. 111-112.

(34) — *Boletim* 52 *da Fac. Fil. Ciências e Letras da Univ. de São Paulo;* São Paulo, 1945.

(35) — *Ibidem;* p. 11.

(36) — *Ibidem;* p. 11.

Por isso mesmo, o "interêsse prático" do *Dbp.* só pode ser muito relativo, já que um menos versado não distinguirá um têrmo *brasiliano* de um *tupi* e não saberá quando a forma de ambos coincide, pois o *Dbp.* é omisso nessa parte. O seu coordenador, embora pareça inacreditável, nem sonhava com tais complicações nos intricados domínios da sua espúria *língua tupi-guarani.*

Algumas das provas do que aí afirmamos serão apresentadas a seguir nos estudos comparativos de vários capítulos. O que ficou dito acima são meras amostras do muito que ainda se poderá sistematizar. A nossa intenção, portanto, não foi a de esgotar o assunto, mas tão sòmente focalizar um capítulo básico da evolução tupi. — Entendamo-nos, porém.

Por ser o *brasiliano* dialeto diferente, aculturado de várias direções, não negamos que haja nêle muita palavra legìtimamente tupi. São os têrmos mais usuais, que, na forma, se mostram geralmente mais resistentes.

Biblioteca Digital Curt Nimuendajú
http://biblio.etnolinguistica.org

V

O "CADERNO DA LÍNGUA" DE FREI JOÃO DE ARRONCHES

Em 1934, Plinio Ayrosa iniciou a publicação valiosa de antigos vocabulários tupis com a impressão do Dicionário Português-Brasiliano e Brasiliano-Português(1).

Como era novato nesses estudos, editou o que havia achado, restringindo ao mínimo as notas pessoais, evitando mesmo correções de evidentes erros de cópia ou impressão.

O prefácio é um estudo ponderado, que hoje ainda pode ser subscrito, após retoques mínimos pelo mais exigente tupinista, no que diz respeito à reimpressão da primeira parte, ao *Dpb*.

Infelizmente, não podemos dizer o mesmo do *Caderno da Língua* organizado por frei *João de Arronches*(2), ou pertencente a êle.

Ayrosa já se julgava então uma autoridade no assunto e meteu-se a sobrecarregar o original de notas comparativas e comentários prolixos, muitos dos quais repudiaria pouco depois, ao tomar conhecimento do vocabulário tupi dos jesuítas, o *Vlb*.(3)

A mesma afoiteza notamos nas apreciações prefaciais à obra. Transcrevamos apenas uma amostra:

"Mas, o vocabulário em si será da autoria de frei Arronches? .....

Cremos firmemente que não; cremos que o *Caderno* não é mais que uma cópia resumida do *Dicionário Brasiliano* (o *Dpb*.) de frei Onofre".

(1) — *Revista do Museu Paulista;* tomo 18; São Paulo, 1934.
(2) — *Ibidem;* tomo 21; São Paulo, 1937. — A separata é datada de 1935.
(3) — Publicado por Ayrosa em 1938, felizmente sem comentários no texto.

E, por aí se estende em querer provar que todos os vocabulários, inclusive os do brasiliano, são extratos defeituosos do vocabulário jesuítico, o que absolutamente não é verdade. Nem o *Dpb*. é cópia do *Vlb*., nem mesmo o *Caderno da Língua* (*Cl*.) é cópia do *Dpb*. embora o seu autor o deve ter tido à vista, já acabado ou em esbôço, ao elaborar o *Cl*. pelo que se deduz de certas definições e indícios outros.

É fácil destacarmos e mesmo seriarmos os verbetes, que inegàvelmente são originais e não podem ter sido extraídos do *Dpb*. por motivos vários. Além disso são bem visíveis determinadas diferenças dialetais entre o *Dpb*. e o *Cl*.

Vejamos alguns dêles colhidos tão sòmente na letra *A*.

1.º — Muitos dos verbetes arrolados no *Cl*. não figuram no *Dpb*. ou não lhe correspondem à tradução. Por exemplo:

Abóbora,	alfinete,
abotoar,	aparato,
aconselhar-se,	apêrto (aflição),
acontecimento,	hábito de frade(4)
afeminar,	perigo(5),
agouro,	sôno(6),
alarve,	etc. etc.

2.º — Alguns correspondentes têm cunho mais chegado ao tupi antigo no *Cl*. do que no *Dpb*, o que não exclui o inverso, mas apenas diferencia os dois. Compare os têrmos seguintes:

abastado,	agasalhar,
abarrotar,	aguas mortas,
abelha,	aldeia velha,
abelha negra,	etc. etc.

3.º — Há verbetes de tradução diferente, como:

abraçar,	apertar a mão,
acalentar,	aprovar,
alho,	bôca da noite,
	etc. etc.

Além dessas divergências respigadas, como dissemos, tão sòmente na letra *A* e que dali mesmo poderiam ter sido acrescidas de outras, diversos lusismos do *Dpb*. e *Dbp*. da *Pm*. ainda são representados por têrmos tupis no *Cl*.

(4) — Grafado *ábito de frade* no *Cl;* não está no *Dpb*.
(5) — Ocorre no verbete *apêrto*.
(6) — Tirado do verbete *acordar*.

Por exemplo: cunhado,
custódia, vigia,
funil,
lençol (lançol),
martelo,
panela,
etc. etc.

Também avultam umas tantas discordâncias fonéticas.

Em muitos vocábulos do *Cl.* temos um *u,* onde no *Dpb.* se encontra um *y,* enquanto o inverso é mais raro(7).

Dpb.	*Cl.*	*Português*
cambyçara	— cambuçara	— a que amamenta;
cepy	— cepy, cepú	— preço;
cetymâ	— cetumá	— perna;
coyr	— coúr	— agora;
etapuá	— itá pyá	— prego;
jenepyám	— cenapuá, jenepyá	— joelho;
kevîra	— kibura	— irmão (de m.);
memby	— mimbú	— gaita;
membyra	— membura	— filho (de m.);
moçapyr	— moçapir, moçapur	— três;
nheeng pitá pitá	— nheenga putá putá	— gaguejar;
tapya	— tapua	— gentio;
tuguî	— çuguú	— sangue;
ubytyra	— ybytura	— monte;
yba	— uba	— mastro;

e muitos outros.

Outra feição peculiar do *Cl.* comparado com o *Dpb.* temos na predominância da forma *açu* para *grande,* ao lado de alguns *oaçu,* enquanto os raros *oçu* tão só aparecem como duplicação do seu correspondente *açu.*

Eis alguns exemplos mais correntes:

Dpb.	*Cl.*	*Português*
corumim oçu	— coromim oaçu	— moço;
jecuacû oçû	— jecuacuba açú	— quaresma;
kiceguaçû	— kicé açú, kicé oçú	— facão;

(7) — O metaplasmo de $y > u$ já se verifica nos compêndios tupis. Acentuou-se com o tempo em algumas regiões, como vemos no *Cl.*

Dpb.	*Cl.*	*Português*
mocaba oçû	— mocaba açú	— peça de artilharia
morobixaba oçû	— moroxaba açú (oçú)	— general;
mutuú oçû	— mutuú açú	— páscoa;
paraná oçû	— paraná açú	— mar largo;
tatá oçû	— tatá oaçú	— fogueira;
tembiû oçû	— mbaeú açú	— banquete;
ybytû oçû	— ybetú açú	— pé de vento;

etc. etc.

Se juntarmos a essas duas tendências, que acabamos de apontar, as numerosas divergências outras, algumas das quais um estudioso competente ainda desdobrará em séries, estaremos por certo imunes ao cômodo vêzo de suspeitar meros extratos, ou transcrições, em tudo onde existe analogia mais ou menos acentuada e muito natural em léxicos de dialetos afins.

Em resumo, o confronto atento entre o *Dpb.* e o *Cl.* sugere a sua confecção em áreas diferentes do Norte.

Da nossa lista comparativa(8) apenas 105 dos 184 verbetes figuram no *Cl.*

Destas 105 formas léxicas, sòmente
14 se encontram no *Vlb;*
42 no *Vpb.*
54 no *Dpb.* e *Dbp.* da *Pm.* enquanto
42 delas não figuram em nenhum dos três vocabulários.

Êsses números falam por si.

A outra ilação nos leva o desenvolvimento histórico das formas *gûasú, usú,* que no nheengatu se reduziram a *asú,* forma que ainda é raríssima no *Dpb,* mas já prepondera no *Cl.*

Lingüisticamente o *Cl.* é, pois, algo mais moderno do que o *Dpb.*

Tornaremos à cronologia brasiliana no fim do capítulo dedicado aos manuscritos para uma coordenação final.

Terminemos com uma ressalva.

As diferenças que apontamos visam principalmente a demonstrar que o *Cl.* não pode ser mera cópia do *Dpb,* como pensou Ayrosa.

Em suas linhas gerais ambos se confundem.

(8) — Veja o capítulo "Estudos comparativos do *Vlb.* com o *Vpb.* e o *Dpb.* com o seu reverso original reproduzido na Poranduba Maranhense".

Biblioteca Digital Curt Nimuendajú
http://biblio.etnolinguistica.org

VI

TRÊS CÓDICES BRASILIANOS DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA

A DOUTRINA CRISTÃ EM LÍNGUA IRREGULAR E VULGAR, DO PE. BETTENDORFF.

Dos três códices da Universidade de Coimbra, cuja reprodução fotostática temos em mão, avulta, pela preeminência do seu autor, o ms. n.º 1.089. O seu título completo é:

Doutrina Christaã / Em lingua geral dos Indios do Estado do Brasil / e Maranhão, composta pelo P. Philippe Bettendorff / traduzida em lingoa irregular, e vulgar uzada nestes tempos.

Conta 123 ff; é redigido em latim e na língua-geral da época, um dialeto brasiliano.

A parte latina é incompleta em muitos trechos e contém, aqui e ali, algumas poucas expressões em português, como para facilitar a compreensão.

O tupi, classificado, de *vulgar* e *irregular* no título dêsse catecismo, aproxima-se visìvelmente do que fixou o códice n.º 81, ainda que certas formas léxicas nêle encontradiças, estereotipadas através de século e meio de catequese, lembrem mais o primitivo *Vocabulário na Língua Brasílica* dos jesuítas, isto é: não acompanharam a evolução geral.

Diz o pe. Serafim Leite(1), que a letra é de estrangeiro, mas não de Bettendorff. A conclusão idêntica, quanto ao final, se chega pelo exame da fidelidade do traslado.

(1) — *História da Companhia de Jesus;* tomo VIII; p. 100. As indicações de Serafim Leite deram a sugestão para o pedido.

O copista cometeu uma série de erros na transcrição da parte em língua-geral, que outro mais entendido corrigiu. Essas falhas não poderiam ser atribuídas a Bettendorff, autor do trabalho e, talvez, das emendas.

Para provar o que aí afirmamos e facilitar a comparação entre o tupi antigo e o período inicial do brasiliano também através de um texto, escolhemos pequeno trecho mais fácil da Doutrina na *lingua geral vulgar,* de Bettendorff, que também figura na segunda edição do catecismo tupi de Araújo, cuja impressão foi dirigida pelo mesmo pe. Bettendorff, por ocasião da sua estada em Lisboa, de 1684 a 1688, em que também publicou o catecismo tupi, que traz o seu nome(2).

Os dois textos, que a seguir cotejamos, não são, assim, apenas da mesma época, mas ainda ostentam a chancela da mesma autoridade. Um representa fundamentalmente o falar uniformizado dos tupis segregados, o outro a língua do povo mestiço e alógeno.

CATECISMO BRASÍLICO
do Pe. Antônio de Araújo
DA CRIAÇÃO DO PRIMEIRO HOMEM (p. 47)

1 — P. — Abá pe erimbaé Tupã oî monhang ypy ybypóramo?(4).

R. — Asé rubypyrama(5).

(2) — *Catecismo Brasílico da Doutrina Cristã; Lisboa,* 1686.

(3) — *Compêndio da doutrina christam Na Lingua Portugueza & Brasílica* etc. Lisboa, Anno 1678 (*sic* por 1687).

Como Bettendorff morreu onze anos depois, em 1698, a data dêsse impresso não deve distar muito da feitura do catecismo brasiliano manuscrito.

(4) — "A quem, então, Deus criou primeiro como habitante da terra?"

No brasiliano caiu o objeto direto *î* do verbo *monhang* e a construção *ybypóramo — a título de habitante da terra* vem substituido, sem apócope eufônica de *pora,* pela desajeitada e malsonante *ypy pora rama — para ser habitante da terra,* de sabor luso.

(5) — "O que seria o primeiro pai da gente". Compare-se com esta construção, tão característica do tupi, o sentido da resposta em brasiliano: *Nosso primeiro pai* ou *nosso primeiro antepassado,* tradução literal do português.

Asé, de acepção geral, incluindo todo o gênero humano, cai em desuso no brasiliano, onde é substituído por *îandé — nosso, de nós todos,* que, embora tenha sentido inclusivo, é mais restrito do que *asé — gente.*

A idéia de futuro inerente ao complexo *rub-ypy-rama — que seria o pai primeiro* (dos que viriam a nascer), indispensável no tupi, cai no brasiliano.

2 — P. — Mbaé pe oî monhang setéramo?(6)
R. — Ybyuuma nho(7).

3 — P. — Yby anhó nipó asé roó?(8)
R. — Yby anhó(9).

4 — P. — Marã te pe asé rekoû o gûeõ riré ne?(10)
R. — Ybýramo i nhemonhang îebyrë ne(11).

5 — P. — Umã me pe Tupã aipó îandé rubypy retèrama monhangi?(12)
R. — Nhũ damasceno serëbae pupé(13).

6 — P. — Mbaé pe oî monhang i ángamo?(14)
R. — Nã mbaé ruã(15).

---

(6) — "Que transformou êle em corpo?"
A segunda construção da pergunta em brasiliano é a imitação servil do português: "De que fez êle o corpo dêle?" O mesmo vale para a segunda resposta.

(7) — "Apenas barro". *Suí*, que vemos no brasiliano, na pergunta e na resposta é um lusismo inadmissível no tupi.

(8) — "A nossa carne é então apenas terra?" Note-se que em lugar de *yby uuma — terra mole pastosa*, o brasiliano tem *yby piranga — terra vermelha, argila*, usada na cerâmica.

(9) — "Terra sòmente". O têrmo brasiliano *suigûara* é inadmissível no tupi.

(10) — "Qual é então a condição da gente após a (sua) morte?" Tanto a pergunta como a resposta vêm modificadas no brasilano, com grave prejuízo da sua originalidade primitiva.

(11) — "Voltará a fazer-se em terra".
A forma paroxítona *rama*, velho sufixo tupi do futuro nominal, toma no brasiliano também o sentido da posposição tupi átona *ramo, amo*, eliminando-a do seu vocabulário, e, com ela, uma expressiva forma idiomática do tupi.

(12) — "Onde criou Deus o corpo dêsse nosso primeiro pai?
No brasiliano, o verbo *monhanga* ficou sem o pronome obrigatório, que no tupi é representado pelo *i* final. É a terceira pessoa relativa do pe. Figueira (*Gramática*, p. 94-98), ou a conjugação subordinada do pe. Lemos Barbosa (*Curso*, pp. 212-215), que o brasiliano vai eliminando aos poucos da sua sintaxe com tantas outras peculiaridades do tupi antigo.

(13) — "Num campo chamado damasceno". O sufixo verbal e adjetival *bae — o que*, perde no brasiliano muito da sua primitiva projeção. Aqui a fim de evitá-lo, o brasiliano substituiu a expressão tupi: — *serëbae — que de (seu) nome*, pela equivalente mais vaga de *îaba — dito*.

(14) — "Que transformou êle em alma?"
Compare as notas 6 e 11.

(15) — "De cousa alguma".
No catecismo brasiliano não aparece apenas o tal *nitio*, mas a resposta tôda é um lusismo sintático no lugar da interessante construção tupi.

7 — P. — O manõbae pe asé anga?(16)
R. — N'o manõbae ruã(17).

8 — P. — O îekuá pe?(18)
R. — Nd'o îekuabi(19).

9 — P. — Maránamo pe?(20)
R. — O gûeté eýmamo nhe(21).

DOUTRINA EM LÍINGUA GERAL VULGAR, DO PE. BETTENDORFF — DA CRIAÇÃO DO PRIMEIRO HOMEM (fl. 16, Cap. IV)

1 — P. — Abá pe erimbaé Tupana o monhang ypy ybypora rama?
R. — îande paîypy, *ou*: îandé ramũîypy

2 — P. — Mbaé taé oî monhang setèrama? ou: mbaé suí o monhang seté?
R. — Yby piranga; *ou*: yby piranga suí.

---

(16) — "É mortal a nossa alma?"
Pouca diferença faria no brasiliano a substituição de *o manõbae — é mortal* por *o manõ — morre êle*, se não faltasse a partícula interrogativa (*pe* etc.) com *oirandé* o brasiliano forma aí desajeitado futuro.
Quanto à substituição de *asé* pelo lusismo *îandé*, veja a nota 2.

(17) — "Não é mortal".
Para um tupi a forma brasiliana devia parecer impagável.

(18) — "É visível?"
O verbo tupi *îekuaba — ser visível, aparecer* tomou no brasiliano a forma *îekuaûb*, mas restringindo o sentido para *reaparecer o que estava perdido*. Não cabia, assim, nesta pergunta, sendo substituído pela rebarbativa combinação *sepiak kuab — podemos vê-lo*, de sabor luso.
Note-se aí o pronome exclusivo absoluto *oré*, que não encontra justificativa.

(19) — "Não é visível".
A resposta brasiliana conserva da língua tupi apenas as aparências vocabulares.

(20) — "Por que".
Essa pergunta tão vernácula vem substituída no brasiliano pela tradução literal do português *por que?*

(21) — "Por não ter corpo".
Note-se aí a substituição da forma reflexa idiomática *corpo seu próprio* pela inadmissível de *sete — corpo dela*. Repare no uso do verbo *rekó — ter*, que dá à resposta em brasiliano o sabor claramente português: *por não "ter" corpo*. O sentido adjetival dos nomes vai-se perdendo a olhos vistos no brasiliano e com êle uma das feições mais originais do tupi primitivo.

3 — P. — Yby suigûara nho îandé roó?
R. — Yby suigûara nho.
4 — P. — Aérame maîaûé îa ikó îa manó riré?
R. — Ybyrama îa nhemonhang îebyr korí.
5 — P. — Umáme taé Tupana aipó îandé ramũî ypy retèrama monhang?
R. — Nhũ pupé, ou: oîepé campina pupé, Damasceno îaba.
6 — P. — Mbaé suí taé o monhang i anga?
R. — Nitio mbaé suí.
7 — P. — O manó oirandé îandé anga, îandé roó îabé?
R. — Nitio o manó.
8 — P. — Oré sepiak kuab taé îandé anga?
R. — Nitio oré sepiak kuab.
9 — P. — Mbaé resé?
R. — Nitio seté o gûerekó resé.

Como o pe. Bettendorff diz, que traduziu êsse catecismo em língua *geral irregular e vulgar* usada no seu tempo, é de presumir, que, pelo menos a maioria das discordâncias léxicas e sintáticas entre êste e os outros catecismos, por êle publicados em tupi, provém de modificações no falar corrente. E, quem as poderia aquilatar melhor do que Bettendorff? Ao demandar as missões do Estado do Maranhão era versado nas línguas clássicas e falava diversas outras do Velho Mundo. A êsse cabedal juntara as observações de trinta anos de íntima convivência com a população variadíssima da Amazônia e do Maranhão.

Pois bem; a linguagem *vulgar, que Bettendorff* nos fixou no ms. 1.089, é muito diferente do verdadeiro tupi local em que redigiu o catecismo publicado em 1687([21a]); já não é mesmo o tupi do *Vpb*. visìvelmente composto entre tupinambás levemente aculturados. Entretanto, também não é ainda a algaravia divisada através dos verbetes do *Dpb*.

Todos os trabalhos em dialeto brasiliano até hoje publicados são da lavra de franciscanos, enquanto, como vimos salientando, os jesuítas se esforçavam por manter castiço([22]) e cultivar, qual novo latim, o primitivo tupi, como se vê claramente nas edições de 1686/87.

([21a]) — Veja a nota 3.

([22]) — As alterações da primeira para a segunda edição do catecismo do pe. Araújo consistem principalmente na grafia racionalizada. Poucas palavras e expressões foram substituídas, por obsoletas.

No entanto, o catecismo, a que acabamos de referir-nos em rápido comentário, é de um jesuíta e dos mais qualificados. Por essa composição se vê, que o pe. Bettendorff, por publicar a sua Doutrina, de 1687, em tupi clássico dos jesuítas, não deixou de dispensar a sua atenção de lingüista e missionário também ao tupi dos mestiços, ao tupi *irregular e vulgar*, acessível à parte maior da população civilizada do Maranhão e Grão-Pará.

Descambou, dessa forma, da linha rígida jesuítica também nesse ponto, como em outros já fôra *de compromisso*, afastando-se das rígidas diretrizes de Antônio Vieira, como, a lastimar, nos informa Serafim Leite([23]).

Deveremos ver nessas idéias dos jesuítas o motivo de haver ficado inédito o catecismo brasiliano de Bettendorff? Seria essa língua *irregular e vulgar* considerada indigna da letra de fôrma pelo consenso geral dos superiores jesuítas?

O fato é que nenhuma das obras em brasiliano foi publicada na época.

Para o estudioso da lingüística indígena comparada os textos acima transcritos constituem a primeira amostra, que foge ao mero confronto de formas léxicas e põe a nu as alterações muito mais expressivas na construção da frase brasiliana.

B — O CÓDICE N.º 69

O manuscrito n.º 69 é um códice realmente precioso para os estudos do desenvolvimento cronológico do tupi, embora exija exaustiva análise preliminar.

São de vária ordem os ensinamentos das partes de que se compõe. É um conjunto de trabalhos de mais de um autor e de pelo menos dois copistas.

Consta de 407 pp. numeradas e de 3 inumeradas.

Delas, as 229 primeiras contêm matéria gramatical; de pp. 231-234 enumeram-se os *Graus de parentesco;* as pp. 237-353 trazem um *Dicionário da Língua-geral do Brasil;* a p. 355 contém os pronomes verbais e os absolutos com os seus dativos; a ela seguem quatro páginas, de 356-359, com as designações das partes do corpo humano; nove páginas sôbre os advérbios, de 361-369; um catecismo resumido, de pp. 370-379; diretrizes para

([23]) — História; tomo VIII. p. 98.

a confissão de pp. 381-396; um aviso ao leitor, na p. 397; uma prática para ajudar a bem morrer, de pp. 399-406; uma *Advertência* do autor, à p. 407, para terminar com os dias de missa e jejum obrigatórios, em 2 pp. inumeradas.

A fôlha-de-rosto tem os dizeres seguintes:

Gramática / Da Língua geral / do Brazil / Com hum Diccionario dos voca / bulos mais uzuaes para a intelligencia da dita Lingua.

Dêsse título se conclui, que a gramática e o dicionário, porventura de autores diferentes, foram reunidos por alguém. Êsse mesmo ou algum outro deve ter acrescentado ao conjunto inicial as composições menores.

1. *A Gramática da Língua-Geral do Brasil.*

A letra da gramática é relativamente moderna, assim como a do léxico até aos verbetes de iniciais *an.* Daí por diante o copista foi outro, pois a letra tem cunho muito diverso.

Os ensinamentos gramaticais testemunham uma fase relativamente longa de aculturação. Muito há que ainda lembra os preceitos do pe. Figueira, mas bem raras são as modalidades antigas, que já não tenham outras, onde transparece a influência da língua portuguêsa.

Pelos paradigmas das conjugações poderíamos julgar de somenos importância as alterações introduzidas, mas a sintaxe mostra, que muito pouco ficara na prática das formas primitivas. Os vocábulos modificam-se relativamente pouco comparados à construção da frase; entretanto, ainda assim, avultam certas alterações pela freqüência do seu emprêgo.

1.º A substituição da negação *na.....i — não* pelo complexo preposto *nitibi*[24].

2.º No optativo a partícula *mã,* posposta no tupi com os seus compostos[25], são substituídos pelo hibridismo *tomáramo*[26], que antecede o verbo com o seu pronome.

3.º O tão característico futuro do pretérito toma, por metaplasmo assaz freqüente entre o tupi e o guarani, a forma *rangûera* em lugar de *rambûera*[27], por influência do tupinambá.
Assim também encontramos o sufixo do pretérito *pûera* transformado em *kûera* nos nomes do brasiliano[28].

4.º O pronome absoluto *i — êle, ela* é substituído por *aé* e *êles, elas* por *aûã,* que no tupi têm o sentido de *êsse(s) mesmo(s), essa(s) mesma(s)*[29].

5.º Os pronomes específicos do gerúndio *gûi — eu, e — tu* cedem o seu lugar aos equivalentes mais comuns *a* e *eré*[30].

6.º O *possessivo-pronome xe ou ixé — eu, meu* começa a tomar as formas *se* e *isé*[31].

7.º O pronome verbal invade o domínio do absoluto[32].

8.º A variante *nhe* do pronome reflexivo *îe* cai em desuso[33].

9.º *Rekó — ter* começa a ser usado como auxiliar, à imitação do português[34].

Nos substantivos, excetuados os nomes de parentesco, desaparece o índice de classe superior *t,* sendo substituído por *s*[35].

O sentido adjetival dos nomes vai-se perdendo com a introdução dos verbos auxiliares *rekó — ter* e *ikó — ser, estar,* por influência do português[36].

Há casos de adjetivos prepostos[37]. Em lugar da partícula interrogativa simples *pe* vemos regularmente *tá* ou *taé.*

As regras da apócope e do abrandamento são desprezadas amiúde, com graves conseqüências para a eufonia e infração frontal da clara Advertência I. a pp. 118-119.

---

(24) — Páginas 14 e ss.
(25) — *Temomã, meimã, meimomã.*
(26) — Páginas 4 e ss.
(27) — Páginas 13, 33 e outras.
(28) — Como, para citar apenas um exemplo, *kokûera* por *kopûera — capoeira,* isto *é roça abandonada,* da qual o mato já tomou conta.
(29) — Páginas 111 e 129.
(30) — Página 159 e outras.
(31) — Páginas 129 e 130.
(32) — No exemplo *a îuruseî* etc. p. 158 e em vários outros.
(33) — Página 125.
(34) — Página 138.
(35) — Páginas 112-113.
(36) — Página 138.
(37) — Página 109.

Nestas considerações em tôrno à *Gramática da Língua Geral do Brasil* do códice 69 deixamos de referir longa série de alterações, que podem ser consideradas menores, quando examinadas isoladamente; num texto, entretanto, o efeito cumulativo de várias, próximas umas às outras, pode desfigurar a frase a ponto de a tornar irreconhecível ao tupinista pouco prático.

Não há referência alguma ao emprêgo divergente de *gûasú, usú,* o que se explica pela fusão de ambos na forma brasiliana *osú*(38).

Comparando a gramática do códice 69, ao respectivo dicionário, um julgamento apressado poderia levar-nos, mesmo assim, a atribuirmos a gramática não apenas a outro autor, mas ainda a época muito anterior à do léxico.

É que o autor da primeira parece ter trabalhado sempre à vista dos velhos compêndios clássicos, misturando os seus ensinamentos a locuções colhidas entre grupos, que se achavam evidentemente em estádios diversos de desenvolvimento. Talvez seja a êsse procedimento que devamos atribuir certas divergências entre a gramática e o dicionário, como:

	Gramática	*Dicionário*
amanhã	— oirandé	— orandé
então	— aérame	— aramé
nada	— nitibi	— nitio mbaé
não	— na ..... i, na, umé, eyma, nitibi, nitio;	— nitio
por que?	— mbaé arama ta?	— mbaèrama resé?
vir	— îore	— ur

Mas, tenhamos sempre presente, que o brasiliano não é um dialeto uniforme como o tupi jesuítico. Entre cêrca de 1580 e 1760 houve, de contínuo, tribos, que falavam um tupi relativamente original, ao lado de camadas de mestiços e índios em escalas das mais díspares aculturações lingüísticas.

Tivemos, assim, com o correr do tempo, não apenas um, mas todo uma gama de dialetos brasilianos.

Certamente é a essa desnorteante diversidade que se refere o autor ao desabafar o seu desalento à página 168, nas seguintestes palavras:

(38) — Compare o nosso estudo *Gùasú — Usú*.

"Além das *embrulhadas* acima se usa..." e, depois de enumerar mais algumas construções, distingue umas das outras segundo a generalização do seu emprêgo.

Êsses modismos nórdicos, na sua marcha contínua de aculturações deram finalmente origem ao nheengatu, o último estádio da outrora soberba *língua brasílica,* ou *tupi*.

2. DICIONARIO DA LÍNGUA-GERAL DO BRASIL

Enquanto a gramática do códice n.º 69 é tôda ela de letra uniforme, o dicionário foi trasladado por dois copistas, cabendo ao primeiro, possìvelmente o mesmo da gramática, tão só as páginas de n.º 237 a 255, ou seja até às iniciais *an*.

Tem conexão incontestável com o *Dpb,* mas é, no seu todo, *algo* mais pobre do que êste, ainda que traga os lusismos excluídos na edição de frei Veloso. Em muitos casos a comparação dos dois elucida certas dúvidas criadas pela freqüente troca de vogais, que, em alguns casos, provirão de variantes dialetais.

Para conservar certa uniformidade no confronto escolhemos para êsse fim a mesma lista, que nos serviu de base ao capítulo dos *Estudos Comparativos do Vlb. com o Vpb. o Dpb. e o Dbp*.

O resultado é altamente sugestivo, tanto mais, quanto é confirmado em suas linhas gerais por comparações de verbetes salteados.

Da mencionada relação,

12 por cento, ou sejam 22 palavras, não constam do *Dlg*. 69.
8 por cento, ou apenas 14 palavras divergem do *Dpb*. e do *Dbp*. da *Pm,* enquanto
80 por cento, ou sejam 148 do total de 184 palavras conferem com as do *Dpb*. e *Dbp*. da *Pm*.

Por outro lado, dos 162 verbetes figurantes, 28 por cento, ou 45 palavras, conferem com o *Vpb,* mas apenas 5 por cento, ou 8 palavras, se encontram no *Vlb*.

Nada mais expressivo do que êsses números para mostrar a distância do *Dlg*. 69 do *Vlb*. e a sua íntima ligação com o *Dpb*.

Não encontramos indicações expressas de data ou lugar da feitura dêsse *Dlg*. mas há nêle um verbete, que nos permite circunscrevê-los em parte através do têrmo *anil* com o seu comentário:

Anil — *caá ũ* — só no Marajó(39). Serve muito a frase para quem quiser fazer rêdes(40).

Desta definição é lícito deduzir, que o autor residia na Amazônia, da qual conhecia peculiaridades léxicas, e, numa época em que o *anil* já achara aplicação na tintura dos fios para a fabricação das rêdes. Como vimos(41), essa particularidade coloca a feitura do *Dlg*. 69 em época posterior à terceira década do século dezoito.

O verbete *anil,* entre outros, também prova que êsse *Dlg. não* é mera reprodução do *Dpb*.

Quanto à sua autoria, pelos motivos já expostos, estamos inclinado a atribuí-la a um franciscano(42). Não há o verbete *padre de missa,* mas figuram *frade de missa* e *frade leigo*.

3. NOMES DAS PARTES DO CORPO

A letra dêste capítulo é igual a do *Dicionário* a partir dos verbetes de iniciais *an*. Entretanto, há na lista de pouco mais de três páginas uns vinte têrmos indígenas, que não coincidem com os do léxico e sugerem fonte diversa. São, além de outros, os correspondentes a:

barba,
barriga da perna,
bofes,
braço,
calcanhar,
corpo,
cotovêlo,
fel,

(39) — *Caá ũ* corresponde a *kaá una* no tupi e se traduz, de conformidade com o que deixamos exposto no capítulo *O Anil no Léxico Tupi,* por *matéria preta ou escura de erva* e não por *erva* ou *fôlha preta,* como a maioria estará inclinada a traduzir.

(40) — Temos aqui *ũ* (*una*) — *preto, escuro* em lugar de *oby* ou *ugûy, ybi* — *azul,* usados em outros léxicos nórdicos. *Kaá ũ* seria têrmo adotado por mestiços ou índios aculturados da ilha do Marajó, pois vinha ocupada por *nheengaíbas,* índios não tupis, ao tempo da Conquista.

A côr preferida para as rêdes era *azul,* mesmo entre os habitantes das cidades, segundo afirma W. Dampier.

Dampier's Voyages; edição de John Masefield. London, 1906; vol. II, p. 385.

(41) — No capítulo *O Anil no Léxico Tupi*.

(42) — Veja o capítulo *O Dialeto Brasiliano*. Nenhum jesuíta, pelos motivos expostos, chamaria a êsse dialeto de *Língua-Geral do Brasil* sem qualquer restrição. Compare o título do catecismo brasiliano de Bettendorff.

perna,
pestanas,
pulso,
quadris,
sangue,
tripas,
veia
etc.

O fato não pode deixar de causar espécie, quando se considerar o teor da nota, que segue à enumeração dos têrmos:

> "Se estes vocábulos, que aqui te ponho das partes do corpo não os achares a teu modo....., ao uso novo, se algum houver, procura-os *pelo corpo dêste volumezinho, que atrás te deixo,* e, se ainda lá os não achares, vai procurá-los à tua casa, ou vai procurá-los a quem melhor t'os diga, e eu muito favor te faço em t'os pôr aqui todos juntos. E, se algum faltar mais, da mesma maneira vai procurá-los. Vale".

O tom bazofeiro dessa recomendação lembra vivamente o gramaticão do *Livro do Advérbio,* a quem D. Paula Martins dedica umas linhas(43) e ao qual ainda vamos referir-nos a seguir.

Há, porém, no aludido posfácio uma alusão, que, embora comprometa o saber do compilador e diminua o apregoado serviço, constitui para nós uma indicação esclarecedora: é o conselho: "..... procura-os pelo corpo deste volumezinho, que atrás te deixo".

Alude aí evidentemente ao *Dicionário* dêste códice n.º 69, com a exclusão da *Gramática,* cujas 235 páginas, acrescidas das 115 do léxico, excederiam com certeza os limites de um *volumezinho,* pelo menos na apreciação do imodesto mentor.

Os Nomes das Partes do Corpo acompanharam, pois, inicialmente o *Dicionário,* coligido pela mesma pessoa, ou extraído de outro manuscrito.

Por outro lado, a *Gramática,* tanto pelo tom como pelo método comparativo, parece de pena mais competente, ainda que a fôlha-de-rosto do códice 69 se refira à Gramática e ao Dicionário.

4. OS ADVÉRBIOS E LOCUÇÕES ADVERBIAIS

As páginas, que, logo de início, nos chamaram a atenção, foram as dedicadas à enumeração dos advérbios, principalmente pelo proêmio, que, embora menos fanfarrão, lembra à pri-

(43) — *Um Capítulo de Gramática Tupi;* Boletim Bibliográfico 12, São Paulo, 1946; pp. 136-147.

meira vista o tal *Livro do Advérbio,* publicado por D. Paula Martins, a quem tantos outros serviços devem os estudos tupis(44).

Êsse capítulo anônimo sôbre os advérbios encontra-se, portanto, ao menos em dois códices, ainda que ligeiramente diverso, devido a um ou mais aproveitadores. Para mais fácil cotejo transcrevemos a seguir o preâmbulo do códice de Coimbra, que não tem cabeçalho.

> "Todo o gramático saberá, que as partes da oração são oito e não trato aqui delas, porque não componho por ora a arte e *nem mestre sou dela*(44a), mas sim só trato do advérbio por ser muito preciso e por te tirar o trabalho de os procurares em diversas partes e juntamente não saberes dos que ao presente se usam (!); e, como gramático saberás, que os advérbios são muitos e por êles comumente perguntamos e respondemos.
>
> É sem a mais mínima dúvida, que o advérbio, sendo parte da oração, não rege caso, mas, posto nela, dá fôrça aos nomes e aos verbos para significarem com mais energia, razão por que t'os porei aqui por sua ordem, segundo o modo com que hoje se usam".

Por essa introdução sabemos que o autor do capítulo dos advérbios é um estudioso, mas longe ainda de merecer o título de *grande* língua, pois declara-se incapaz de, na ocasião, escrever uma gramática, por não ser mestre da língua.

Nem tanto fôra preciso confessar; a pobreza da sua lista de advérbios e dos seus comentários a respeito mostra-o claramente.

Parece que o fito principal do autor anônimo foi dar as formas usuais dos advérbios mais correntes na época e região, visto como das consignadas pelos velhos mestres jesuítas do tupi muitas não se empregavam nos rincões do Norte, ou se haviam tornado obsoletas, desnorteando os principiantes nos estudos brasílicos, que recorriam aos compêndios jesuíticos.

Vejamos alguns exemplos tirados de três resenhas: do *Vlb.* do *Vpb.* e do capítulo ou *Livro dos Advérbios*.

---

(44) — *Idem, Ibidem;* — Faz parte de um conjunto de manuscritos, de onde frei Conceição Veloso extraiu o *Dpb.* Êsse códice, que hoje se acha na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, foi examinado por D. M. de L. de Paula Martins e dêsse trabalho nos dá conta em suas *Notas Referentes ao Dpb. e Dbp.* Boletim Bibliográfico, 12; pp. 121-147. São Paulo, 1946.

(44a) — O grifo é nosso. Do trecho se deduz que a gramática não é do compendiador dos advérbios.

À tarde	—	*Vlb.*	karúk-eme(45);
		Vpb.	idem;
		L. Adv.	karuka ramé.
debaixo	—	*Vlb.*	gûyrë pe;
		Vpb.	idem;
		L. Adv.	ur pe.
depressa	—	*Vlb.*	kurutẽi;
		Vpb.	koritẽi;
		L. Adv.	kurutẽ.
então	—	*Vlb.*	aé reme(45).
		Vpb.	idem;
		L. Adv.	aramé.
hoje	—	*Vlb.*	oîei;
		Vpb.	ojí;
		L. Adv.	hoîeí.
onde?	—	*Vlb.*	umã me pe?(45)
		Vpb.	mamó pe? mame?
		L. Adv.	mame?
por que razão?	—	*Vlb.*	Maránamo pe?(46)
		Vpb.	*idem,* e vulgar (!) *mbaé resé?*
		L. Adv.	mbaé resé.

etc. etc.

A verificação de que também não existe concordância perfeita, entre a gramática, o dicionário e o capítulo dos advérbios, três compilações do mesmo códice N.º 69, não deve surpreender, mesmo nas partes declaradamente do mesmo autor. As divergências locais e a utilização de compilações outras tornariam difícil a estrita uniformidade.

O colecionador de advérbios termina o capítulo com algumas palavras a respeito das interjeições, que arremata nestes têrmos:

---

(45) — Complexo proparoxítono.

(46) — O acento tônico cai na sílaba *ra* e o subtônico na partícula *pe*.

"E, já que falamos em interjeições, te direi algumas, que mais se usam nesta língua; e, também saberás, que pelas interjeições se manifestam os afetos do ânimo, que são quatro, a saber: Alegria, tristeza, ódio e amor".

Infelizmente, das quatro interjeições que cita, duas não cabem nestes estados ou impulsos d'alma referidos:

tomáramo — que exprime *desejo*, e
xo — que traduz *espanto*.

Não poderia ser mais decepcionante o final do vôo rasteiro dêsse pretensioso autor de uma simples e falhíssima compilação de advérbios brasilianos.

No mais, veja o que dissemos sôbre o tal *Livro do Advérbio* no capítulo *O Dicionário Português-Brasiliano e Brasiliano-Português*.

5. ORAÇÕES, CATECISMO E CONFESSIONÁRIO

As páginas de números 371 a 406 do códice 69 contêm a parte que diz respeito ao ensino religioso. Lingüisticamente a matéria divide-se em duas secções. As orações, os mandamentos, sacramentos, pecados, as virtudes teologais e os novíssimos vêm transcritos no tupi antigo do catecismo do pe. Araújo, II. edição. Alguns erros devem ser atribuídos ao copista(47).

Daí por diante as perguntas e respostas são redigidas no dialeto brasiliano do século dezoito, o que fàcilmente se pode comprovar cotejando o texto com o do catecismo brasiliano de Bettendorff, do qual parte das formas léxicas ainda pertence à fase de transição anterior, como se verifica na lista a seguir.

Catecismo Brasiliano de Bettendorff códice 1809	*Catecismo do Códice* 69	*Português*
a	xa	eu
aanangaî, nitio mbaé	nitio mbaé	nada
aérame	aramé	então
agûera	akûera	suf. do pretérito
anhanga, îuriparí	îuripari	diabo

(47) — O copista parece ter sido pouco versado em tupi, pois comete diversos erros. Escreve *tokûar* por *tekûar* e *îabîonondara* por *îabîondûara; îekûakupoîa* por *îekûakupûaîa* e *reanondé* por *reô ianondé* etc.

Catecismo Brasiliano de Bettendorff códice 1809	*Catecismo do Códice* 69	*Português*
aoba	oba	pano, roupa
asé, mira	mira	gente
bae	ûaé	(suf.) o que
barriga	marika	barriga
cruz, crusá	crusá	cruz
gûasú, usú(48)	usú	grande
karaí bebé	karibebé	anjo
maenduar	menduar	lembrar-se
maránamo pe? mbaé resé?	mbaé resé?	por que?
reme, ramé	ramé	se, quando
tabusú	mairí	cidade
takypûera	sakakûera	atrás
tekateyma	teká ateyma	avareza
tuba	paîa	pai
xe	xe, sé	meu

Desta pequena lista se depreende claramente como os lusismos se vão incorporando e adaptando, enquanto o tupi se deteriora em escala acelerada depois de Bettendorff, isto é, a partir de cêrca de 1700.

É importante, senão decisiva, a contribuição dessa parte do códice 69 para a fixação do meio geográfico, em que foi elaborada, assim como da cronologia dos compêndios brasilianos em geral.

À página 397, o autor anônimo termina o seu *Confessionário* por uns conselhos *Ao Leitor* e data:

20 de 7bro — *Valẽ* — de *1750*.

A seguir, a *Prática para ajudar a bem morrer* vem arrematada, à p. 407, por uma *Advertência* em meio à qual há estas palavras: "..... já se não podem hoje verificar neste Pará ....."

(48) — Bettendorff no seu catecismo brasiliano ainda emprega, na maioria dos casos, as formas *gûasú* e *usú* de acôrdo com as regras tupis: *kûar-usú, pytun-usú, ygara usú, patuá gûasú, tatá gûasú* etc. Encontra-se, entretanto, algum raro exemplo discordante, como *mutuú asú*. Com o tempo, o brasiliano aboliu *gûasú*, generalizando, com raríssimas exceções, a segunda forma, na grafia *oçú*, ou seja o nosso *usú*.

Compare o nosso extenso estudo:

Gûasú — Usú e as suas variações nos principais dialetos tupi-guaranis.

Considerando, que, pela sua feição, as lições e recomendações nos capítulos do *Advérbio,* dos *Nomes das Partes do Corpo* e do *Confessionário* fluiram evidentemente da mesma pena e como nelas alude ao vocabulário, "..... que atrás ..... deixo .....", podemos afirmar, sem receio:

1.º Tanto o *Dicionário* como os capítulos dos *Advérbios,* dos *Nomes das Partes do Corpo* e do *Confessionário* são do mesmo autor.

2.º Essas partes do códice 69, foram concluídas em 1750.

3.º As formas léxicas dessas partes do códice 69 correspondem, em linhas gerais, às registradas no *Dpb.* e *Dbp.*, principalmente, se levarmos em conta os numerosos erros de transcrição existentes nestes últimos.

4.º Tanto o *Dicionário,* conforme deixamos indicado no respectivo comentário, como a *Advertência* final, colocam a feitura de mais êsses trabalhos expressamente na região do Baixo-Amazonas.

C — O CÓDICE N.º 81

O códice 81 traz no ante-rosto o título

DICIONÁRIO
da
LÍNGUA GERAL DO BRASIL

O frontispício tem os seguintes dizeres:

Dicionário / Da / Lingua Geral Do Brasil / que se falla / Em todas as Villas, Lugares, e Aldeas / deste vastissimo Estado.

Segue uma sigla no meio da página e depois a indicação:

Escrito na Cidade do Pará
Anno 1771

As ff. de 1 a 5 trazem o paradigma da chamada primeira conjugação e as ff. de 6 a 164 um dicionário brasiliano.

O paradigma é uma adaptação brasiliana do que vem na gramática do pe. Figueira, mas não contém as variações, que se encontram no esbôço gramatical do códice 69.

O modêlo figueirense, certamente um tanto anacrônico na época, deu a certos modos e tempos um cunho mais primitivo do que o do brasiliano de Bettendorff, principalmente na conjugação negativa; algumas formas participais, ao contrário, indicam deperecimento maior.

O *Dicionário* dêste códice 81 é algo mais rico do que o *Dpb.* e o *Dbp.* da *Pm.* e êstes, por sua vez, são bem mais desenvolvidos do que o dicionário do códice 69.

Mas, o que surpreende é que o *Dlg.* 81 é de um brasiliano mais primitivo, mais próximo do tupi do que o daqueles, a despeito de trazer a data de 1771 e de ser da mesma região. Lingüisticamente coloca-se êsse léxico entre o catecismo brasiliano de Bettendorff e o *Dpb,* porém é muito mais chegado ao primeiro, servindo-lhe sofrìvelmente à compreensão.

É fácil provar o que aí afirmamos. Ao compararmos os verbetes da nossa lista contida no capítulo *Estudos Comparativos do Vlb. com o Vpb. o Dpb. e o Dbp.* aos correspondentes do códice 81, verificamos as proporções a seguir:

12,50% ou 23 daquêles têrmos não figuram no códice 81;
52,70% ou 97 vocábulos divergem do *Dpb.* e do seu reverso, enquanto apenas
34,80% ou 64 vocábulos conferem com os do *Dpb.* ou do seu reverso.

Por outra forma, dos 161 verbetes figurantes no códice 81,
45,30 por cento ou 73 vocábulos constam do *Vpb.* e
26,70 por cento ou 43 vocábulos figuram no *Vlb.*

Êstes 72 por cento de formas léxicas constantes também, seja no *Vlb.* dos jesuítas, ou no *Vpb.*, o mais chegado ao mesmo, comparados aos 33 por cento do códice 69, confirmam a maior aproximação do *Dlg. 81* ao tupi antigo, a despeito dos enxertos relativamente recentes, que, evidentemente, o autor praticou.

A rigorosa observação das regras tupis relativas a *guasú* e *usú* no *Dlg.* 81 reforça positivamente as nossas conclusões acima[49].

O resultado dessa verificação no códice 81, confrontado com a sua data, a mais recente dentre as consignadas em manuscritos brasilianos, impõe a seguinte alternativa à conclusão: ou o códice 81 é cópia remaniada de resenha mais antiga, ou o seu autor o confeccionou em íntima convivência com índios tupis aculturados, de linguagem ainda mais próxima ao tupi do que a da população mestiça em geral, mas dela aproveitando ocasionais contribuições. Em qualquer das hipóteses é forçoso admitirmos influências fortuitas de consultas ou leituras.

Quanto à provável autoria, também aqui nos inclinamos a favor de qualquer frade, sugestionado pelos verbetes: *frade, fra-*

---

[49] — Veja a nota 48.

de leigo, cela de frade, hábito de frade, que dificilmente ocorreriam a um elemento secular ou leigo, visto que jesuítas já não havia na época.

RESUMO CRONOLINGÜÍSTICO DOS COMPÊNDIOS BRASILIANOS.

A aculturação lingüística dos índios nas diversas regiões do Brasil processou-se em épocas diferentes e com intensidade desigual.

A dos tupis costeiros começou muito cedo, como deduzimos dos têrmos indígenas contidos na *Notícia do Brasil,* de Gabriel Soares; mas, excetuando tais referências esparsas, não possuímos documentação alguma do seu desenvolvimento. A diminuta resistência física dos índios às epidemias trazidas pelos colonizadores, as mortandades causadas pelas represálias sangrentas e as fugas em massa reduziram a densidade populacional indígena a olhos vistos.

Por outro lado, o esfôrço dos jesuítas por conservar o cunho original do tupi na sua faina missioneira nos núcleos restantes isolados e o desinteresse pelas formas populares, tudo isso congregou-se para privar-nos de informações a respeito do tupi aculturado entre São Vicente e Pernambuco(50).

Ao Norte a miscigenação foi muito mais intensa. Ali não a houve apenas entre brancos e índios, mas, e em maior escala, entre índios das mais diversas famílias lingüísticas, favorecida, tanto pelos descimentos violentos dos colonos, como pelos aldeamentos jesuíticos conjuntos, através dos quais os padres procuravam conseguir, ao lado de melhor defesa, a aprendizagem geral do tupi. Concentrariam e simplificariam dêsse modo a catequese, em que as distâncias e a multiplicidade das línguas foram inicialmente os mais árduos problemas.

É, portanto, nos jesuítas que devemos ver além dos grandes cultores e defensores do primitivo tupi unificado, também os co-responsáveis do seu aviltamento em bôcas estranhas.

Parece, que, nas últimas décadas do Seiscentos, a língua-geral do Norte, o brasiliano, havia substituido o tupí nas relações sociais. O tupi era então cultivado exclusivamente na ca-

(50) — Veja o nosso estudo intitulado *O Ensino do Tupi e do Português nas Missões do Brasil, segundo os Documentos Jesuíticos e a Palavra de Pombal.*

tequese das tribos tupis mais ou menos isoladas, até a expulsão dos inacianos, em 1759(51).

Do idioma que falavam tais tribos, na sua maioria tupinambás, de contatos intermitentes com a população mestiça do Estado do Maranhão de então, podemos fazer-nos uma idéia aproximada através do *Vocabulário Português-Brasílico*. Ainda que o *Vpb*. não seja cronològicamente o compêndio mais antigo, é êle um lídimo representante da fase inicial do brasiliano pelas características, que em outros compêndios vemos desenvolvidos por contatos mais freqüentes e convivência mais demorada.

Pelas referências às segundas edições do catecismo brasílico do pe. Araújo e da gramática do pe. Figueira, respectivamente de 1686 e 1687, o *Vpb*. é posterior a essa época e data provàvelmente das primeiras decadas do Setecentos, como o verbete *anil* nos leva a supor(52).

Ao *Vpb*. segue-se lingüisticamente o *catecismo brasiliano* de Bettendorff, evidentemente o mais antigo dos escritos brasilianos por nós referidos.

Tendo o pe. Bettendorff morrido em 1698, e, tendo o manuscrito sido conservado em Portugal, é possível, que o levasse, em 1684, quando ali tratou da impressão de outros trabalhos(53).

Pelas suas formas léxicas aproxima-se visìvelmente do catecismo brasiliano de Bettendorff o *Dlg*. do códice 81, a despeito de parecer o mais recente, pela data de 1771, que traz no frontispício.

Cabe-lhe o terceiro lugar nos escritos brasilianos, seja por ser cópia de códice, mais antigo, seja por ter sido colhido entre índios menos aculturados. Neste último caso, os numerosos neologismos são enxertos respigados em ambientes outros, mais recentes ou mais aculturados.

Outros tantos verbetes portuguêses, que no códice 81 estão em branco, certamente porque na ocasião o autor não conhecia os correspondentes indígenas, parece reforçarem tal conjetura.

O quarto lugar, pelo desenvolvimento das formas léxicas, ocupa o *Dpb*. com o seu reverso da *Pm*.

É o mais conhecido dos escritos brasilianos e também o responsável por incontáveis erronias, que, a respeito do tupi, se tem espalhado.

(51) — *Eckart, Pe. Anselmo —; Zusätze zu Pedro Cudena's Beschreibung* etc. *in*: *Murr, C. G. von —; Reisen einiger Missionarien der Gesellschaft Jesu in Amerika;* Nuremberga, 1785. pp. 538 e 562.

(52) — Veja o capítulo que dedicamos a êste vocabulário.

(53) — Vimos acima que o catecismo não é autógrafo.

É à suposição generalizada de ser o *Dpb*. um léxico do tupi original, que se deve atribuir o desabafo público de um mestre guarani ao dizer-nos, *que o tupi é um dialeto tupi-guarani mal ouvido e pior representado*.

De fato, poucos ainda se capacitaram de que o *Dpb*. apresenta o léxico de um dialeto tupi de mestiços, como era falado no Norte quase duzentos anos após a vinda dos primeiros jesuítas, por uma população, que se diferençava dos tupis de 1549 por longa série de mestiçagens e aculturações. Ao lado dêsses fatos devemos levar em conta, que o brasiliano se desenvolveu numa região, onde predominavam os tupinambás, cujos dialetos se distinguiam do tupi unificado por certas peculiaridades, que ressaltamos alhures(54).

Em conclusão, sendo a *língua-geral*, que nos apresenta o *Dpb*. bem mais recente do que a do catecismo de Bettendorff, a sua confecção não deve ser anterior à época sugerida pelo ververbete *anil*, isto é à terceira década do século dezoito.

Ao códice 69 cabe a mesma classificação atribuída ao *Dpb*. e ambos são intimamente relacionados. O *Dlg*. 69 é mais pobre do que o *Dpb*. A maioria dos seus verbetes é idêntica em ambos, mas, como em cada qual haja certo número, que falta no outro, não é provável, que qualquer dêles seja o original. Ao contrário, é de supor, que, tanto um como outro, representem o desenvolvimento independente de resenha anterior desconhecida. O capítulo do advérbio, presente também, com certas alterações, no manuscrito de onde foi extraído o *Dpb*, sugere a mesma conclusão.

Com isso não queremos negar que certas achegas provenham de áreas diferentes(55) e que a época da sua composição definitiva possa diferir algum tanto.

(54) — No capítulo *Em Lingüística, Tupinambá não é Sinônimo de Tupi*. ....

(55) — Veja o capítulo *O Anil no Léxico Tupi*.

Biblioteca Digital Curt Nimuendajú
http://biblio.etnolinguistica.org

VII

O "ANIL" NO LÉXICO TUPI

I. ESBÔÇO HISTÓRICO DO ANIL NO BRASIL

É da índia, que a Europa recebeu o primeiro anil e do Oriente também lhe veio, mais tarde, o nome português, que encontramos na literatura científica desde Garcia de Orta, em 1563.

No Brasil, onde existem indigóferas nativas, a extração do anil era desconhecida dos indígenas.

Por outro lado, não interessava, inicialmente, à côrte portuguêsa e muito menos à espanhola criar um concorrente ao anil da índia, em detrimento de outros gêneros americanos mais necessários.

Por êsses motivos não encontramos referências ao anil no tratado minucioso de Gabriel Soares, como não o mencionam Fernão Cardim, frei Vicente do Salvador, ou mesmo Simão de Vasconcelos, que, recorrendo embora à ciência de Marcgrave, conservou-se um tanto alheio dos conhecimentos puramente botânicos.

Foi preciso que viesse a Restauração e Portugal sentisse melhor o pêso crescente do monopólio da Companhia Inglêsa das índias Orientais, para serem permitidas no Brasil as sementeiras de indigueiros, "em terras impróprias à lavoura da cana de açúcar"(1). Essa permissão era, aliás, dispensável, pois abundavam indigôferas nativas, conforme atestam Jorge Marcgrave(2) e Maurício de Heriarte(3), mas o seu cultivo inten-

(1) — Provisão do Conselho Ultramarino, de 24 de abril de 1642; *apud*: *Pizarro — Memórias Históricas* etc. vol. II. p. 147.

(2) — *História das Plantas;* livro II. cap. I. pp. 57-59.

(3) — *Descrição do Estado do Maranhão*, no ano de 1662; Viena, 1874; p. 69.

sivo requeria trabalho estafante, no dizer do pe. João de Souza Ferreira(4).

O pe. Bettendorff, testemunha presencial do início da fabricação do anil, relata os primeiros ensaios da sua cultura e extração(5), que se devem ao governador do Maranhão, Pero Cesar de Menezes. Êste, durante a sua gestão, de 1673-1677, fez duas tentativas com um técnico anileiro e uns 50 escravos vindos de Angola.

O rendimento diminuto e os argumentos do pe. Bettendorff desenganaram o governador, cujo insucesso residira na má escolha do sítio.

Com o abandono do projeto e a retirada do mestre anileiro, a maior dificuldade para uma nova tentativa já não era a escolha do sítio para a plantação, mas a extração da matéria corante, dependente de conhecimentos técnicos então ignorados entre nós.

Pouco adiantaria, assim, a nova provisão do Conselho Ultramarino, de 30 de março de 1680, concedendo isenção de direitos ao anil inexistente e, ainda mesmo a carta régia, de 24 de novembro de 1711, dirigida ao governador do Maranhão, na qual se recomendava a máxima diligência por "afeiçoar alguém à sua fabricação"(6), quando, por fim, na côrte se convenceram, de que a indústria do anil continuava, no Brasil, à espera de quem a iniciasse. Mas, a solução do problema exigia algo mais do que simples boa vontade, mesmo de lado a lado.

Ao que ainda nos informa Alexandre Rodrigues Ferreira(7), só pelo ano de 1728 se deu princípio à primeira fábrica de anil, no rio Tocantins, pela diligência de alguns moradores do Pará, associados a dois homens de negócio, do Reino. Êstes últimos contrataram três mestres francêses para início racional dessa indústria extrativa.

---

(4) — *"Anil* é o primeiro que renasce nos matos que se cortam; mas, como êstes pulam por cima dêle com mais violência e não há campinas de natureza por onde se semeie, é a *razão por que se não beneficia". América Abreviada; in*: Rev. Inst. Hist. e Geogr. Brasilero; tomo 57; parte I. p. 48.

(5) — *Bettendorff, João Filipe* —; *Crônica*, etc. Rev. Inst. Hist. e Geogr. Brasileiro; tomo 72, parte I. pp. 291-92 e 296.

(6) — *Ferreira, Alexandre Rodrigues* —; *Diário da Viagem Filosófica;* Rev. Inst. Hist. e Geogr. Brasileiro; tomo 48; parte I. p. 115.

(7) — *Idem; ibidem;* pp. 110, 111 e 113.
Compare o verbete *anil*, em *Cesar Augusto Marques — Apontamentos para o Dicionário Hist. Geogr. etc. do Maranhão;* Maranhão, 1864.

Com enorme dispêndio, a sociedade conseguiu extrair poucas arrobas no espaço de cinco anos, após os quais, tendo-lhe morrido os mestres, ela se dissolveu com prejuízo quase total. Ficaria ao menos a experiência dos auxiliares no malogrado empreendimento.

Sabemos hoje, por Bettendorff, que êste fôra precedido por dois outros ensaios, cuja repercussão, se a tiveram, deve ter sido fugaz. É significativo, que Bluteau, até 1725, não teve notícia de anil brasileiro, ou mesmo americano.

Do que não podemos duvidar é que outras tentativas se lhes seguiram, pois o pe. João Daniel, que viveu no Amazonas de 1741 a 1757, trata do anil no seu *Tesouro do Máximo Rio Amazonas*(8).

Porém, sòmente na segunda metade do século dezoito, a extração do anil tomou algum alento, seja no Amazonas(9), ou no Cabo Frio(10) e em algumas outras regiões(11), principalmente a insistências do govêrno, que, finalmente, havia remetido as instruções técnicas para o seu fabrico.

Infelizmente, o entusiasmo não devia alcançar o ano de 1800. A produção do anil era por demais trabalhosa, e a qualidade dependia inteiramente de uma série de cuidados meticulosos, que não se podia confiar à displicência dos trabalhadores ignaros disponíveis. A concorrência indiana a preço baixo seria outro estôrvo não menor.

Em resumo, anileiras nativas foram notadas por Marcgrave, no Nordeste; por Heriarte e Souza Ferreira, na Amazônia, no correr do século dezessete. Por êste último e pela carta régia de 24 de novembro de 1711 sabemos também, que, por motivos vários e a despeito das tentativas de Pero Cesar de Menezes e das insistências governamentais, ainda não se havia começado o seu aproveitamento industrial em escala ponderável na primeira década do século dezoito.

---

(8) — *Parte III; Tratado Último;* cap. I. conforme se vê pelo índice da obra, publicado por Varnhagen, na Rev. Inst. Hist. e Geogr. vol. II. p. 325.

(9) — *Baena, Antônio L. M.* —; *Compêndio das Eras da Província do Pará;* p. 361.
Ferreira, Alexandre Rodrigues —; *Viagem Filosófica;* — Rev. Inst. Hist. e Geogr. tomo 48; parte I. pp. 111-121 e tomo 51, parte I. pp. 124-125.

(10) — *Memória Histórica da Cidade do Cabo Frio;* Inst. Hist. e Geogr. Brasileiro; tomo 46, I.ª parte, p. 219.

(11) — *Produtos Exportados da Cidade do Rio de Janeiro no ano de* 1796. — *Ibidem;* p. 199.

II. A DENOMINAÇÃO TUPI DO ANIL

Os nossos índios não conheciam o anil; mas, quando os portuguêses começaram a fabricá-lo no Brasil, os tupis batizaram-no a seu modo e assim aparece em vocabulários da época(12), não antes de 1675, o verbete

kaá-oby — anil.

de *kaá — fôlha, planta* e *oby — azul, verde.*

Traduzido, pois, literalmente pelos mesmos léxicos, o têrmo tupi significaria *planta azul* ou *planta verde* (!), o que nos deve deixar um tanto perplexos. O índio, exímio observador, ao dar o nome de *kaá-oby* ao *anil,* não poderia ter em mente, nem *planta verde,* que não diferençaria as indigóferas da maioria das outras plantas, e, muito menos *planta azul,* o que não corresponderia à verdade.

De fato, a tradução feita pelas resumidas definições do *Vpb.* claudica por já não dar o sentido inicial dos adjetivos. Encontramo-lo, entretanto, no Vlb. dos jesuítas. Ali, o verbete *azul* ainda mostra claramente que *oby* pertencia a duas classes gramaticais: a dos substantivos e a dos adjetivos. Como substantivo é concreto e significa qualquer *cousa azul.* Foi certamente êste o alcance inicial da palavra(13).

Aos poucos, principalmente em contato com a civilização, o sentido adjetival do têrmo acabou preponderando, sem, entretanto, penetrar muito fundo na mentalidade indígena, como verificamos na designação tupi para anil, onde a despeito de datar do início do século dezoito, ainda prevalece o sentido concreto, a ser compreendido — como segue:

kaá — fôlha, planta, mato;
oby (s-, r-) cousa azul, côr azul, azul;

ou ainda:
cousa verde, côr verde, verde.

(12) — No tupi não há inicialmente vocábulos distintos para *azul* e *verde.* Aliás, a confusão de certos matizes azuis e verdes é compreensível e freqüente, mesmo entre civilizados, pois as duas côres se fundem na gama cromática. Na vida prática do índio seriam raros os mal-entendidos ocasionados pelo têrmo único para as duas côres.
Quando a distinção se tornava indispensável, o tupi recorria a particularizações, como:
oby mandisoba — verde-fôlha de mandioca;
oby-unbyryba — azul tirante a preto, azul escuro, etc.
Não sabemos onde Cesar Augusto Marques, *op. cit.* colheu o têrmo *cahauçu,* denominação que nenhuma tribu tupi daria, por contrária aos cânones dos seus dialetos. *Kaá* exige *gûasú.*

Nesta definição, o primeiro sentido de ambos os têrmos é substantival, e, como num composto formado de dois substantivos tupis o primeiro assume mais comumente a função correspondente ao adjunto preposicionado, em português(14), a combinação *kaá-oby* nos dará o seguinte sentido:

kaá — de fôlha(s), de planta(s),
oby — cousa azul,

ou seja *cousa* (= *resíduo*) *azul* (procedente) *de fôlhas ou plantas,* a indicação mais simplista da procedência do anil.

Não será preciso frisar, que, assim sendo, a designação tupi foi o resultado da observação direta e, como tal, necessàriamente precedida pela fabricação do anil, com ajuda, ou ao menos à vista dos índios.

Isto pôsto, podemos afirmar, que, embora se assinalassem indigóferas brasileiras desde a quarta década do século dezessete, nenhum léxico tupi, contendo o verbete *kaá-oby* ou seu equivalente, pode ser anterior à extração do anil entre nós, porque a palavra tupi pressupõe a visão do processo do seu fabrico.

Estão neste caso o vocabulário da *Crestomatia da Língua Brasílica*(15), reproduzido pela Universidade de São Paulo(16); o *Dicionário Português e Brasiliano*(17 e o vocabulário contido na Poranduba Maranhense(18).

Dêstes, para quem quiser ser preciso, apenas o primeiro ainda merece o título de vocabulário tupi, não obstante conter, além das peculiaridades do tupinambá setentrional, indícios muitos claros da fase de transição inicial a que pertence. É o único em que se encontra a forma correta *kaá-oby.*

(13) — Compare o que a êsse respeito diz *Otto Jespersen — The Philosophy of Grammar;* Cap. V. pp. 72–81.

(14) — O *genitivo* na terminologia latina dos jesuítas.

(15) — Publicado por Ernesto Ferreira França, em Lípsia, 1859.

(16) — Faculdade de Filosofia, Boletim n.º 135; São Paulo, 1951; transcrito e ordenado por Plínio Ayrosa, com o título de *Vocabulário Português-Brasílico.*

(17) — Lisboa, 1795. — Foi chamado *Dicionário Anônimo* por Júlio Platzmann, que o publicou com o exato reverso *Brasiliano-Português;* Lípsia, 1896. Foi novamente reproduzido no vol. 18 da Revista do Museu Paulista, 1934.

(18) — *Dicionário Abreviado Tupinambá-Português,* que vem apenso à *Poranduba Maranhense, de frei Francisco de N. S. dos Prazeres;* na: Rev. do Inst. Hist. e Geogr. Brasileiro; tomo 54; parte I. pp. 185–277.

Os outros dois, espúrios representantes do falar da população mestiça, ou indígena em franco processo de aculturação, trazem *kaá-yby*(19) e *kaá-iby*(20). Escritas dessa forma traduzem-se por *terra (pó) de planta,* e pàlidamente podem lembrar a consistência e o aspecto do anil. Mas, é mais provável têrmos aí a palavra *oby,* estropiada por troca da primeira vogal em *y* e *i,* devido a fatôres difíceis de identificar(21). Tudo é possível nos vocabulários *brasilianos,* em que o mesmo adjetivo tupi, quando aparece isolado, toma a forma de *sugûy* para traduzir *azul!*

A primeira vista poderia parecer, que se trate aí da palavra *ugûy* (s-, r-) — *sangue;* mas, não havendo para o índio e mesmo para o mestiço nenhuma conexão entre *azul* e *sangue, sugûy* representa muito mais naturalmente o desenvolvimento fonético seguinte: *soby>soûy>suûy>sugûy,* que se traduzem por *(êle) é azul,* conforme ao que temos no códice n.º 81, onde *anil* se traduz por *kaá-ugûy*(21a).

Vemos aí num exemplo isolado como, ainda em tempos bem chegados aos nossos dias, foi árdua a tarefa dos nossos tupinistas, que hauriam a sua sabedoria de semelhantes mananciais.

Voltemos, porém, da nossa digressão léxica à cronologia para a conclusão, que se nos impõe.

Se, como vimos, o nome tupi do *anil, kaá-oby — cousa (resíduo) azul de planta,* pressupõe o conhecimento prático da sua fabricação, que, declaradamente era desconhecida entre nós, na última década do século dezessete; se, em 1711, o govêrno português pediu ao governador do Maranhão, que convencesse alguém de iniciar a extração do anil; se, finalmente, em 1728, se fundou com técnicos francêses o primeiro estabelecimento fabril de anil, o têrmo *kaá-oby,* que só encontramos na literatura depois de 1750(22), não se pode ter generalizado a ponto de figurar em vocabulários antes da terceira década do século dezoito.

Portanto, se nos basearmos exclusivamente no verbete *anil* do *Vpb.* (a não ser que tenha sido incluído por acréscimo) e no referido histórico da indústria anileira inicial, seria imperdoá-

(19) — *Dic. Português e Brasiliano;*

(20) — *Vocabulário da Poranduba Maranhense.*

(21) — Compare a nota 6 do cap. *Estudos Comparativos* dos léxicos tupis e brasilianos; III. Parte, cap. I.

(21a) — Veja o capítulo respectivo.

(22) — Por exemplo em: *Eckart, pe. Anselmo —; Zusätze zu Pedro Cudena's* (aliás *Cadena's*) *Beschreibung* etc. em: *Chr. G. von Murr — Reisen einiger Missionarien* etc; Nuremberga, 1785; p. 529.

vel afoiteza o recuarmos a confecção de qualquer dos três vocabulários setentrionais citados para época anterior, por mais denegridas pelo manuseio se apresentem as páginas dos manuscritos e a despeito de certos arcaísmos nêles arrolados. Nenhum dêsses dois aspectos constitui prova de vetustez num léxico.

O mesmo vale para *kaá-ũ,* a denominação do *anil* no códice 69 da Universidade de Coimbra e que, como substantivo composto, se traduz por *cousa escura* (preta) *de planta*(23). O têrmo surgiu na ilha de Marajó e não se generalizou, segundo afirma o autor dêsse vocabulário(24).

(23) — O têrmo *ũ* é apócope de *una — preto, escuro* e a composição de *kaá-ũ* obedece à norma indicada acima para *kaá-oby.*

(24) — Veja, no comentário que tecemos em tôrno a êsse códice, a parte que diz respeito ao vocabulário.

Biblioteca Digital Curt Nimuendajú
http://biblio.etnolinguistica.org

VIII

O TÊRMO "XERINGA" E O DICIONÁRIO PORTUGUÊS E BRASILIANO

As referências a seringas e ao uso de clisteres entre os índios são suficientes para têrmos uma idéia relativamente exata da sua distribuição geográfica. Estendia-se ao longo da costa do Pacífico, do Canadá ao Chile, tornando-se mais densa na região do Amazonas superior, de onde atingiu as Gùianas.

Existiam dois tipos de seringas retais: os tubiformes e os bulbares, tendo êstes o recipiente de bexiga animal, de couro ou de borracha(1). O primeiro e único testemunhado da Colômbia para o norte era um simples canudo, por vêzes algo afunilado. Com êle o clister era administrado por meio de sôpro.

As seringas com depósito de bexiga animal ou de couro são mencionadas nas Gùianas e pela faixa do Pacífico da América do Sul. As de borracha são uma invenção nitidamente indígena da região do Alto-Amazonas, de onde se irradiaram o seu fabrico e uso até o Peru e as Gùianas(2).

Nenhuma referência se encontra nos cronistas ao emprêgo precabralino do clister entre as tribos tupi-guaranis, talvez por conhecerem numerosas plantas de efeitos benéficos em casos de prisão de ventre e inflamações intestinais.

Entre os guaranis, o jesuíta Montoya, peruano de nascença e iniciação, registra para *seringa* o têrmo descritivo *tebikutukaba — aparelho de punçar as nádegas*. Essa definição é tòpicamente vaga demais para passar por genuína composição índia.

O seu companheiro, Paulo Restivo, oitenta anos mais tarde, traduz seringa por *kûarepoti-poropohanõhá — aparelho de metal para administrar medicina*, que, sendo ainda mais impreciso quanto ao uso específico, é claramente alienígena, por ser de metal(3).

As designações guaranis não permitem, pois, ampliarmos a distribuição do enema para dentro das regiões por êles ocupadas.

O *Vocabulário na Língua Brasílica*, compilado pelos jesuítas do Brasil durante a segunda metade do século dezesseis, traz *purga e purgar*, mas não consigna nem *ajuda* ou *clister*, nem *seringa*.

Diversas crônicas coloniais, por sua vez, confirmam o uso de plantas laxantes, vomitivas e desinflamantes, mas nenhuma se refere à prática de clisteres entre os tupis.

Isso não nos deve surpreender, porque os tupis da costa viviam ainda mais longe da área da sua distribuição do que os guaranis.

Foi preciso que a colonização atingisse o Amazonas e que devassasse o seu percurso para encontrarmos menção de seringas indígenas(4). Foram os seus inventores, no consenso de vários cronistas e viajantes fidedignos, os índios omáguas, chamados cambebas pelos brasileiros(5), que dêles copiaram o fabrico.

A seringa omágua era de material todo peculiar, elástico, muito apropriado ao seu fim. Designavam-na por *taputarana*(6).

O pe. Veigl a ela se refere com certas minúcias nas suas *Noticias Extensas da Terra dos Maynas*:

> "De certa resina especial, chamada *caucho* em língua peruana, os omáguas fabricam umas cabacinhas ôcas, munidas de um canudinho na abertura. Essas cabacinhas ou laranjinhas permanecem sempre elásticas e quando se com-

(1) — *Nordenskiöld, Erland —; Modifications in Indian Culture* etc. pp. 184 — 195.
(2) — *Idem, ibidem*.
— *Barrère, Pierre —; Neue Beschreibung* etc. pp. 103-104.

(3) — Veja nos vocabulários respectivos os verbetes *xeringa* e *ayuda*.
(4) — Compare o mapa de distribuição das seringas na América, em *Nordenskiöld op. cit.* na nota n.º 1.
(5) — *Sampaio, Frsco. X. Ribeiro de —; Diário da Viagem* etc. p. 72:
"Êste nome de *Umáua* na sua língua quer dizer *cabeça chata*. O mesmo significa *Cambeba*, nome tirado da língua-geral do Brasil, que os portuguêses lhes dão".
Cambeba é a aglutinação das palavras *acanga*, (acã), — *cabeça*, com *peba — chato*: *cabeças chatas*, pelo achatamento da cabeça, a que submetiam os recém-nascidos.
(6) — *Herrera, Pe. José Chantre y —; História de las Misiones* etc. p. 99.

primem de maneira a sair todo o ar e em seguida se mergulha o canudinho em qualquer líquido, a laranjinha se enche automàticamente. E, se depois se comprimir novamente com a mão, o líquido espirra, como de uma seringa, conforme a fôrça da pressão.

Essa resina, por conservar indefinidamente a sua elasticidade, poderia ser utilizada de várias maneiras: para guarda-chuvas, bombas de incêndio e até para botas, etc.

Entre os omáguas, entretanto, só tem aplicação no fabrico de seringas. Além das seringas retais, ainda usam outro tipo muito pequeno, com o qual se sopram o pó de curupá(7) no nariz .....
.....
e não é infundada a suposição de que se servem do curupá para tôda a sorte de abusos supersticiosos"(8).

Que nesta última afirmativa não há exagêro sabemos do *Diário* do *Pe. Fritz*. Êsse jesuíta afirma, que o uso do curupá pode deixar os índios fora de si e nesse estado são capazes de tudo(9).

Por mais que tenha haurido de escritores que o precederam, à argúcia de Condamine não podia escapar tão singular elemento cultural amazônico. Eis, o que a respeito nos informa:

"Os portuguêses do Pará aprenderam com os omáguas a fabricar bombas ou seringas, que dispensam pistão. Têm a forma de pêra vazia, perfurada na extremidade, onde se adapta uma cânula. Êsse utensílio é muito usado entre os omáguas(10).

Os paràguaras, ao copiarem o artefato omágua não lhe perfilharam o nome original. Fixou-se em seu lugar e no de uma possível denominação tupi o têrmo português *xeringa*, já não apenas para designar o aparelho, mas também o latex de que se fabricava, como nota Ribeiro Sampaio(11).

(7) — É o nosso *paricá* (*Diptadenia Peregrina Benth.*)

(8) — *Veigl, Frsco. Xavier —; Gründliche Nachrichten.* etc. pp. 86/87.

(9) — *Journal of the Travels and Labours of Father Samuel Fritz* etc. 1686-1723. pp. 105 e 110.

(10) — *Condamine, C. M. de la —; Relato Abreviado de uma Viagem,* etc. (Edições Cultura) p. 54 e p. 79 da edição francêsa.

(11) — *Diário da Viagem etc.* p. 73:
"Dos cambebas aprenderam as mais nações e igualmente os do Pará a fabricarem a célebre goma ou resina elástica, chamada vulgarmente *leite de seringa,* porque daquela goma se fazem".

Esta denominação portuguêsa e a completa ausência de um correspondente tupi sugere pelo menos a probabilidade de só se terem os tupis do Pará familiarizado com a seringa amazônica em companhia dos portuguêses. Por outro lado, a sinédoque, a transferência do nome do artefato à matéria de que é feito, prova, que a seringa amazônica sempre foi de borracha, porque de outra forma dificilmente se explicaria a denominação.

Isto pôsto, insinua-se naturalmente a indagação acêrca da época em que se processou essa aculturação. A resposta interessa-nos aqui principalmente para a fixação da data aproximada, que devemos atribuir à composição do manuscrito N.º 257 da relação de Vale Cabral(12), que foi editado lacunosamente por frei Conceição Veloso, em 1795, com o título de *Dicionário Português e Brasiliano*.

O manuscrito traz a data de 1751; mas, figurando nêle notas em tinta diferente, que tacham de antiquados diversos têrmos originais, há quem o julgue mais antigo(13) e até quem o remonte aos tempos do pe. Figueira, ou pelo menos muito chegados a êle(14).

Quem assim aquilata o manuscrito, não se capacitou das chocantes deformações no seu vocabulário, quando comparado com o jesuítico, para deixar-se levar impensadamente pelas aparências de um capítulo anexo, o *Livro do Advérbio,* visìvelmente calcado no respectivo capítulo da gramática do pe. Figueira. Seria um achincalhe ao gramático jesuíta relacionar por isso, ao de leve mesmo, o seu tupi com o do *Dicionário Brasiliano*.

Êsse manuscrito, indubitàvelmente compilado em uma ou várias capitanias do então Estado do Maranhão, regista pela primeira vez o têrmo luso *"xeringa", já perfilhado* pela língua-geral e, naturalmente, designando, pelas razões apontadas, o instrumento de borracha indígena.

Essa naturalização da palavra *xeringa* pelos tupis do Norte, foi necessàriamente precedida por uma fase de difusão do invento cambeba, após o estabelecimento do intercâmbio dessa tribo e das vizinhas com a população do Pará. O *Dpb*. já nos dá por acabada essa fase de adaptação pelo uso corrente do *clister,* do qual o manuscrito consigna o nome na língua-geral do Ama-

(12) — *Cabral, Alfredo do Vale —; Bibliografia* etc. — p. 205.

(13) — *Dicionário Português-Brasiliano e Brasiliano-Português.* Reimpressão de Plínio Ayrosa; p. 12.
— *Martins M, de Paula —; Notas Referentes* etc. p. 123.

(14) — *Idem;* Rev. do Museu Paulista. N. S. vol. *X* p. 323.

zonas: *xeringapora,* um hibridismo muito corrente, que se traduz por *conteúdo da seringa,* ou *seringada.*

Procuraremos, pois, estabelecer a época em que deve ter começado a difusão da seringa cambeba.

Como prova o seu nome português na língua-geral amazônica de então, a sua adoção pelos habitantes da costa está intimamente ligada à penetração dos lusos pelo Amazonas acima e à sua chegada à região dos omáguas ou cambebas, entre os rios Japurá e Napo.

Pedro Teixeira teve apenas ligeiros contatos com os omáguas, pelo que se depreende dos relatos dos padres Alonso de Rojas(15) e Cristobal de Acuña(16). Êste último prefere o nome de *água,* repudiando o de *omágua,* embora mais usado.

Heriarte faz distinção entre os índios *águas* e *máguas* (omáguas) mas atesta que, por volta de 1662, quando por suas terras parece ter passado, ainda não haviam estabelecido trocas com os portuguêses(17).

A lentidão da penetração portuguêsa é compreensível, quando se considera o não menos moroso desenvolvimento da cidade do Pará.

Segundo o depoimento do mesmo Heriarte(18), em meados do século dezessete, a cidade de Belém só contava quatrocentos vizinhos, que se dedicavam na sua maioria ao cultivo da terra. Essa população aumentou vagarosamente naqueles confins, ainda não passando de quinhentos moradores no fim do século dezessete(19).

Na mesma época São Luiz do Maranhão tinha pouco mais de mil vizinhos(20).

Evidentemente, essa escassa população não teria tão acentuada necessidade de braços escravos, que compensassem entradas até além do Rio Negro. Seria esta uma das razões de serem as expedições portuguêsas, a que se refere o pe. Fritz, sempre de pouca gente visìvelmente de caráter oficial.

Entretanto, como na *Descrição do Estado do Maranhão,* de *Heriarte,* aparece pela primeira vez o sinônimo tupi de *omágua,* que é *cambeba*(21), temos pelo menos a certeza, de que a estranha conformação craniana dos omáguas já se havia divulgado(22).

(15) — *Descobrimento do Rio Amazonas;* p. 110.
(16) — *Ibidem;* p. 226.
(17) — *Descrição do Estado do Maranhão;* p. 47.
(18) — *Descrição* etc. p. 23.
(19) — *Ferreira, João de Sousa —; Noticiário Maranhense;* p. 302.
(20) — *Idem, ibidem;* p. 297.
(21) — Veja a nota N.º 5.

As numerosas tribos omáguas ocupavam então a margem esquerda e as ilhas do Amazonas do Japurá até ao Napo, território servido por missões jesuíticas espanholas. Em 1686 obtiveram os omáguas o primeiro missionário residente enviado do Peru, o célebre padre Fritz, que, em 1689, empreendeu dali uma viagem ao Pará, tanto para se curar, como queixar-se de algumas incursões de preadores de índios portuguêses, nas imediações do território ocupado pelas missões espanholas(23).

Em 1697, o pe. Fritz registra o primeiro destacamento português chegado à bôca do Japurá, acompanhado de padres carmelitas calçados, para tomarem posse das missões espanholas ali existentes(24). Por essa ocasião o pe. Fritz menciona, pela primeira vez, a efetivação de resgates entre paràguaras e índios(25).

Como daí por diante a pressão contra as missões espanholas aumentasse gradativamente, os omáguas e jurimáguas, instados pelos missionários, retiraram-se em massa, a partir de 1711, e fixaram-se nas margens do rio Ucaiale(26).

A vista dêstes dados, é por volta de 1700, que os devassadores puderam familiarizar-se diretamente com a seringa indígena, a *taputarana* cambeba, e aprender o seu fabrico, fatos que devem ter precedido a generalização do têrmo português *xeringa* entre os índios e mestiços de língua geral e a sua inclusão nos vocabulários, conforme atesta Ribeiro de Sampaio(27).

Se outros argumentos não tivéssemos, bastaria a perfilhação da palavra portuguêsa *xeringa* no vocabulário manuscrito, datado de 1751, e, por conseguinte, no *Dicionário Português e Brasiliano,* que o reproduz, para circunscrever-lhe a idade. Êsse tão discutido vocabulário não pode ser anterior ao começo do século dezoito, época em que do Pará se estabeleceu e se firmou o contato com os cambebas, os inventores da seringa amazônica e os mestres dos brasileiros na arte da sua fabricação.

(22) — É uma indicação de incursões mais amiudadas. Uma das razões dessa atividade deve ser procurada na separação de Portugal da Espanha.
(23) — *Journal of the Travels* etc. pp. 53 e 59-70.
(24) — *Ibidem;* pp. 100-101. Eram apenas seis soldados e dois carmelitas.
(25) — *Ibidem;* p. 102. Efeito da "repartição" das missões por 1692 a que aludimos na I parte, cap. I.
(26) — *Ibidem;* pp. 105-129.
(27) — Veja a nota n.º 11.

Biblioteca Digital Curt Nimuendajú
http://biblio.etnolinguistica.org

IX

OS LUSISMOS NOS VOCABULÁRIOS BRASÍLICOS

Não é muito fácil obter uma visão clara do desenvolvimento dos lusismos usados pelos índios tupis.

Nota-se, entretanto, pelo dicionário jesuíta, o *Vlb*, que no início predominava a tendência de aplicarem nomes de concepção indígena aos elementos culturais introduzidos pelos europeus.

tupi	*português*	*tradução literal*
itá	— pedra, metal	— pedra>ferro>metal;
itá-îuba	— ouro	— metal amarelo;
itá-ponupãsaba	— martelo	— instrumento de ferro para bater com a mão;
mbyaoba	— sapato	— vestimenta do pé;
ygar-usú	— navio	— canoa grande;
piranha	— tesoura	— piranha = peixe de dentes muito afiados;
anga	— alma, espírito	— sombra, fantasma;
apŷá-bebé	— anjo	— homem voador;
karaí-bebé	— "	— homem santo voador;
nhemboèsaba	— doutrina, catecismo	— aprendizagem;
tekó-poranga	— virtude	— condição aprazível; estado de pureza;
serokëpyra	— batizado	— de nome escolhido;

tupi	*português*	*tradução literal*
mbaé poxy	— desonestidade	— (cousa) torpe;
torypaba	— felicidade, bem-aventurança	— alegria, festa;

Nem sempre a vernaculização dos têrmos portuguêses foi fácil ou mesmo praticável. Para o *cão*, o *boi* e o *porco*: o *jaguar*, o *tapir* e o *taiaçu* das nossas florestas podiam sacrificar a exclusividade do seu nome; a *cabra* e o *bode* disfarçar-se-iam em *veado que faz "mé"*, mas o garboso *cavalo* nada achou em nossa fauna, que, de longe sequer, permitisse uma comparação; ficaria *cavalo* mesmo, apenas amanhado em *kabarú* na bôca dos indígenas tupis.

O mesmo se deu com os têrmos religiosos. *Batizar* traduziu-se por *moîasuka* — passar água, lavar; *jejuar*, uma prática tupi, continuaria com a sua denominação indígena de *îekuakuba*, enquanto a *quaresma*, um *período de jejum*, seria *îekuakupab-usú* — o *tempo do jejum grande*.

Para *Deus* adaptar-se-ia *Tupã;* para *diabo* — *anhanga* (no Norte, *iurupari*) e para *padre* serviria o têrmo reverencial *paí* ou *paí abaré*.

Por outro lado, *graça* (divina), *igreja* (católica), *reino* (do céu), *Espírito Santo, missa, sacramento* foram incorporados pelo índio sem maiores inconvenientes a não serem a eventual mudança de *l* e *v*, inexistente no tupi, para *r* e *b* e o recurso à suarabácti para facilitar a pronúncia de certos grupos consonantais, que lhe eram desconhecidos. *Kabarú* — *cavalo* e *karapina* — *carpinteiro* são exemplos dêsse processo.

Para os dias da semana os jesuítas empregavam os nomes portuguêses, porém, como se vê no *Vpb*. no Estado do Maranhão corriam nomes tupis, pelo menos nas missões franciscanas, entre os tupinambás.(1).

À proporção que os índios foram tomando maior contato com os colonos e a sua cultura, começaram naturalmente a substituir por lusismos, não apenas uns tantos dêsses neologismos tupis dos primeiros tempos, registrados no *Vlb*. pelos jesuítas, mas ainda velhas palavras tupis, sem vantagem aparente.

Entretanto, a julgar pelo *Vpb*. os lusismos não obtiveram guarida franca entre os tupinambás aldeados do Maranhão e Amazonas, pois não eram ainda numerosos no início do século dezoito, a despeito da ocasional requisição de índios pelos colonos esparsos.

(1) — Veja o verbete *Dias da semana no Vpb.*

Eis, a seguir, o confronto dos que respigamos no citado léxico. São poucos, mas ainda assim nos dão uma idéia das razões, que provocaram o seu perfilhamento.

Português	*Vocábulos do Vlb.*	*Vocábulos do Vpb.*
alfinete	— tunungaîuba	— tungaîuba, tunga-okaba, alfinete; (1a)
açúcar	— uubaeẽ-ypyoka takûareẽ-ypyoka	— *uybae-rypyoka* e outros; *asukirí* (2);
banquete	— karú-gûasú	— mbaèú-asú, jantara-usú (3);
barriga	— tygé	— tygé, marika;
campo, campina	— nhũ	— nhũ, kapina;
canavial	— *uubaeẽdyba* e outros	— kandyba (4);
ceia	— mbaèú	— siara, siarama (5);

(1a) — Deveras elucidativo é o têrmo *tunga-okaba* do *Vpb.* que se traduz literalmente por *instrumento de extrair bicho-de-pé*. Usos outros provocariam a adoção de *alfinete*, que na bôca do índio devia soar *arapinete*. Portanto, o *Cl.* é conseqüente, registando *arapineta*.

(2) — Por mais exata seja a definição descritiva dos têrmos tupis: *"o precipitado da cana-de-açúcar"*, não há negar que são todos muito compridos para resistir à competição com *açúcar*, depois de convenientemente tupinizado em *asukirí*. Compare a nota relativa a *canavial*.

(3) — O vocábulo *mbaèú* — é *refeição* em geral, pois a sua tradução literal é *o comer cousas*. No *Vlb. mbaèú* tem por sinônimo *karú*. O adjetivo *gûasú, usú, asú,* acrescentando à *refeição* a idéia de *grande, lauta,* continua em função mesmo com o lusismo *jantara*. *Jantar lauto* circunscreve *banquete* pela fixação do tempo. Com a convivência o índio notou, que a hora dos banquetes coincidia, entre os civilizados, com a do jantar; daí *jantara-usú*.

(4) — Por certa semelhança com a *cana-brava — uuba,* ou com a *taquara — takûara,* os tupis deram à *cana-de-açúcar* o nome de *uubaeẽ — cana-doce* ou *takûareẽ — taquara doce*. No *brasiliano* adotaram a palavra portuguêsa mais cômoda. Para designar o *canavial* acrescentaram a todos êsses têrmos o sufixo abundancial *tyba,* que se abranda em *(n)dyba* por efeito dos sons nasais *ẽ* e *an* em *eẽ* (— *doce*) e *cana*.

(5) — Como dissemos na nota a *banquete, mbaèú* pode traduzir *refeição,* mas não é pròpriamente *ceia,* embora figure nessa acepção

Português	*Vocábulos do Vlb.*	*Vocábulos do Vpb.*
dinheiro	— *itàîuba* e outros	— itàîuba; dinheiro (6)
fechar com chave	— ?	— moxaví (7);
funil	— nhangaba	— funil (7a);
gato doméstico, bichano	— mimbaba-mara-kaîá	— bixana (7b)
mãe	— sy	— sy, maîa (8);
melancia	— anhumatiroba	— berancia (9);
pai	— tuba	— tuba, paîa (8);
pano	— aoba	— pano, pana (10);
prato	— nhaẽ, nhaẽbeba	— nhaẽ, pratú (11);
sábado	— sábado	— saberú;
tambor	— gûarará	— guarará, *e vulgar* tambor;

na *História da Paixão de Cristo* (*Araújo — Catecismo,* pg. 71). *Siara,* do port. *cear,* ou *siarama* (forma do futuro) preenchem, assim, por um lusismo, uma lacuna do léxico primitivo.

(6) — Veja o que a respeito dos correspondentes tupis para *dinheiro* dissemos na nota 108 do capítulo "Estudos Comparativos do *Vlb.* como o *Vpb.* e o *Dpb.*" — A palavra portuguêsa acabou por preencher no *brasiliano* a lacuna de um genérico, que falta no tupi.

(7) — Em tupi há vários têrmos para *fechar*. O brasiliano criou ainda um hibridismo para tôda ação de *fechar com chave,* que era um elemento cultural novo para os tupis.

(7a) — Não achamos em tupi o têrmo *funil,* mas, existindo o verbo *envasar* (*entrouxar em pipa* etc.) — *nhanga,* não resta dúvida que o *instrumento de invasar* seja *nhangaba,* que, além disso, vem consignado em Montoya e Restivo, pois o mesmo verbo existe no guaraní. Quanto ao têrmo *funil,* a pronúncia do índio deve ter sido algo ajeitada. Veja abaixo, na lista da *Pm.* a nota referente a *funira* (n.º 36).

(7b) — O nome familiar português acabou substituindo *marakaîá,* que no tupi designa o *gato do mato* e que exige o restritivo *mimbaba — criação, doméstico* para designar o *gato caseiro*.

(8) — Os têrmos muito usados, como *pai, mãe* etc. incorporaram-se ao tupi sem outro motivo aparente.

(9) — Figura no *Vlb.* no verbete *balancia*.

(10) — Significando *aoba* mais pròpriamente *roupa, vestido,* o lusismo do *Vpb.* diversifica lèxicamente o conceito de *tecido*.

(11) — *Nhaẽbeba* — vasilha rasa já deve ser neologismo para designar o *prato,* vocábulo que acabou por fixar-se na língua-geral do Norte.

Português	*Vocábulos do Vlb.*	*Vocábulos do Vpb.*
torto	— há vários têrmos específicos	— entre vários têrmos específicos também *toroto*(12).

Desenvolvimento bem maior tomam os lusismos no *Dpb.* e no seu correspondente *Dbp.* da *Poranduba Maranhense*. Êsses dois léxicos formam um par inseparável. A sua composição não se distancia, porém, cronològicamente tanto do *Vpb.* quanto pela contextura mórfica em geral e pelos lusismos em particular seríamos levados a julgar. Nenhum dêles sendo anterior a 1687, nem posterior a 1751, não pode errar muito quem afirmar que os três datam das primeiras décadas do século dezoito.

De onde vêm então as suas grandes diferenças aludidas dentro de uma área relativamente uniforme?

A explicação mais plausivel é que o *Vpb,* como decorre de vários verbetes, foi composto por um franciscano, missionário de tupinambás, ao que parece, insulados, ainda que de contatos relativamente freqüentes com índios aculturados, com mestiços e portuguêses, enquanto o *Dpb.* e o seu reverso da *Pm.* fixam o léxico de mestiços e de índios em estado de aculturação mais adiantado.

Eis, a título de ilustração os principais lusismos e formas híbridas do *Dpb.* que ainda não figuram, nem no *Vlb,* nem no *Vpb.*(12a).

p.	2	— benção mombore	— deitar a benção, abençoar;
"	21	— cabaçu	— cabaça(13);
"	21	— cama jacuiçaba	— lençol;
"	11	— camarara	— camarada;
"	21	— cama rendaba	— cama, (a armação);
"	48	— canea-rerú	— lanterna(14);
"	63	— canto	— canto (interior);

(12) — Os correspondentes tupis ao nosso adjetivo *torto* são rigorosamente específicos por composição. O índio que se ia aculturando, sentiu falta de um têrmo simples, de aplicação mais geral e remediou a deficiência por meio do lusismo *toroto*. No manuscrito do *Vpb.* não vem acento no último o. Deve ser êrro de transcrição.

(12a) — As páginas indicadas são as da edição de 1795.

(13) — O português do Brasil depois de passar aos tupis do Norte o têrmo *cabaça,* colhido em outras terras, tomou-lhes em troca a palavra *cuia*.

(14) — Literalmente o *recipiente da candeia*.

p.	71	— catimbáo	— cachimbo(15);
"	37	— cepetú	— espeto;
"	27	— curuçá	— cruz(16);
pp. 29 e	74	— enganane	— tentar, seduzir, enganar;
p.	74	— engananeçara	— tentador, etc.
"	24	— jacaruá	— charco;
"	11	— jemocamarara	— acamaradar-se(17);

(15) — *Catimbáo* e *catumbáo* só aparecem no *Dpb.* e no seu reverso de frei Onofre através do verbete composto *sarro de cachimbo.* É um dos têrmos em que melhor se vêem as surpreendentes modificações que sofreram certas palavras, principalmente quando se foi obliterando o sentido primitivo.

Os tupis pré-cabralinos só conheciam cachimbos tubulares, que eram chamados *petymbuaba — apetrecho de soprar fumo,* designação que passou também aos nossos cachimbos de fornilho. (*Marcgrave,* p. 274 e *Montoya, Tesoro,* fl. 270).

No brasiliano o têrmo já sofreu modificações. — No *Cl.* temos *petimbáo,* cuja trajetória é fácil reconstruir: *petymbuaba*>*petimbaba*>*petimbab*>*petimbaû.* Mais estranha é a forma *catimbáo* (*catumbáo*), em que temos a fusão pleonástica de *cachimbo* = *catimbo* com (*pu — soprar*), *puaba — instrumento de soprar,* de onde: *catimbuaba*>*catimbab(a)*>*catimbaû,* que se traduz literalmente por: *cachimbo apetrecho de soprar,* em que temos dois aparelhos, mas nenhum tabaco para produzir fumaça!

Esperamos, que não haja quem ainda queira atribuir êsse aleijão ao pe. Figueira.

Traduzimos *pu* por *soprar,* embora não ocorra pròpriamente com êsse sentido nos vocabulários.

Ambu, pu é *ruído,* ou na acepção adjetival, *soante, ressoante,* que correspondem a *fazer "pu", soprar com estalido.*

Etimològicamente, *petymbuaba* se compõe de:

pu	— ressoante, fazendo "pu", soprar (com estalido);
aba	— sufixo que indica o instrumento com que se age; daí:
puaba, mbuaba	— instrumento com que se sopra;
petyma	— tabaco, fumaça de tabaco, fumo;

de onde:

petymbuaba — *aparelho de soprar fumo.*

N.B. Não confundir, com *instrumento com que se engole fumo,* que, se existisse o têrmo, seria *petygûaba*.

(16) — Informa D. Maria de Paula Martins, que, tanto na palavra simples como nas compostas do manuscrito vem *cruçá,* forma igualmente usada na parte brasiliana-portuguêsa.

(17) — A tradução literal é *fazer-se camarada.* Ocorre no verbete *amigar-se.*

(18) — Literalmente: *fazer-se a cruz,* o reverso da *Pm.* tem *cruçá* e *jemocruçá*.

p.	61	— jemocuruçá	— persignar-se(18);
”	66	— kendara	— quintal;
”	21	— macaca	— bugio, macaco(19);
”	10	— maytinga	— senhora, ama(20);
”	27	— mocuruçá	— cruzar,(21);
”	70	— moyra-curuçá	— rosário(22);
”	53	— muratú	— mulato(23);
”	48	— papera	— papel;
”	40	— pererú	— ferreiro(24);
”	41	— pitá	— fita(24);
”	43	— pixana	— gato, bichano(25);
”	16 e 73	— sorara	— soldado(26);
”	59	— taipaba	— parede, muro(27);

(19) — Naturalmente os índios receberam o têrmo *macaca* por intermédio do português; mas isso não quer dizer que seja palavra de origem lusa.

Diversas procedências têm sido aventadas e dentro elas parece prevalecer alguma das do Velho Mundo. T. Sampaio, fiado em Martius, dá-lhe origem cariba; mas o vocabulário, em que se baseiam, está eriçado de alienigenismos. — Nem o velho Biet, nem Goeje nos seus modernos estudos comparativos dos dialetos caribas, trazem designação que se assemelha a *macaco*. Também não é tupi, embora apareça no *Dpb*.

O primitivo léxico tupi dos jesuitas, o *Vlb*, diz expressamente que *bugio* não tem genérico em tupi. Dentre as espécies, que cita, não há, por sua vez, nenhum nome que, de longe siquer, se pareça com a palavra *macaco*.

(20) — Literalmente *mãe branca*, expressão que lembra *mãe preta*, que lhe serviu de modêlo.

(21) — Pròpriamente *fazer cruz*. Compare *jemocuruçá*.

(22) — No tupi antigo do *Vlb*. vem *mboy-karaíba — contas bentas*, em lugar de *cruz de contas*, que tem o *Dpb*.

(23) — A tradução do verbete *mulato* foi trocada com a de *multidão*, como fàcilmente se pode verificar no *Dbp*. da *Poranduba Maranhense*. A edição de São Paulo corrigiu o lapso.

(24) — Não existindo o fonema *f* no tupi, os índios o substituiam por *p*. A diástole é comum nos lusismos.

(25) — Também se escontra no *Vpb*. na forma original de *bichana*. *Eckart*, ao registrar o têrmo *pixana* para *gatos caseiros*, observa que os brasileiros (naturalmente se refere aos índios) não são muito amigos dos gatos (p. 543).

(26) — No *Dpb*. em lugar de *sorara*, vem por engano *moecyca*, que é *soldar*. A edição paulista manteve o êrro. — Notem-se os estranhos metaplasmos de *sorara*.

(27) — Preenchendo uma falha do tupi, onde originàriamente não havia correspondente para *muro, parede*, os índios do Norte ampliaram o sentido da palavra *oka — casa*, tomando o todo pela parte: *itá-oka — casa ou parede (muro) de pedra; yby-oka — casa ou parede (muro) de terra* Também adotaram a palavra portuguêsa *taipa* ajeitada em *taipaba*, ou *taipara*, como está na *Pm*.

p.	75	— tinta	— tinta(28);
”	9	— traçara	— alfanje, terçado(29);
”	27	— vidro-centypuca eté oaé	— cristal; (pròpriamente: vidro que reluz muito);
”	24	— xabí, xaûí	— chave(30);
”	24	— xabí-rerecoara	— chaveiro;
”	72	— xauí-monhangara	— serralheiro; (= que fabrica chaves);
”	79	— xeringa	— xeringa, seringa(31);
”	2	— yra maya	— abelha(32).

Na comparação procedida entre o *Dpb*. e o manuscrito original, D. Paula Martins verificou uma série de falhas mais ou menos graves(33).

Dos lusismos, por exemplo, foram excluídos do Dpb, por frei Veloso:

aramoçara	— almoçar;
camixá	— camisa;
jegavar	— gabar-se;
jemocamarar jebir	— reconciliar-se;
martera	— martelo;
navaia	— navalha;
nunca	— nunca;
sabarú	— sábado;
saia	— saia;
servir	— servir, prestar;
tambora	— tambor;
tomáramo	— oxalá, tomara;
varanda	— varanda;
xumbo	— chumbo, munição;

(28) — Ocorre no verbete *tingir*.

(29) — Estranhamente, nem o *Dpb*, nem a *Pm*. registram a palavra *terçado*, que deu origem ao lusismo no brasiliano.

(30) — Também o tem o *Vpb*. na forma de *chaví*.

(31) — Veja o capítulo dedicado a *Xeringa*.

(32) — Enquanto no tupi temos *eiruba — pai do mel*, que o *Cl*. mantém na forma híbrida de *irapaya*, o *Dpb*. e a *Pm*. trazem *yra maya* e *yra maia — mãe do mel*. Para essa troca deve ter influído o gênero feminino de *abelha*.

(33) — *Notas referentes ao Dicionário Português-Brasiliano e Brasiliano-Português*:

Boletim Bibliográfico, N.º 12; São Paulo, 1949; pp. 122 — 149.

Todos êstes verbetes, com exceção de: *nunca, servir, varanda, xumbo,* certamente excluídos por serem palavras portuguêsas, figuram no vocabulário de frei Onofre da *Pm*.

Há, entretanto, neste último muitos outros lusismos, que não constam do *Dpb*. apenas por caprichos dos seus organizadores.

Daremos a seguir a sua lista completa. Ela dará com as do *Vpb*. e do *Dpb*. uma idéia do quanto o brasiliano, léxica e mòrficamente, já se havia distanciado do tupi, a julgar apenas pelo capítulo restrito dos lusismos:

aramoçara	— almoçar;
aratara	— altar;
arfabaca	— alfavaca(34);
camarara	— camarada(35);
camixá	— camisa;
catanha	— castanha;
conhara	— cunhado;
funira	— funil(36);
jandara	— jantar;
janera	— janela(37);

(34) — O grupo consonantal *rf* é sem dúvida algo surpreendente, mesmo no brasiliano.

(35) — O *Dpb*. e *Dbp*. têm *cuapara — o que conhece, familiar, conhecido*.

(63) — A forma *funira,* deve estar mais próxima da pronúncia do indio do que *funil,* que se encontra no *Vpb*. Compare o que ali dissemos.

Mesmo assim, permanece a dúvida quanto ao *f*, que os tupis pronunciavam como *p*.

É deveras interessante encontrar no *Cl*. um correspondente indígena para *funil*: *sururúsaba,* derivado do iterativo do verbo *surú — deslisar, extravasar*:

sururú — ir deslisando,
saba — lugar, apareiho por onde.

Temos assim: *sururusaba — o aparelho por onde deslisa.*

Não é um têrmo tìpicamente concreto, mas de qualquer forma surpreendente num vocabulário *brasiliano*.

O verbo *surú* existe no guarani (note-se isto!!) ao lado de *syry,* cujo correspondente tupi é *syryka*. Do iterativo dêste, *syryryka,* se forma o verbal *syryrykaba,* equivalente ao *sururusaba* do *Cl*.

Êste têrmo reforça pois, duas afirmativas nossas: Não se deve confundir o *brasiliano* com o tupi antigo, e, o *Cl*. não é mero extrato do *Dpb*.

(37) — As casas tupis não tinham janelas e assim é natural que não existisse designação correspondente.

jegavar	— gabar-se(38);
jemocamarar-jebyr	— reconciliar-se(39);
librú	— livro;
librú-rendaba	— biblioteca, livraria(40);
manteca	— manteiga, banha, toucinho;
martera	— martelo(41);
merendara	— merendar;
mixica-rana	— sarampão(42);
mondé motoá	— abotoar(43);
navaía	— navalha;
nunca	— nunca;
paí-abitú	— hábito de frade, batina(44);
panera	— panela(45);
pucurú	— púcaro;
reia	— rei;
rimáo	— limão;
sabarú	— sábado(46);
saca	— alforge;
saia	— saia;

(38) — Em tupi o pronome reflexo é impessoal: *îe, nhe* e sempre se prepõe. Nessa peculiaridade querem alguns ver a origem da anteposição popular do pronome reflexo no português do Brasil.

(39) — Compare a nota anterior. A tradução literal do têrmo é *tornar a fazer-se camarada*. Em tupi corresponde-lhe *monhyrõ*.

(40) — Literalmente: *o lugar de estarem os livros. O Cl.* exprime o plural de *librú* por meio de *etá — muitos*: *librú etá rendaba — lugar de estarem (muitos) livros*.

(41) — Ainda aqui o *Cl*. tem um têrmo tupi: *motucaba — instrumento de bater,* em lugar do qual o *Vlb*. registra: *itàponupãsaba — instrumento de ferro de bater com a mão*.

(42) — *Mixica* é a palavra portuguêsa *bexiga, rana* é *falso, semelhante a*: falsa *bexiga*. No *Dpb*. vem *mixua* em lugar de *mixica*.

(43) — Eis, um falso lusismo, que aqui vai registrado apenas como advertência acautelatória. *Motoá,* a despeito de lembrar a palavra *abotoar,* deve ser êrro grave de transcrição por *motaia — botão* (em tupi antigo, *potãîa*). Isso é tanto mais plausível, quanto no *Cl*. temos *motaca mondé,* outro êrro mais transparente por *motaia mondé — enfiar botão, abotoar*. Em tupi antigo *potãîa* é *fecho, trinco,* e *aoba-potãîa — fecho de roupa,* isto é *botão, colchete*.

Os comentários interpretativos apostos ao *Cl*, são pura fantasia do editor.

(44) — *Paí* é tupi de lei, têrmo de reverência, com que também designavam os padres. A tradução de *paí-abitú — hábito de frade* mostra, por sua vez, que a definição não procede de missão jesuíta, mas de frades, provàvelmente franciscanos.

(45) — Há uma série de compostos com *panera*.

(46) — Nos compêndios jesuítas sempre vem grafado à portuguêsa. O *Vpb*. traz *saberú*.

taipara	— parede(47);
tambora	— tambor(48);
tinta-rerú	— tinteiro(49);
tomáramo	— tomara, oxalá(50);
varaia	— balaio;
vidro	— vidro(51);

Resta dizermos algumas palavras dos lusismos contidos no *Caderno da Lingua,* que pertence à fase brasiliana.

Muito mais resumido do que o *Dpb.* com o seu reverso da *Pm,* o número dos lusismos é nêle compreensìvelmente menor. Parece mesmo, a julgar por verbetes como: *cunhado, hábito, martelo, panela, saco, tinta* etc, traduzidos por lusismos nos primeiros, mas representados no *Cl.* por correspondentes tupis, que o seu autor procurou dar preferência a indigenismos, sempre que dêles houvesse lembrança.

Essa verificação dispensa, no particular, referência mais detida a respeito do *Cl,* tanto mais, quanto nas notas apontamos algumas das divergências.

Além dos lusismos léxicos começam a surgir e multiplicar-se no brasiliano também os sintáticos e os ideológicos.

Referimo-nos alhures(52) às construções por meio de *ikó* e *rekó* de função relacional estranha ao tupi e que tanto lhe alteraram a feição no brasiliano.

Falta citarmos alguns exemplos de lusismos ideológicos, que também só podem ter tomado raízes pela convivência com os portuguêses ou seus descendentes.

---

(47) — *Taipara,* ou *taipaba* como está no *Dpb,* é tupinização do português *taipa,* para a qual o tupi tem dois particípios muito descritivos: *yby-sosokëpyra — barro pilado, taipa de pilão, e yby-apetekëpyra — taipa (jogada) de mão.* Não há dúvida que ambos são um tanto compridos para conseguirem firmar-se.

(48) — No *Vpb.* vem a forma portuguêsa *tambor.*

(49) — No *Cl.* tem *cotiaçaba rerú — recipiente de cousa com que se escreve.*

(50) — Acrescentaram aqui à palavra portuguêsa a partícula *mo,* de *ramo,* que no tupi indica o desejo, reforçando desta maneira o sentido de *tomara.*

(51) — Aparece no *Dpb.* e na *Pm.* na designação para *crìstal.* O *Cl.* tem *oaruá.* No tupi, *arugûá,* ou *gûarugûá* significa *espelho.* Não é impossível que no têrmo tenhamos a remodulação do vocábulo francês *miroir,* como já se lembrou.

(52) — Em *O Caráter da Segunda Conjugação Tupi;* pp. 105 e 112.

Eis alguns dos mais expressivos:

1. *gûaimĩ-ûyràpara* — tradução literal de *arco-da-velha.*

Os tupis tinham um antigo têrmo próprio para *arco-íris — jy-yba,* que, literalmente, significa *cabo de cunha, cabo de machado*(53).

A segunda parte do têrmo brasiliano merece ainda outro comentário.

Em tupi quinhentista o *arco* era designado por *ybyràpara,* contração de *ybyrá apara — pau curvo, vara recurvada.* Entretanto, segundo os jesuítas em seu *Vlb,* já era então usual a contração *urapara* também referida por Léry. Temos aí a manifestação compreensível da lei do menor esfôrço, que no guarani deu o estranho *gûyràpara,* correspondente ao brasiliano *ûyràpara,* ambos tendo substituído o primeiro componente lógico *ybyrá — pau, vara* por um parônimo, designando a principal vítima do arco: *gûyrá, ûyrá — ave,* mas com o qual o adjetivo *apara — curvo, torto,* não faz sentido. A linguagem tem dessas razões, que a razão desconhece.

2 — *Itá ybytú-aiba sui gûara* — (*pedra-de-*) *raio*(54),

transfere para o brasiliano o testemunho de velhas crenças populares de além-mar, totalmente alheias à mentalidade tupi-guarani(55). Na *Pm.* vem *itá tupã sui o semo oaé* — ou seja: *pedra que emana do raio;* sentido igual em palavras diferentes.

3 — *Jasy pesasú, — lua nova*(56),

ainda que pareça tradução servil do têrmo português, temos justificado escrúpulo em classificar *jasy pesasú* de lusismo, pois também aparece nos dicionários guaranis antigos(57).

O *Vlb.* só registra *îasy sémamo — lua nascente,* mas o *Vpb,* ao lado dêste, já traz *jasy posasy*(58).

---

(53) — No guarani o vocábulo se apresenta na forma apocopada *djyy.*

(54) — Pròpriamente: "pedra que provém de trovoada".

(55) — Para pormenores sôbre a *pedra-de-raio* veja êste verbete em *Luís da Câmara Cascudo — Dicionário do Folclore Brasileiro.*

(56) — Em tupi seria *îasy pysasú.*

(57) — Tanto Montoya como Restivo têm *djasy pyahú* por *lua nova.*

(58) — A forma *posasy* para *novo* corresponde *pusasú* em outros verbetes do *Vpb;* em tupi *pysasú.*

4 — *Kunhã gûaimĩ*[59]

é a tradução literal de *mulher velha*. Esse têrmo brasiliano só pode ter surgido por influência portuguêsa, depois da obliteração do verdadeiro sentido antigo de *gûaimĩ*, que abrange os dois conceitos de *fêmea*, principalmente mulher, e de *velha*. *Kunhã gûaimĩ* é, pois, um têrmo pleonástico, a cuja feitura presidiu a expressão portuguêsa *mulher velha*. É muito significativo o fato de vir êsse lusismo registrado exclusivamente em dois vocabulários brasilianos, testemunho evidente da convivência e fusão de duas raças.

5 — *Sasaû kuruté*, na locução: *mbaé kuruté o sasaû ûaé*,

[60] constitui uma tentativa muito desajeitada de traduzir a expressão portuguêsa: *cousa passageira*.

O verbo tupi *sasaba*, que no brasiliano tomou a forma *sasaû*, significa: *passar por, atravessá-lo, perpassá-lo;* só tem o sentido de direção ou de movimento, mas não o de duração, que o português confere ao verbo *passar* em frases como: *o tempo passa* (isto é: *transcorre*) *devagar*.

No tupi o sentido de *passageiro, efêmero* era traduzido por meio de:

paba	— acabar, findar,
ikó-pukú	— durar, demorar,
tekosûera (r-, s-)	— duradoiro,

em construções como:

o pabaerama	— o que acabará: o que é passageiro, o efêmero;
o ikó-pukú-eymbae	— o que não dura: o que é passageiro, efêmero;
ekosûer-eyma (r-, s-)	— não duradoiro, passageiro, efêmero.

[59] — Os jesuítas escreveram *gûaibĩ* no tupi, que corresponde ao *gûaĩbĩ* do guarani, porque uma vogal nasal contamina a que lhe fica mais próxima.

[60] — Literalmente: *cousa que* (o) *atravessa, que passa rápido por* —.

Compare as formas do indicativo, respectivamente *o sasab* e *o sasaû — êle o atravessa*.

6 — *Sera arpe gûara — Sobrenome*.

Sobrenome, pelo menos no sentido em que é usado pelos ibéricos, não tinha correspondente no vocabulário tupi pré-cabralino. Os tupi-guaranis em geral mudavam de nome em certas ocasiões, mas não os acumulavam. Portanto, as palavras que traduzem *sobrenome* em seus dialetos são neologismos como tantas outras designações de conceitos novos. Nelas reconhecemos observação aguda e fixação do que mais os impressionava.

Vejamos um exemplo ao alcance de todos.

Os tupis não trabalhavam metais. Quando foram tomando conhecimento dêles, deram ao mais comum, ao *ferro*, o nome do corpo mais duro do seu ambiente, o da *pedra*, o qual se tornou o tronco de uma progênie das mais interessantes:

itá	— pedra;
itá	— metal (gen.), ferro;
itá-eté	— ferro excelente = aço;
itá-tinga	— metal branco = prata;
itá-membeka	— metal mole = chumbo;
itá-jyka	— metal flexível = estanho;
itá-nema	— metal malcheiroso = cobre;
itá-îuba	— metal amarelo = ouro;
itá-îuba	— dinheiro (de ouro) [61]
itá-îub-eté	— dinheiro por excelência (de ouro);
itá-îu-tinga	— dinheiro de prata;
itá-îub-una	— dinheiro preto = de cobre[62];
itá-îu-nema	— cobre, dinheiro de cobre[63];
itá-îub-aiba	— metal amarelo inferior = latão.

Esta digressão recorta estreita nesga apenas dos variadíssimos recursos, de que o índio dispunha para ser exato a seu modo, na criação de neologismos. Raras vêzes recorria a simples tradução, porque a sua mentalidade associava as impressões segundo os seus próprios cânones, fixando-as sempre com surpreendente meticulosidade.

[61] — Denominação dada inicialmente ao *dinheiro*, quando predominavam as moedas de ouro. Para distinção melhor, das outras moedas, acrescentaram depois o qualificativo — *eté* — *por excelência, verdadeiro*.

[62] — Moedas de cobre que ficavam escuras com o tempo.

[63] — Moedas de cobre enquanto novas. Eram amarelas como as de ouro, porém malcheirosas.

Isto pôsto, voltemos ao nosso *sobrenome*.

Sobrenomes são apelidos que se acrescentam aos de batismo e geralmente se transmitem de pais a filhos. Essas duas características, que distinguem o *sobrenome*: a de vir do passado e a de se pôr no fim, não escaparam aos tupi-guaranis e nelas basearam a sua tradução.

Os tupis fixaram a posição que ocupa com relação aos outros nomes, obtendo assim *temoîeapysaba,* composto de:

te	— por apócope de *tera — nome de* gente;
moîé	— fazer-se, pôr-se, põe-se;
apy	— por apócope de *apyra — extremidade, fim*.
moîeapyra	— *por-se no fim; posposto;*
saba	— sufixo que forma substantivos vários de verbos.
moîeapysaba	— *a maneira de se pôr no fim; posposição*.

Temoîeapysaba significa, pois, literalmente *nome que se põe no fim, nome-posposição, nome posposto*.

Já os guaranis impressionaram-se mais com a procedência do sobrenome de gerações passadas e a sua manutenção pela descendência, como se deduz de:

te(ra) djoapy	— nome transmitido;
tera ymã	— nome antigo.

Seguiram o mesmo critério os tupinambás do Maranhão em *tera îoapyra — nome transmitido,* registrado pelo *Vpb.*(64), enquanto outro sinônimo, *tera-apyra — final do nome,* se aproxima da designação tupi, embora não aluda, como o paradigma ibérico e a sua tradução brasílica, a mais de uma alcunha.

A despeito dêsses antecedentes, o brasiliano, como em tantos outros casos, não tardou a renegar a herança avoenga, para servilmente arremedar o têrmo luso *sobrenome,* pela tradução inexpressiva de

sera arpe gûara	— *o que está sôbre o nome* (*dêle*) ou
sera arpe gûera	— *o que costuma estar sôbre o nome* (*dêle*).

(64) — Note-se a identidade com o primeiro nome guarani. Já tivemos ocasião de chamar a atenção para certos contatos especiais dos dialetos tupis do Maranhão com o guarani.

Ora, *arpe*(65) significa *sôbre, por cima* de alguma cousa, mas nunca *depois, adicional,* sentidos que também cabem à palavra portuguêsa *sôbre*. — *Sera arpe gûara* é, pois, um lusismo incontestável, de imitação grosseira.

Nos poucos exemplos brasilianos, que acabamos de oferecer ao exame dos estudiosos e dos quais poderíamos colher muitos outros no *Dpb*. e no *Dbp*. da Poranduba Maranhense, não queremos profligar o falar displicente do índio lambido pela civilização e do mestiço. Seria estultice o querer ser purista intransigente em meio dos dialetos tupis. O nosso escopo é outro; é mostrar principalmente que tais expressões vêm a ser testemunhos da longa convivência de índios tupis com portuguêses ou seus descendentes, pois ninguém verte qualquer palavra portuguêsa ao pé da letra sem conhecer-lhe o sentido e êsse os iletrados só assimilam no trato prolongado.

Ainda por isso, o *Dpb*. com o seu reverso da *Pm,* que foram compostos no antigo Estado do Maranhão, não podem ser anteriores ao início do século dezoito, como já deixamos provado, com outros argumentos de ordem histórica.

(65) — De *ara — parte superior* e *pe — em, na, pela*. No tupi lhe corresponde *árëbo,* de *ara — parte superior* e *bo — por, em*.

Biblioteca Digital Curt Nimuendajú
http://biblio.etnolinguistica.org

X

O DIALETO NHEENGATU (1)

Os diversos capítulos dedicados aos *dialetos brasilianos* impõem a ilação de pertencerem os compêndios, que temos dessa fase do tupi, às décadas compreendidas entre 1680 e 1770.

O mais antigo, indubitàvelmente o catecismo "em língua irregular e vulgar", de Bettendorff, deve ser posterior a 1680, enquanto o códice 81, embora ostente a data de 1771, a mais recente da documentação brasiliana, é estranhamente, dentre todos, o de linguagem mais aconchegada ao mesmo catecismo. Trata-se no caso provàvelmente de uma recopilação heterogênea, com liberal aproveitamento de repositórios mais antigos do Setecentos.

O *Dpb*. já contava, pois, bom meio século, quando frei Veloso, no desconhecimento da verdadeira situação lingüística indígena, empreendeu a sua divulgação. As diferenças lexicais entre êste e a língua-geral falada em fins do século dezoito não deviam ser muito grandes, ao que nos é dado concluir por um exíguo registro feito, de 1819 e 1820, por Spix e Martius(2); mas, não devemos esquecer, que êsse vocabulário foi coordenado à vista do mesmo *Dpb*.

Bem mais pronunciadas deviam ser as alterações gramaticais e, assim, do ponto de vista prático alegado, a catequese, a publicação já foi um tanto extemporânea. Entretanto, por incrível pareça, foi o primeiro léxico tupi publicado até então e continuaria a ser o único de certo tomo, enquanto se não editasse o tal *Dicionário da Língua Tupi*, de Gonçalves Dias, em 1858. Isso explica a grande projeção do *Dpb*. ainda em nossos dias e serve de atenuante para as estranhas idéias, que, a respeito do léxico tupi original, passaram a predominar nos círculos tidos em boa conta na matéria.

(1) — Veja também o capítulo dedicado ao *Têrmo nheengatu*.
(2) — *Glossário de diversas línguas;* II. volume de pp. 7-11.

Excluindo, pois, a resumida lista vocabular de Spix e Martius, não temos nenhuma contribuição, que nos mostre o estado da língua-geral entre 1750 e meados do século 19, quando o nacionalismo romântico e a iniciativa de D. José Afonso de Morais Torres, bispo do Pará, provocaram novo surto do seu estudo e a criação da cátedra de Língua Indígena Geral, no Seminário do Pará(3).

Como primeiro fruto de maior projeção dêsse curso registremos o aparecimento, em 1853, do resumido *Vocabulário da Língua Indígena Geral*, composto pelo regente da Cadeira, o *pe. Manuel Justiniano de Seixas*. Foi a primeira publicação da terceira etapa na trajetória do tupi, a fase *nheengatu*.

No ano precedente, Gonçalves Dias já havia oferecido ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro um repositório semelhante, que saiu publicado na sua Revista, em 1854(4). Era uma dádiva do bispo do Pará e fôra confeccionado no Alto-Amazonas. Gonçalves Dias não era versado, nem no tupi, nem no nheengatu, mas teve o cuidado de conferir a exatidão do vocabulário com diversos conhecedores e achou-o tão acurado, que só lhe pôde corrigir uns poucos erros de cópia.

Dos dois vocabulários tupis, que devemos a Gonçalves Dias, ao contrário do que geralmente se pensa, sòmente êste, um dos primeiros registros nheengatus, tem valor científico.

O outro, o já citado *Dicionário da Língua Tupi*(5), é uma mistura indiscriminada de tôdas as palavras tupis respigadas na gramática do pe. Figueira, no *Vpb*, no *Dpb*. e em diversos manuscritos, sem distinção de região ou tempo e acrescida de alentada série de êrros de cópia e impressão. Dêsses, Vale Cabral já profligou alguns devidos à utilização das mal cuidadas terceira e quarta edições da *Arte* do pe. Figueira(6). Muitos outros e a disparidade das fontes ainda falta estigmatizar.

Como vemos, o *Dicionário da Língua Tupi*, de 1858, pouco tem que ver com a fase nheengatu.

(3) — Mais exatamente com o decreto de 10 de outubro de 1851, que, no seminário do Pará, criou a Cadeira de Língua Indígena Geral e pela primeira aula proferida, a 19 de novembro do mesmo ano. (*Apud M. J. de Seixas — Vocabulário,* p. III.)
(4) — No tomo 17, pp. 553-576.
(5) — Editado na cidade de Lípsia, em 1858.
(6) — *Cabral, Alfredo do Vale —; Bibliografia* etc. Anais da Bibl. Nacional, vol. VIII. pp. 147-149. — A 3.ª edição da *Arte* do pe. Figueira foi publicada por frei Veloso, em Lisboa, no ano de 1795; a 4.ª saiu na Bahia, em 1851. Foi péssima a revisão de ambas. Ainda pior foi a reimpressão feita pelo Inst. Geogr. e Hist. da Bahia, no vol. 73 da sua Revista, em 1948.

No mesmo ano saiu, ainda no Pará, o *Compêndio da Língua Brasílica*[6a]. São apenas 28 páginas de noções gramaticais e nelas nem tudo é pròpriamente nheengatu; mais de um trecho lembra ensinamentos do pe. Figueira.

Em 1863 editou-se, finalmente, o livro de *Martius*, intitulado *Glossários de diversas línguas*, que estampa logo no início o referido vocabulário da língua-geral colhido no Amazonas. Não precisamos frisar, que já não correspondia exatamente às formas então usadas.

Influência salutar sôbre o conceito do dialeto nheengatu teria exercido *C. F. Hartt*, se vida tivesse para publicar os seus criteriosos estudos lingüísticos amazonenses, a partir de 1870[7]. Infelizmente, com a sua morte prematura, nem mesmo a parte inicial impressa em Nova Iorque teve grande repercussão em nosso meio indianista e, assim, passaram pràticamente despercebidas na época as observações acautelatórias, como:

> "Mas a língua-geral do Amazonas não é o tupi dos antigos jesuitas" .....
> e: "as orações, hinos etc. dos jesuítas não são entendidos pelos índios amazônicos de hoje"[8].

A seguir, o passo mais importante para o estudo prático do nheengatu foi dado com a impressão, por ordem do Govêrno Imperial, do livro *O Selvagem*, de *Couto de Magalhães*, em 1876, seguido um ano depois pela gramática de *Pedro Luís Sympson*.

Novo avanço constituiu o aparecimento do *Poranduba Amazonense*, de Barbosa Rodrigues[9].

O valor dessa publicação foi grandemente realçado pelas suas traduções, uma justalinear e outra corrente. Entretanto, de merecimento muito relativo são os seus estudos lingüísticos, doutrinários e comparativos[10].

(6a) — *Faria, F.R.C. de* —. Era coronel reformado do exército.

(7) — Em 1872 saiu apenas a primeira parte: *Notes on the Lingua-Geral*. Só em 1938 apareceu o trabalho completo, em tradução portuguêsa, no vol. 51 dos Anais da Bibl. Nacional, pp. 303-390.

(8) — Anais da Bibl. Nacional; vol. 51, p. 308. Rio, 1938.

(9) — Anais da Bibl. Nacional; vol. 14, fasc. 2; Rio, 1890; 335 páginas.

(10) — *O Vocabulário indígena comparado; o vocabulário indígena, complemento da Poranduba Amazonense* e *A língua-geral do Amazonas* e o *guarani*, publicados respectivamente nos vols. 15 e 16 dos Anais da Bibl. Nacional, Rio 1892 e 1894 e no suplemento do vol. 51 da Rev. do Inst. Geogr. e Hist. Bras.; Rio, 1888.

Seguem-se diversas publicações nheengatus devidas a prelados ou missionários, marcando, após um intervalo de meio século, a recrudescência do movimento de incorporação religiosa da população amazônica marginal, através de uma língua familiar à maioria. É a retomada algo tardia do criterioso plano, que D. Morais Torres não conseguiu levar avante em 1850. São: o catecismo bilíngüe, nheengatu-português, de *D. Costa Aguiar*[11]; o *Ensaio da língua-geral* do pe. *Parissier*[12]; os *Elementos necessários para aprender o nheengatu*, de *D. Frederico Costa*[13] e a *Língua Tapïhïya*, do *pe. Constantino Tastevin*[14].

Tôdas essas publicações têm a sua utilidade específica para quem quiser recorrer ao nheengatu em seus estudos comparativos.

O texto nheengatu do catecismo de D. Aguiar é vazado em pitoresca linguagem rudimentar. O ensaio de Parissier é realmente ponderado nos conceitos prefaciais e notável pelo arranjo das suas lições, visando sobretudo à pronta familiarização com a língua falada. Os *Elementos*, de D. *Costa*, se compõem de alguns preceitos gramaticais, de quinze páginas de textos e do primeiro vocabulário nheengatu-português de certa extensão, publicado com o seu reverso, cuja falta era sentida de longa data.

Na mesma época, o missionário Constantino Tastevin, C. Sp.S. dedicava-se aos estudos nheengatus na região de Tefé e, em 1910, publicou o seu livro *A Língua Tapïhïya*[15] *chamada tupï ou ñeengatu*.

Começa a pecar logo no título, mas, a despeito de toda a ousadia de quem pensa estar tratando de uma genuína língua indígena e ser o dono máximo do assunto, é o melhor compêndio do tupi moderno, ainda que perigoso em muitos dos seus ensinamentos e apreciações.

Defende longamente os jesuítas da pecha de inventores da língua tupi, mas não o faz sem cobrar-lhes o tributo de a

---

(11) — *Christu Muhençaua — Doutrina Cristã;* Petrópolis, 1898.

(12) — *Essai de Língua-geral ou tupi;* Paris, 1903.

(13) — Apensos à *Carta Pastoral;* Fortaleza, 1909. pp. 155 e seguintes.

(14) — *La Langue Tapïhïya — Dite Tupï ou ñeengatu;* Viena, 1910.

(15) — Publicado em francês com o título de *La Langue Tapïhïya, Dite Tupï ou Ñeengatu* (= *Belle Langue*), na suposição ardorosamente defendida de serem *tupi* e *tapyyïa* (= *tapuia*) duas formas da mesma palavra.

terem deturpado. Diz Tastevin, que, para chegarem a êsse resultado,

> "foi-lhes preciso emendar cinco ou seis palavras ..... e a pobre língua. surgiu, dessa labuta, transformada, mascarada, desfigurada, irreconhecível, ilegível"(16);

que, " . . . . . (nem Anchieta, nem Figueira), a despeito da sua boa vontade, penetraram completamente o mecanismo do tupi, uma língua primitiva muito simples..."(17).

No que diz respeito a desfiguração do tupi pelos jesuitas, Tastevin não parece lembrar-se de que, não havendo o tupi sido escrito anteriormente, não se pode pròpriamente falar em transformações. Em línguas ágrafas os primeiros autores, guiando-se mais pelo ouvido, estão livres para emendar ou não as diferentes partículas com as palavras principais. Em alguns casos de sândi a junção é mesmo indispensável. E, quanto à composição das palavras, não diverge também o critério, mesmo nas línguas muito estudadas e policiadas como o inglês e o alemão?

Concernente à simplicidade do tupi, Tastevin evidentemente julga o tupi pelo nheengatu.

A sintaxe do tupi primitivo é muito estranha, comparada com a das línguas latinas e mesmo a morfologia tupi desconhece totalmente a "simplicidade", que o português e a heterogeneidade populacional da Amazônia imprimiram ao tupi no decurso de três séculos.

Tastevin conhecia mal a bibliografia tupi-guarani, e nunca estudou o tupi ou o guarani, ainda que recorresse principalmente a Montoya e Figueira para ocasionais confrontos. São justamente essas comparações que mostram, não a excelência do nheengatu, mas algumas das numerosas características do tupi antigo, que o nheengatu já não tem.

Tastevin não compreendeu os índices de classe, o pronome verbal(18), as partículas do optativo(19), a forma gerundial de certos verbos(20), o particípio passivo(20a) e tantas outras facêtas idiomáticas do tupi antigo.

(16) — Página 9.
(17) — Pp. 8-9.
(18) — P. 65. — Na trad. brasileira, p. 576, § 97.
(19) — P. 74, nota 3. — Na tradução brasileira, p. 581.
(20) — P. 80/81; p. 585 da trad. brasileira. — Nem sempre é formada por sufixo.
(20a) — P. 82/83; p. 585-86 na trad. brasileira. Por que Tastevin não cita o que diz Figueira? Naturalmente porque os ensinamentos muito claros da sua *Arte* não fornecem ensejos a seus espalhafatos de sabichão.

Nessas condições, como pôde êle inculpar Anchieta e Figueira de não terem penetrado completamente o mecanismo do tupi? Sòmente porque encaramos hoje certos fatos gramaticais de maneira diferente à da sua época? Pela apreciação superficial dos paradigmas da conjugação, como fazem tantos outros pseudo-entendidos?

Ainda neste particular Tastevin mostra a sua ignorância e a sua mania de tudo exagerar, quando, depois de afirmar que o tupi não tem tempos, nem modos, arremata:

> "Mas, quem procura acha; (os jesuítas) procuraram, e acharam todos os tempos: pretéritos, presentes e futuros; todos os modos, todos os particípios, gerúndios e supinos da língua latina"(21).

É com tais frases dúbias e audaciosas que Tastevin impressionou e começou fazendo adeptos, embora a verdade nua e crua seja muito outra.

O nosso sistema neolatino é, através do latim, uma adaptação à gramática clássica dos lógicos gregos, cujas leis básicas fôra defeso infringir em suas linhas gerais até ao nascimento da Lingüística Comparada em princípios do século dezenove.

Os jesuítas trilharam, pois, a única estrada lícita na época, compondo a gramática tupi, tanto quanto possível, dentro da terminologia clássica. Mas, se a disposição e os têrmos permanecem latinos, a idiomática tupi não foi atingida em seu cerne.

Não lhe inventaram, nem desinências de gênero ou pessoa, nem de número, como se tem afirmado. O principal objetivo dos gramáticos da língua tupi foi ensinar teòricamente a maneira correta e clara de trasladar qualquer enunciado latino ou português. Para serem compreendidos pelos padres ou irmãos, que vinham da Europa, usaram mui naturalmente a terminologia clássica, mas com exemplos colhidos na linguagem dos índios mais atilados.

Chamaram, assim, de *dativo* a construção que lhe corresponde no tupi; de *pretérito* a forma verbal que lhe traduz o alcance, e, de *superlativo* a maneira de aplicar ao nome adjetivo o grau mais alto. Entretanto, os tupinistas jesuítas ao introduzirem denominações gramaticais clássicas, não inventaram as construções tupis que lhes correspondiam. É estultícia supor que aos jesuítas pudesse ocorrer a idéia de anularem uma par-

(21) — P. 9. da ed. francêsa e p. 545, § 9 da ed. brasileira.

cela do seu esforço missioneiro, dificultando a mútua compreensão por atentados conscientes a uma língua, que tanto estudaram e cujo vocabulário tanto respeitaram na introdução de conceitos novos(22).

Salientemos, porém, que nem sempre foi possível coadunar as praxes tupis com os cânones clássicos. Nesses casos os jesuítas anotavam as divergências.

Que podemos afirmar de Anchieta e Figueira, ao darem uma forma única para todos os tempos do Indicativo, com exceção do futuro(23)? E, ainda de Anchieta, ao frisar êle(24) que essa forma única tem pròpriamente o sentido do pretérito perfeito? Que não penetraram o tupi?

E, quando restringem a conjugação tupi a dois paradigmas com pronomes pessoais diferentes, estarão por acaso latinizando o tupi? Ou poderá algum sabichão ver influência latina na distinção, a par do Conjuntivo, ainda do Optativo e sobretudo do Permissivo(25), de formação tão característicos no verdadeiro tupi? E, por que método se familiarizariam os mestres tupis jesuítas com os índices de classes, com a estranha forma verbal chamada relativa da terceira pessoa, com as diversas maneiras específicas de negar a ação verbal, senão através da íntima identificação com a língua tupi falada?

Mas tudo isso e muitas cousas mais escaparam à presunção de Tastevin, e, também de certos críticos, que dessa maneira cômoda procuram remir a sua ignorância.

Em resumo, a despeito dos seus cotejos, geralmente superficiais, Tastevin pouco entendia da estrutura do tupi clássico; e, foi pena, porque, sem o seu conhecimento, não é possível aquilatar o seu descendente espúrio.

O efeito dessa carência aparece principalmente nos capítulos do artigo(26), do pronome verbal(27) e da negação(28).

A grafia de Tastevin é em geral transparente, mas a indicação da sílaba tônica é defeituosa em ambas as edições, pre-

(22) — Aos raros lusismos contrapõem-se no *Vlb.* numerosas adaptações de têrmos tupis por sinédoque. Só no brasiliano os lusismos prolificam.

(23) — *Figueira — Arte;* pp. 19, 34 e paradigmas

(24) — *Arte;* fl. 21 e 21v.

(25) — O têrmo *Optativo* foi tirado do grego. No *Permissivo* e em outros pontos da conjugação Figueira diverge de Anchieta, só admitindo em determinado Modo uma única série de partículas.

(26) — Na edição francesa, p. 32; na brasileira, § 37.

(27) — Pp. 65/66 e § 97.

(28) — Pp. 84/85 e § 121.

judicando não apenas os vocabulários, mas ainda os textos da edição francesa, que na brasileira foram supressos(29).

Das duas edições da *"Gramática Tupi"*, de *Adaucto Fernandes*(30) preferimos não emitir opinião pormenorizada, que, forçosamente, haveria de ficar muito extensa. Certos vocábulos avulsos já dão que pensar(31); diversas das suas noções etimológicas e gramaticais do nheengatu são mais do que arriscadas(32) e a sua Americanística, torturada na I. edição através das suas "penosas investigações", desandou irremediàvelmente na II, transcendendo a tudo que a fantasia criou nestes últimos tempos(33).

Antônio Brandão do Amorim conviveu algum tempo com Barbosa Rodrigues e tomou gôsto pelas lendas indígenas. Coligiu farto material em nheengatu nas suas andanças que o levaram principalmente pela região do Rio Negro. São textos colhidos entre tribos de diversas famílias lingüísticas, que avolumam o interessante acervo legado por Couto de Magalhães, Barbosa Rodrigues e C. Tastevin e servem para confrontos.

Sairam publicadas no volume 154 da Rev. do Inst. Hist. e Geogr. Brasileiro; Rio de Janeiro, 1928.

Logo a seguir, em 1929, o vol. 158 da mesma Revista traz um esboço gramatical, um vocabulário nheengatu-português e português-nheengatu, de Ermano Stradelli, seguidos de alguns textos nheengatus de vários autores.

As noções gramaticais são comedidas. Os vocabulários, os mais desenvolvidos que temos do nheengatu, não reproduzem apenas palavras ouvidas dos índios, pois nêles Stradelli procurou mostrar antes as grandes possibilidades de um dialeto tu-

(29) — Não foram observadas as normas indicadas na p. 23 da ed. francesa e no § 23 da ed. brasileira.

(30) — A I. edição é de Fortaleza, 1924; a II. do Rio de Janeiro, 1960.

(31) — Traz repetidamente *mucapiri* por *muçapiri,* I. ed. pp. 75, 85; II. ed. pp. 134, 140 e 247. — *Tuiracápe* por *tuyra sapé,* ou melhor *tuy(ra)rapé — caminho do sangue = veia,* perfilhando um êrro de impressão do vocabulário de Stradelli; II. ed. p. 124. — *Anhangá* por *anhanga;* ibidem. — Escreve *pacoa — banana* e *pacauahyua — bananal;* II. pp. 115 e 112. etc. etc.

(32) — *Ceará = se ará — minha ave;* II. ed. p. 124. *Tupã — Deus* tem feminino (!): *tupana — deusa;* etc. etc.

(33) — Veja a introdução.

pi-guarani para formar derivados e compostos. Os textos representam um complemento útil no meritório esfôrço de um civilizado desiludido do mundo.

Outro compêndio do dialeto nheengatu foi composto por *Protásio I. R. da Silva*(34). Nêle reune, sem maiores pretensões, as suas observações pessoais com algumas inocentes fantasias respigadas em escritos alheios.

É possível que ainda não seja o último, porque parece não ter fim a legião daqueles que imaginam ter no nheengatu a língua falada pelos nossos tupis quinhentistas.

(34) — *Tupi ou Nheengatu e Português;* Manaus, 1945.

Biblioteca Digital Curt Nimuendajú
http://biblio.etnolinguistica.org

XI

O TÊRMO "NHEENGATU"

As freqüentes repetições do têrmo *nheengatú* como denominação supostamente histórica do tupi colonial exigem de há muito uma análise retificadora(1). Êsse exame retrospectivo é tanto mais oportuno, quanto diversos expoentes universitários se têm feito arautos da erronia, que assim vai tomando foros a que não tem direito.

Até o notável cientista Pirajá da Silva escreve na sua reedição da *Notícia do Brasil,* de *Gabriel Soares de Sousa*:

> "Admira-se, mais uma vez, ...
> a precisão etimológica da língua brasílica, o *nheengatu*(1a).

No *Quarto Congresso Indigenista Interamericano,* outro grande estudioso de assuntos brasileiros repetiu o mesmo conceito:

> "..... ao sul ..... se difundia o *guarani,* enquanto to ao Norte e em grandes extensões do litoral se falava o *nheengatú,* uma "língua que é quase geral", como dizia o cronista Gabriel Soares de Sousa(2).

Nada menos verídico do que essas afirmativas. Não há uma única referência a essa denominação de *nheengatú* que seja anterior a 1850.(3)

Verdade é que os vocabulários jesuíticos do guarani e tupi antigos registram *nheengatú* com o sentido de *fala boa, falar bem,* mas não aplicam a expressão a dialeto algum.

(1) — Veja também o capítulo *O Dialeto Nheengatu.*
(1a) — Vol. II. p. 215, nota 7; p. 244, nota 1.
(2) — *Menezes, Prof. Djacir —; Herencia Idiomática Indígena en el Portugués del Brasil;* § II.
(3) — Leia-se a êsse respeito o que escreveu *Couto de Magalhães* no livro *O Selvagem,* p. XXXVIII.

Não queremos com isso pôr em dúvida que os tupis tenham julgado boa a sua língua e más tôdas aquelas que lhes eram incompreensíveis. O têrmo *nheengaíba* prova, que essa conceituação era corrente, pelo menos quanto às incompreendidas. O que se contesta é o uso do têrmo *nheengatú* por qualquer autor colonial para designar o *tupi*, a *língua brasílica* e, principalmente, que os tupis o tenham usado nesse sentido.

Em contraposição o têrmo *nheengaíba* — *malfalante*(4), era muito usado para os índios de línguas diferentes do tupi(5); era um apôdo genérico. Se *nheengatu* não chegou a usar-se, foi simplesmente porque todos os *bemfalantes* eram parentes e tinham nome próprio conhecido de todos, que tornava supérfluo qualquer denominação global; aliás, os genéricos são raros nas línguas essencialmente concretizantes da América.

Quem lançou o têrmo *nheengatu* foi o general Couto de Magalhães pelo seu livro *O Selvagem;* Rio de Janeiro, 1876.

Eis, o que escreve a pp. 38 e 39 da sua *Introdução*:

> "Assim, pois, dizíamos, que a palavra *guarani* não é o nome de uma língua, (entre os índios) e que a língua que nós designamos por essa expressão, êles designam com a de *língua de gente* ou *ava nhehen*. O mesmo diremos a propósito de língua tupi. *Tupi* era o nome de uma tribo que, ao tempo da descoberta, dominava grande parte da costa(6).
>
> Se dissermos a qualquer índio civilizado (!) do Amazonas (!): "fale em língua tupi", — êle não entende o que lhe queremos dizer. Para que êle entenda, que queremos que êle se expresse na sua própria língua, mister é dizer-lhe: *Renhehen nhehengatú rupi,* lit: *fale lingua boa pela,* isto é: *fale pela língua boa*.

(4) — T. Sampaio não soube interpretar convenientemente o apelido que não se explica, nem pelo substantivo, nem pelo verbo. *Nheeng-aíba* é *língua má, falar mal,* e, como todo verbo intransitivo também se usa adjetivamente, ainda se traduz por *malfalante*.

O adjetivo é a chave do verdadeiro significado; ÍNDIO NHEENGAÍBA se traduz corretamente tão só por *índio malfalante,* ou *de língua má,* que lhe é sinônimo.

(5) — Conforme declaração expressa, entre outros, do P. Vieira, *Cartas;* vol. I. p. 556.

(6) — O que não é verdade, como deixamos bem claro em *Tupis e Guaranis*. Primitivamente eram chamados *tupis* tão só os *tupiniquins* de São Vicente.

> Êstes fatos *fizeram-me adotar* (!) os vocábulos *ava nhehen* e *nhehengatú* para exprimir, o primeiro, a *língua guarani;* o segundo, a *língua tupi*"(7).

Nada precisamos acrescentar às palavras tão claras de Couto Magalhães.

Porque os índios civilizados do Amazonas (!) achavam *boa* a sua *língua, — nhehengatú,* C. de M. julgou que devia substituir também o têrmo genérico *tupi* por *nheengatu*.

Mas, que não estava muito convencido da conveniência desta sua generalização mostra logo após, no cabeçalho do capítulo seguinte: *Nheengatu ou "Tupi Vivo"* (!), onde evidentemente exclui o tupi antigo do litoral, que de longa data era língua morta.

Essa restrição de só entender por *nheengatu* a língua-geral *amazônica* dos nossos dias, Couto de Magalhães a confirma no cabeçalho de 139 páginas da sua gramática e em tôda uma série de títulos às partes em que a dividiu, pela repetição do conceito: "Língua tupi *viva* ou nheengatu".

Batista Caetano, que era amigo do general, não confunde os dois. Só emprega *nheengatu* no seu verdadeiro sentido restrito, quando define:

> "nhe͠e-ngatú — *falar bem;* .....
> *boa fala* .....
> e no Amazonas(!), *língua de índio*(8).

Dessas acepções, as duas primeiras são tiradas de Montoya(9) e a última é visìvelmente inspirada nos mencionados ensinamentos de Couto de Magalhães, constituindo, portanto, uma excrescência, estranha mas esclarecedora num vocabulário, que se declara ser relativa à versão guarani da *Conquista Espiritual no Paraguai,* do *pe. Montoya*.

Entretanto, Couto de Magalhães, nada inventou no particular. O seu êrro foi generalizar algumas vêzes.

(7) — Não precisamos frisar que essas designações gerais não correspondem às necessidades científicas dos nossos dias. Há fases bem distintas tanto no guarani como no tupi pròpriamente ditos.

(8) — *Vocabulário* etc. Rio, 1879; no respectivo verbete, p. 319.

(9) — *Tesoro* etc. fl. 247v.

Como sinônimo de *língua guarani, abànheẽ*[10] ocorre na fôlha de rosto da versão guarani da *Conquista Espiritual,* de 1733[11].

Por outro lado, *nheengatu,* para designar a língua-geral moderna do Amazonas, já foi empregado pelo padre M. J. Seixas, em 1853[12]. É o testemunho mais antigo que achamos dessa acepção da palavra.

Não sabemos, se por aquela época Araujo Amazonas registrou o têrmo *nheengatú* no seu *Dicionário Túpico-Português*[13], que se deve achar no Instituto Histórico, do Rio de Janeiro.

De outro livro seu, o *Dicionário Topográfico* etc.[14] não consta, embora dedique três páginas e meia ao verbete *língua-geral.*

Tampouco o empregam o coronel Faria[15], em seu livrinho pomposamente chamado de *Compêndio da Língua Brasílica,* de 1858, e Gonçalves Dias no resumido vocabulário colhido no Alto-Amazonas[15a], ou em seu mistifório do ano de 1858, a que

---

(10) — "Língua de índio", "língua de gente". A tradução de *língua de gente nobre* que lhe dá Capistrano de Abreu no I. vol. da *História Geral do Brasil, de Pôrto-Seguro,* p. 17, nota 7, é pura fantasia.

(11) — Veja o vol. VI. dos *Anais da Biblioteca Nacional,* Rio de Janeiro; p. 91. A *Conquista Espiritual* foi escrita, em castelhano por Montoya e publicada em Madrid, no ano de 1639. Em 1733, os jesuítas publicaram a tradução guarani algo modificada, no Paraguai. — O volume VI referido contém o texto guarani e a tradução portuguêsa feita por Batista Caetano de Almeida Nogueira sôbre o texto guarani, pois ignorava então a existência do original espanhol.

(12) — *Vocabulário da Língua Indígena Geral para Uso do Seminário Episcopal do Pará;* Pará, 1853; verbete *nheenga,* p. 37.

(13) — Veja a seu respeito o estranho parecer de Braz da Costa Rubim, na II. parte, pp. 397-401, do tomo 29 da *Revista do Instituto Histórico,* Rio, 1866, que Sacramento Blake profliga com justa, embora algo exagerada indignação, no seu *Dicionário Bibliográfico,* vol. 5. pp. 325-26.

(14) — *Lourenço da Silva Araújo Amazonas — Dicionário Topográfico, Histórico, Descritivo da Comarca do Alto-Amazonas;* Recife, 1852; pp. 175-178.

(15) — O Coronel Francisco Raimundo Corrêa de Faria foi o sucessor do pe. Manuel Justiniano de Seixas na Cátedra da Língua Geral do Amazonas, no Seminário Episcopal de Belém do Pará, instituída pelo bispo D. José Afonso de Morais Torres, em 1851. Faria foi o segundo e último lente da Cadeira, que o seminário não tardou em suprimir, por falta de recursos.

(15a) — *Vocabulário da Língua-Geral usada no Alto-Amazonas;* Rev. do Inst. Hist. e Geogr. Brasileiro; tomo 17; Rio, 1854; pp. 553 e seguintes.

deu o enganoso título de *Dicionário da Língua Tupi chamada Língua-Geral dos indígenas do Brasil*[15b].

Charles Frederik Hartt recolheu, em 1870, alentada série de observações etnográficas e exemplos de frases correntes na língua-geral amazônica[16].

Não menciona aí o têrmo *nheengatu.* Isso mostra, que o seu uso, testemunhado por outros, ainda era esporádico entre os civilizados. Entretanto, no texto, nas frases 684, 686 e 687, ocorrem as expressões:

nheenga katu
tapuya nheena e
tapya nheena[17],

com o sentido de *língua geral.* Elas testemunham, que, mesmo entre a população indígena e mestiça, o têrmo *nheengatu* ainda era vacilante e não corria com exclusividade.

Outros estudiosos parecem confirmar essa impressão.

Pedro Luís Sympson, ainda em 1877, intitula a sua gramática: "da língua brasílica geral, falada pelos aborígenas das províncias do Pará e Amazonas". Não aparecem nela as denominações *tupi* e *nheengatu,* que vemos no frontispício das edições posteriores.

O cônego Francisco Bernardino de Souza, que ignorava a língua-geral, também não cita o têrmo *nheengatu* nas suas *Lembranças e Curiosidades do Vale do Amazonas;* Pará, 1873, e nos seus relatórios da *Comissão do Madeira — Pará e Amazonas,* Rio, 1874/5. Só emprega: *língua indígena, língua geral ou túpica.*

Quem deve ter baralhado as idéias de muito curioso é Barbosa Rodrigues.

(15b) — Lípsia, 1858. Segundo a sua própria declaração, tomou por base o vocabulário da Poranduba Maranhense, remaniando-o com ajuda do *Dicionário Português e Brasiliano,* de vários manuscritos, da gramática do pe. Figueira, da deixa de Alexandre Rodrigues Ferreira etc. É o velho de mistura com o mais recente e não poucos erros de transcrição; o todo de valor científico precaríssimo.

(16) — *Notes on the Lingua Geral or Modern Tupi of the Amazonas, New York,* 1872. — Em 1938 apareceu uma tradução brasileira, no vol. 51 dos Anais da Biblioteca Nacional, Rio, pp: 305-390.

(17) — A tradução é respectivamente: *língua boa* e *língua de tapuio* ou *índio.* Note-se na primeira expressão a falta de fusão e abrandamento eufônicos. — Aliás, ainda em 1909, D. Frederico Costa também a registra ao lado de *nheengatú.*

Êsse grande botânico e arguto observador da natureza foi uma das maiores negações no campo lingüístico.

Tão ousado quão desastrado e contraditório era nas suas afirmações lingüísticas, que nos obriga a olhar com certa desconfiança para tudo quanto escreveu no particular.

Examinaremos aqui tão sòmente algumas das suas referências ao têrmo *nheengatu* para mostrar que não exageramos e ao mesmo tempo para alertar aquêles que, por acaso, ainda o consultarem.

1. "Quando emprego a palavra *abanheenga,* cumpre-me advertir, quero com isso dizer a língua do índio, a *matriz* anterior à *escrita* por Anchieta e Montoya, conservando a de *nheengatu* para o tupi do Amazonas; a de *guarani* para a do Paraguai"(18).

Não atinamos até hoje com a fonte arcana, em que Barbosa Rodrigues hauriu o conhecimento dêste seu *abanheenga* préhistórico. Nem Barbosa Rodrigues estaria em condições de no-lo dizer. Em seu arrazoado substitui simplesmente as provas por afirmativas peremptórias, esperando com certeza que cegamente as aceitemos, fiados no saber do mestre.

Temos ainda mais e melhor:

2. ".... a pronúncia *nheengatu* é a verdadeira dos tupis antecabralianos (!) ....."(19).
3. "..... a do *abanheenga,* que deu com mais pureza o nheengatu"(20).
4. "..... porque tirada a pronúncia do *o* ..... e uma ou outra corrutéla tem-se (no nheengatu) quase o *abanheenga,* a língua dos nossos avós"(21).
5. "eu afirmo (!!) que êstes dois (o tupi e o guarani) são o nheengatu do norte (!!) corrompidos pela escrita, pela má pronúncia, por sotaque e vícios estrangeiros"(22).

Com afirmativas tão categóricas fôra de esperar que pelo menos o próprio Barbosa Rodrigues estivesse convencido das excelências insuperáveis do nheengatu do Amazonas.

(18) — *A Língua-Geral do Amazonas e o Guarani; Rev. do Instituto Hist. e Geogr. Bras.* Rio; Suplemento ao vol. 51; p. 101.
(19) — *Ibidem;* p. 102.
(20) — *Ibidem;* p. 104.
(21) — *Ibidem;* p. 103.
(22) — *Ibidem;* p. 103.

Nada disso!

6. "..... o *nheengatú — fala boa,* primitiva e adulterada (!!) por aportuguesamento e cruzamentos"(23).
7. "..... para mostrar como se tem adulterado o *abanheenga,* que deu o *nheengatu* ....."(24).
8. "Essa língua adulterada é que conservou o nome de nheengatu (!!) no vale do Amazonas"(25).
9. "Em conclusão, o *nheengatu* está completamente modificado (!!) pelas pronúncias de estrangeiros e pela ortografia ....."(26).

Nestas citações devemos ter a conclusão final a que chegou Barbosa Rodrigues, e assim, embora confusas, procuraremos resumí-las:

"O *nheengatu* é o descendente mais chegado da fala primitiva dos tupi-guaranis, ao mesmo tempo adulterado, completamente modificado e sinônimo de *tupi moderno do Amazonas".*

Compreenderam?

Se mesmo assim não conseguirem penetrar as profundezas do pensamento barbosiano, recomendamos que leiam novamente a citação n.º 1, comparando os seus dizeres muito claros com os da seguinte:

"Aquela nação (dos tupi-guaranis) falava uma só língua: o *abanheenga* ou *nheengatu"*(27).

Contradição manifesta entre as duas!?

Não se impressionem! Barbosa Rodrigues em lingüística é disso para pior: desconhecimento e mistificação entretecidos num emaranhado tal(28), que muitos ainda hoje titubeiam quanto ao verdadeiro significado do têrmo *nheengatu,* que, desde a sua adoção, há pouco mais de um século, sempre foi:

(23) — *Ibidem;* p. 104.
(24) — *Ibidem;* p. 101.
(25) — *Poranduba Amazonense;* p. XII; Anais da Biblioteca Nacional; vol. XIV. fasc. II. Rio, 1890.
(26) — *A Lingua-Geral do Amazonas e o Guarani;* p. 109.
(27) — *Poranduba Amazonense;* p. VI.
(28) — Aquêles que acham êsse julgamento muito severo, ofereço mais a seguinte afirmativa de Barbosa Rodrigues:
"... *a língua kiriri,* que não é mais do que o tupi falado por tribo nheengaíba. (!!) *in: A língua-geral do Amazonas e o guarani,* p. 90"

"a língua-geral moderna do Amazonas, um tupi de léxico desfigurado em grande parte e de estrutura gramatical não menos desnaturada, que nunca foi língua própria de tribo tupí alguma".

O *nheengatu* desenvolveu-se (do tupi médio, ou seja do *brasiliano,* um dialeto tupi, a tal *língua-geral,* que se formara entre colonos, mestiços e índios aculturados), de fins do século dezoito em diante e ainda subsiste em alguns rincões amazônicos mais afastados, como língua de intercâmbio.

III PARTE

Biblioteca Digital Curt Nimuendajú
http://biblio.etnolinguistica.org

I

ESTUDOS COMPARATIVOS DO *VOCABULÁRIO NA LÍNGUA BRASÍLICA* (*VLB.*) COM O *VOCABULÁRIO PORTUGUÊS-BRASÍLICO* (*VPB.*) E O *DICIONÁRIO PORTUGUÊS E BRASILIANO* (*DPB.*) COM O SEU REVERSO ORIGINAL (DBP.) REPRODUZIDO NA PORANDUBA MARANHENSE (PM.)

Diante da freqüência das suas citações, nunca é demais repetirmos o que tantas vêzes temos afirmado: O tupi setentrional contido no *Dpb.* já é mui diverso do tupi fixado e poliçiado pelos jesuítas e mesmo do tupinambá falado no Maranhão ao tempo da conquista. Estamos convencidos de que os familarizados com o *Vlb.* e o *Dpb.* não hesitarão em concordar conosco. Haverá mesmo quem tenha ido além e verificado que o *Vpb,* também compilado no Norte, se aproxima muito mais do *Vlb.* do que o *Dpb,* mas poucos parece terem ultrapassado o cotejo isolado dêste ou daquele caso.

A lista comparativa, que apresentamos a seguir é uma resenha de vocábulos extraídos do *Vlb.* do *Vpb.* e do *Dpb.* com ocasionais lacunas. Visamos nêle ao ressaltar os diversos metaplasmos, deperecimentos e influências estranhas, que, entre mestiços e índios aculturados, foram transformando progressivamente o vocabulário original naquilo que nos apresenta o *Dpb.*

Essa seqüência entre o *Vlb.* o *Vpb.* e o *Dpb.* é fundamental nos estudos comparativos do tupi por ser a única documentação que nos mostra o caminho que levou, na mesma região, ao nheengatu dos nossos dias.

O simples cotejo é muito instrutivo de per si, mas julgamos que o seu alcance passou a ser grandemente realçado pelas extensas notas que acompanham a maioria das palavras arroladas. Em muitas é flagrante o processo gradativo das mutações,

não raro devidas à visível obliteração do sentido das partes componentes, fato aliás corriqueiro na formação de tôdas as línguas.

Nesta tentativa de especificar as principais características das formas léxicas brasilianas comparadas com as tupis, verificamos:

1. — Certas regras da eufonia tupi, principalmente as da apócope na composição, já não se observam.
2. — A função dos índices de classe oblitera-se.
3. — O sufixo *aba* assume crescente função extraverbal.
4. — Míngua o sentido do sufixo *pora*.
5. — Circunlóquios, não raro desajeitados, substituem com freqüência velhos têrmos caídos em desuso.
6. — As antigas negações tão específicas cedem o lugar ao têrmo *nitio*, estranho, mas de emprêgo muito mais simples.
7. — Perde-se o alcance de certos modos verbais.
8. — Formas léxicas dúplices unificam-se.
9. — Multiplicam-se os lusismos, não apenas os léxicos, mas também os sintáticos e ideológicos.
10. — Neologismos vão surgindo, nem sempre por carência de têrmos adequados.

De vários dêstes pontos decorrem profundas alterações gramaticais, que talvez contribuam muito mais para distanciar o *brasiliano* do *tupi* do que tôdas as modificações léxicas arroladas, pois estas raras vêzes desfiguram o vocábulo ao ponto de o tornar irreconhecível.

ESPÉCIMES DA EVOLUÇÃO LÉXICA NO BRASILIANO

A

Português	*Vlb.*	*Vpb.*	*Dpb. e Dbp.*
abelha	— eiruba	— yruba, yraruba	— yra maîa(1)
água de chuva	— amana, amandy	— amana-y	— amana-ry

(1) — Como se vê na forma do *Vpb.* a queda do *e* inicial parece ter começado entre os próprios índios. (continua)

Português	*Vlb.*	*Vpb.*	*Dpb. e Dbp.*
aguá-lo	— sepyîa	— sypyîa	— sepy-y(2);
águas-vivas	— yapó gûasú	— ygapó gûasú	— ygapó osú(3);
ainda não	— aani ranhé	— ani-ni ranhé	— nitio ranhé(4);
altura	— ybaté	— ybaté	— ybatèsaba;
amancebado	— aguasá	— agûasá, agûasàbora	— agûasá, agûasaba;
amarelo	— îuba	— îuba, taba, tagûá	— tagûá, îuba(5);

Em guarani *eiruba* significava também *abelha-mestra*. A tradução cabível em tupi é *pai do mel* e em guarani: *pai do mel e pai das abelhas*, já que ali *eir* tinha os dois sentidos de: *mel* e *abelha*.

Entretanto, como no tupi *eiruba* também significa *enxame*, é bem possível, que para essa acepção houvesse influência de *uba — jazer, estar deitado*. A tradução de *eiruba — enxame* interpretar-se-ia neste caso por o *jazer* (*conjunto*) *das abelhas*.

(2) — O têrmo brasiliano mostra, que se havia então confundido a desinência *îa* com o substantivo *Y — água*, pois vem escrito *cepy yg*.

(3) — Dêste têrmo deduz-se o sentido de *yapó* no tupi — *maré cheia*. Note-se como o sentido primitivo de *yapó*>*ygapó — maré cheia* tomou também o de *terras alagadas* na região amazônica. O têrmo marítimo tornara-se ali fluvial, pelo menos em fins do século dezessete.

(4) — Veja o capítulo dedicado a *nitio*, que constitui uma transformação profunda na velha fala dos tupis, e, por si só, mostra a distância existente entre o tupi e o brasiliano.

(5) — As diversas correspondentes ao adjetivo português *amarelo* representam todo um capítulo da dialetologia tupi. No tupi (antigo) temos para *îuba* as acepções de *côr amarela*, s. e *amarelo*, adj. empregados indistintamente para pessoas e cousas. *Barro amarelo*, entretanto, tem a denominação específica de *tagûá*.

No tupinambá do Maranhão do *Vpb.* aparecem três têrmos: *îuba, tagûá* e *(i)taba*, que se empregam todos para cousas, enquanto para *pessoas, îuba* era de uso exclusivo.

Tagûá e *taba* são a nosso ver duas formas da mesma palavra, pois a grafia *taba* é certamente um êrro de transcrição, primitivo ou recente, por *tabá*. Basta eliminar o *g* eufônico muito suave da combinação *gú* para têrmos *taûá*, a forma dialetal nórdica de *tagûá* no tupi. Ora, correspondendo, não raro o *û* do tupinambá maranhense ao *b* tupi, *taûá* (a forma nheengatu) e *tabá* tupi vêm a ser sinônimos. No tupi *tabá* aparece em *tabàtinga — barro branco*; enquanto *barro vermelho* é *tagûá piranga*, a despeito de *tagûá* isoladamente significar *barro amarelo*. Simples caprichos das línguas! *Tabatinga*, que passou para o português é provàvelmente a forma tupi regular; *tobàtinga*, que figura nas duas edições do *Vlb.* deve ser mera variação, se não for êrro de cópia.

Também no nheengatu *amarelo* se traduz de duas maneiras: *îua* (contração de *îuûa*) para pessoas e *taûá* para cousas.

Português	*Vlb.*	*Vpb.*	*Dpb. e Dbp.*
anil	—	— kaá-oby	— kaá-yby(6);
ano	— roy, seixú	— seixú, akaîú	— akaîú(7);

(6) — Compreende-se fàcilmente a razão de não existir um têrmo tupi para *anil* no *Vlb*: as plantas fornecedoras de índigo eram desconhecidas ou pelo menos inaproveitadas entre os índios.

O incentivo para extração do índigo veio da Índia. O *Vpb*, entretanto, já o traduz por *kaá-oby*, literalmente *planta-azul, cousa azul de planta*. Se no *Dpb*. ocorre *kaá-yby* não é necessàriamente um êrro por *oby*, porque já o *Vpb*. tem *ybybae — o que é azul*, embora logo a seguir também escreva *oby — azul*.

O desenvolvimento fonético da palavra seria no caso: *oby* > *uby* > *yby*, de sul a norte. Em tupi a forma *kaá-oby* é perfeitamente admissível e se encontra mencionada nos *Aditamentos* de *Eckart* para a região amazônica.

Vale acrescentar que o registo do têrmo, tanto no *Vpb*. como no *Vlb*. coloca essas composições em época posterior ao comêço da fabricação do anil entre nós, visto como o qualificativo *azul* da denominação só pode vir do extrato e não das plantas em si, que nada têm de azul.

Compare o capítulo relativo a *O Anil no Léxico Tupi*.

(7) — A revolução de um ano devia ser necessàriamente um período delimitado por acontecimento periódico de certa influência na vida social. Mas, como a natureza e as estações da área ocupada pelos tupis divergem sensìvelmente, não devemos surpreender-nos com a variedade das designações tupis para *ano*.

Como vemos nos três vocábulos, que nos servem de base às comparações, há três têrmos nos dialetos costeiros para designar o *ano*. Nas regiões meridionais, onde é mais sensível o frio do inverno, é *roy — frio, inverno*, que traduz o nosso *ano*. Mais ao norte, incluindo Bahia e Pernambuco, predominou o têrmo *seixú — o Sete-estrêlo*, as *Plêiades*.

Desde a mais recuada antiguidade o aparecimento das Plêiades no horizonte ocidental, em novembro, marcava o início do ano entre grande número de povos. É também para nós a época das trovoadas, uma das fases para plantar.

Na costa central brasileira temos ainda a época das chuvas invernais, que começa normalmente em fins de março. Também ela é assinalada pelo aparecimento do Sete-estrêlo, porém no horizonte oriental. É essa a melhor época das sementeiras e plantações do Centro para o Nordeste.

Akaîú — os cajus. O comêço da sua maturação nas regiões do Centro costeiro para o Nordeste cai igualmente no fim do nosso ano civil e aproxima-se, portanto, do surgimento ocidental das Plêiades com as suas trovoadas. A safra do cajú dava lugar a festas mais ou menos prolongadas, em que o consumo do *akaîú-y — vinho de cajú* era espantoso. C. d'Abbeville dá para *vinho de cajú* o têrmo de *akaîú-kaûi*, que diverge do *Vlb*. e da tendência geral nas denominações das bebidas fermentadas. (continua)

Português	*Vlb.*	*Vpb.*	*Dpb. e Dbp.*
antepassados	— tamỹîpagûama	— tamyîa, tamunha	— senondegûara-etá(8);
apartação	— moîaokaba	— moîaokaba	— moîaokasaba;
após, atrás (de gente)	— takypûeri	— takykûera takypûera	— sakakûera(9);

No tal reverso do *Dpb*, publicado em 1934, que, por ser uma compilação posterior, feita sem critério, não tem nenhum valor científico, aparece para *ano — acaju-royg!* Naturalmente se deve ler: *akaiú* ou *roy*.

Note-se a coincidência entre a maturação dos cajus e o nascimento ocidental das Plêiades e, por outro lado, entre o comêço do frio na região meridional, ocupada pelos tupis, com o reaparecimento das Plêiades no horizonte oriental anunciadoras também das chuvas invernais mais ao norte.

Divergia, portanto, entre os tupis, tanto o início do ano, como ainda o seu nome, de acôrdo com a região, porque êste lembrava uma peculiaridade estacional, que depende muito da latitude. Nos catecismos tupis os jesuítas deram preferência à denominação *seixú*, sem dizer a qual dos dois aparecimentos das Plêiades se referiam. O mais provável é que, em seus escritos *roy* e *seixú*, além da acepção própria, designavam o ano civil.

(8) — *Tamỹîpagûama* decompõe-se em *tamỹîa — avós* e *pagûama* (contração de *paba — todos* e *ûama* — sufixo de futuro) que se poderá traduzir literalmente por *todos que viriam a ser avós da gente*.

O têrmo *senondègûara* do *Dpb*. corresponde ao tupi *senondèsûara — o que está na sua dianteira;* tem portanto sentido mais vago. O índice de classe vai-se embotando no brasiliano, pois aqui fôra de esperar a forma absoluta *tenondègûara*, como no guarani, onde Restivo também lhe dá, ao lado de outros sinônimos, o sentido de *antepassados*.

Aqueles que, atrás de Batista Caetano, vêem no guarani uma língua primária recomendamos o exame da sua engenhosa hipótese etimológica, no *Vocabulário da Conquista Espiritual* etc; verbete *tamõi*.

(9) — Note, em primeiro lugar, a forma dupla do sufixo *kûera, pûera*, no *Vpb*. o primeiro usado no tupi e o segundo no guarani e brasiliano. O *a* final indica a forma substantival: *Parte traseira*. Para formar o advérbio o tupi substitui o *a* final pela preposição *i — takypueri*. O *t* inicial é o índice de classe superior. A forma *sakaküera*, no brasiliano, onde as regras da eufonia já não se observam e os índices de classe vão perdendo o sentido, significa pròpriamente *a sua parte traseira*.

Português	*Vlb.*	*Vpb.*	*Dpb. e Dbp.*
aprender	— nhemboé	— nhemboé, mboé	— îimboé { aprender / ensinar / rezar[10]
à tarde	— karúk-eme	— karuk-me	— karuka rame;
atravessá-lo	— sasaba	— sasaba	— sasaû[11];
ave de rapina	— guyrá-gûasú	— guyrá-gûasú	— gûyrá osú[12];
avô	— tamỹîa, tamũîa	— tamyîa, tamunha	— tamuîa;
azul	— oby (r-, s-)	— oby (r-, s-)	— sugûy[13];

B

Português	*Vlb.*	*Vpb.*	*Dpb. e Dbp.*
baía, enseada	— kûa, paranã-gûá	— sabaá, saûaá	— sabaá; paraná osú[14];
baleia	— piràpûama	— ?	— pirá osú paraná-osú pora[15]
baluarte	— mytá pukú	— mokab-oka	— moká oka osú;
barba	— tendybá-aba	— tendeû-aba	— tino aba[16];
barriga	— tyé, tygé	— tegé, *vulg.* marika	— marika[17];

(10) — *Nhemboé* — é literalmente *ensinar-se*. No brasiliano se nota a incipiente confusão entre *nhemboé* e *mboé* que é *ensinar*.

(11) — Note: o *b* tupinambá transforma-se em *û* no brasiliano.

(12) — Compare o nosso estudo sôbre *gûasú, usú*.

(13) — O brasiliano *sugûy* nada tem que ver com *ugûy* (t–, s-, r–) *sangue*, mas é uma alteração da 3.ª pessoa: *êle (é) azul — soby > soûy > sogûy > sugûy*. No brasiliano é comum a transcrição na terceira pessoa, que parece assumir sentido absoluto no correr do tempo.

(14) — *Sabaá, sauaá* deve ser um têrmo regional. Conservou-se no nheengatu.

(15) — O têrmo tupi se traduz por *peixe empinante, — emergente; de apûama — levantar-se, empinar-se, emergir*. Compare a denominação tupi com a desajeitada descrição do brasiliano. — A ambos releve-se a classificação de *peixe*.

(16) — A forma brasiliana é um eloqüente exemplo do grau de esfarelamento a que nêle chegaram certas palavras.

(17) — As formas do *Vpb.* e *Dpb.* entremostram a influência gradativa do português sôbre o falar dos índios.

Português	*Vlb.*	*Vpb.*	*Dpb. e Dbp.*
bicho-de-pé	— tunga	— tunga, tumbura	— tumbyra[18];
bigodes	— apûã-aba	— apûã-aba, apŷá-aba	— amotaba[19];
bondade	— angaturama	— angaturama	— katusaba[20];
bostela	— mereba, pereba	— pereba	— mereba-pirera[21];
branco, cristão	— karaiba	— karaiba	— karyba[22];
briga	— maramonhanga	— maramonhanga	— maramonhangaba;

C

Português	*Vlb.*	*Vpb.*	*Dpb. e Dbp.*
cabana	— teyî-upaba	— teîupaba	— teîupaba[23];

(18) — *Tumbura* e *tumbyra* são têrmos de difícil interpretação, a não ser que se queira fantasiar, como faz Batista Caetano no verbete *tumbi*. Não é impossível que se trate de uma combinação de *tunga*, com *ura — berne*.

(19) — A tradução literal do têrmo tupi é *pêlo do lábio superior*. *Apŷá-aba* se traduz por *pêlo de homem*. *Amotaba* é o têrmo guarani, que Batista Caetano quer composto de *amã(na) — cercar* e *taba* (por *aba*) — *cabelo do corpo*. Infelizmente, *taba* não existe, nem no guarani, nem no tupi com o sentido de *pêlo, cabelo*, embora Montoya, teórica, mas enganadamente, mencione o *t* inicial. Batista Caetano também não toma em consideração que, admitindo a sua etimologia, o *t* devia abrandar-se para *nd* por efeito dos fonemas nasalados de *amã(na)*. *Amotaba* que o *Vlb.* não registra pode ser mais uma indicação do contato de certas tribos setentrionais com os guaranis antes do seu retorno ao norte referido por Abbeville.

(20) — *Angaturama* não significa apenas *bondade*, mas ainda *bom*. A forma brasiliana em *saba*, sufixo formador de substantivos verbais, aqui transferido para o adjetivo *katú*, elimina a duplicidade do sentido. — Veja o nosso estudo referente ao sufixo *aba, saba*.

(21) — *Pirera*, em tupi, é o pretérito de *pira — pele* e significa *pele fora do corpo, o couro*. No brasiliano o sentido de *pirera* desenvolveu-se para *pele estragada, casca, escama*, de onde: *mereba pirera — chaga casquenta, escamosa*, já que os substantivos incluem o sentido adjetival.

(22) — Só muito tarde e no Norte se deu a contração de *karaîba* para *kariba*. Êsse fato é importante para a etimologia. *Cariboca*, um têrmo relativamente novo, pode assim ser traduzido por *descendente de branco* (e índio), mas *carijó* e *carioca* nada têm que ver com *karaîba* por terem existido antes de sincopar-se êste em *kariba*.

(23) — De *teyîa — multidão, comunidade, público*, e *upaba — pouso*. Quem melhor expõe o desenvolvimento semântico é Montoya:

Português	*Vlb.*	*Vpb.*	*Dpb. e Dbp.*
cabeceira	— akang-upaba	— akangapaba	— akangapaba(24);
cadáver	— teõmbuera	— teõmbûera, teõgûera	— teõgûera(25);
cadeia, corrente	— itàsama	— itàsama	— itàxama(26);
cadeira	— apykaba	— apykaba	— ûapykaba(27);
capoeira, (roça velha)	— kopûera	— kaapûera	— kokûera(28);

Teyî upaba — lugar público, lugar de muitos, de onde: *teiupá — o rancho pelos caminhos".*

Como vemos por essa citação, a forma contrata, que temos no *Vpb.* e no *Dpb.* já existiu no guarani antigo, também apocopada; *teîupá.* Parece que essa forma oxítona mal interpretada deu a de *tujupar,* na *Jornada do Maranhão,* de Figueira; *tixupar, tixipar,* nas *Cartas Avulsas,* pp. 220 e 312, e *tijupar,* nos *Doc. Históricos,* vol. 72; p. 108. O *r* final não tem aí razão de ser.

(24) — Nos dois vocabulários maranhenses não se apocopou *akanga,* como é de praxe no tupi. Em compensação, a segunda parte do composto sofreu uma aférese apenas concebível pela perda do seu significado primitivo: *uba — estar deitado, jazer,* de onde: *upaba lugar de estar deitado,* que finalmente composto com *akanga — cabeça,* dá *akang-upaba — lugar da cabeça (estar deitada), — almofada, travesseiro.* A supressão do *u* deixou a segunda parte pràticamente sem sentido, por privá-lo da raiz indispensável à identificação.

(25) — As formas do sufixo do pretérito: *pûera, mbûera; kûera, gûera,* não podem ser consideradas meras variantes próprios a qualquer dos dialetos tupi-guaranis. Os dois primeiros são formas exclusivamente tupis. *Kûera* não é sufixo admitido no tupi. Nos raros vocábulos tupis terminados em *kûera,* o *k* pertence ao tema. *Gûera,* em tupi, a não ser que o *g* pertença ao tema como em *angûera,* (pret. de *anga*), é o sufixo do pretérito das palavras terminadas tão só em *ba*: *aba — cabelo, agûera — cabeleira, peruca.*

O *Vpb.* fixou no caso o duplo desenvolvimento, enquanto o *Dpb.* se identifica na forma com o guarani.

(26) — A substituição de *s* por *x,* nos casos em que o *s* não é precedido de *i,* é uma tendência, que se nota esporàdicamente no brasiliano. No nheengatu é algo mais pronunciada.

(27) — A forma brasiliana incorporou o *û* inicial eufônico, que aparece no tupi precedido por um *g* muito suave (*gû*), apenas quando o antecede um dos pronomes *a, o, oró.*

(28) — *Capoeira* vem de *kopûera* e significa *o que foi roça e não o que foi mato,* porque a capoeira já é novamente mato, embora mais novo do que a *mata virgem.* Não é o único têrmo em que *kaá,* palavra mais freqüente do que *ko,* substituiu esta. Compare o verbete *roçado.*

Português	*Vlb.*	*Vpb.*	*Dpb. e Dbp.*
cidade	— tabusú	— tab(a)-usú	— mairy(29);
côco, coqueiro	— inaîá-gûasú	— ?	— ybàbasú(30);
comilão	— (abá-) karú	— tiara	— tiara-osú;
comprimento	— mukú, (p-)	— pukú	— pekùsaba(31);
companheiro	— irũ	— irùnamogûara	— irùnamogûara(32);
conhecer, saber	— kuaba	— kuaba	— kuab, kûáub
couro	— pirera, pirûera	— pirera	— soó-pirera(33);

(29) — Querem T. Sampaio e outros atrás dêle que *Mairy* seja agultinação de *Maíra* e *reyîa — multidão, reunião de franceses,* o que é pedir muito do *brasiliano* onde as contrações diminuem sensìvelmente. — *Mairy* como nome indígena de *Olinda* é mera hipótese de Pôrto Seguro (Secção 11), repetida por outros. As denominações indígenas documentadas de Olinda foram *Marim* e *Mirim. Mairy — cidade* aparece pela primeira vez no *Dpb.* A etimologia de Pôrto Seguro — *maira-y — rio* ou *água dos franceses* é perfeitamente aceitável, porque *mairy* como nome geográfico antigo só aparece em conexão com *água,* designando: *rios, lagos* ou *lugares à beira d'água.*

(30) — O côco (Cocus Nucifera) foi introduzido pelos portuguêses. É por isso que não tem nome próprio entre os tupis. O *Vlb.* comparou o côco da índia com o coquilho da pindoba — o *inaîá* e, por ser maior, apelidou-o *inaîá-gûasú.* No Norte denominaram-no simplesmente *fruta grande — ybàbasú,* de: *ybá-gûasú*>*ybá-ûasú*>*ybá-basú,* que passou para o português na forma reduzida por aférese a *babaçu.* É interessante a consonantização do *û* por influência do *b* na sílaba anterior.

(31) — Parece que, mesmo no dialeto tupinambá do *Vpb,* as formas substantivais de inicial móvel *m* estavam em franca decadência. No brasiliano a sua ocorrência está muito reduzida. Veja a nota 20.

(32) — Note-se a superfetação do têrmo *irũ-namo-gûara — o que está à guisa de companheiro.* As duas sílabas de *namo* são ambas átonas.

(33) — No tupi, *pirera* é, ao lado de *pirûera,* a forma pretérita de *mbira, pira, — pele viva, pele no corpo. Pirera* significa, assim: *pele tirada, couro,* em tupi. No brasiliano, por estranha evolução semântica, *pirera* tomou o sentido de *pele, casca* e *escama* em qualquer estado.

Para *couro* ou *pele tirada* de animais fixou-se o genérico *soópirera,* pròpriamente *pele* ou *couro animal.*

No *Dpb.* vem *seó pirera* por *soó-pirera,* que o reeditor não corrigiu, a despeito de figurar corretamente no reverso da *PM.*

D

Português	*Vlb.*	*Vpb.*	*Dpb. e Dbp.*
dedo (da mão)	— moã, (p.)	— poakanga	— po[34];
demorado, comprido	— pukú	— pukú	— pekú;
de onde	— umã suí	— umã sui, mã suí	— mã suí;
derramar	— ena	—	îusene[35];
eu o derramo	— a nhosen	— a nhoen, a nhosen, a îosen	— .....

[34] — Os têrmos correspondentes a *mão* e *dedo* mostram desenvolvimento deveras interessante.

Temos no tupi: *mbo, po — mão;*
moã, poã — dedo da mão;
moã-gûasú (p.) — polegar;
moã-kanga (p.) — dedo (no *Vpb.*) literalmente: *Ossos do dedo.*

No brasiliano: po — mão, no *Dpb.* também *dedo;*
poam (=poã) — polegar (*Dpb.* e *Cl.*);
poakanga — dedo (*Vpb.* e *Cl.*);
poakanga-oçú — polegar (*Dpb*)

Poã-kanga passou a significar *dedo,* no *Vpb.* têrmo que ainda aparece no brasiliano, ao lado de *poã,* em *poãkanga-osú,* correspondendo, porém, ambos a *dedo polegar.*

O sentido genérico de *poã* tende, pois, a desaparecer completamente dos vocabulários nórdicos citados.

À evolução semântica daquele lado junta-se outra fonética no extremo oposto. No guarani antigo *poã* alterna com *kûã,* forma que merece visível preferência de Montoya, enquanto Restivo só menciona *puã.*

[35] — Nada mostra mais nìtidamente a transformação da estrutura tupi primitiva do que certos verbos transitivos diretos. Nêles, a pouco e pouco, o sentido pronominal do *s* e da sílaba *îo, nho* iniciais representando o objeto direto, de enunciado sempre obrigatório, se foi perdendo, sendo incorporados ao verbo, que se torna absoluto.

Está neste caso o verbo *ena,* que se conjuga
a nhosen — eu o derramo (derramei),
onde *nho* é o objeto direto pronominal *o* (*a, os, as*) e o *s* um fonema puramente eufônico.

O verbo *derramar* aparece, assim, no brasiliano e depois no nheengatu na forma *îusene* ou *îusena,* onde passa então a conjugar-se absolutamente pelo paradigna neolatino:
a îusen — eu derramo e não *eu o derramo.*

Além dessa incorporação do pronome oblíquo deu-se a desnasalação de *nho* para *îu* (îo), que seria inadmissível, no tupi, ao lado da sílaba *sen,* que contém som nasal.

Português	*Vlb.*	*Vpb.*	*Dpb. e Dbp.*
derramar-se	— nheena	— îeîusena	— îeîusene[36];
derreter	— moykú	— momembeka	— momembeka, tykyr[37];
desatar, soltar	— raba, (a îorab)	— a îorab	— îoraû[38];
descanso	— mutuú, mutugûaba (p.)	— mutuú (p.)	— putuusaba[39];
desprezar	— moeteyma	— moeteyma	— nitio moeté[40];
diabo	— anhanga	— anhanga, îurupari	— iurupari[41];
difícil	— abaiba	— abaiba	— gûasú;
doença	— mbaèasy	— mbaèasy	— mbaèasysaba[42];

[36] — O efeito da incorporação do objeto direto pronominal aparece nesse verbo *îeîusena, îeîusene,* que, traduzido literalmente, dá *se o derramar.* Parece pela forma do *Vpb.* que até no tupinambá a incorporação já se havia generalizado.

[37] — Temos aí três têrmos diferentes para traduzir *derreter, liquefazer,* de acôrdo com os três dialetos. Todos são legítimas palavras tupis, cuja tradução literal é a seguinte:
momembeka — tornar mole, derreter;
moykú — tornar liquefeito, liquefazer;
tykyra — gota, goteira, gotejar;

[38] — Compare a nota 35. No brasiliano o *b* final vocalizou-se, permutando por *û,* que parece ter predominado em alguns dialetos e se manteve no nheengatu.

[39] — A forma *putuusába* do brasiliano mostra que a regra da transformação do sufixo *aba* em *gûaba* nos verbos terminados em *ú* e *ó* precedidos de outra vogal, já não se observava.

[40] — As duas primeiras formas são compostas de acôrdo com a praxe tupi. Sôbre o estranho desenvolvimento da forma negativa do verbo no brasiliano, leia o capítulo dedicado a *nitio.*

[41] — As entidades mitológicas pertencem geralmente a ciclos antigos da cultura. Êsse núcleo original sofreu com o tempo as múltiplas influências das aculturações. Tais enxertos são fàcilmente reconhecíveis pela expansão menor. As figuras iniciais encontram-se, via de regra, em todos os galhos da família, enquanto as adoções posteriores sempre traem a sua procedência pela região em que se generalizaram. *Anhanga* é figura legítima da mitologia tupi, enquanto *îurupari* lhe veio da região amazônica, onde o foco mais vivo existia no rio Uaupés, ocupado principalmente por índios panos e aruacas. Desconheciam-no, as tribos tupi-guaranis do Sul.

Eis o motivo por que as etimologias tupis do nome *jurupari* devem ser olhadas com justificado ceticismo. — A forma oxítona *anhangá,* que Varnhagen advogou, não encontra apoio algum em qualquer dialeto tupi-guarani.

[42] — A forma brasiliana, na qual aparece um sufixo verbal apenso a um substantivo composto, formado de dois nomes, é um neologismo inconcebível no tupi. É, como tantos outros, o fruto da tendência brasiliana para diferençar mòrficamente o substantivo do adjetivo. Compare o nosso estudo sôbre o sufixo verbal *aba.*

Português	*Vlb.*	*Vpb.*	*Dpb. e Dbp.*
doido	— angaingaiba	— akangaiba	— akangayba(43);
dormente	— îesyîa	— ?	— îiseî;

E

Português	*Vlb.*	*Vpb.*	*Dpb. e Dbp.*
engordar (tr.)	— mongyrá	— mokyrá	— mokyrá(44);
ensinar	— mboé	— mboé	— jimboé(45);
enterrar	— tyma (nho-)	— tyma(îo-, nho-)	— jotyme(46);
escada	— mytá-mytá	— mytá-mytá	— mutá-mutá;
escama	— apé, pé	— pirera	— pirera(47);
esconder-se	— nhemima	— nhemime	— jejomime(48);
estrada	— pepytera	— pe	— pe osú;
estrangeiro	— mamòygûara	— amó-ybyigûara	— amó abá retama-gûara(49);

(43) — Já parece haver influência européia em ambos os vocabulários maranhenses: "estar mal da cabeça".

(44) — As regras do abrandamento das consoantes surdas depois de sílabas nasaladas parece terem sido desprezadas no brasiliano desde as suas origens tupinambás.

(45) — *Mboé* é literalmente: *fazer dizer,* ou seja *ensinar*. No *Vpb. mboé* tomou também o sentido de *aprender*. A forma reflexiva tupi *nhemboé — estudar, decorar,* modificou-se em *jimboé* no *Dpb,* onde passou a significar não apenas *decorar,* mas ainda *ensinar* e *rezar* etc. O *Cl.* diverge um pouco do *Dpb.* e do *Vpb.*

(46) — Etimològicamente a forma brasiliana *jotyme* significa *enterrá-lo,* embora traduzam o verbo por *enterrar*. Note-se a desnasalação de *nho* para *io(jo),* que já se anuncia no *Vpb.* Compare a nota 35.

(47) — *Pirera* em tupi é, ao lado de *pirûera,* o pretérito de *pira — pele tirada, couro*. Em tupi *pirera* não significa *escama,* sentido que lhe deram os tupinambás do Norte. Compare a nota 33.

(48) — Essas formas brasilianas, que acumulam o pronome reflexo com outro oblíquo, mostram claramente que já se havia nelas olvidado o verdadeiro alcance da partícula *îo, nho* pela sua incorporação ao verbo. — Compare as notas 35 e 36.

(49) — Os têrmos dialetais aqui consignados representam três maneiras de enunciar a mesma idéia:

mamòygûara — o que mora fora d'aqui;
amó-ybyigûara — o que mora em outra terra;
amó-abá retama-gûara — o que mora em terra de outros homens.

Note-se o desajeitado circunlóquio do *Dpb,* comparado com a sucinta expressão tupi. Veja também o que a respeito de *ygûara* diz *O Caráter da Segunda Conjugação Tupi;* p. 150, nota 6.

F

Português	*Vlb.*	*Vpb.*	*Dpb. e Dbp.*
falador	— nheengëxûra	— nheengtara, nheengetá	— nheengûera(50);
farelo, crueira	— (mindó-) kuruera	— (mindú-) korera	— korera(51);
fastio	— îurùeyma	— ?	— nitio îurusé(52);
fechar (a porta)	— okendaba	— okendab	— okendá; moxaví;
ferir (na cabeça)	— apixaba	— apixaba	— îapixaû(53);
ferreiro	— jy-monhangara (e outros)	— jy-monhangara (e outros)	— pererú(54);
fome	— ambyasy	— ambyasy	— îemaasy;

(50) — Ao que parece, os tupinambás do Norte, por volta de 1700, quase não usavam o sufixo do costume: *sûera (xûera, ndûera)*. A não ser no verbete *agastadiço* não me lembra tê-lo encontrado no *Vpb.* preferindo-se ali o sufixo simples da série *ara*. Mas, a forma *tara,* que aparece em *nheengtara,* não encontra nenhuma justificativa no tupi. *Nheengetá* é o substantivo *nheenga — palavras,* seguido de *etá, muitas*. O sentido adjetival, que podem assumir todos os substantivos mesmo compostos, será *verboso,* que vemos no *Vpb.*

A *sûera* e suas variações eufônicas *xûera, ndûera* corresponde no brasiliano do *Dpb.* a partícula *gûera*. Trataremos dêsses sufixos em estudo mais desenvolvido no cap. IV desta III parte.

(51) — O composto *mindòkuruera,* que vemos reduzido nos vocabulários maranhenses a *korera,* é a aglutinação eufônica de: *mi-soka-kuruba-ûera,* que, em tradução literal, são os *restos (da peneirada) dos grãos pilados*. Êsse complexo vocabular passou para o português nas formas: *cauera, crueira, quirera* e outras mais.

Existe no tupi também o têrmo *kuruera* para restos da peneirada de cousas outras que não farinha.

(52) — O tupi *îurú-é* pode ser traduzido por *gôsto* ou *sabor do bocado, — do trago,* ou seja *estar com apetite*. — O antônimo tupi em ambos os casos é *îurueyma,* contração de *îurú-é-eyma — fastio, sem apetite*.

A simples análise da forma brasiliana bastaria, com sobras, para desmentir todos aquêles que pretendem estabelecer qualquer contato do *Dpb.* com os velhos tupinistas jesuítas.

Consulte também o capítulo dedicado à negação *nitio*.

(53) — O têrmo tupi se decompõe em: *a-pira-saba* que, de trás para a frente, se traduz: *ferir o couro da cabeça*. A forma brasiliana mantém-se no nheengatu *îapixaûa,* com o sentido lato de: *ferir, ferimento*. Compare a nota 11.

(54) — Em tupi, *jy* é o genérico para ferramenta; daí *jy-monhangara — fabricante de ferramenta*. No brasiliano adaptaram a palavra portuguêsa *ferreiro* (>*pereru*), o que faz presumir convivência de duração um tanto longa.

Português	*Vlb.*	*Vpb.*	*Dpb. e Dbp.*
fôrça, vigor	— myatã, pyatã	— myatã, pyatã	— pyrantãsaba(55);
forno (de farinha)	— nhaẽ-pyuna	— nhaẽpuna	— îapuna(56);
francês	— aîurú-îuba	— ?	— tapuy-tinga(57);
frechá-lo	— nhybõ	— nhybõ	— îemú(58);
frio	— roy	— roy	— tuy(59);
fuligem	— apepokumã	— ?	— tatatinga-repotí;
fumegante	— tatatinga	— tatatinga	— tatatinga monhang(60);
fusco, moreno	— pitanga	— pytanga, putanga	— tugûir pixuna serane, piranga serane(61);

(55) — Compare o estudo do *Sufixo Verbal "aba"*

(56) — Note-se a sucessão de contrações, que sofreu o têrmo tupi tão transparente: *nhaẽ-py-una — alguidar largo preto.*

No nheengatu *puna* é contração de *py>pu* e *una*. O *Dpb.* tem *îa* por *nhae*, e *îapuna* tomou até o sentido genérico de *forno*. — E, houve quem pretendesse enfronhar-se no *tupi* através de semelhante confusão!

(57) — Em tupi *aîurú* é o genérico para *papagaio. Papagaio amarelo* é uma alcunha alusiva ao cabelo louro dos bretões.

Como se vê pelo têrmo brasiliano, *tapyyîa*, que o *Vlb.* traduz por *escravo*, evolveu para o sentido genérico de *homem*. Aliás temos dessa tendência o testemunho do próprio *Vlb.* no verbete *negro de Guiné — tapyyî-una — homem preto* e da II. edição do catecismo de Araújo, que, à p. 138, também usa *tapyyîtinga — homens brancos*. Na Amazônia, já que havia *tapuios pretos* e *tapuios brancos*, o velho têrmo *tapyyîa*, contrato em *tapuio*, passou a designar o *índio*, dando ensejo falaz ao presumido pe. Tastevin de se perder no enrêdo das suas próprias fantasias. (Edição brasileira, § 12–17).

(58) — As iniciais *nh* (=î) representam o objeto direto pronominal, que incluímos para melhor compreensão da forma brasiliana quase inidentificável sem essa indicação. O *Cl.* tem *jabon*.

(59) — Que o *r* final permuta com o *t*, sabe-se de numerosos exemplos; mas da identidade do brasiliano *tuy* com o tupi *roy* poderíamos duvidar, se a palavra não se achasse também no dicionário da Poranduba Maranhense, no *Cl.* e em outros vocabulários brasilianos na forma de *toig*.

(60) — O têrmo brasiliano trai a influência do português e mostra, que o sentido adjetival dos nomes tupis já se ia perdendo nesse dialeto de franca aculturação.

(61) — Nem o *Dpb.* nem o vocabulário de frei Onofre, nem o *Cl.* trazem o verbete *pitanga — fusco*, que nêles vem substituído por *tuguîr* (sangue?), *pixuna serane, pexuna katú* e *piranga serane*. Isso pode ser considerado como indício de que o adjetivo *pitanga* já tinha caído ou estava caindo em desuso, o que não impediu a sua inclusão

(continua)

Português	*Vlb.*	*Vpb.*	*Dpb. e Dbp.*
gago	— nheeng-erùerú	— ?	— nheeng-pitàpitá(62);
garganta	— aseoka	— aseoka, kurukaba	— kurukaba(63);
gato	— marakaîá	— bixana	— pixana(64);
gêmeos	— kõîa	— kõîa	— monaxi(65);
gente	— abá, asé	— mirá	— mirá, myra(66);
gentio, selvagem	— apŷabaiba	— apŷabaiba	— tapuîa kaapora;
girar, rodar	— babaka (it.)	— babaka	— baboka;

na tal II. parte do *Dpb.* publicada em 1934. *Serã-ne* é um velho têrmo tupi, que no brasiliano conservou a acepção de: *algo, algum tanto, tirante a*. Daí temos literalmente: *pixuna serane — algo escuro* e *piranga serane — um tanto vermelho*. O correspondente guarani é *herã (ne)*.

(62) — Enquanto o brasiliano caracteriza a *gagueira* como o guarani, pelo iterativo do verbo *pytá — ficar* ou *estacar repetidamente*, o tupi o faz da mesma forma com *rura — trazer* ou *proferir repetidas vêzes, aos pedaços*. Temos assim literalmente: *estacar repetidamente a fala*, no brasiliano, e *proferir as palavras repetidamente* no tupi. Ambos os têrmos retratam *o gaguejar* com expressiva fidelidade. O *Cl.* regista *nheenga putá putá*.

(63) — O têrmo antigo é *aseoka*. *Kurukaba* que se generalizou no Norte, é um verbal derivado de *kuruka — rosnar, roncar* e significa pròpriamente *órgão com que se ronca*.

(64) — Pelo contato com os colonos os índios adotaram a palavra familiar portuguêsa *bichano*, distinguindo assim o gato caseiro dos silvestres, do *marakaîá*, segundo nos informa o jesuíta *Eckart — Zusätze* etc. p. 543.

(65) — O têrmo tupi significa *duas cousas pegadas naturalmente*. Menos transparente é o brasiliano *monaxy* e não *monoxi* como vem no *Dpb.* O que está fora de dúvida é que na sua formação entrou o vocábulo *asy* (no tupi: *asyka*) — *pedaço*, que no guarani aparece na designação do *gêmeo que nasce em segundo lugar*, na forma de *ahy*, no pretérito *ahygûé* (= *asykûera* no tupi). Comp. *Restivo*, verbete *mellizos*.

(66) — *Asé* encontra-se no tupi como no guarani: e, embora não figure, nem no *Dpb.* nem na *Pm.* foi também arrolado na tal II. parte do *Dpb.* editado inconsideradamente no tomo 18 da Revista do Museu Paulista.

Mirá, myra e *mira* (*Cl*). correspondem, nos vocabulários maranhenses, ao tupi *asé* e mantém-se no nheengatu na forma *mira*. Note-se porém, que Bettendorff só emprega *asé* (aliás: *asẽ*) no catecismo que traz o seu nome.

No guarani antigo, há outro têrmo para *gente*: *mby*, que no guarani moderno tomou a acepção de *inimigo, estrangeiro*.

Português	*Vlb.*	*Vpb.*	*Dpb. e Dbp.*
gral, pilão	— unguá	— induá	— enduá(67);
grosso (fio, pano)	— pogûasú	— pogûasú, poasú	— poosú(68);
grossura (")	— pogûasú	— poasú	— poosusaba(68);

H

Português	*Vlb.*	*Vpb.*	*Dpb. e Dbp.*
horta, quintal	— mityma	— mityma	— kindara(69);
hospedar, acolher	— mombytá	— mombytá, mopytá	— mopytá(70);

I

Português	*Vlb.*	*Vpb.*	*Dpb. e Dbp.*
ilha	— ypaũ	— kaapoó, *vulg.* kapaó	— kaapoã(71);

(67) — É um dos têrmos tupi-guaranis presente em todos os dialetos, pois designa um dos elementos básicos da sua cultura. A despeito disso é um tanto instável na forma. A *unguá, induá, enduá* corresponde *anguá* no guarani.

(68) — Nestes correspondentes a *grosso* e *grossura* temos um bom exemplo com que mostrar o desenvolvimento mórfico e semântico, que vai do tupi ao brasiliano.

Po-gûasú, originàriamente um substantivo concreto, designava o *fio grosso* e, por evolução semântica, os *artefatos "de fio grosso"*.

Do sentido adjetival inerente a qualquer substantivo tupi, no caso: *de fio grosso*, desenvolveu-se, com a elevação da cultura, o nome pseudo-abstrato *grossura* mas de sentido ainda confinado no domínio restrito de *fiado* e *tecido*, lembrando a progênie.

No brasiliano prevaleceu por fim a influência da língua portuguêsa, que, por meio de sufixos deriva substantivos abstratos de adjetivos. E, assim, de *po-osú*, adj. — *de fio grosso* formou-se ali *po-osú-saba — grossura de fiado ou tecido*, distinguindo mòrficamente o substantivo abstrato do seu adjetivo, uma caracterização inexistente no tupi, onde o *nome* (adjetivo e substantivo) é de fato uma única entidade mórfica. A diversificação está, em casos que tais, a serviço da clareza.

(69) — Note-se, que ao particípio *mityma — plantado* (*o plantado*) corresponde no brasiliano o lusismo *kindara*, adaptação de *quintal*.

(70) — A regra do abrandamento (p>mb) por influência de som nasal, aqui *mo*, vai perdendo a sua primitiva rigidez, como vimos em outros casos.

(71) — Não há dúvida, quanto à designação primitiva para *ilha*, no tupi-guarani, que foi *paũ*, embora a formação dos compostos, que tanto atrapalhou Batista Caetano, nem sempre obedecesse ao mesmo raciocínio. Compare: (continua)

Português	*Vlb.*	*Vpb.*	*Dpb. e Dbp.*
inquietar, bolir	— abyky	— abyky	— auky(72);
inverno	— roy	— amana ara	— amana ara(73);
ira, raiva	— nhemoyrõ	— nhemoyrõ	— nharõsaba(74);

J

Português	*Vlb.*	*Vpb.*	*Dpb. e Dbp.*
joelho	— tendypyã	— ?	— jenepyã;
jogo, brincadeira	— nhemosaraîa	— nhemosaraîa	— nhemosaraîtaba;

L

Português	*Vlb.*	*Vpb.*	*Dpb. e Dbp.*
largo	— py	— tepupyr	— tepopyr(75);

kaá-paũ — ilha de mato (em campo) com
y-paũ — ilha (em rio ou mar).

No primeiro têrmo, *kaá* indica o material de que é formada a ilha, e, no segundo, *y* indica o lugar onde se acha a ilha. — As línguas têm a sua própria lógica.

O que se não pode negar é que, no Maranhão, ainda entre os índios relativamente segregados, *kaá-paũ*, pròpriamente *ilha de mato, o capão*, tomou o sentido genérico de *ilha*, modificando-se a palavra para *kaapaó* e *kaapoó* no *Vpb.* para *kaapoã* (*caapoám*) no *Dpb.* e no *Dbp.* e *campán* no *Cl.* — Houve aí confusão não apenas na primeira parte do composto, mas também na segunda, baralhando-se

paũ — ilha com
apûã — ponta de terra ou mato.

Em tais desenvolvimentos, em lugar de corrigir fatos consumados, convém antes apontar tendências. Mas não se queira apregoar como tupi *original* o resultado dessas transformações, semeando confusão e desalento no espírito dos estudiosos. Daí a nossa divisão do tupi em três fases distintas: *a tupi, a brasiliana* e *a neengatu*, destinadas a indicar, cronològicamente, o desenvolvimento do tupi, sujeito a crescentes influências alienígenas.

(72) — Note-se a evolução mórfica: *abyky>aûyky>auky*.

(73) — São exclusivamente as condições climáticas, que impuseram a escolha do nome: *roy — frio*, nas regiões meridionais e centrais da área tupi e *amana ara — tempo de chuva*, ao Norte.

(74) — Ambos são legítimos têrmos tupis, traduzindo-se o primeiro por *o enraivar-se* e o segundo por *braveza*. — Note-se o uso crescente do sufixo *aba* com certas variações, no brasiliano.

(75) — O dialeto do Maranhão conservou aí um composto de *py — largura interior, largo por dentro*, que também se encontra no guarani(!), mas cuja etimologia é obscura.

Português	*Vlb.*	*Vpb.*	*Dpb. e Dbp.*
liberal, dadivoso	— tekateym-eyma tekûateym-eyma	— tekûateymay-ma	— nitio tekateyma-ûaé(76);
longe, muito distante	— apué-katú	— apé katú	— apé-katú;
lua nova	— îasy-sémamo	— iasy-posasy, îasy-sémamo	— jasy-pesasú(77);

M

Português	*Vlb.*	*Vpb.*	*Dpb. e Dbp.*
madeira, pau	— ybyrá	— ybyrá	— ymyrá;
mãe	— sy	— sy, may, máîa	— máîa(78);
mais (um pouco)	— pyryb	— pyry	— pyr, puryb;
mau, mal; velhaco	— memûã	— memûã	— meûã;
mamar	— kambú	— kamby (!)	— kamby-uú(79);
mel	— eira	— ira	— yra(80);
mergulhar, afundar	— pumĩ	— pomĩ	— so ipy pe(81);

(76) — Veja o capítulo sôbre *nitio*. Grafamos *ûaé* por *oaé*.

(77) — Se não tivessemos também no guarani (!) a expressão *îasy pyahú*, estaríamos tentados a ver um lusismo nos têrmos tupinambás:

îasy posasy e *îasy pysasú*.

Um caso interessante de bifurcação mórfica temos no *Vpb*. onde o adjetivo *novo* isolado é *pusasú* e combinado com *lua*: *posasy*, enquanto o *Dpb*. tem *jacy pesasú* e o *Cl*. *jaci pesasú*.

(78) — Um expressivo exemplo do nascimento de certas formas nheengatus.

(79) — A julgar pelo *Vpb*. os próprios tupinambás do Maranhão já haviam olvidado o antigo verbo *mamar* — *kambú*. Êste é uma contração muito antiga de *kamby-u* — *beber líquido do peito, Kamby* em tupi é, pois, apenas *leite* e não *mamar*.

No brasiliano, por outro lado, o verbo concretizado *uú*, alternação de *y-u beber água* tomou o sentido geral de *beber* e assim, traduziu *mamar* por *kamby-uú*. Etimològicamente o têrmo *nheengatu* para *mamar* se compõe das palavras *kama* + *y* + *u* + *u*, ou seja *beber (água) o líquido do peito*.

São tais mostrengos que valeram ao tupi as múltiplas restrições, nas épocas em que, por incrível pareça, o *Dpb*. era tido como legítimo vocabulário do tupi antigo.

(80) — O têrmo *eira* entra na denominação de várias castas de abelhas.

(81) — Note-se o cunho português do circunlóquio brasiliano, literalmente: *ir ao fundo (da água, do rio)*.

Português	*Vlb.*	*Vpb.*	*Dpb. e Dbp.*
mostrar	— kuameenga, kuabeenga	— kuab-meenga, kameenga	— kûameeng, komeeng;
mudo	— nheengú	— nheengú, nheengayma	— nitio o nheengûaé(82);
mulher velha	— gûaibĩ	— guaymí, ûaomí	— kunhã guaimĩ(83);
murchar	— nhynhynga	— nhynhynga	— tening serane(84);

N

Português	*Vlb.*	*Vpb.*	*Dpb. e Dbp.*
nada	— aani	— aani; *vulgar*: niti mbaé, nambaé	— nitio mbaé(85);
nadador	— ytaba	— ytab, utasara(!)	uitabo ûaé(86);
não	— aani	— aani, *vulgar*: nitibi	— nitio(87);

(82) — Como se vê, ao estranho têrmo primitivo *nheengú* — *engulir a fala*, o *Vpb*. já opõe *nheengayma* (=nheeng-eyma) — *não falar* que é verbo, como, aliás, também *nheengú*. O brasiliano obtém o mesmo sentido com a perífrase: *nitio o nheeng ûaé* — *o que não fala*. Sôbre *nitio* veja o capítulo respectivo.

(83) — O têrmo para *velha* aparece repetido no *Vpb*. e no *Dpb*.

O *Vpb*. registrou duas formas léxicas:

uaomí (= ûaûmí) — mulher velha.
guaymí — velha.

O *Dpb*. por sua vez tem:

guaimim — velha.
kunhã goaimim — mulher velha.

É possível que a repetição provenha da cópia de outros vocabulários. A expressão *kunhã guaimĩ* pleonasmo evidente, indica certo esfumar do sentido de *gûaibĩ, gûaimĩ*, que já inclui o sentido de *mulher*.

O *Cl*. tem *goaimim* e *goamin*.

(84) — O têrmo brasiliano *tening*, aliás *tining* como vem escrito no lugar respectivo, é pròpriamente *sêco*, sendo a tradução exata de *tining serane* — *algo sêco*, que se aproxima sofrìvelmente ao sentido do verbo *murchar*. O *Cl*. traz: *tining* — *murcha cousa e jetining* — *murchar-se*.

(85) — Note-se o desaparecimento gradativo de *aani* ao Norte. Veja o capítulo que trata de *nitio*, desenvolvimento brasiliano do tupi *n'i tybi* — *não ha*.

(86) — Também se vai enfraquecendo a função adjetival dos verbos intransitivos, substituídos aos poucos pelos verbais em *ara* e *bae*, êste grafado *oae* no *Dpb*.

(87) — Veja o capítulo: *A Negação Brasiliana "Nitio"*.

Português	*Vlb.*	*Vpb.*	*Dpb. e Dbp.*
navio	— ygarusú	— ygarusú	— marakatĩ(osú) (88)
negro, s.	— tapyyîuna, tapyynhuna	— tapyyîuna, tapyynhuna	— tapanhuna(89);
negro, adj.	— una	— una, pixuna	— una, pixuna(90);
nevoeiro	— ybytinga	— ybytùtinga	— ybyturana(91);
ninguem	— aani	— nabá, nitiabá	— nitio abá(92);
ninho	— sayty	— sayty	— sobatim(93);
nuvens claras	— ybytinga, ybatinga	— ybytutinga, yûututinga	— { ybytutinga, ybake tinga, ybytu nane(94);

(88) — O têrmo brasiliano tem o sentido literal de *proa de maracá*, que lembra as grandes canoas de guerra dos tupis, que levavam um maracá sagrado na proa. — Jaboatão descreve a prática indígena (vol. I. p. 154). José Veríssimo ainda ouviu o nome com sentido de *navio*, em 1882, (Populações Indígenas, pp. 335/6 da Rev. do Inst. Hist. e Geogr. Bras. tomo 50). O *Cl.* tem *maracantim açú*. - O *Vlb.* não sanciona a forma pernambucana *ygarasú* por *ygarusú*.

(89) — É a palavra *tapyyîa, tapuyîa — escravo*, acrescida do adjetivo *una — preto*, literalmente o *escravo negro*. Por evolução semântica *tapyyîa* vai tomando o sentido geral de *homem*. Compare a nota 57.

(90) — Ao Norte o têrmo *pytuna — escuro, noite*, diversificou-se em *pyxuna*, que, ao lado de *una*, tomou o sentido de *preto*. — Compare o verbete *preto* e a nota 110.

(91) — O tupi distingue as *nuvens brancas — ybá-tinga* (*céu branco*) do *nevoeiro baixo — yby-tinga* (*terra branca*). Não cabe, pois, a nota de Ayrosa a *nevoa*, no *Cl.* O *Vpb.* tem *ybytutinga, yvututinga*, literalmente *vento branco*, tanto para *nuvens brancas*, como para *nevoeiro*.

O *Dpb.* e o seu reverso da *Pm.* tem *ybytú rana* (*parecido a vento*) para *nevoeiro* e *ybytú tinga, ybytú rana* e *ybake tinga* para *nuvens brancas*.

(92) — Note-se a crescente intromissão do têrmo *nitio*. Veja os verbetes: *nada — não* e o capítulo sôbre *nitio*.

(93) — Forma intermediária temos em *sobaiti* do *Cl.*

(94) — Ybytinga — (terra branca) seriam as *nuvens brancas baixas* e *ybatinga* — (céu branco) as altas.

Compare a nota 91. — A forma *rana*, que o brasiliano conservou no correspondente a *nevoeiro*, aparece aqui alterado para *nane*.

O

Português	*Vlb.*	*Vpb.*	*Dpb. e Dbp.*
óculos	— tesá-gûarugûá, tesá-arugûá	— tesá-gûaruá	— sesàroá(95);
operário	— morabykyara	— morabykyara	— moraukysara;

(95) — Comparando os correspondentes tupis para *óculos* e *espelho* com os guaranis, não há como furtar-se à impressão, por vêzes manifestada, de que *arugûá, gûarugûá — espelho*, também aproveitado em *tesá-arugûá, tesá-gûarugûá — óculos*, provenha do francês *miroir*. Tanto o *espelho* como os *óculos* eram desconhecidos dos tupis. Quando com êles tomaram contato, tiveram, pois, que designá-los, ou conservando-lhes os nomes estranhos, ou criando neologismos descritivos. Êstes seriam necessàriamente formados de palavras usuais e, portanto, transparentes.

É o que se verifica no guarani antigo, onde temos, entre outros:
tesá-yrú — óculos (continente ou prato dos olhos);
îeechacaba (*îeetxakaba*) — *espelho* (= objeto para se olhar).
nheang-etxakaba — espelho (objeto de ver a sua sombra, o reflexo).

Nenhuma dessas denominações, que fixam o uso dos objetos, segundo a praxe do índio, oferece dificuldade à compreensão.

O mesmo não se dá no tupi. Não conhecemos nenhuma palavra tupi que possa ter dado origem a *arugûá* ou *gûarugûá*, com sentido aplicável tanto a *espelho*, como a *óculos* em *tesá-arugûá, tesá-gûarugûá — espelho dos olhos*.

Nos *Ensaios de Ciência*, II, nota 20, pp. 106/07. Batista Caetano sugeriu o étimo *aruã* (aliás *aroana* em tupi), que no *Vlb.* significa *apropriado, acertado, jeitoso*, e, portanto, nada exprime, que se relacione com a utilidade dos dois objetos, ficando inteiramente à margem da índole indígena.

No *Vocabulário da Conquista Espiritual* Batista Caetano reconhece a inconsistência de *aruã*, substituindo-o por *gûaruã* (=*oãruã*) aglutinação engenhosa, mas no tupi ainda mais impossível do que no guarani, de:

O — *seu*, ou seja *seu próprio;*
ã = *anga* no tupi — *sombra, reflexo*.
ro = partícula comitativa — *faz consigo;*
a = *ara* no tupi — *nascer*, ou
ã = *ama* no tupi — *estar de pé, erguer*. (p. 316).

Além de ser um tanto artificiosa, falta a essa etimologia: *sua própria sombra faz consigo* (*em si*) *nascer*, o pronome relativo inicial *aquilo que*, elemento que nunca se dispensa em tais compostos tupi-guaranis, ou seja o sufixo *bae*.

Entretanto, se virmos em *arugûá, gûarugûá* o têrmo francês *miroir*, amanhado a seu modo pelos tupis, o problema etimológico deixa de existir; apenas teríamos no tupi, ao lado dos lusismos, também um galicismo.

Àqueles que acharem improvável a transformação *miroir* em *arugûá* ou *gûarugûá* lembramos estoutras:

Português	*Vlb.*	*Vpb.*	*Dpb. e Dbp.*
órfão de pai	— tubeyma	— ?	— nitio paîa ûaé(96);
ostra	— rerí	— rerí	— iriry, yrirí;
ovas (de peixe)	— suba	— pirá rupiá	— pyrá ropiá(97);

P

Português	*Vlb.*	*Vpb.*	*Dpb. e Dbp.*
pai	— tuba	— tuba, *vulg.* paîa	— tuba, paîa;
pano	— aoba	— pana, pano	— pana;
papagaio	— aîurú	— ?	— îerú;
pasto	— karuaba	— karuaba	— karuaba; mbaèusaba(98);
pedaço	— pesembûera	— pesengûera	— pesengûera(99);
pelá-lo, depená-lo	— saboó	— sabooka	— saboka;
pele	— pira	— pira	— pirera(100);

Francisco — Pancicú
Lourenço — Rorẽ
Pires — Piribira,
salvagem — saravaia,
etc.

O têrmo aparece pela primeira vez no Colóquio de Léry, na forma *aruá*. Já era corrente na época. Isso não deve surpreender, porque havia então meio século que os francêses freqüentavam as nossas costas e os espelhos foram sempre um dos seus artigos de resgate muito apreciados pela faceirice índia.

É também muito eloqüente o fato de o têrmo ter sido documentado em tôda a costa visitada pelos franceses.

(96) — Bastaria êsse *nitio paîa ûaé* do *Dpb.* em face ao tupi *tubeyma*, para aquilatar o estado de desnaturação a que havia chegado aquela fala mestiça do Norte. Mesmo o *Cl.* ainda tem um hibridismo menos rebarbativo em *paya yma*.

(97) — O têrmo *upiá*, (s-, r-) é pròpriamente *ovo*. Nem no tupi, nem no guarani é aplicável às *ovas de peixe*. Deve ser lusismo ideológico.

(98) — Note-se êsse verbal *usaba*, derivado de *mbaèú — comer*. Em tupi só é admissível a forma *mbaègûaba*. No brasiliano as variações eufônicas de *aba, saba* tendem a desaparecer.

(99) — O sufixo do pretérito *gûera* lembra, como outras feições do dialeto maranhense, tendências guaranis, a que repetidamente nos referimos.

(100) — Nos dialetos maranhenses fixou-se aos poucos a forma *pirera*, que no tupi é o pretérito irregular de *pira — pele; pirera — pele fora do corpo, couro*. O *Vpb.* cita claramente a distinção. — Compare a nota 33.

Português	*Vlb.*	*Vpb.*	*Dpb. e Dbp.*
pente	— kygûaba	— kyûaba	— kybaba(101);
pentear, cardar	— abyky	— akapyka	— kapyk(102);
perdão	— nhyrõ	— nhyrõ	— nhyrõsaba(102a);
peregrino, viajante pedestre	— atara	— atara, atasara, *vulg.* gûatasara	— gûatasara(103);
perguntador	— morandupara, p.	— porandusara	— porandusara(103);
perpassá-lo	— sasaba	— sasaba	— sasaû(104);
pestana	— topèaba	— tesàraba	— tesá-saba;
poente, ocidente	— kûarasy-ikèaba	— ?	— mamé kûarasy kanhemo;
polegar	— moã-gûasú, poã-gûasú	— ?	— poã, poakanga osú (105);
ponte	— nharybobõ	— mytá-motá	— ygasapaba(106);
pôr, vestir	— mondeba	— mondeba	— mondé;
pôrto, ancoradouro	— ygá-rupaba	— ygara-rupaba	— ygá-ropaba, ygarapaba;
possuir, ter	— rekó	— rekó	— oerikó;

(101) — Vimos que muitas vêzes corresponde no brasiliano um *û* ao *b* tupi. Aqui temos o inverso: *gû* tupi e *û* do *Vpb.* vêm substituídos por *b* no brasiliano. Fato idêntico se dá com *babaçu* do tupi *ybá-gûasú — fruto (côco) grande*.

(102) — Notem-se os estranhos metaplasmos que distanciaram, a forma nortista da tupi e da guarani.

(102a) — Note-se mais êste exemplo do crescente aparecimento dos derivados em *saba* no brasiliano.

(103) — Veja o estudo "O Sufixo Agente *ara, sara*", onde tratamos extensamente dêsse e de outros verbais.

(104) — Temos aí mais um exemplo da mudança do *b* tupi em *û* no brasiliano. Veja também a nota 101.

(105) — Veja a nota 34.

(106) — O têrmo tupi, que se encontra no guarani na forma de *yrybõbõ* parece haver caído em desuso pelo Norte. *Mytá-motá* do *Vpb.* é uma pequena alteração de mytá-mytá — escada. No *Dpb.* temos *ygasapaba*, que literalmente é *passagem do rio*, que pode ser *ponte* ou *vau*.

Português	*Vlb.*	*Vpb.*	*Dpb. e Dbp.*
povoar	— tá-monhanga	— tá-monhanga	— porakar(107);
prata (moeda)	— itaîutinga	— itàtinga	— itàîuba(108);
prego	— itàpygûá, itàpyûa	— itàpygûá, itàpyá	— etàpuá(109);
preto, adj.	— una (s-, r-)	— una, *vulg.* pixuna	— una, pixuna(110);
primogênito	— tayr-ypy, h. membyr-ypy, m.	— ?	— senondegûara(111),

(107) — Enquanto *ta-monhanga* (= *taba monhanga*) é *criar aldeias, porakara* é pròpriamente *encher,* aqui: *encher de gente.*

(108) — O verbete *prata* é um tanto desnorteante nos vocabulários tupis. *Prata* no sentido próprio é *itá-tinga,* em tupi, como vem no *Vpb. Itaîuba* do *Dpb.* e *itá-îu-tinga* do *Vlb.* têm acepção secundária e significam *dinheiro de prata.* O seu desenvolvimento é deveras interessante. A princípio, quando as moedas de ouro eram relativamente comuns, o índio traduziu *dinheiro* simplesmente por *ouro—itá-îuba (metal amarelo).* Mas, aos poucos, a eterna inflação do nosso meio circulante fez com que as moedas de ouro fôssem substituídas por outras de prata e o índio, para cuja mentalidade o sentido predominante de *itá-îuba* já era então *dinheiro,* passou a denominá-lo *itaîutinga — dinheiro branco.*

Essa designação constituiria verdadeiro contra-senso, se não tivessemos presente o desenvolvimento semântico do têrmo, pois literalmente: *itá-îuba-tinga* — significa *metal amarelo branco.*

O *Dpb.* dando *itajuba* como tradução de *prata,* baralhou tudo. Para êle *prata* tem o sentido de *dinheiro,* mas o têrmo tupí, que dá como equivalente *itajuba,* nunca significou *prata* ou *dinheiro de prata* em tupi mas tão sòmente *ouro* e *moedas de ouro.*

Veja também o que dissemos a respeito de metais e dinheiro no capítulo: *Os Lusismos nos Vocabulários Brasílicos.*

(109) — É outro exemplo das sucessivas contrações. O *Cl.* tem *itapyá,* como o *Vpb.*

(110) — *Pixuna* é composto de *pira — pele, casca mole* e de *una* (s-, r-) — *preto.* Encontra-se no *Vlb.* no verbete: *tingido ou tinto estar* (de jenipapo) — *xe îanipá-pi-xun,* pròpriamente: *estou de pele preta de (suco de) jenipapo.* Neste exemplo *sun — está preta* transmuda-se em *xun* por efeito do *i* antecedente. — No brasiliano o sentido de *pixuna* ampliou-se ao lado de *una,* que vai rareando até desaparecer completamente no nheengatu.

(111) — Os têrmos tupis correspondem exatamente a *primogênito,* sendo o primeiro usado com relação ao *pai* e o segundo à *mãe.* O brasiliano *senondegûara* quer dizer *o seu dianteiro,* que não é necessàriamente o *primogênito,* a não ser que subentendamos: *da família.*

R

Português	*Vlb.*	*Vpb.*	*Dpb. e Dbp.*
rabo	— sûaîa	— sûaîa	— sobaîa;
raio	— amã-beraba	— amamberaba	— itá ybytú aiba sui gûara (Dpb.) itá tupã suí o semo ûaé (Pm.)(112);
rapariga, mocinha	— kunhãtaĩ	— kunhãtaĩ	— kunhatẽ;
rebolo	— itaky-(nhatimana)	— itaky	— itàbaboka(113);
redondo	— apuá	— apuá	— apuã;
resíduos (da peneira)	— (mindó)-kuruera	— (mindú)-korera, karuera	— korera(114);
roçado			
comp. "quinta"	— kopisaba	— kopixaba	— kapixaba(115);
roupa	— aoba	— aoba, oba	— oba;
roxo	— oby (s-, r-)	— oby, *vulg.* pixuna	— pixuna serane(116)

(112) — Veja: *Lusismos Ideológicos,* 2, no capítulo: *Os Lusismos nos Vocabulários Brasílicos,* onde tratamos desta expressão. No *Cl.* vem *ybác itapora — pedrada do céu.*

(113) — *Itaky* é apenas a *pedra de afiar. Nhatimana é rodar, rodante.* O *Dpb.* preferiu *baboka* (em tupi *babaka*), um iterativo que significa *revirar, revirante.*

No Cl. temos *itacui* por *itaky* e *itakibaba* por *itaky babaka.*

(114) — Mais um exemplo ilustrativo do crescente deperecimento do tupi por influências alienígenas. Veja o verbete *farelo* e a sua nota 51.

(115) — O vocabulário da *Pm.* tem *kopixaba,* como também o pe. Eckart. — Mas, a troca de *kopisaba* ou *kopixaba* em *kapixaba* operou-se muito cedo, como se vê em *Serafim Leite — Novas Cartas Jesuíticas;* pp. 219 e 224, pelo menos entre os portuguêses. Essa forma entrou em nosso vocabulário para designar os habitantes do Estado do Espírito Santo em geral. A razão da troca do *o* em *a* é fàcilmente compreensível, pois há em tupi dois parônimos de sentido muito aconchegado:

kopisaba — roçado derrubada da mata para fazer roça e
kaapisaba — monda, limpeza da roça.

Em *capoeira,* do tupi *kopûera,* temos outro caso de apofonia da mesma origem. Prevalece o têrmo mais usado, no caso, *kaá.* A conversão do *s* em *x* depois de *i* é da índole do tupi. — Veja no *Vlb.* II. ed. os verbetes: *mato que já foi roçado* e *roçado.*

(116) — Já temos agora três acepções tupis de *oby*: *verde, azul* e *roxo. Pixuna* é pròpriamente *negro, preto,* nos dialetos nórdicos; v. a nota 110. — Quanto a *serane,* compare a nota 61.

S

Português	*Vlb.*	*Vpb.*	*Dpb. e Dbp.*
salobro	— eembyka	— eembyka	— seembuka (Dpb.) caembuc (Cl.) (116a)
salto	— pora	— pora	— pore;
saúde	— tekobèkatú	— tekobé	— katùsaba(117);
sebo	— kagûera	— kagûera	— kaba, kaba-kûera;
senhora, dona	— îara	— iara	— îara, maytinga;
sobrenome	— te-moîeapy-saba	— tera apyra, tera ioapyra	— sera arpe gûara (118);
sogro (do h.)	— tatuuba	— tatuuba	— tatuba;
surdo	— apysá-eyma	— apysakayma	— nitio i apysá ûaé (119);

T

Português	*Vlb.*	*Vpb.*	*Dpb. e Dbp.*
tanger, tocar	— mopú, py	— mopy, py	— moapy;
terra firme	— yby eté	— yby eté	— yby reté(120);
tingir	— *não há têrmo geral*	—	mundé tinta pupé (121);

(116a) — A segunda letra do último verbete deve ser *e* (*ceembuc*).

Eẽ é *sápido, gostoso,* aqui *salgadinho,* enquanto *byka* significa *aproximado, quase,* do verbo *tocar em*. *Eembyka* tem o sentido de *quase salgado, um tanto salgado*.

(117) — Coteje o estudo dedicado ao verbal em *aba, saba*.

(118) — Como o interessante complexo vocabular *te-moîeapysaba* cedeu o lugar ao lusismo *sera arpe gûara* expusemos no § 6 do capítulo *Os Lusismos nos Vocabulários Brasílicos*.

(119) — Tendo o brasiliano banido a velha negação *eyma — não, sem,* pelo surpreendente *nitio,* os compostos tupis com *eyma* não puderam manter-se. Já no *Vpb*. temos *yma* em vez de *eyma,* como se vê também em outros exemplos.

(120) — Note-se a transformação de *eté* em *reté,* estabelecendo certa confusão com *eté* (t–, r–, s–) — *corpo, corpóreo*.

(121) — Um dos caracteres das línguas americanas é serem concretizantes. Os conceitos genéricos e gerais têm nelas desenvolvimento muito limitado. É por isso que os verbos transitivos não dispensam o seu objeto direto. No caso em lide não havia *tingir,* mas *tingir de certa côr*: (continua)

Português	*Vlb.*	*Vpb.*	*Dpb. e Dbp.*
todos juntos	— oîepé gûasú	— oîepé gûasú	— îepé osú;
tornozelo	— pynhuã-kanga	— ?	— pygûá;
tosquiar	— pina	— pina	— îupine;
eu tosquio	— a nhopin	— a nhopin	— xa îupin;
trabalhar	— porabyky	— porabyky	— porauky;

V

Português	*Vlb.*	*Vpb.*	*Dpb. e Dbp.*
valente	— kyreymbaba	— kiribab	— karimbaba(122);
varanda	— îuraybaté	— ?	— kopiara(123);
vazar	— ena	— ena	— îusene;
êle vaza	— o nhosen	— o îosen	— o îusen;
vazio	— por-eyma	— porayma	— nitio i por ûaé (124);
veado	— sygûasú	— sugûasú, suasú	— suasú(125);
veia	— tajyka	— tajyka	— sajyka; tugûy-rapé(126);

mopiranga — tingir de vermelho,
motinga — tingir de branco,
mouna — tingir de preto,
etc.

E, não existindo, em tupi, genérico para côr, o brasiliano recorreu à palavra portuguêsa *tinta,* formando com ela um circunlóquio — *meter na tinta, — no corante*.

(122) — Outro exemplo do embotamento lexical. No *Vpb*. deve-se ler *kirĩbab,* ou *kirimbab*. A queda do *e* antes do *y* nota-se também na negação *yma* por *eyma*. A correção do editor no verbete citado não tem razão de ser, porque o *Vpb*. retrata o tupinambá do Maranhão por volta de 1700 e não o tupi clássico.

(123) — *Copiara* é um têrmo tupi setentrional, ao qual Batista Caetano, *Voc*. p. 76, já procurou debalde achar uma etimologia. — Parece ter sido o nome do alpendre, que dava para o fundo da casa: *kope ara — o que está nas costas, o que está no fundo,* ou ainda, *o que está para a roça, para o quintal*.

(124) — Veja o capítulo que trata da origem de *nitio*. *Poreyma* é literalmente *não conter, não contendo*.

(125) — Remetemo-nos ao que deixamos dito em nota ao mesmo têrmo nos comentários a Léry, no estudo *Gûasú — Usú e suas variações, etc*.

(126) — *Tajyka,* em tupi, tanto significa *nervo* como *veia* do corpo humano. No brasiliano aplica-se o têrmo *sajyka, sajuka* exclusivamente aos *nervos,* designando-se as veias por *tugûy-rapé — caminhos do sangue,* o que indica um progresso sinão nos conhecimentos, pelo menos, na denominação das funções fisiológicas.

Português	*Vlb.*	*Vpb.*	*Dpb. e Dbp.*
vela (de barco)	— aob-usú	— sotinga	— sotinga(127);
velar	— ker-eyma	— ker-eyma	— nitio o ker(128);
verde	— oby, (s-, r-)	— oby, (s-, r-)	— akyra(129);
vesgo	— esabanga	— ro	— torotó(130)

(127) — O nome tupi para vela de embarcação foi algo instável. O *Vlb.* já traz dois têrmos: *aob-usú e ok-usú,* o último dos quais considera impróprio. *So-tinga* é outro usado no Norte. Entre *so* (*soba*) *e aoba* parece haver certo contato etimológico.

(128) — Enquanto *ker-eyma* significa literalmente *não dormir,* a expressão brasiliana *nitio o ker* significa *êle não dorme.*

(129) — Veja as notas 13 e 116. *Oby* designa a côr, enquanto *akyra é verde* no sentido de *imaturo* (fruta etc.) pelo menos no tupi.

(130) — Em tupi, *ro* significa (*ôlho*) *vasado, furado,* e não *vesgo.* O têrmo brasiliano é a pronúncia indígena da palavra portuguêsa *torto.*

Biblioteca Digital Curt Nimuendajú
http://biblio.etnolinguistica.org

II

DIGRESSÃO EM TÔRNO DAS FORMAS NOMINAIS

A. — Da origem do adjetivo tupi.
B. — Do infinitivo tupi.
C. — A desinência *a* dos nomes e verbos paroxítonos tupis.

A. DA ORIGEM DO ADJETIVO TUPI.

Um dos capítulos mais interessantes da língua tupi é o que apelidamos de bicategoricidade dos nomes(1) e que tem causado certa surprêsa entre o limitado círculo dos afeiçoados à lingüística indígena da América, embora apenas no desdobramento da tese houvesse algo de original.

Lastimamos então, que o setor, ao qual se restringia o estudo, não permitisse exame detido de outras facetas de bicategoricidade na gramática tupi, que nos entremostram o desenvolvimento do adjetivo e do verbo em geral.

Referimo-nos, porém, entre outros fatos dignos de reparo, ao diminuto número de adjetivos, designados como tais no *Vlb.* dos jesuítas(2) e ao forçado sentido verbal, que Anchieta confere aos verbos intransitivos adjetivados(3).

Retomemos, pois, o fio das nossas afirmativas feitas à p. 71 de *O Caráter da Segunda Conjugação Tupi,* a respeito dos substantivos e adjetivos.

Não cremos que possa haver grande divergência quanto ao desenvolvimento do sentido nominal, que então preconizamos, embora não fôssemos muito explícito no que tange aos abstratos(4).

(1) — *O Caráter da Segunda Conjugação Tupi;* principalmente os parágrafos *VIII* e *X* do capítulo *V.*
(2) — *Idem, Ibidem* — Cap. *V* § *X.*
(3) — *Id. Ibid.* — Cap. *V* § *VIII.*
(4) — *Id. ibid.* — p. 71.

Completaremos agora o nosso pensamento.

1. O substantivo concreto precedeu necessàriamente o sentido adjetival correspondente, que o pressupõe:

oba (s-, r-s-)	— fôlha;
oba (r-, s-)	— enfolhado, verdejante, que tem fôlhas;
esay (t-, r-, s-)	— lágrimas (=água dos olhos);
esay (r-, s-)	— lagrimoso, choroso (=olhos aguados);
pinima	— pinta, malha;
pinima	— salpicado, malhado (=que tem pintas, malhas).

Mas, o vocabulário jesuíta já não se limita a concretos. Aparecem os primeiros nomes abstratos e com muitos dêles a indicação nítida da sua trajetória semântica, impondo a conclusão de que:

2. Grande parte dos adjetivos e substantivos abstratos representa o desenvolvimento final de um conceito inicialmente concreto e de alcance geral, em que o sentido qualificativo ainda aparece ligado a um substantivo vago como *cousa, lugar, pessoa* etc.(5).

No correr dos tempos a combinação dêsses substantivos concretos de qualidade com outros substantivos específicos devia necessàriamente isolar mais e mais o puro sentido adjetival.

Ex. kaẽ — *cousa tostada, cousa moqueda;*

pirá kaẽ — peixe, cousa moqueada>peixe moqueado>

kaẽ — moqueado.

3. Do adjetivo assim isolado, uma abstração, nasce naturalmente, em muitos casos, o conceito substantival abstrato.

O *Vlb.* entremostra ainda a primeira fase dêsse desenvolvimento iniciado antes da chegada dos europeus, mas grandemente acelerado pela catequese.

Vejamos alguns exemplos tirados do próprio vocabulário tupi dos jesuítas:

anama	— cousa grossa (pano, tábua, papel)>grosso, espêsso>grossura, espessura;
mukú(p-)	— cousa comprida>

(5) — Compare o capítulo "O sufixo verbal *aba* no tupi e no guarani".

puku	— comprido>
muku(6)	— comprimento;
myatã(p-)	— composto de: mby, py — pé, atã — duro, resistente: pé-duro>
pyatã	— resistente, vigoroso>
myatã(6)	— fôrça, resistência, vigor (dos pés);
pytuna>putuna	— noite(7)>
pytuna	— escuro>escuridão;
roba	— cousa amarga>amargo>amargor.
tanhé (r-, s-)	— pessoa apressada>apressado>pressa.
tinga, morotinga	— cousa branca>branco>brancura;
etc. etc.	

Não podemos furtar-nos a citar, em conexão com o exposto, *Charles F. Hockett — A Course in Modern Linguistics,* que à página 223, alude a processo de todo ponto idêntico, no *armênio,* uma língua indo-européia, e no *geórgico,* que pertence a grupo diferente, ao caucasiano. A coincidência é realmente surpreendente.

4. Em alguns têrmos registrados no *Vlb.* com sentido inicial abstrato, o substantivo parece oriundo de infinitivo e nestes casos o adjetivo nada mais é do que o emprêgo adjetival do infinitivo intransitivo ou intransitivado:

terapûana (r-, s-)	— *fama,*
de: tera (r-, s-)	— nome (de pessoa) e
pûana	— passar à frente, ultrapassar,

ou seja: *o propagar-se do nome de uma pessoa,* na acepção literal, e daí *fama>afamado.*

5. Embora tratemos dos infinitivos a seguir, em capítulo separado, a visão de conjunto aconselha o frisarmos aqui ainda, que todos os infinitivos têm mais pròpriamente cunho substantival simples, sem qualquer idéia acessória:

atá	— o andar, o caminhar;
nheenga	— o falar;
mondó	— o mandar, o enviar;
tyma	— o plantar, o enterrar.

(6) — O *m* inicial que se transmuda em *p,* é inicialmente um índice de classe superior e tende a tomar sentido substantival absoluto.

(7) —O *y* tupi transforma-se amiúde em *u.* Aqui a diferença de grafia fixa o sentido: *putuna — noite; pytuna* — escuro, escuridão.

O infinitivo tupi não se distingue no particular de muitas outras línguas.

Faceta mais específica do tupi constitui, porém, o fato de poder o verbo conjugado, tanto o intransitivo, como o intransitivado por meio dos índices de classe *mbaé e poró*(8), tomar sentido adjetival expresso pela simples mudança do pronome verbal para o pronome absoluto:

a gûatá	—	eu ando,
xe gûatá	—	eu (sou) andante;
eré nheeng	—	tu falas;
nde nheeng	—	tu (es) falante(9).
oî mondó	—	êle o manda,
i poromondó	—	êle (é) mandante (de gente);
o tym	—	êle o planta,
i mbaètym	—	êle (é) plantador (de cousas)(10).

6. Quanto à adjetivação dos substantivos compostos recomendamos a leitura do capítulo V. § IX — pp. 80-92 de *O Caráter da Segunda Conjugação Tupi*.

Os aspectos assim focalizados devem compreender, a quase totalidade das fontes, donde emanam os adjetivos tupis.

B. O INFINITIVO TUPI

O infinitivo do verbo tupi é a forma nominal de um verbo, caracterizada pela desinência átona *a* nos paroxítonos, ou sem distinção alguma nos oxítonos.

Quanto à sua classificação o infinitivo tupi em nada se distingue, pois, do português e, assim sendo, nada nos autoriza a negar ao infinitivo tupi a sua condição verbal. O verbo sempre se opõe em sua essência ao nome pela natureza dos seus semantemas, que indicam os processos, quer se trate de ações, de estados, ou de passagem de um estado a outro(11). O que o infinitivo tem de comum com os substantivos não provoca, pois, qualquer confusão das duas classes(12), já que os semantemas nominais tem valor estático e os nomes representam cousas, sejam elas objetos concretos ou noções abstratas(11).

A pouca atenção que se tem dado a essas particularidades fundamentais também levaram alguns estudiosos do tupi a só considerar verbo a forma que se apresenta com o pronome verbal específico: *a, eré, o* etc. o que, evidentemente, é uma deturpação arbitrária, no que diz respeito aos verbos paroxítonos, que diferem no particular dos terminados em vogal acentuada, de forma única.

O infinitivo dos oxítonos não se altera ao contato com o pronome verbal(13), enquanto os outros, todos paroxítonos e terminados em *a*, perdem essa desinência na conjugação, isto é, ao se ligarem aos pronomes verbais, simples nos intransitivos e acompanhados do seu objeto direto nos transitivos:

meenga	—	dar,
aî meeng	—	(eu o dou), eu o dei;
ybõ	—	frechar,
a nhybõ(14)	—	(eu o frecho), eu o frechei;
ausuba	—	amar,
a sausub	—	(eu o amo), eu o amei;
oka	—	arrancar,
a îook (a îo-ok)	—	(eu o arranco) eu o arranquei;
tyma	—	enterrar, plantar;
a nhotym (a nho-tym)	—	(eu o planto), eu o plantei.

Dizer que *sem* significa *sair,* e que *meeng, ok, tym* se traduzem respectivamente por *dar, arrancar* e *plantar* é uma falsificação dos cânones tupis, porque: *sem, meeng, ok* e *tym,* isoladamente, não existem. Não há nenhum caso em que essas formas apocopadas aparecem desligadas do pronome verbal no tupi.

Se o *Vlb.* dos jesuítas traduz:

---

(8) — *Poró* (moró) é outro índice de classe superior e *mbaé* o seu correspondente de classes inferiores.

(9) — Compare *O Caráter da Segunda Conjugação Tupi,* pp. 71, 79 e 80.

(10) — Não cabem aqui referências aos particípios em *mi* (*mbi*) e *pyra,* que são formas passivas derivadas.

(11) — *Câmara Jr., Joaquim Mattoso —; Dicionário de Fatos Gramaticais;* verbetes *Nome* e *Verbo*.

(12) — *Jespersen, Otto —; The Philosophy of Grammar;* Chapter VI, § *Verbs*. — Principalmente o final do parágrafo.

(13) — O costume antigo de se ligar o ponome ao verbo fez com que alguns gramáticos denominem de *prefixos* os pronomes verbais simples ou combinados com o seu objeto pronominal direto.

(14) — Razões articulatórias e gráficas aconselham a combinação do objeto direto, representado pelo pronome oblíquo da terceira pessoa, com o pronome sujeito, se for *î,* e com o verbo, sendo representado por *nh, s- îo, nho*.

sair por *acem* (*a sem*),
dar por *aimeeng* (*aî meeng*),
arrancar por *ajooc* (*a îook*) e
plantar por *anhotym* (*a nhotym*),

imita a praxe latina ao citar a primeira pessoa do indicativo presente, o que naquela época era plenamente justificado; porém, nenhum compêndio jesuítico traz qualquer forma verbal apocopada sem o competente pronome verbal, porque é tão só por efeito da sua presença que o verbo tupi se apocopa.

Em português, como alhures, o infinitivo é, pois, *a forma nominal* dos verbos caracterizada pela terminação(15).

Em tupi, os verbos terminados em vogal tônica são invariáveis. Todos os demais terminam em *a* átono, que distingue a *forma nominal* dos verbos tupis paroxítonos.

Ora, se em outras línguas citamos os verbos pela sua *forma nominal,* porque essa aversão a procedimento idêntico no tupi, onde em muitos verbos, em todos os oxítonos, a forma verbal não se diferencia da nominal?

Evidentemente, há nisso muito de influência guarani, de ressaibo dos ensinamentos de Batista Caetano de Almeida Nogueira e seguidores, que, desconhecendo o cunho mais arcaico do tupi viam formas primigênias, onde amiúde apenas há desenvolvimento mórfico dialetal.

C. O *A* FINAL DOS NOMES E VERBOS PAROXÍTONOS TUPIS

Aryon Rodrigues procurou lançar o têrmo *nominalizador* para a desinência *a,* que caracteriza formas nominais paroxítonas.

Diz êle:

"O *a* nominalizador forma nomes *derivados* de temas terminados em consoante"(16).

Três linhas antes, como para justificar êsses *derivados,* inclui a desinência *a* entre os sufixos.

Por mais nos esforçássemos para coadunar a realidade tupi com êsse têrmo, não conseguimos furtar-nos à impressão de haver no seu nascedouro algum ranço latino haurido nos compêndios tupis antigos reforçado por certas formas guaranis, tão perigosas, por vêzes, às interpretações tupis.

O *a* final átono é, sem dúvida, o distintivo tupi de substantivos, de infinitivos, de adjetivos absolutos e epitéticos mas não vemos como se possa ver derivação em tais palavras.

Ao falarmos em nomes derivados admitimos implicitamente palavras primitivas afins, às quais o sufixo acrescentaria uma idéia acessória.

Ora, tais primitivos tupis não existem, nem o *a* final pode, assim, modificar-lhe o sentido inicial.

Como ficou dito acima, o adjetivo tupi procede, sem modificação na forma, dos substantivos concretos, de raros abstratos, de verbos intransitivos e dos intransitivados por meio dos índices de classe *poró* e *mbaé*.

Exemplo:

saba	—	pêlo, peludo;
îeîoka	—	soluço, soluçante;
piriana	—	listra, listrado(17),
nheenga	—	falar, falante,
mbaèkuaba	—	saber (cousas), instruído.

Portanto, o que se verifica aí é um caso de *derivação imprópria,* ou seja o emprêgo de uma palavra de certa classe em outra, sem alteração mórfica(18).

Os adjetivos paroxítonos conservam essa desinência *a* do absoluto, mesmo em sua função atributiva e a perdem tão sòmente na predicativa:

poranga	—	bonito, belo;
itá poranga	—	pedra bonita;
itá i porang	—	a pedra é bonita(19).

Se no terceiro exemplo *porang* deixasse de ser adjetivo, teríamos um caso de *derivação regressiva;* porém, como isso não se dá, só poderemos falar em *flexão* por meio de apócope.

Em tupi *porang* não existe como vocábulo autônomo; só aparece acolitado pelo pronome absoluto, da mesma forma que não existe verbo terminado em consoante ou semivogal sem estar precedido do pronome verbal, ainda mesmo tendo outro sujeito nominal.(20).

---

(15) — *Câmara Jr., Joaquim Mattoso — op. cit.* verbete *Infinitivo.*

(16) — *Contribuição para a Etimologia dos Brasileirismos. Revista Portuguêsa de Filologia; vol. IX,* tomos I e II p. 11.

(17) — Compare o nosso *"Caráter da Segunda Conjugação Tupi",* pp. 73–78.

(18) — *Câmara Jr., Joaquim Mattoso —; op. cit.* verbete *derivação.*

(19) — *Caráter da Segunda Conjugação Tupi;* p. 86, 2.º.

(20) — *Ibidem;* p. 86/7, 2.º e 3.º.

Engano similar cometem aquêles que vêem no infinito paroxítono tupi um derivado da forma verbal finita.

Em ambos os casos a origem dessa apreciação deve ser procurada na maneira pela qua' Anchieta(21) e Figueira(22) encaravam o assunto e que parece ter a sua confirmação no guarani, onde geralmente essa desinência *a* não aparece.

Os nossos guaranímanos, imbuídos na ilusória prioridade do guarani, que se apoia muito mais no volume dos seus compêndios do que no pêso dos fatos lingüísticos, de longa data(23) vêm ditando regras aos pusilânimes e mal amparados afeiçoados ao tupi. Dêstes, por cúmulo de males, alguns ainda têm dado atenção incompreensível ao tal *nheengatu,* que, rotulado de tupi, vem sendo impingido aos incautos como antiga prata de lei.

O que no particular mais espanta é que até figuras da envergadura de Antenor Nascentes se deixem impressionar pela empáfia simplista de um Constantino Tastevin(24), a despeito das advertências de autoridades como Curt Nimuendaju e outros(25).

Mas, até no guarani antigo, onde os índices de classes já se vão obliterando e onde é bem notória a deturpação do sufixo verbal *aba,* os infinitos e nomes apocopados são mera evolução regressiva de formas graves, propensas a cairem ali em desuso.

Se, por exemplo, o vocábulo guarani

nhẽẽ — falar, palavra, língua

fôsse primitivo, como se explicaria o grupo consonantal *ng* em compostos como

nheeng-atã — falar àsperamente, palavras duras,

tanto no guarani como em outros dialetos?

Quanto ao aparecimento ocasional do *a* átono nas formas nominais oxítonas terminadas em consoante, Restivo justifica-o no guarani com a seguinte explicação(26):

(21) — *Arte de Gramática;* ff. 26v. e 27.

(22) — *Arte de Gramática;* pp. 105/06

(23) — Desde as manifestações de Batista Caetano de Almeida Nogueira, nos *Ensaios de Sciencia,* de 1876 em diante.

As suas idéias tiveram grande divulgação pela publicação do *Vocabulário* e *Esbôço Gramatical,* nos volumes 6 e 7 dos Anais da Biblioteca Nacional, em 1879.

(24) — *Gramática da Língua Tupi; in: Revista do Museu Paulista;* tomo *XIII,* São Paulo, 1922.

(25) — Compare: *Herbert Baldus — Bibliografia Crítica da Etnologia Brasileira;* São Paulo, 1954; verbete n.º 1627.

(26) — *Gramática de la Lengua Guarani;* p. 173.

> "..... *i ang — sua alma,* ou *i anga* ..... por aquela regra universal ..... que todo nome, que acaba em consoante, pode receber *a* breve" (= átono)(27).

Essas formas nominais paroxítonas de desinência *a* eram, pois, consideradas simples duplicado das oxítonas acabadas em consoante. Restivo desconhece a sua origem, como também parece ignorar a razão de determinados acréscimos consonantais como:

ng a *nhẽẽ,* formando *nheeng,* ou

m a *sẽ,* formando *sem.*

Não há nisso nada de surpreendente, para o tempo, porque só poderia justificá-los através do tupi, cujas formas, evidentemente mais arcaicas *nheenga* e *sema* ostentam, não apenas as tais consoantes, mas também o *a* final, que no tupi ainda é o índice nominal único das formas paroxítonas.

Quando a memória de um fato lingüístico começa a claudicar, como em *sã — corda* (no tupi *sama*) ocorrem trocas de consoantes, em guarani, que, etimològicamente, são injustificáveis. Sirva de exemplo a palavra *sandog — desatar,* composta de *sã — corda* e *og — tirar.* Ora, sendo *sama* a forma integral de *sã*(28), a composição correta de *sã+og* deveria ser *sambog*(29) em guarani, de acôrdo com o tupi *samboka,* corretamente de *sama* mais *oka.*

Alentada série de casos similares demonstram o quanto é falaz a tão apregoada primitividade das formas monossilábicas do guarani.

Em resumo, no tupi, o *a final* dos nomes e infinitivos paroxítonos é uma desinência nominal *indispensável.* Não existem formas nominais (substantivos, adjetivos e infinitivos) terminados em consoante. Os adjetivos e verbos acabados em consoante estão em função predicativa e nunca ocorrem desacompanhados do respectivo pronome, ainda mesmo tendo outro sujeito.

(27) — Mais de acôrdo com os fatos seria concluir: "porque todo nome guarani, que hoje acaba em consoante, já teve um *a* final atônico, que permanece no tupi.

(28) — A forma *sama* aparece também no guarani em compostos como *itá-sama — corrente* (lit. *corda de ferro*).

(29) — O *m* final do têrmo antecedente combina-se com o *b* (= *mb*) quando o têrmo seguinte começa por vogal.

Biblioteca Digital Curt Nimuendajú
http://biblio.etnolinguistica.org

III

O SUFIXO VERBAL *"ABA"* NO TUPI, NO GUARANI E NO BRASILIANO.

1 — O sufixo da série *aba* é principalmente verbal, em tupi. Os derivados por êle formados de verbos são substantivos e acrescentam ao ato verbal a noção de lugar, de modo, de tempo, apetrecho, ou ainda de certas circunstâncias ocasionais de originalidade mais ou menos discutível.

O derivado em *aba* supera, pois, sensìvelmente o sentido substantival do infinitivo, que é um abstrato puro e simples, despido de qualquer idéia adicional.

Vejamo-lo num exemplo:

morabyky, (p-)	—	o trabalhar, o trabalho;
nde porabyky	—	teu trabalhar, teu trabalho;
nde porabykyaba	—	(o local de) teu trabalho; (o modo de) teu trabalho; (a ocasião de) teu trabalho, etc, segundo as insinuações palpáveis da frase.

Mas, não há dúvida que as citadas acepções de *porabyky* se confundem com a que a palavra abstrata *trabalho* tem no português em enunciados como: *"teu trabalho não me satisfaz", "teu trabalho impedirá o nosso convivio.*

Essa convergência foi sem dúvida uma indução para, no correr dos tempos, conferirem aos verbais em *aba* também sentido abstrato despido de quaisquer idéias circunstanciais, que no tupi antigo pertence tão só ao infinitivo.

Nem parece estranhável essa tendência na fase de adaptação de uma língua à crescente aculturação e às necessidades da catequese. Entretanto, nos compêndios jesuíticos ela mal se esboça, ainda mesmo decorrido mais de um século de atividades missioneiras, prova evidente de que os dois substantivos verbais, o infinitivo e o derivado em *aba,* continuavam ainda a manter-se dentro das suas fronteiras originais.

2. — *Aba* também aparece no tupi antigo nos poucos e titubeantes ordinais. Mesmo acima de *quatro,* a formação se atém rigorosamente à praxe tupi fixada nos três primeiros.

Encontramos assim:

i mokoĩdaba	—	a segunda vez(1);
i mosapysaba	—	o terceiro (lugar)(2);
i monherundykaba	—	o quarto (lugar)(3);
i mosincosaba	—	o quinto (lugar)(4);
i moseisaba	—	o sexto (lugar)(5).

Aliás, o sufixo *aba* não se acha nestas formas vocabulares tão fora do seu ambiente, quanto à primeira vista poderá parecer. Todos êsses ordinais são verbos em sua essência, como claramente indica o prefixo transitivador *mo — fazer (com que), tornar,* que lhes forma a parte inicial. Cabe-lhes, pois, legìtimamente o sufixo *aba,* portador da idéia de lugar ou sucessão, que promove os cardinais a ordinais.

3. — *Aba* também aparece no tupi antigo sufixado a uns poucos nomes, formando derivados com o seu *significado adjetival.*

Entretanto, para situarmos adequadamente os vocábulos assim obtidos, é de suma conveniência aduzirmos algumas considerações em tôrno ao desenvolvimento do sentido adjetival e da constituição definitiva da respectiva classe(5).

O *Vlb.* entremostra claramente que no tupi antigo a qualificação isolada estava começando a ensaiar os seus primeiros passos, quando os jesuítas chegaram ao Brasil. A darmos ao seu *Vlb.* o crédito, que evidentemente merece, as tentativas de abstração das características ocasionais, enunciando-as desligadas de qualquer portador, por um adjetivo genuíno ,uma abstra-

(1) — *Vocabulário na Língua Brasílica;* I. ed. p. 388.

(2) — *Araújo, Pe. Antônio de —; Catecismo na Língua Brasílica;* I. ed. fl. 154.

(3) — *Bettendorff, Pe. J F. —; Compêndio da Doutrina Cristã;* II. ed. p. 10

(4) — *Idem, Ibidem.*

(5) — Veja o capítulo *Da Origem do Adjetivo Tupi.* P. III. cap. II.

ção, podem ser contadas nos dedos(6). A grande maioria das idéias qualitativas ficou no terreno prático dos concretos.

Isso não impediu a enunciação de qualidades, que era feita através de substantivos concretos descritivos. A qualidade, na maioria dos casos, era circunscrita por um substantivo acompanhante, formando verdadeira palavra composta, ou a sua atribuição era vaga e como tal subentendia o indeterminado *cousa* ou *lugar*, como se vê nos exemplos seguintes:

tinga	—	cousa branca;
itá-tinga	—	pedra branca;
ybaté	—	cousa alta;
ok-ybaté	—	casa alta, sobrado;
aiba	—	lugar íngreme;
ybyam-aiba	—	ladeira íngreme.

etc. etc.

No *Vpb*. o sentido concreto primitivo ainda está bem patente.

Havia, portanto, *cousas* e *sítios* brancos, altos, inclinados etc. mas o isolamento geral de tais conceitos adjetivais concretos para abstratos só devia esboçar-se definitivamente pela civilização.

Vencida essa etapa, o mesmo vocábulo tendia naturalmente a incorporar também o sentido substantival abstrato, tão chegado ao adjetival, já que no tupi todos os nomes genuínos são nomes *latu sensu* e comportam, na sua maioria, todos êsses conceitos sem mudança na forma lexical.

Mostrando, pois, o que acabamos de afirmar, no exemplo *tinga*, podemos dizer que a sua evolução semântica obedeceu à sucessão seguinte:

cousa branca	(substantivo concreto vago);
>branco	(adjetivo qualificativo)
>brancura	(substantivo abstrato).

O mesmo vale, *mutatis mutandis*, para tôdas as designações de qualidades.

Não precisamos frisar, que, na linguagem culta, essas três acepções na mesma forma léxica tinham os seus inconvenientes pelo menos teóricos.

Comparando agora, com o que acabamos de expor, os raros substantivos derivados, encontradiços no tupi antigo e formados de nomes por meio do sufixo *aba*, vemos logo, que êsse desenvolvimento diverge da praxe comum. A sua limitada ocorrência sugere, além disso, tratar-se de uma diversificação mórfica relativamente nova.

(6) — Edelweiss, Frederico G. —; *O Caráter da Segunda Conjugação Tupi;* pp. 92-97.

Vejamos, para melhor compreensão, os exemplos respigados nos primeiros compêndios jesuíticos:

angaipaba	—	mau, depravado; maldade, depravação;
angaipapaba	—	maldade, ruindade, pecado(7);
apyama	—	cousa inclinada, — a pique; inclinado;
apyambaba	—	lugar a pique, desnível, perau;
auîé	—	cousa terminada, — vencida, acabado;
auîesaba	—	término, fim, acabamento;
esàraîa (t-, r-, s-)	—	esquecido, esquecimento;
esaraîtaba (t-, r-, s-)	—	cousa esquecida.
maenduara	—	lembrado, lembrança;
maenduasaba	—	cousa lembrada, lembrança, memória;
mondá	—	ladrão, aladroado;
mondàsaba	—	cousa furtada;
oryba (t-, r-, s-)	—	alegre, contente, contentamento;
orypaba (t-, r-, s-)	—	contentamento, glória celestial(8).

Se examinarmos mais de perto as acepções dêsses poucos substantivos derivados, formados de nomes mais *aba*, verificaremos que *apyambaba, esaraîtaba* e *mondàsaba* são conceitos concretos; *angaipapaba, auîesaba* e *orypaba* são abstratos, enquanto *maenduasaba* tem sentido concreto e abstrato.

Nêles não se verifica, pois, a tendência manifesta e muito menos a exclusiva de, por meio de *aba*, formar têrmos abstratos de nomes, nem mesmo pelos anos mais recentes de 1668/87, em que o pe. Bettendorff publicou o seu catecismo e as segundas edições da gramática do pe. Figueira e do catecismo do pe. Araújo.

(8) — Veja abaixo as referências a *nhyrãsaba* e *kyàsaba*, de Bettendorff.

Mas, temos aí, isso sim, uma pequena ampliação da função original de *aba* a serviço da clareza, quando esta era prejudicada pela multiplicidade dos significados de uma única forma léxica. A maior clareza foi certamente o motivo precípuo, que, nos casos restritos apontados, fez do sufixo verbal *aba* um sufixo nominal, ou, mais especificamente, adjetival. Entretanto, como já dissemos, êsse desenvolvimento foi tão reduzido, no tupi antigo, durante um século e meio, que a própria estagnação nos dissuade de atribuirmos o seu início à influência européia.

Por outro lado, a completa falta de referências dos gramáticos à exceção, que constituía o acréscimo, em adjetivos, de um sufixo por êles mesmos rotulado de verbal, explica-se pelo fato de considerarem tais qualificativos como nomes verbalizados(9).

Mais difícil é justificar a forma *enondèsaba* (t-, s-, r-), na expressão *i ara renondèsaba* (ara) — *a véspera,* que ocorre pelo menos duas vêzes na II. edição do catecismo do pe. Antônio de Araújo, de 1686(10).

Se *enondèsaba* ocorresse uma única vez, poder-se-ia admitir êrro de transcrição por *enondèasaba* — adiantamento, precedência, um legítimo nome verbal de *enondèara* — *adiantar-se, tomar a dianteira, estar antes.*

Para traduzir *dianteira, precedência, véspera* com o têrmo *enondé,* só se pode recorrer ao sufixo adverbial *sûara.*

No guarani, o correspondente de *sûara* é *gûara;* e, como ali traduziram *véspera* por *enondègûara,* isto é, por advérbio mais o sufixo próprio dos advérbios, é justo, que admitamos componentes idênticos no tupi. Ora, sendo *sûara* o sufixo tupi nominalizante dos advérbios e locuções adverbiais, a forma que no tupi antigo corresponde ao guarani *enondèguara* é, *enondèsûara,* exatamente aquela que se acha registada no *Vlb*: *cousa dianteira na ordem*(11), de onde *ara renondèsûara — o dia precedente, a véspera.*

Se pudéssemos admitir a existência de um verbo *enondé — sair adiante,* como Batista Caetano *alvitra* para o guarani, o sufixo *aba* estaria plenamente legitimado; ligado a um advérbio

(9) — Veja a êsse respeito *O Caráter da Segunda Conjugação Tupi,* pp. 64-78, onde o assunto vem exposto em seus pormenores.

(10) — Pg. 121 e 123.

(11) — *Vlb.* verbete *dianteira cousa na ordem.* Na I ed. do *Vlb.* vem por êrro de transcrição *tenondèsara,* que a II. ed. corrige para *tenondèsûara.*

constitui uma infração, ou, para sermos tolerante, uma evolução irregular da gramática tupi. Mas, *enondèsaba* só figura na II. edição do Catecismo de Araújo, editada em 1686, quase século e meio depois do início da colonização e representa no gênero a única divergência com o *Vlb. que é muito mais antigo*(12).

Nesta altura insinua-se, porém uma indagação: a quem se deve essa inclusão do têrmo *enondèsaba?*

Já dissemos que foi o pe. Bettendorff que dirigiu, em Lisboa, a reimpressão do catecismo de Araújo, ao tempo em que providenciava a publicação de outro menor em uso no Maranhão e Pará e que leva o seu nome.

Pois bem, no catecismo de Bettendorff, *saba* aparece sufixado a mais dois nomes: *nhirõsaba* e *kyàsaba*(13).

Não queremos, por causa de mais dois nomes derivados, debitar também *enondèsaba* a Bettendorff, mas apenas frisar que o emprêgo extraverbal de *saba,* tendendo embora a crescer pelo fim do século dezessete, ao menos na região amazônica, a sua ocorrência anômala continua tão esporádica, que caracteriza muito mais um deslise do que uma tendência intrínseca do tupi antigo e tem o condão de salientar a sua singular estabilidade no contato com o português.

No capítulo restrito do sufixo *saba* o guarani de Montoya e de Restivo se mostra muito menos conseqüente do que o tupi, embora ambos o classifiquem como sufixo verbal.

No *brasiliano,* em meio à diluição geral dos velhos preceitos gramaticais, *saba* descaracteriza-se definitivamente.

Depois dos sete derivados tupis irregulares citados acima, vejamos agora na lista seguinte de nomes e expressões adverbiais, outro apanhado de exemplos ilustrativos do desenvolvimento extraverbal do sufixo *saba,* no tupi e no brasiliano, assim como de *há(ba),* que lhe corresponde no guarani.

Temos nêle uma proporção expressiva do desvio geral acusado nos três dialetos tupi-guaranis, que patenteia ao mesmo tempo o quanto, no particular, o tupi se ateve às formas primitivas e como o guarani as vai adulterando gradativa e contraditòriamente(14), enquanto no brasiliano se perde totalmente a noção da afinidade primitiva de *saba.*

(12) — A I. edição, de 1618 traduz *véspera* por *piasaba (ara),* que também ocorre na II. edição.

(13) — Segunda edição, pp. 100 e 113.

(14) — Referimo-nos à denominação de *verbal,* quando aplicam *há(ba)* declaradamente também a outras classes.

brasiliano	*guaraní*	*tupi*	*português*
anamasaba	— anã	— anama	— parentesco;
gûasusaba	— tubixahá(ba)	— tubixaba	— grandeza, alteza;
kaneõsaba	— kaneõ	— kaneõ	— cansaço;
katusaba	— marangatùha-ba, angatuhaba	— marangatú, angaturama	— bondade;
kyàsaba	— kyá	— kyá	— sujeira;
mbaèasysaba	— mbaèasy	— mbaèasy	— doença;
meûãsaba	— { mengûã / tekòmengûã	— { memûã / tekòmemûã	— { malícia, / chocarrice;
nhyrõsaba	— nhyrõhaba	— nhyrõ	— perdão;
pekusaba	— pukuhába	— mukú, pukú	— comprimento;
po-osusaba	— pogûasú	— pogûasú	— grossura (de fio ou pano);
porangaba	— { porangaba, / morangaba	— { moranga, / poranga	— { formosura, / beleza;
pyrantãsaba	— pyatã	— myatã, pyatã	— fôrça;
supisaba	— hupikatuhaba	— supi (-katú)	— certeza, verdade;
tenondèsaba	— tenondegûara	— tenondèsa-ba(!)	— dianteira;
turusùsaba	— (não existe)	— turusú	— grandeza;
typysaba	— typy	— typy	— profundidade;
ybatèsaba	— ybatehá(ba)	— ybaté	— altura.

O confronto dêsses têrmos causará certamente mais uma decepção a todos aquêles que vêem no tupi e no guarani uma e a mesma cousa e outra não menor aos que pretendem ligar o *Dpb.* ao nome do pe. Luís Figueira.

A culpa cabe menos aos abnegados estudiosos do que ao encaminhamento atabalhoado dos estudos tupi-guaranis e continuará inevitàvelmente enquanto, entre nós, não se tomar o tupi como ponto de partida e não se evitar rigorosamente a citação de paradigmas guaranis ou brasilianos para ilustrar fatos lingüísticos tupis. Estudos comparativos só se compreendem como segunda etapa.

Biblioteca Digital Curt Nimuendajú
http://biblio.etnolinguistica.org

IV

O SUFIXO TUPI "SÛERA" E OS SEUS CORRESPONDENTES NO BRASILIANO E EM OUTRAS LÍNGUAS TUPI-GUARANIS.

Os estudos comparativos entre os dialetos tupi-guaranis ainda são raros e quase inexistentes os que focalizam as divergências locais dentro da área do próprio tupi.

A exposição que se segue é uma decorrência de certas observações feitas no *Dicionário Português e Brasiliano*. Ampliamo-las depois para oferecer aos estudiosos um quadro comparativo do assunto, abrangendo as línguas e dialetos mais conhecidos da família tupi-guarani.

Existe nelas, para traduzir: a vontade, o desejo, o pendor, o costume, a mania, um sufixo cujo desenvolvimento merece examinado por vários títulos.

Ocorre em três formas principais: a do Sul e do Oeste, a do Leste e a do Norte.

Há quem vê participios em tais derivados. A sua origem e função no tupi de fato permitem essa classificação. Há, porém, línguas da família tupi-guarani, em que a partícula aludida se apõe, não apenas a verbos, formando nomes verbais, mas também a adjetivos e até a substantivos. E, não isso apenas. Acrescenta-se ainda a verbos conjugados para formar não já nomes, mas complexos verbais só traduzíveis em português por dois verbos.

Diante de tais desenvolvimentos preferimos não empregar o têrmo *participio,* principalmente em estudos comparativos.

Especificaremos, pois, os diversos derivados de acôrdo com o respectivo caso, evitando generalizar uma classificação baseada tão sòmente na realidade tupi.

Comecemos as nossas indagações pelos fatos meridionais para terminar naqueles que ora mais nos interessam e sugeriram estas considerações.

No guarani antigo o sufixo que exprime o desejo, o pendor, o costume é *ser*, geralmente apocopado em *sé*. Depois de consoante prefixa um *i* eufônico e, precedido de sílaba nasal, *se* transforma-se às vêzes em *ndé*, obedecendo ainda à velha negra eufónica. Pospõe-se tanto a verbos, inclusive transitivos diretos conjugados, como a nomes.

Exemplos:

1 — (o) îababisé — fujão;
2 — xe ysé — tenho vontade de (beber) água;
3 — xe hosé — tenho vontade de ir;
4 — xe kaùsé — tenho costume de beber cauim; sou beberrão;
5 — xe karusé — sou comilão;
6 — xe mbaèkûaabisé — tenho desejo de ficar instruído;
7 — nhemoyrõsé, nhemoyrondé — agastadiço;
8 — kunhã atasé — mulher andeja;
9 — hasysébae — o enfermiço, o doentio;
10 — vaca djukasébae — o que costuma matar vacas (bois); magarefe;
11 — nda xe hoseri — não quero ir;
12 — na xe mondoseri — não me quer(em) enviar;
13 — a karusé — tenho vontade de comer;
14 — nd'a kaùseî — não costumo beber cauim;
15 — xe djukàsé — quis matar-me;
16 — na nheengisé-seri xe — absolutamente não sou falador.

Como se verifica nos exemplos acima, o têrmo integral *ser* aparece tão sòmente quando seguido de vogal, como acontece nas negações.

Há exemplos de reduplicação, como se vê no último da série, tôda ela colhida no *Tesoro* de Montoya.

Com verbos o sufixo *se(r)* toma também o sentido de *quase, por pouco, por um triz:*

a manõsé — quase morri;
xe djukàsé — por pouco não me matou.

Característica do guarani é a combinação dos sufixos *sé* e *bae*, ao que parece para frisar o sentido substantival. Encontram-se exemplos idênticos no guaraio. Não nos consta que no tupi fôsse admissível semelhante composição, que nêle constituiria chocante pleonasmo, pois o sufixo *sûera* que no tupi corresponde ao guarani se(r), já inclui o sentido de *bae — o que*.

No guaraio êsse sufixo aparece nas formas *dse(r)*, *nde(r)*. Adicionam-se a verbos, inclusive transitivos diretos conjugados e a certos adjetivos para formar nomes derivados(1).

Exemplo:

xe karudse — tenho (sempre) vontade de comer; sou comilão;
dsodse — caminhador, andarilho;
dîukadse — maníaco por matar;
i kaúdser-aî — o beberrão;
i mbaeadsydsebae — o enfermiço;
i nhemoyróndebae ou i nhemoyróndsebae — o irritadiço
etc.

Da acepção de *quase, por pouco* não achamos exemplos no guaraio, nem nos consta que se empregue *dse(r)* para formar complexos verbais, como no guarani(2) e outras línguas da família.

Nova no guaraio(3) é a influência de *dse(r)* na tonicidade, porque atrai o acento tônico para a sílaba que lhe fica imediatamente anterior.

Digamos aqui entre parenteses, que é notável nas línguas tupi-guaranis ocidentais a freqüência da sístole, tornando ali graves palavras que no guarani são oxítonas.

No chiriguano, tanto quanto podemos julgar, a partícula em questão tem a forma única de *se*. Esta, entretanto, se apõe, como no guarani, tanto a quaisquer verbos, mesmo conjugados, e a determinados adjetivos, formando nomes derivados, como ainda a verbos para criar complexos verbais, onde *se* tem o sentido de *gostar, costumar* e *querer*(4).

Exemplo:

txi mandúase — eu lembrado (=eu me lembro) com freqüência;
txe rahuse — meu amante;

(1) — Os exemplos são todos colhidos nos compêndios de frei Alfredo Hoeller.
(2) — Compare os exemplos guaranis n.º 11, 12, 13 e 14, só traduzíves em português por dois verbos ou circunlóquios correspondentes. Veja também as referências ao chiriguano e ao sirionó.
(3) — Processo igual se verifica no sirionó.
(4) — Ensinamentos e exemplos tirados do pequeno compêndio de Conrado Giannecchini; p. 64.

txi karuse — eu (sou) comilão;
a karuse — eu gosto de comer;
nde îahaose — tu (es) chorão;
u îahaose — êle costuma chorar.

A língua sirionó, que vem sendo estudada de alguns anos a esta parte, principalmente por missionários franciscanos, mantém a mesma forma *se* e reforça-lhe o sentido por meio de reduplicação ou acrescentando-lhe *rete*: *se rete, sese rete*.

Êsse sufixo, tanto simples como reforçado, forma nomes derivados com verbos e adjetivos, além de complexos verbais, traduzindo a vontade, o pendor ou costume. Também se traduz por *perto de, prestes a* com certos verbos.

Quanto à prosódia, a diástole é no caso de rigor. *Se* e *sese* atraem o acento tônico sôbre a sílaba que lhes fica imediatamente anterior, tal qual no vizinho guaraio.

Exemplo:

íkûã — mau, feio, inútil,
ikûãse — inclinado a fazer mal;
mae rekase — amigo de caçar;
taikaísese — o que é matador inveterado;
mae rirõse — ladrão, aladroado;
e kûatase — é andejo;
u kûatase — êle gosta de andar;
manósese — muito prestes a morrer(5).

No tupi, o sufixo que confere a verbos o sentido de costume, pendor ou mania tem três formas: *sûera,* ao ser precedido por *á, é, ó, ú; xûera,* quando posposto a *i, y, ë,* e *ndûera* ao seguir a nasais(6).

Mas no tupi êsse sufixo se apõe exclusivamente a verbos, que não sejam empregados como transitivos diretos, para formar nomes verbais.

Exemplos:

îerurèsûera — o que costuma pedir a; o pidão;
mongyxûera — o que costuma untar com; o ungidor;
nhemosaraîxûera — o brincalhão;

(5) — *Schermair, Frei Anselmo —; Vocabulário Sirionó-Castellano.*
(6) — *Anchieta — Arte*; fl. 51v. *Figueira — Arte;* pp. 139/40.

posubëxûera — o que tem o costume de visitar, o sociável;
nhemoyrondûera — o agastadiço.

O sufixo *sûera* pode ser reforçado pela partícula *îa* ou îaby:

xe nhemoyrondûerîá *ou*
xe nhemoyrondueríabí — sou inclinado a fàcilmente agastar-me(7).

A partícula *îa* ou *îabí* de per si já pode conferir a verbos, que não sejam, no caso, transitivos diretos, o sentido de costume ou mania, formando então complexos verbais:

a so îa — costumo ir,

ou nomes verbais:

xe poronupã îabí — sou açoitador habitual(8).

Como o seu correspondente guarani, *sûera* e as suas variações eufônicas também têm a acepção de *quase, por um triz* e nessa acepção empregam-se até com verbos transitivos diretos:

a manòsûer — por pouco não morri(9);
a îukàsûer — quase o matei(10);
a arëxûer — quase caí (9 e 10).

Atentemos o desenvolvimento uniforme do sufixo de costume nas cinco línguas referidas até agora, a despeito da extensa área geográfica do Atlântico aos Andes por elas abrangida e dos quatro séculos que medeiam entre o tupi e o guarani seiscentistas e o guaraio e o sirionó dos nossos dias. Essa estabilidade se deve sobretudo à existência ininterrupta dêsses galhos do tronco tupi-guarani, sem maiores interferências lingüísticas estranhas, seja de outros índios, seja de brancos ou mestiços.

Verifica-se essa ação detrimental de fora **no guarani moderno,** onde se mantém o sufixo *sé,* porém reduzido a uma forma única e de sentido e emprêgo cerceados.

Mas, é no tupi do Maranhão e da Amazônia, onde os efeitos da aculturação foram no particular verdadeiramente deletérios.

(7) — *Anchieta — Arte;* fl. 51v.
(8) — *Figueira — Arte;* p. 141.
(9) — *Figueira — Arte;* p. 140.
(10) — *Vocabulário na Língua Brasílica;* verbete "ouvera". Compare também o verbete "acerca que".

Já ressaltamos em diversas ocasiões, que ali, não apenas os jesuítas recolhiam às suas missões índios das mais diversas famílias lingüísticas, impondo-lhes o uso do tupi(11), mas a população tôda: portuguêses e seus filhos, mestiços na maioria, índios das mais variadas tribos trazidas do interior, todos se viam obrigados a expressar-se na língua brasílica como podiam.

É fácil adivinhar os efeitos nefastos dessa babel sôbre o tupi legítimo, tão carinhosamente cultivado em sua primitiva pureza pelos jesuítas.

Os resultados começam a ser registados ao despontar o século dezoito, no *Vocabulário Português-Brasílico*(12), alardeiam-se no *Caderno da Língua,* de frei *João Arronches*(13), no *Dicionário Português e Brasiliano*(14) e no seu reverso verdadeiro, reproduzido na *Poranduba Maranhense*(15).

A êsse tupi chamamos de *brasiliano,* nome tirado do título do dicionário mais conhecido dêsse dialeto e que tanto tem contribuído para desmoralizar os estudos tupis, na falta do vocabulário original dos jesuítas, só recentemente divulgado com não poucas falhas(16), boa parte das quais foi felizmente eliminada na II. edição.(17).

O Vocabulário Português-Brasílico, cujas formas em geral ainda se avizinham mais do tupi é de autor franciscano, que nêle se revela um estudioso dos compêndios jesuíticos e mostra ter convivido algum tempo com índios tupinambás. Mesmo assim *sûera* só se encontra nêle citado ao todo seis vêzes nas duas acepções, sendo uma repetida.

agastadiço — nhemoyrondoera(18);
palavreiro — nheengaxoera(19);

(11) — Eckart, Pe. Anselmo — *Zusätze zu Pedro Cudena* etc. (aliás *Cadena de Vilhasanti*) p. 562.

(12) — Publicado na *Crestomatia da Língua Brasílica,* por *Ernesto Ferreira França;* Lípsia, 1858. — Segunda Edição: Bol. 135. da Fac. de Filosofia etc. São Paulo, 1951.

(13) — *Revista do Museu Paulista;* vol. 21; S. Paulo, 1937.

(14) — Lisboa, 1795. — *Platzmann;* Lípsia, 1896 e na *Revista do Museu Paulista;* tomo 18; São Paulo, 1934.

(15) — *Rev. do Inst. Hist. e Geogr. Brasileiro;* tomo 54, parte I. Rio, 1891.

(16) — *Vocabulário na Língua Brasílica;* São Paulo, 1938.

(17) — São Paulo, 1952/53.

(18) — No *Vpb.* vem *nhemoyroidûera,* com troca do *n* por *i* Em nossa grafia: *nhemoyrondûera.*

(19) — Por *nheengixoera,* como vem na gramática do pe. Figueira, de onde foi tirado. Em nossa grafia *nheengëxûera.*

raivosa pessoa — xe nhemoyrondûer(20);
sois muito pichoso e rabugento — nhemoyrondûerîabí(21);
quase que houvera de cair — a arëxûer(22);
quase que houvera de morrer — a manòsûer(23);

O I. e o III. dêstes verbetes figuram no *Vlb.* dos jesuítas. Os restantes quatro foram tirados da p. 140 da II. edição da gramática do pe. Figueira, muito citada pelo franciscano.

Em todos os outros têrmos que denotam o hábito, como:

emprestador — porusara,
guardador — nongatusara,
chorador — îaseosara,
olhador — maẽsara,
etc.

encontramos o sufixo agente *sara,* que só se traduz pelo particípio presente ou pelo pronome relativo *o que, aquele que.*

Essa verificação parece indicar que o autor do *Vpb.* não achou vestígios do sufixo de costume entre os índios e mestiços, que lhes forneceram parte do seu material lingüístico, ou, pelo menos, que estava caindo em desuso. É uma afirmativa que encontra pleno apoio nos outros dois vocabulários do brasiliano.

No Caderno da Língua, mais uma contribuição franciscana, já não há vestígio algum do sufixo *sûera.* Em todos os verbetes, onde fôra de esperar, encontramos quase sempre o sufixo *ara* ou as suas variações eufônicas, cujo emprêgo difere, entretanto, do tupi em alguns casos.

(20) — No *Vpb. xenhemoironduer.* A tradução exata é *eu (sou) agastadiço,* como está no primeiro exemplo, aqui repetido com o pronome. Na edição de São Paulo vem erradamente *nhemoyronduar.*

(21) — No *Vpb. nhemoyrondoeriabi* como também está em Figueira, mas neste retificado na errata para *nhemoyrondoeriabí,* com o acento no *i* final.

(22) — No *Vpb. aär ixoer.* Em Figueira *aärixuer.*

(23) — No *Vpb. amanoçuer,* como em Figueira. O responsável pela edição de São Paulo não reparou na cedilha e incompreensìvelmente grafou *amanokuér!*

Exemplos:

aconselhador — mombeùsara(24);
bebedor — kaùsara(25);
castigador — nupãsara;
dançador — monsaraîtara(26);
risonho — pokàsara(27);
etc. etc.

Mas, ocorrem pelo menos duas exceções:

nheengaoeira(28) — bacharel e
temonheengoera(29) — assoviador.

Eis aí, possìvelmente, o próprio sufixo *sûera* disfarçado em *gûera* por metaplasmo algo surpreendente.

Passando agora ao léxico mais extenso e mais característico daquele dialeto do tupi aculturado, que denominamos *brasiliano,* ao *Dicionário Português e Brasiliano*(30), não tardamos em verificar a presença algo mais freqüente do sufixo *agûera* ou *gûera*(31), que passa mesmo a substituir o sufixo *ara* e variações eufônicas em alguns daqueles verbetes do *Vpb.* e do *Cl.* que exigiriam *sûera* (*xûera, ndûera*) em tupi, pelo sentido de hábito, que lhes é inerente.

Gûera traduz no caso o pendor, o costume, a mania, quando aposto a verbos, uso e condição excessiva ou habitual com nomes.

Êsse sufixo nórdico(32) diverge, pois, do tupi clássico do centro costeiro, não apenas na forma, mas também na sua aposição a nomes.

---

(24) — O correspondente tupi é *mombegûara;*

(25) — A forma tupi é *kagûara.*

(26) — Em tupi *moraseîtara* O têrmo tupi, que se aproxima do brasiliano *monsaraitara, é nhemosaraîtara — o que se diverte.*

(27) — *Risonho,* que indubitàvelmente indica o hábito, só é traduzível em tupi por *pukàsûera.*

(28) — Deve ser o estropiamento da forma *nheengoera — falador,* que se encontra no *Dpb.* e que citaremos a seguir.

(29) — Forma correspondente a *tomunheengoera* do *Dpb.* do verbo *tomunheeng,* que corresponde ao guarani *tybunheẽ* > *tubunhẽe — assoviar.*

(30) — Dai o nome com que o distinguimos do tupi.

(31) — O *Dpb.* escreve *goera, goere.*

(32) — *Nórdico* — porque só aparece nos dialetos do Maranhão e da região amazônica.

O seu exame através do *Dpb.* e das suas chamadas reversões revela fatos surpreendentes até hoje ainda não analisados com a devida atenção.

No manuscrito original da Biblioteca Nacional, datado de 1751, que foi reproduzido, com os inevitáveis erros de cópia e revisão, no Dicionário Português e Brasiliano, por frei Conceição Veloso, o sufixo de costume *gûera,* que nos ocupa, aparece nos seguintes verbetes, que transcrevemos em nossa grafia, uniformizando ainda a semivogal da própria partícula, escrita, ora com *u,* ora com *o*:

1 — angaigûera(33) — magreira (o magricela);
2 — îurugûera — bacharelices; (o que tem a mania de falar);
3 — îururègûera — pedintão;
4 — kaugûera — amigo de beber vinho;
5 — kaugûera osú — beberrão;
6 — manhanegûera(34) — vigia;
7 — moangûera aiba(35) — malicioso;
8 — mosaraîgûera(36) — bôbo (da côrte);
9 — morandugûera — chocalheiro;
10 — nheengûera — falador;
11 — nhirongûera — passa-culpas (o indulgente habitual);
12 — potopabgûera — arrebatado da colera;
13 — potupaûgûere(37) — agastadiço, ríspido;
14 — pukàgûera — risonho;
15 — tigûere(38) — vergonhoso (=acanhado, encabulado);
16 — tomunheengûera — assobiador.

---

(33) — Está truncada a tradução do verbete português, que devia ser: *angaigûara, angaigûera.*

(34) — O fonema final vem às vêzes representado por *e* em lugar do *a.* Tratando-se de valores diferentes, conservamos a grafia original.

(35) — No *Dpb. moaugûera,* com troca do *n* em *u.*

(36) — Não foi incluído na reversão, certamente por exótico. Consignou-se nela, em troca, *nhemosaraîgûera — folgazão, festeiro,* que não figura na Primeira Parte.

(37) — Êste verbete e o anterior são formas diferentes da mesma palavra. Na Segunda Parte temos ainda *petupab goera,* que figura na Poranduba Maranhense grafado *petupab goere.*

(38) — No *Dpb.* vem *timgoere.*

Êstes verbetes foram todos incluídos na segunda parte da edição Platzmann, de 1896, do *Dpb*. por ser ela uma rigorosa reversão da primeira edição de 1795.

Essa reedição foi mais um grande serviço às nossas letras, porque tornou mais acessível aos estudiosos uma publicação que estava ficando escassa e que hoje se conta entre as raridades bibliográficas.

E, não apenas mais acessível; muito mais prestante, pela sua fiel e cuidadosa reversão.

Infelizmente não se pode dizer o mesmo da segunda parte da edição de São Paulo, de 1934, embora o seu organizador declare no prefácio, que fez "a reversão integral da edição de 1795"(39).

Senão vejamos.

Na II. parte dessa publicação, feita com enfase muito acima do valor real do *Dpb*. nos estudos tupis, foi omitido o verbete *îururègûera,* quiçá por descuido de revisão. Também falta *manhanegûere — vigia* e nela se incluiu tão sòmente *manhanegûara*(40), mas dando-lhe um sentido geral de: *vigia, guarda, rondante, sentinela,* que, sem dúvida alguma, exorbita da intenção do autor do manuscrito original.

Vigia, que indica uma ocupação costumeira, uma profissão, verte-se mui corretamente pelo sufixo *gûera* ou *gûere,* portanto *manhanegûere,* enquanto a *sentinela,* que designa uma incumbência fortuita, ocasional, cabe *gûara,* ou seja *manhanegûara,* no brasiliano(41).

Foi igualmente excluído da Segunda Parte o têrmo *mosaraigûera — bôbo* (o que tinha por ofício divertir os outros). Em compensação, mas falseando o original, aparece *nhemosaraigûera — folgazão, festeiro,* que não encontramos na Primeira Parte.

Os dezesseis têrmos em *gûere* ou *gûera* acima citados com exceção dos de n.º 3 e 6(42), figuram no vocabulário da *Pm,* um reverso do *Dicionário Português e Brasiliano,* reproduzido com

(39) — *Revista do Museu Paulista;* tomo XVIII; p. 112.

(40) — No vocabulário da Poranduba Maranhense também se consigna *manhanegoara* para ambos: *sentinela e vigia.*

(41) — O *Dpb*. ao contrário da *Poranduba* generaliza *gûera*: sentinela — *manhane goera* (deve ser *manhane gûara*) e *vigia — manhane goere.*

(42) — Excetuamos tão só os ns. 3 e 6, porque o quinto é um composto do quarto e o n. 13 corresponde ao anterior.

longa série de transposições e erros de cópia, na *Revista do Instituto Hist. e Geogr. Brasileiro*(43).

Ali ainda temos outro enxêrto:

epiá iba goere (i pyá-aibagûere!) — *frenético,* que não figura no *Dpb*.

O têrmo *îandy sobagoera — azeite do Reino,* que se encontra no *Dpb*. é engano de reprodução. *Reinol, do Reino* é *sobaigûara* (sobaigoara) e assim aparece em:

reinar (errado em lugar de *reinol*)	—	sobaigûara(44);
vinho do Reino	—	kaûĩ sobaigûara;
pimenta do Reino	—	kyynha sobaigûara;
pano de linho	—	pana sobaigûara;
alvaiade	—	tabatinga sobaigûara.

Verdadeira surpresa constitui, entretanto, o aparecimento, no *Dicionário Português e Brasiliano,* do têrmo *pukàxûera,* ao lado de *pukàgûera,* para *risonho*.

Pukàxûera(45), que, note-se bem, não encontramos na *Poranduba Maranhense,* denota influência do tupi mais ao sul. No dicionário jesuítico, *risonho* é *pukàsûera*. Se na região setentrional transformaram o *s* em *x,* seguiram ùnicamente uma tendência regional esporádica, que se manifesta, por exemplo, em *xipiaka, xama* e *camixa* em lugar de *sepiaka, camisá* e *sama*.

No tupi clássico a transformação do *s* em *x* só é admitida quando segue aos fonemas *i, y, ë*.

Essa ocorrência isolada do sufixo *xûera* no manuscrito de 1751 e, assim mesmo, ao lado da forma corriqueira *gûera,* prova que *xûera* era exótico e de uso restrito. Não é excluída a possibilidade de se tratar de uma interpolação.

Tal verificação levou-nos em todo o caso a reexaminar nessa direção a *Segunda Parte* da edição de São Paulo, de 1934, que sob outros aspectos já nos causara espécie. A surprêsa foi aí bem maior. Enquanto no manuscrito da Poranduba Maranhense

(43) — *Frei Francisco de N. Sra. dos Prazeres (Maranhão) — Poranduba Maranhense Rev. do Inst. Hist. e Geogr. Brasileiro;* tomo 54, parte I. pp. 4-281.

(44) — Também esta palavra está errada, escrita *cobaiguara* sem cedilha.

(45) — O referido glossário registrou o adjetivo apocopado *pukaxuer,* pelo costume de os citar conjugados na primeira pessoa, o que exige a queda da vogal átona final.

não se encontra um único verbete com o sufixo *sûera* e das suas variações eufônicas *xûera, ndûera,* na tal reversão ocorrem nada menos de treze(46), dos quais um é repetido.

Ei-los:

1. abicuyçoer(47) — pentear com muita freqüência;
2. atacoera(48) — o andejo;
3. nheenguixuera(49) — parlador, falador;
4. xe iababixuér — fujão ser(50);
5. xe iacaceixuér(51) — iroso ser assim;
6. xe iepyquyxuér — vingativo ser;
7. xe nheengaxuér — falador ser(52);
8. xe nheéngixuér — desbocado ser em falar, palreiro ser;
9. xe nheéng xuê guitecóbo — papear muito(53);
10. xe nhemoyronduér — raivoso ser;
11. xe poçubixuér — visitar muito(54);
12. xe poromonghetaçoér(55) — ser prolixo em falar;
13. xe poropaixuer(56) — mandador grande ser.

(46) — No *Vocabulário na Língua Brasílica* arrolamos dezoito dessas formações.

(47) — Mantivemos neste rol a grafia do dicionário. A palavra tupi é *abykyxûera*. Em lugar de *pentear,* provàvelmente deveria ser: *o que penteia*. — Unimos sempre o sufixo à palavra.

(48) — Falta a cedilha no *c*. O têrmo é *atàsûera*. Na edição paulista não se corrigiu!

(49) — *Neengëxûera* ocorre uma vez como substantivo na grafia comum de *nheenguixuera* e duas vêzes como adjetivo conjugado, acompanhado do pronome *xe,* grafado *nheengixuer* e *nheenguixuer,* com o sentido de *palreiro, desbocado*.

(50) — No dicionário vem *furão ser,* sem ressalva. — Dêste verbete em diante citam-se as formas adjetivais conjugadas na primeira pessoa do indicativo. A tradução de todos êles deve, pois, ser corrigido de acôrdo: *eu (sou) fujão* etc.

(51) — Mal transcrito por *ieaceixuér* do vocabulário jesuítico.

(52) — É forma deturpada de *xe nheenguixuer — falador ser* (= eu (sou) falador). No dicionário vem *falado* por *falador*.

(53) — Temos aí *xûera* apocopado em *xuê,* na grafia do dicionári. A tradução exata é: *eu falador eu sendo* (= *sendo eu falador*).

(54) — Os têrmos em *sûera, xûera, ndûera* são nomes e não verbos. A tradução correta é, pois, *eu (sou) visitador freqüente*.

(55) — *Poromongetàsûera* não é *prolixo;* falta-lhe o competente advérbio *pukú — longamente, prolixamente,* de onde xe *poromongetá-pukusûer — eu (sou) longamente falante,* ou seja *eu sou prolixo*.

(56) — O vocábulo está mal transcrito; a forma correta é *poropûaîxûera,* de *pûaîa — mandar*.

Dêstes verbetes só não figuram no *Vocabulário na Língua Brasílica* dos jesuítas os de números 1, 2 e 7.

O primeiro, se nêle viesse registrado, corresponderia na grafia a *abykyxûera,* com o significado de *o que apalpa ou penteia com freqüência*. O de número 7, *nheengaxuera* nêle não poderia achar guarida por contrariar as leis da eufonia tupi, que, aliás, vem devidamente respeitadas nos têrmos 3 e 8, meras duplicatas com grafia alterada.

Atasûera(57) não é do dialeto maranhense, no qual corresponde *gûatá* ou *ûatá* ao *atá* do tupi clássico. *Atàsûera* ocorre na gramática do P. Luís Figueira(58), de onde o tirou frei José Mariano da Conceição Veloso, ao organizar a tal chamada reversão do *Dicionário Português e Brasiliano*. Entretanto, a definição *sûera,* que segundo o dicionário denota *excesso,* é de outra pessoa, pois Figueira só lhe atribui o sentido de *freqüência na ação*.

Mas, se o compilador da Segunda Parte se julgou com o direito de arrolar tantos têrmos ausentes do manuscrito de 1751, por que excluiu dela a palavra *pukàxûera,* a única ocorrência do sufixo *sûera* no referido manuscrito?

O que transparece claramente dêste nosso limitado exame é que fr. Conceição Veloso não preparou uma reversão do manuscrito de 1751, publicado por êle com o título de *Dicionário Português e Brasiliano,* em 1795. Aproveitou-o com algumas falhas para a confecção de um dicionário Brasiliano e Português e trabalhou por ampliá-lo, coligindo a trouxe-mouxe nos velhos apanhados e compêndios quanto têrmo lhe pareceu conveniente. Hauriu nas gramáticas e principalmente no vocabulário dos jesuítas, conseguindo assim, com afanoso trabalho, mas sem preparo e por isso sem critério, acumular alentado acervo, que cientificamente não tem valor global, porque data de épocas diversas, de regiões e, sobretudo, de dialetos diferentes.

O sufixo *gûera* do dialeto maranhense por si só, para não nos afastarmos do assunto restrito, é um dos muitos indícios da sua diversidade do tupi clássico, assim como o enxêrto das formas em *sûera,* na II. parte da edição paulista do *Dpb*. mostra a heterogeneidade dos seus vocábulos e, portanto, o desvalor científico dessa publicação, que tanta confusão vem causando,

(57) — *Atacoera* e *coer* como está no dicionário é êrro de transcrição; falta a cedilha em ambos.

(58) — *Arte de Gramática* etc. p. 140, ou p. 132, na edição algo infiel de *Emílio Allain*. Rio, 1880, que o editor parece ter preferido à edição fac-similar de Platzmann.

por se ver nela enganadamente, durante século e meio na falta de outra, um dicionário do legítimo tupi, que nunca foi.

No nheengatu, nesse descendente espúrio do já abastardado *brasiliano,* conservam-se, de permeio com tantas mostras do deperecimento generalizado, algumas facetas peculiares às tribos setentrionais do povo tupi. Uma delas temos no sufixo nheengatu *ûera,* correspondente ao *gûera* do *Dpb.* cujo sentido de *costume, mania, estado habitual* vem mantendo.

O Pe. Tastevin, na sua pretensiosa gramática, não lhe penetrou o verdadeiro sentido. Na edição francêsa, de 1910, vê nêle simples substituto corrompido de *ûara — o que, aquêle que* (p. 59).

Na edição brasileira, enganosamente intitulada Gramática Tupi[59] modifica sensivelmente a sua opinião anterior, afirmando:

> *"era, ûera* parecem substituir, algumas vêzes, *ara* e *ûara,* mas a palavra tem sempre uma significação desfavorável" (§ 56).

Felizmente, a bem da verdade, êle mesmo corrige parcialmente o equívoco, dando a definição seguinte no vocabulário apenso:

> *"ûera,* sufixo indicando o estado habitual, irremediável".

Ainda não é bem isso. Tastevin mesmo se desmente nos respectivos verbetes incluídos no vocabulário:

îakyûera	—	traquinas;
munaûera	—	invejoso;
mungytàûera	—	conselheiro;
puruera	—	emprestador;
puxyûera	—	mau; feio;
pyrungytaûera	—	tagarela;
pytymùûera	—	serviçal;
ûatàûera	—	viajante, (andarilho);
ûytàûera	—	nadador.

Não é fácil ver em qualquer dêsses exemplos um estado habitual *irremediável;* a própria significação pejorativa, onde ocorre, é inerente ao verbo, que o sufixo converte em nome, conferindo-lhe ao mesmo tempo o sentido de hábito.

(59) — *Rev. do Museu Paulista;* tomo *XIII.* São Paulo, 1922.

Quanto à autoridade que algumas vítimas da sua linguagem presumida querem atribuir a Tastevin, bastam essas quatro opiniões divergentes a respeito de um único *sufixo* para aquilatar o valor dêste tupinista das arábias.

STRADELLI[60] traduz *ûera* pelo sufixo português *vel* e desta maneira se afasta de todos os outros autores[61].

Stradelli compôs uma infinidade de palavras derivadas por meio de *ûera,* a modo dêle; muitas são artificiais, que nenhum índio usa, como:

popukaûera	—	apalpável;
îusyûera	—	desejável;
mukokuiûera	—	derribável;
pirakaûera	—	pescável;
sapekaûera	—	chamuscável;
etc. etc.		

Outras, a despeito da sua tradução inalterada em *vel,* indicam, sem dúvida alguma, o *hábito,* como:

pakaûera	—	(despertável ??) =o que desperta com freqüência.
ûataûera	—	passeador;
îaûaûera	—	(fugível??) =fujão;
etc. etc.		

(60) — *Rev. do Inst. Hist. e Geogr. Brasileiro;* vol. 158; Rio, 1929.

(61) — *Ibidem;* p. 32.

Biblioteca Digital Curt Nimuendajú
http://biblio.etnolinguistica.org

V

DO SUFIXO AGENTE "ARA", "SARA" NAS LÍNGUAS TUPI-GUARANIS

Há nos dialetos tupi-guaranis um sufixo que se acrescenta aos verbos, de preferência aos transitivos diretos, formando nomes verbais agentes. Referimo-nos à partícula *ara,* à qual se prefixam em certos casos diversas consoantes: *s, h, d, b, p, t, k,* de acôrdo com as exigências eufônicas ou dialetais.

Não entraremos nas particularidades do guarani e dos seus dialetos ocidentais. A sua análise comparativa tornar-se-ia algo extensa e pouco elucidativa, porque as mudanças de *ara, sara,* (*hara* no guarani), em *bara, dara, para, tara,* e ainda em *kara* nos dialetos guaranis, só se tornam totalmente compreensíveis através do tupí, evidentemente mais arcaico, por conservar, no tema do verbo, o final que as regula.

Ater-nos-emos, no particular, principalmente ao estudo comparativo entre o *tupi clássico,* de Anchieta-Figueira e do *brasiliano,* maranhense, do Dicionário Português e Brasiliano com o seu reverso de frei Onofre, da Poranduba Maranhense(1), recorrendo ao guarani apenas para comparações esclarecedoras.

Encontra-se nestes dois vocabulários maranhenses uma centena de verbais da série *ara*. A grande maioria obedece na sua formação às regras de Anchieta e Figueira.

Algumas formas brasilianas como:

sainhana(2)	—	sainhansara	— ajuntador,
gûatá(3)	—	gûatasara	— viajante, peregrino,

(1) — Rev. do Inst. Hist. e Geogr. Brasileiro; tomo 54, parte I. pp. 185-277. Rio, 1891.

(2) — Também se encontram *sanhana* e *sanhane*. A forma guarani é *haŷînhã*.

(3) — *Atá — andar* e *a gûatá — eu ando,* por eufonia, tanto no tupi como no guarani.

mondá	—	mondàsara	— ladrão,
porandú(4)	—	porandusara	— inquiridor,

afastam-se, porém, dos paradigmas tupis e lembram a licença guarani que faculta o emprêgo de *hara* (*sara* no tupi) também nos casos em que o tupi prescreve exclusivamente outras variantes.

Os correspondentes tupis são, respectivamente:

seynhanga	—	seynhangara,
atá	—	atara,
—	—	mondá
poranduba	—	porandupara.

Um caso de translação taxionômica temos no verbo brasiliano *mondá,* que é nome no tupi e o foi no guarani.

Montoya já o dá como nome e verbo, mas, volvido um século, Restivo ainda faz restrições à sua condição verbal(5). Em todo caso, o seu emprêgo como verbo justifica o sufixo *hara* e ambos registram *mundahara* — ladrão, ao lado de *xe mundá* que, em rigor, já é: *eu* (sou) *aladroado, ladrão,* embora o empreguem também verbalmente: *a mundá — eu furto*.

Já demonstramos, que as palavras precedidas pelos pronomes subjetivos da série *xe* são nomes, substantivos ou adjetivos, e não verbos, embora se traduzam muitas vêzes melhor por verbos.

E, assim, temos no guarani:

xe mundá — *eu* (sou) *ladrão, aladroado,* e
a mundá — *eu furto*.

Essa bicategoricidade de *mondá*(6) não se torna patente no *Dicionário Português e Brasiliano,* por ali não vir acompanhado de pronome, por meio do qual os compêndios antigos costumavam indicar a categoria ou classe. Na segunda parte, entretanto, no *Dicionário Brasiliano-Português*(7) ela aparece claramente através dos verbetes

(4) — Ao lado de *porandúb* do *Dpb*. a *Poranduba* regista também *porandú* e assim coonesta, ainda amparado pelo guarani, a forma *porandusara*.

(5) — *Restivo, Paulo —; Vocabulário* etc. verbete *hurtar*: "...*xe mundá;* algunos(!) dicen *a mundá*".

(6) — No guarani grafam *mundá;* no tupi e no Dicionário Português e Brasiliano *mondá*.

(7) — *Dicionário Português e Brasiliano e Brasiliano-Português*. Rev. do Museu Paulista, tomo 18. São Paulo, 1934.

aî mondá — *eu o furto* e
xe mondá ..... resé — *eu* (fui) *aladroado para com...*,

ainda que a tradução, muito livre e convencional, não a indique expressamente por não haver sido compreendida devidamente entre nós(8).

Em vista do precedente guarani e de outras particularidades que o ligam mais intimamente ao dialeto maranhense, não duvidamos que essa bicategoricidade já tenha surgido entre os indígenas antes do seu contato com os colonizadores. Entretanto, surgiu assim um problema que devia estar presente à mente do P. Restivo, quando, como a fazer restrições, escreveu: "alguns dizem *a mundá*", ou, em outras palavras, "alguns empregam *mundá* como verbo"(9). É que aí o verbo *mondá* é transitivo direto e o pronome da série *xe* imediatamente anteposto a verbos transitivos diretos tem sempre função de pronome oblíquo. Portanto, em orações como *Fedro xe mondá* ou *xe mondá Pedro* o sentido é sempre *Pedro me furtou* (*furta*).

Ora, sendo *mondá* também e mais pròpriamente nome, só admite pronome pessoal da série *xe* com função exclusivamente subjetiva(10). Dessa forma temos novamente a mesma construção *xe mondá*, mas com o sentido oposto de: *eu* (sou) *aladroado*. Compreende-se fàcilmente, que, em certos casos, tais acepções desencontradas, como *eu* (sou) *ladrão* e *furtam-me*, nas mesmas palavras são de molde a prejudicar sensìvelmente o verdadeiro sentido do enunciado, justificando, assim, plenamente a reserva implícita de Restivo.

No tupi, *mondá* conservou-se exclusivamente na classe dos nomes e, como tal, não precisa e não pode admitir um sufixo *verbal* para tomar os sentidos de *ladrão* e *aladroado*, que já tem.

Vejamos mais algumas formações irregulares do *Dpb*.

Kaapyrsara(11) — *mondador*, de *kaapyr*, *mondar* foge, como tantos outros vocábulos do *Dpb*. das regras mais comezinhas da fonética tupi, onde a junção *rs* é inadmissível. No tupi temos

(8) — Exposição pormenorizado sôbre o assunto se encontra em *O Caráter da Segunda Conjugação Tupi*; cap. V, pp. 47-97.

(9) — Citando Restivo usamos a grafia guarani *mundá*, a que se ateve Montoya.

(10) — Não confundir com a função possessiva da mesma série.

(11) — No tupi e no guarani escreve-se com *i* e não com *y*.

kapira — *mondar* e dêle o verbal agente *kapisara*, já que os infinitivos em *ra* substituem esta sílaba pelo sufixo *sara*.

Mais estranho ainda é o nome verbal *piiresara* — *varredor*, de *piire* — *varrer*. Nêle se conservou tôda a terminação átona e se lhe acrescentou simplesmente o sufixo *sara*. No tupi correspondem-lhes *peira* e *peisara* de acôrdo com a regra citado para o têrmo anterior. Em *piiresara* e em *kaapyrsara*, se nêles não houve êrro de transcrição, é evidente o deperecimento do genuíno linguajar indígena.

Susara — *mordedor*, do verbo *suú* — *morder* justifica-se até certo ponto pelo guaraní, onde *suuhara* se encontra ao lado do mais corrente *sugûara*(12) que é a única forma admissível em tupi.

Kambysara é amostra, muito expressiva do quanto o dialeto do Dicionário Português e Brasiliano tinha decaído; dizemos de propósito decaído, porque certas palavras compostas e suas definições mostram que se havia perdido o verdadeiro sentido primitivo. Nem é admissível êrro de cópia, quando, em manuscritos diferentes, elaborados por conhecedores da língua, encontramos os mesmos têrmos.

Analisemos, porém, *kambysara* através das suas partes componentes:

Guarani	*Dpb.*	*Português*	*Tupi*
kama	— kama	— peito	— kama
kamby	— kamby	— leite(12a)	— kamby
kambú	— kambyuú	— mamar	— kambú
mokambú	— mokamby	— dar de mamar	— mokambu
mokambuhara	— kambysara	— ama de leite	— mokambuara.

Como vemos,

kama é *peito, úbere* em vários dialetos;
y é *água, líquido, sumo;*
kamby, a combinação dos dois anteriores, é *sumo do peito*, ou *leite*.

(12) — Montoya também registra *suugûara*, onde aos dois *u*, acrescentou *gûara*, quando normalmente o segundo *u* se transforma em *gû*, acrescentando *ara*.

(12a) — Aceitando o desenvolvimento semântico do indeterminado para o determinado, a que aludimos acima.

Até aqui nada há que objetar; porém, alguns sobrecompostos de *kamby* existentes no mesmo Dicionário ou no reverso de frei Onofre, da Poranduba Maranhense, merecem fundadas restrições, quando comparados com os dialetos tupi-guaranis antigos.

Em primeiro lugar,

Kambyuú — mamar afasta-se dêles, porque etimològicamente se traduz por *beber água* (*uú*) *suço do peito* (*kamby*), o que é uma estranha redundância. *Uú* é *beber água* no tupi clássico, onde alterna em alguns casos com as formas primitivas *yú* e *uy*. A mudança de *y* em *u* é freqüente no tupi. Admitamos, porém, sem discutir, o processo semântico de *uú — beber água* para *beber* no sentido absoluto, aliás insólito.

Do ato de mamar os tupis e os guaranis fixaram apenas as aparências. Daí, nesses dialetos, o têrmo *kambú — mamar,* que em rigor significa *comer* (*ou beber*) *o peito*. O *mamar* dá de fato mais a impressão do *comer,* do *mastigar o peito* do que do sorver líquido, pois êste é invisível.

Kambyuú, o correspondente brasiliano do *kambú* tupi, composto de *kamby — leite* e de *uú — beber,* aparta-se do claro conceito simplista, puramente indígena, de *kambú,* substituindo-o por outro raciocínio, civilizado, mas ambíguo. Para a mentalidade indígena *kambyuú* (*kambyú* em tupi) seria *beber leite já tirado* e não *mamar*.

Tendo em vista *kambyuú* para *mamar,* fôra de esperar *mokambyuú* para traduzir *fazer mamar, dar de mamar*. Mera ilusão! No brasiliano as previsões são amiúde falazes. O têrmo registrado nos dicionários brasilianos para *dar de mamar* é *mokamby,* um derivado de *kamby*. Êste, além de *leite,* significa *mamar* no brasiliano. A derivação de *mokamby* foi, assim, bem feita, mas nem por isso essas definições de *camby* e *mokamby* encontram apoio indiscutível na etimologia. *Kamby,* como vimos, nada mais exprime do que *suco* (*água*) *do peito, leite*. Portanto, *mokamby* apenas é *fazer leite*. Mas, como *kamby* tomou também a acepção de *mamar,* teremos de admitir um processo de contágio, aliás bem compreensível entre o velho *kambú — mamar* e *kamby* — leite, tomando êste no brasiliano o sentido daquele. Sabemos que o *y* tupi se converte por vêzes em *u;* do inverso, que não ocorre no tupi, em *kamby,* no lugar de *kambú,* para *mamar,* temos assim um exemplo no brasiliano.

Mokamby tendo, portanto, o sentido de *amamentar, dar de mamar,* nada mais simples do que derivar dêle um verbal agente

por meio do sufixo da série *ara, sara,* a exemplo do tupi *mokambú — dar de mamar,* do qual procede *mokambuara — a que dá de mamar, ama de leite*. É, porém, em vão que se procura *mokambyara,* ou *mokambysara* no Vocabulário Português e Brasiliano ou no reverso de frei Onofre. O têrmo que alí figura para *ama de leite é kambysara*.

Ora, *kamby* sendo *mamar* no brasiliano, *kambysara* só se traduz por *o que mama,* a não ser que se queira transtornar tôda essa parte da morfologia tupi.

Como devemos então encarar êste verbete nos dois dicionários citados? — Ou se trata de mais uma obliteração do sentido primitivo, ou de um êrro de transcrição. O *Dicionário Português e Brasiliano* e o de frei Onofre sugerem a primeira hipótese, enquanto o *Vocabulário Português-Brasílico* apoia a segunda. Êste, efetivamente não traz *kambysara,* mas regista em seu lugar *mokambysara,* que, no brasiliano, se justifica perfeitamente.

Engananesara é um hibridismo formado pelo verbo português *enganar* e o sufixo tupi *sara*. Consta do Dic. Português e Brasiliano e do reverso de frei Onofre. O manuscrito da *Crestomatia* diz apenas que na linguagem vulgar se emprega o verbo português *enganar*.

Mas, o verbal que mostra claramente o quanto certas noções se haviam obliterado no dialeto brasiliano é *amotareymbara ûae*.

Temos aí o verbo *amotareyma — não querer bem, querer mal,* do qual se forma o verbal *amotareymbara — o que quer mal, o desafeto*. *Ûae* corresponde ao *bae* tupi e se traduz, como *ara, sara* por *o que, aquêle que. Amotareymbara ûae* contém, pois, dois sufixos de sentido igual *ara* e *ûae,* o que evidentemente ultrapassa os limites. Para traduzir *o que quer mal, o desafeto* basta um dêles:

amotareymbara } o que quer mal, o
ou: o amotareymûae } desafeto, o inimigo.

Mas, parece que, no caso, o uso sancionara a confusão desde cêdo. Já no catecismo de Bettendorff, p. 23, lemos nas duas primeiras linhas:

o gûerekó-memûãbaesara!!

Em *gûatasara — caminhador, peregrino* ferem-nos de logo a vista as iniciais *gû*. Estas não fazem parte do radical, que é

atá — andar, caminhar, velejar(13). O digrama *gû* precede *atá*, por eufonia, regularmente no tupi e muitas vêzes no guarani, quando precedido por vogal, e serve tão sòmente para evitar o hiato, como em *a gûatá* (por a *atá*) — *eu andei*.

Caminhador, peregrino é *atahara* em guarani e *atara* em tupi.

Quanto ao sufixo vemos aí que a forma brasiliana *guatàsara* se aproxima novamente do guarani, cujos vocabulários mencionam exclusivamente *atahara*. Entretanto, há no guarani pelo menos uma palavra com as suas sobrecompostas, nas quais parece ocorrer a forma *atara*, seja embora apocopada *atá* e *atar*, segundo a índole daquele dialeto. É o têrmo *ygaratá*.

Pormenorizemos.

Atá aposto a um substantivo, como se verifica em *ygaratá*, só pode ser qualificativo. Não há disso a menor dúvida; mas, ainda assim, nada impede que em *ygaratá* tenhamos o simples verbo *atá*, porque todos os intransitivos funcionam automàticamente como adjetivos através da simples troca do pronome verbal pelo absoluto, ou por aposição direta a substantivos(14). É pois, compreensível que os guaranistas clássicos, Montoya e Restivo, vissem no têrmo *ygaratá* um composto de *ygar — canoa* e *atá — andar, andante,* ou seja *navio*. Ambos se enganaram. A lingüística comparada estava então por nascer e, ainda que existisse, os estudos comparativos seriam quase impraticáveis por falta de elementos. E, quem procuraria luzes fora do guarani numa época em que os seus adeptos estavam imbuídos da sua primazia? Gerou-se, assim, um êrro de interpretação, que, não sendo no caso de maior importância quanto ao sentido, teve, entretanto, repercussão na morfologia guarani.

A verdadeira entidade de *atá* só se revela aí pelo sobrecomposto *ygaratarusú — navio grande, galeão*.

Aparece em *ygaratarusú* o adjetivo *usú*, cujo emprêgo exige uma elucidação preliminar. *Grande* se traduz, no guarani e no tupi, geralmente por *usú ou gûasú*(15). Os mesmos substantivos admitem, por via de regra indiferentes às modificações estrutu-

(13) — *Gûatá* com o significado de *velejar* figura explìcitamente no *Dicionário Português e Brasiliano*..

(14) — Veja *O Caráter da Segunda Conjugação Tupi;* alínea *d*, pp. 82 e seguintes. — Compare: *maire atá; Thevet; Cosmographie Universelle*; fl. 919.

(15) — Tratamos aqui apenas da função adjetival de *usú* e *gûasú*. Êles se pospõem, entretanto, também a verbos e adjetivos e se traduzem então por *muito, muitos*.

rais, a mesmíssima forma para *grande* nas duas línguas. O seu emprêgo só se torna, porém, transparente no tupi, onde os substantivos oxítonos exigem *gûasú* e os paroxítonos *usú*.

Infelizmente, essa regra tão simples, por baseada na tonicidade, não se aplica ao guarani, onde, pela apócope diacrônica, que é uma das suas características, aparece oxítona a maioria dos vocábulos paroxítonos tupis.

A apócope ora atinge tôda a sílaba átona final, ora tão sòmente a sua última vogal. Em ambas as ocorrências produz nomes oxítonos e tônicos; na primeira terminam em vogal e na segunda em consoante ou semivogal.

Na maioria dos casos em que a apócope atinge uma sílaba inteira, a consoante inicial dela continua, entretanto, presente como uma sorte de substrato suspenso, para entrar em função a título de fonema de ligação, quando ao vocábulo apocopado se acrescenta outro elemento começado por vogal.

Montoya costuma indicar essa consoante separadamente, em seguida às palavras apocopadas no seu *Tesoro*(16). Nos *Vocabulários*(17), tanto no dêle como no de Restivo, êsse pormenor foi julgado supérfluo.

A elisão da vogal átona final no guarani, por ser também freqüente no tupí em compostos e na oração, não suscita nenhum problema no assunto que nos ocupa e dela não trataremos aqui.

Exemplifiquemos, entretanto, as divergencias provocadas no guarani pela queda da consoante ou de tôda a sílaba átona final(18) ainda presente no tupi, a fim de apreendermos melhor a sua influência sôbre o têrmo *gûasú*.

tupi	*guarani*(19)	*português*
1. aoba	— aó. b.	— pano, roupa,
una	— ũ	— preto,
aobuna	— aobũ	— roupa preta;

(16) — A parte guarani–espanhol.

(17) — A parte espanhol–guarani.

(18) — Que a sílaba átona final também existia no guarani antigo, prova a sua sobrevivência em certas palavras ao lado da forma apocopada mais recente.

(19) — De acôrdo com o *Tesoro*, de Montoya.

2. kanhema	—	kanhỹ	— fugir, fugido;
sûera, ëxûera	—	sé, isé	— sufixo de costume;
kanhemëxûera	—	kanhymbisé	— fujão;
3. nheenga	—	nhẽẽ	— palavra, fala, falar;
atã	—	atã	— áspero;
nheengatã	—	nheengatã	— palavras ásperas, falar àsperamente;
4. tyma	—	tỹ. *m.*	— enterrar, plantar;
ara, bara	—	ara, bara	— sufixo verbal agente;
tymbara	—	tỹmbara	— o que planta;
5. tubixaba	—	tubixá. *b.*	— chefe;
eté	—	eté	— verdadeiro, legítimo;
tubixabeté	—	tubixabeté	— chefe supremo.

Essas consoantes da sílaba final, sempre presentes no tupi e que vemos reaparecer em compostos ou derivados guaranis, são duplamente importantes, quando nêles entra o têrmo *gûasú*. Elas permitiram ao Pe. Restivo formular, segundo a realidade guarani, a regra do emprêgo de *usú*, e, por exclusão, também a de *gûasú*.

Eis, o que ensina:

"*Gûasú*", que com nomes(20) significa *grande* e com verbos(21) *muito*, varia na composição. Com os que tem consoante(22) final faz *usú*" (23).

E, completando, do nosso lado, o seu pensamento,

"Os que só tem vogal final acentuada, exigem *gûasú*".

Pelos exemplos que Restivo aduz, vemos que por vocábulos *terminados em consoante* êle entende não apenas os que sempre a conservam, como:

(20) — Leia-se *substantivos*.
(21) — Acrescente-se: e *adjetivos*.
(22) — Acrescente-se: ou *semivogal primitivas*.
(23) — *Arte de la Lengua Guarani;* Parte I. cap. I. § 3, Apêndice. Reedição Seybold, pp. 19–20.

og	—	casa,
ogusú	—	casa grande;
akang	—	cabeça,
akangusú	—	cabeça grande;
mboî	—	cobra,
mboîdjusú(24)	—	cobra grande,

mas também aquêles em que só aparece nos compostos como:

adjú. *r.*	—	pescoço,
adjurusú	—	pescoço grosso;
djuky. r.	—	sal,
djukyrusú	—	árvore cuja cinza substituía o sal;
takûá. *r.*	—	taquara,
takûarusú	—	taquaruçu.
u. *r.*	—	vir,
urusú	—	virem muitos;
ybyràpé. *b.*	—	tábua,
ybyràpebusú	—	tábua larga;

Se compararmos todos êstes compostos em *usú* com os seus correspondentes tupis, verificaremos que não existe, quanto a *usú*, divergência no seu emprêgo entre o guarani e o tupi:

oka	—	okusú	— casa grande;
akanga	—	akangusú	— cabeça grande;
mboîa	—	mboîusú	— cobra grande;
aîura	—	aîurusú	— pescoço grosso;
takûara	—	takûarusú	— taquaruçu;
ura	—	urusú	— virem muitos;
ybyràpeba	—	ybyràpebusú	— tábua larga.

É, porém, compreensível que a apócope guarani da sílaba átona final ocasionasse, pelo menos localmente, o olvido da consoante arcaica em alguns vocábulos. Em casos que tais passam definitivamente a fazer parte dos oxítonos terminados em vogal, exigindo a forma *gûasú*, de acôrdo com a regra geral(25).

(24) — *dj* é a pronúncia peculiar do *y* no guarani. No tupi lhe corresponde a semivogal *î* em nossa grafia, que se pronuncia como *y* inglês e o *j* alemão.

(25) — O próprio Montoya registra divergências, certamente colhidas em locais diferentes, como por exemplo: *ygaratá gûasú e ygaratá rusú*. (*Tesouro;* fl. 174, verbete *ygaratá*).

Respigamos no vocabulário de Restivo dois exemplos dessa redução definitiva, que não podem ser postas em dúvida, pois Restivo é o autor da regra guarani do emprêgo de *gûasú* e *usú*.

São êles: *angaipá* e *djekuakú*.

Ambos vem ainda no Tesouro de Montoya com a indicação do *b* final:

angaipá. *b*. — maldade, pecado;
djekuakú. *b*. — jéjuar, jejum(25a).

Correspondem, pois, nitidamente aos vocábulos tupis *angaipaba* e *îekuakuba*, exigindo ambos a forma *usú*, ao tempo de Montoya, se nêles para *grande* couber êste qualificativo e não outro equivalente.

t. e g. angaipabusú(26) — grande maldade;
t. îekuakubusú — jejum grande>quaresma.
g. djekuakubusú — jejum grande>quaresma.

Parece, entretanto, que, já no tempo de Montoya, a consoante final de pelo menos um dêles havia desaparecido em algumas regiões. O fato é que registrou *djekuakùgûasú* e não se refere a *djekuakubusú* que, pelo verbete *djekuakú*. *b*. fôra de esperar, ou então o uso sancionara essa exceção à regra.

Restivo só os menciona a ambos como oxítonos terminados por vogal e, em conformidade, apõe-lhes *gûasú*.

angaipá — maldade, pecado;
angaipàguasú — pecado mortal;
djekuakú — jejuar, jejum;
djekuakùgûasú — jejum grande, quaresma(26a).

(25a) — Restivo refere-se com certo desalento às divergências léxicas e semânticas do mesmo guarani de região a região e das numerosas expressões do *Tesoro* de *Montoya* que já se não usavam (*Frases Seletas; apud: Bartolomé Mitre; Catalogo Razonado* etc. vol. II. pp. 50/51).

(26) — Não encontramos essa forma legítima em Montoya e Restivo. — Batista Caetano registra *angaipá gûasú — culpa grande, pecar muito*, sem qualquer observação. Também esta não vimos em Montoya, onde, entretanto, no verbete *angaypa.b*. figuram *angaipá turusú* e outros para *pecado mortal*.

(26a) — O *jejum grande* era velha prática ritual entre os tupis, após o nascimento de um filho e o sacrifício ritual.

Do nosso exame ressalta, que, invariàvelmente, tanto no guarani como no tupi, *gûasú* segue a vogal tônica e *usú* a consoante e a semivogal.

Isto pôsto, não poderíamos passar em silêncio a elaboração afanosa da regra de Restivo em sua gramática.(26b).

A apócope guarani tornara obscura certas ocorrências da forma *usú*, principalmente após vogais nasaladas e *r*. As vogais nasaladas finais do guarani tanto podem ser originais como o resultado da elisão de sílabas átonas começadas por *m* ou *n*, que sempre nasalizam as vogais precedentes ou posteriores. Dentro do guarani a determinação do fonema primitivo só é possível através do exame comparativo de outros compostos idênticos do mesmo vocábulo, mas que nem sempre dão a desejada certeza.

Quanto ao *r*, a sua pronúncia branda devia predispô-lo à queda definitiva no fim das palavras. No seu vocabulário, Restivo consigna repetidas vêzes a forma *rusú*, naturalmente por ignorar, na ocasião do registro, que o *r* pertencia de fato ao têrmo antecedente.

As suas incertezas ainda se refletem claramente no verbete *grande*, do seu Vocabulário onde afirma, que

> *"gûasú.....*, segundo a dição a que se pospõe, muda a primeira sílaba, pois com algumas faz *usú*, como em *ogusú — casa grande;* às vêzes *ndusú*, como em *terakûandusú — fama grande;* às vêzes *rusú*, como em *ybyraìdjá rusú — alcaide-mor"*.

A interpretação de *ogusú*, de *og — casa*, não oferece dificuldade.

Entretanto, *terakûandusú*, de *terakûã* — fama e *usú — grande*, embora se justifique, por analogia, com outros compostos no próprio guarani, só é perfeitamente explicável com auxílio do seu correspondente não apocopado, como o tupi *terapûana*(27), *fama*, onde temos o *n* que aparece em *terakûandusú*.

Mas, em palavras compostas ou derivadas tupis e guaranis, o *n* final do primeiro elemento raras vêzes ocorre só; costuma atrair o *d*, formando a combinação *nd*, quando o elemento seguinte começa por vogal. Daí *terakûandusú — fama grande*.

(26b) — *Arte de la Lengua Guarani;* Parte I, cap. I. § 3, apêndice; pp. 19–20 da reedição de Seybold.

(27) — A permuta do digrama tupi *pû* (*pw*) por *kû* (*kw*) no guarani é freqüente.

Portanto, êsse digrama *nd* não faz parte de *usú;* pertence a *terakûã* e por isso também o encontramos em outros compostos guaranis como, por exemplo, em *terakûandaí — má fama, mal-afamado, de terakûã, n. — fama e aí — má, mal.*

Essas considerações sugeridas pelo que consta do verbete *grande,* no vocabulário de Restivo, também êle as deve ter feito posteriormente com os recursos do próprio guarani. Com efeito, embora no vocabulário se reporte à sua gramática, impressa dois anos mais tarde, e *terakûã* figure, como exemplo, em ambos, o raciocínio diverge fundamentalmente. Enquanto no vocabulário *"gûasú* muda a primeira sílaba" para se converter em *ndusú* com *terakûã,* na gramática,

> "com os nomes que tiverem *n* final, faz *ndusú,* como em terakûã. *n,* ou seja *terakûana — fama,* (de onde) *terakûandusú — grande fama"!!*

Em *ybyraìdjarusú — alcaide-mor,* com que, no verbete *grande,* pretende mostrar que *gûasú* se converte por vêzes em *rusú,* Restivo, que tomou êsse exemplo do *Tesoro* de Montoya, fornece a prova do quanto as suas idéias ainda eram imprecisas ao elaborar o seu vocabulário, evidentemente muito antes dos últimos retoques dados à sua gramática, embora a ela já se refira.

Na gramática, Restivo suprimiu êsse exemplo com as referências a *rusú.* Havia então reconhecido que *ybyraìdjarusú* se encaixava perfeitamente à sua regra geral, segundo a qual os nomes e os verbos terminados em consoante tomam *usú?*

É possível. *Ybyraìdjarusú* é composto de *ybyraí* — varinha, *bastão, djara — senhor* e *usú — grande,* ou seja literalmente *senhor grande da varinha.* Designava o *alcaide-mor* pela sua insígnia. O nome *djara,* ou *djar* em compostos termina em consoante; por conseguinte pede *usú.* O *r* não é, pois, inicial de *usú,* mas desinência de *djar* que o precede.

Não se pode, por outro lado, negar, que há no guarani certo número de palavras em que o *r* final arcaico é de comprovação difícil com os recursos exclusivos do próprio dialeto.

Djuky — sal e *yboty — flor* são disso testemunhas. Não pode assim, ser posta de lado a hipótese de Restivo ter simplesmente contornado pelo silêncio um caso insolúvel na ocasião.

Foi realmente pena, porque dessa maneira passaram a prevalecer pelo tempo em fora os ensinamentos superados do seu vocabulário, dando consistência fictícia à forma *rusú,* que nunca existiu. O êrro disfarçou-se em aparências tão legítimas, que nem o arguto Batista Caetano(28) o descobriu. No guarani moderno *rusú* obteve emancipação definitiva, por influência de composições como *mitã-rusú, — menino grande,* onde o *r* não cabe no primeiro têrmo.

Depois dessa longa digressão, certamente não destituída de interêsse para quem se dedica a estudos comparativos, voltemos ao ponto inicial do nosso desvio, aos têrmos guaranis *ygaratá* e *ygaratarusú.*

Ygaratá — navio parece composto de *ygá.r. — canoa* e *atá,* que no guarani só se encontra no sentido de *andar, caminhar* e, por extensão, visto poderem ser adjetivados os verbos intransitivos, no de *andante, caminhante.* Significa, portanto, *canoa* ou *embarcação andante,* a que não precisa de remos e de braços para se locomover. O que os tupis denominaram *ygarusú — embarcação grande* os guaranis apelidaram *ygaratá — embarcação andante.* Enquanto o nosso índio se impressionou com o tamanho das embarcações européias, o guarani fixou-lhes a facilidade de locomoção, sem o contínuo esfôrço humano.

Essa interpretação tão simples e clara esbarra, porém, num impedimento formal na palavra *ygaratarusú — navio grande,* denominação que o guarani conferiu à *nau,* ao *galeão*(29).

Já mostramos à saciedade que *rusú,* por *usú,* nunca existiu e que, em todos os compostos onde aparece o *r* pertence ao têrmo antecedente, como provam as formas tupis. Em *ygaratarusú* não temos, pois, *atá,* mas *atar,* ou, para manter a grafia de Montoya, *atá.r. Atar* é uma forma antiga de *atahara — caminhador, viajor,* que se manteve no tupi; os escritos jesuíticos em tupi desconhecem *atasara* e só registram *atara.*

Há, entretanto, no próprio guarani uma pequena divergência na designação para *navio* ou *nau.* Enquanto Restivo menciona ùnicamente *ygaratarusú,* Montoya ouviu duas formas: *ygaratarusú* e *ygaratá gûasú,* sinal evidente de que em alguma região já se havia perdido a lembrança do vocábulo *atar(a).* Isso não é de estranhar, quando se considera que no guarani a palavra corrente para designar o caminhador era *atahara.*

Do que não pode haver dúvida é que na composição *atàgûasú* temos o verbo *atá* num dos sentidos que no guarani ou

---

(28) — Não só registra no seu Vocabulário um verbete *ruçú — grande,* mas ainda afirma no de *uçú* que "êste adjetivo se apresenta na forma *buçú, muçú, nduçú, ruçú",* atendo-se à lição de Montoya sem examinar-lhe as bases etimológicas.

(29) — Veja *Montoya — Tesoro;* fl. 174.

tupi o verbo intransitivo pode assumir: *caminhar, o caminhar, caminhante,* enquanto *atarusú* é um composto do verbal agente *atar(a)* — *o caminhador*. No sentido pouco divergem, mas *atá,* por ser terminado em vogal tônica, exige *gûasú* enquanto *atara* e *atar, paroxítono* um, terminado em consoante o outro, pedem *usú*.

Temos outra prova disso na palavra *Tupã-rerogûatàgûasú,* que no guarani designa a *procissão do Corpo de Deus*.

Compõe-se ela de:

rogûatá — andar com, acompanhar, o acompanhar, acompanhamento;

Tupã-rerogûatà — o acompanhamento a Deus, a procissão;

Tupã-rerogûatágûasú — o grande acompanhamento a Deus, *a procissão do Corpo de Deus,* porque era a procissão de maior solenidade.

Aqui vem necessàriamente a forma *gûasú,* pois é antecedida por palavra oxítona terminada em vogal.

Resumindo a nossa exposição no que diz respeito a *gûasú* e *usú,* podemos dizer que o guarani e o tupi antigos concordam geralmente no emprêgo de *gûasú* e *usú,* embora a apócope guarani exija formulação algo diferente da regra de *usú*:

"Nomes e verbos oxítonos terminados em vogal pedem *gûasú*".

"*Usú* é usado no guarani antigo depois de semivogal e de consoante, observadas as exigências da eufonia. A consoante ora está presente no vocábulo, ora é arcaica, só aparecendo em certos compostos".

A regra tupi é muito mais transparente, por terem os vocábulos conservado a terminação primitiva, essencial no caso.

Usú aplica-se *no* tupi a nomes e verbos paroxítonos, nos quais substitui a última vogal.

Há casos em que as formas do léxico tupi facilitam a compreensão e orientam o uso correto de *gûasú* e *usú* no guarani antigo. Negam não só a existência de *rusu,* mas opõem restrições ao uso de *gûasú* em palavras como, por exemplo, *djekuakûgûasú* e *angaipàgûasú*.

Biblioteca Digital Curt Nimuendajú
http://biblio.etnolinguistica.org

VI

A NEGAÇÃO BRASILIANA "NITIO" — "NÃO"

Uma das palavras que mais impressionam o estudioso do tupi ao passar para exames comparativos entre o *Vlb.* e o *Dpb.* é o advérbio de negação *nitio* — *não* neste último.

A forma *nitio,* além de representar um rompimento total com o seu correspondente na genuína linguagem dos tupis costeiros, constitui interessante quebra-cabeça etimológico e um argumento nada desprezível nas indagações cronológicas.

Já mostramos à saciedade, que o *Vpb.* composto no Maranhão, por volta de 1700, representa um elo entre o tupi e o brasiliano do *Dpb.* com o seu reverso da *Poranduba Maranhense.*

Pois bem, *nitio* é uma das provas, que, na escala evolutiva, situariam o léxico do *Dpb.* em fase ulterior à do *Vpb,* se o seu simples aspecto já não dissipasse qualquer dúvida a êsse respeito.

Examinemo-la.

O advérbio *não,* quando empregado isoladamente, é traduzido por *aan, aani* no tupi e por *nitio* no brasiliano.

Evidentemente, não há nenhuma ligação mórfica entre os dois vocábulos.

Se consultarmos, porém, o *Vpb.* encontraremos para *não*: *aani,* os seus compostos *aaninhé, aani rakó* e mais, classificado como vulgar, *nitibi*.

Por aí se vê claramente que as palavras correspondentes a *não* do *Vpb.* enfeixam tanto as do vocabulário jesuítico, como ainda uma variante da que temos no brasiliano, caracterizando, mais uma vez, a fase de transição a que pertence. Ao mesmo tempo, a forma *nitibi* esclarece o sentido primitivo do estranho *nitio* do brasiliano(1).

(1) — O *b* do tupi corresponde por vêzes à semivogal *û* no dialeto tupinambá do Maranhão. O *Dpb.* representa êsse *û* por *o,* de onde: *oae,* que, no brasiliano, substitui o *bae* tupi, como *nitio* é o desenvolvimento da forma intermediária *nitib(i)*.

Nitibi vem do nome *tyba*, que no tupi significa *existência, abundância; existente, abundante*. Muitas vêzes o sentido adjetival de *tyba* se traduz melhor pelos verbos *existir* ou *haver*, principalmente no negativo:

n'i tybi — (êle) não há, não existe.

Eis aí o desenvolvimento do têrmo:

n'i tybi>*nitibi*>*nitiûi*>*nitiú*>*nitio* e à retração do seu sentido de *não há, não existe* para o de simples negação geral *não*.

No *nheengatu*, digno sucessor do espúrio brasiliano, *nitio* se contraiu para *enti, inti, nti, ti*. Já estamos então bem longe do primitivo *n'i tybi*.

Mas, quanto maior a transformação, tanto mais vivo o nosso velho espanto à lembrança daqueles pobres diletantes, que ainda pretendem descobrir no nheengatu a chave de velhos problemas da lingüística tupi-guarani, que depreciam o primitivo monumento singular para enaltecerem os seus destroços, embora êstes não possam hoje dar mais do que uma pálida idéia do seu esplendor nos tempos idos.

Êsse comentário melancólico, em parte haurido de expressões como as que transcrevemos a seguir, constitui, pois, uma antecipação. Mas, à frente onde vai, servirá melhor para alertar o leitor, de aguçar-lhe o espírito para as mesmas comparações que provocaram no autor e das quais daremos um resumo a título de arremate.

A NEGAÇÃO "NITIO" DO BRASILIANO COMPARADA COM AS DO TUPI.

Na lista a seguir limitamo-nos a exemplos tirados do *Dpb*, dando ao lado a forma que lhes corresponde em tupi.

brasiliano		*tupi*	*português*
nitio	—	aan, aani; eyma, umé; n(d)a... i, n(d)'...i	— não;
nitio abá	—	aan, aani	— ninguem;
nitio posy	—	posyeyma	— leve(2);
nitio eré sendú pe?	—	nd'eré senduî pe?	— não ouves?

(2) — Pròpriamente *não pesado*.

brasiliano		*tupi*	*português*
nitio gûasú	—	abaibeyma	— fácil(3);
nitio gûatá ûae	—	o gûatàeymbae	— o que não anda;
nitio xa gûatá	—	nd'a gûataî	— não ando(4)
nitio i apysá ûae	—	i apysàeymbae	— o surdo(5);
nitio mbaé	—	aan, aani	— nada;
nitio mbaé o ikó	—	n'a mbaèî; auba nhote	— não é nada;
nitio moeté	—	moetèyma	— desprezar;
nitio o nheeng ûaé	—	nheengú	— mudo;6)
nitio o nheeng	—	nd'o nheengi	— êle não fala;
nitio paîa ûae	—	tubeyma	— órfão de pai;
nitio ramé	—	aan eyme	— senão;
nitio ranhé	—	aani ranhé	— ainda não;
nitio xa kuaûb	—	nd'a é-katuî	— não sei, não posso(7);
o kuaûbeyma	—	tekó-kuabeyma	— ignorante;
sesá-eyma	—	esá-pysòeyma (t-, r-s-)	— cego(8);

Como vemos no primeiro exemplo, no tupi há quatro formas para traduzir a negação simples *não*:

aan ou *aani*, — *eyma* — *umé* e *nda* (*na, nd', n'*) .... *i*.

Entretanto, elas não se alternam; cada qual tem o seu âmbito nitidamente circunscrito.

(3) — Literalmente *não difícil*.

(4) — Já temos aí a combinação do pronome absoluto *xe* com o pronome verbal *a*, formando *xa*.

(5) — A tradução literal é: *o que não tem ouvido*. O nome pròpriamente dito: *surdo* é *apysàeyma — sem ouvido; não ouvinte*.

(6) — A expressão brasiliana é um verbal, significando: *o que não fala*, enquanto *nheengú* é um verbo intransitivado no seu sentido nominal.

(7) — No brasiliano não encontramos vestígios do verbo tão interessante *é-katú;* nem isso nos deve causar surprêsa, quando o *Vpb*. já declara haver sido substituido por *kuaba*. Veja ali o verbete *poder*.

(8) — O têrmo brasiliano é literalmente *sem olhos* e não apenas *cego*, que no tupi se exprime por diversos têrmos particularizantes como: *esaba, ro, esàoby, esàtinga, esá-pysòeyma* etc. — O contato com a civilização vai apagando no brasiliano tôdas essas especificações das diversas origens da cegueira. *Pysòeyma* é literalmente *não agudo, não penetrante*.

O brasiliano, fazendo valer, também neste ponto, a sua tendência de tudo subverter e simplificar, com raras exceções substituiu tôdas as quatro por *nitio,* uma aglutinação que debalde se procuraria no tupi.

Poucos têrmos terão contribuído tanto para desnaturar o tupi quanto *nitio*. Basta comparar um dos exemplos: *nitio xa gûatá* com o seu equivalente tupi *nd'a gûataî* para compreender a extensão do abastardamento que vai do *tupi* ao *brasiliano*.

Nessas condições, como podia haver quem cogitasse no ensino do tupi com o só *Dicionário Português e Brasiliano?*

Como podemos verificar nos dois últimos exemplos, o brasiliano conservou, entretanto, algumas dições em que figura a velha negação *eyma,* em alguns casos contrata para *yma*.

Ex. (j)amotareyma — ódio (o não o querer);
ekateyma (s-) — avarento;
mendasarayma — solteira;
etc.

Mas não chegam a uma dúzia as que pudemos respigar nos dois vocabulários brasilianos, o *Dpb.* e o *Dbp.* da *Poranduba Maranhense*.

Biblioteca Digital Curt Nimuendajú
http://biblio.etnolinguistica.org

BIBLIOGRAFIA

ABBEVILLE, FREI CLÁUDIO d' —; *História da Missão* dos padrss Capuchinhos etc. Edição fac-similar Paulo Prado; Paris, 1922.

ACUÑA, PE. CRISTOBAL DE —; *Novo Descobrimento do Grande Rio das Amazonas;* Série Brasiliana, vol. 203; São Paulo,, 1941.

AGUIAR, D. JOSÉ LOURENÇO DA COSTA —; *Christu Muhençaua* (*Doutrina Cristã*) etc. Petrópolis, 1898.

ALMEIDA, EDUARDO DE CASTRO E —; *Inventário de Documentos relativos ao Brasil;* 7 vols. Rio de Janeiro, 1913–1934. Separata dos Anais da Biblioteca Nacional.

AMAZONAS, LOURENÇO DA SILVA ARAÚJO —; *Dicionário Topográfico, Histórico, Descritivo da Comarca do Alto-Amazonas;* Recife. 1852.

ANCHIETA, PE. JOSEPH DE —;

1. *Cartas, Informações* etc. Rio, 1933.
2. *Arte de Gramática da Língua mais usada na costa do Brasil,* Lisboa, 1595. Edição fac-similar de Júlio Platzmann; Lípsia, 1876.
3. *Poesias*. Edição de M. de L. de Paula Martins; São Paulo, 1954.
4. *Auto representado na festa de São Lourenço*. Tradução de Maria de L. de Paula Martins; São Paulo, Museu Paulista; São Paulo, 1948.
5. *De Gestis Mendi de Saa;* Rio de Janeiro, 1958.

ARAÚJO, PE. ANTÔNIO DE —;

1. *Catecismo na Língua Brasílica*. Edição fac-similar feita pelo pe. A. Lemos Barbosa, da edição de Lisboa, ano 1618.
2. *Catecismo Brasílico da Doutrina Cristã; Lisboa,* 1686. Edição de Júlio Platzmann; Lípsia, 1898.
3. *Advertência sôbre a ortografia e pronunciação do Catecismo;* veja *Leão, Bartolomeu de —;*

ARRONCHES, FREI JOÃO DE —; Veja *Caderno da Língua,* etc.

AYROSA, PLÍNIO —;

1. *Dicionário Português-Brasiliano e Brasiliano-Português;* in: *Rev. do Museu Paulista,* tomo 18; São Paulo, 1934.
2. *O Caderno da Língua..... de frei João de Arronches* — 1739; publicado no tomo 21 da *Rev. do Museu Paulista;* São Paulo, 1937. A separata traz a data de 1935.
3. *Primeiras Noções de Tupi;* s.1. 1933.
4. *Dos Índices de Relação determinativa de posse no tupi-guarani;* São Paulo, 1938.

5. *Vocabulário na Língua Brasílica;* Manuscrito português-tupi do século 17, coordenado e prefaciado por —; Volume *XX* da Coleção Departamento de Cultura; São Paulo, 1938.
6. *Vocabulário Português-Brasílico;* Boletim 135 da Faculdade de Filosofia de São Paulo; São Paulo, 1951.
7. *Poemas Brasílicos, do pe. Cristóvão Valente;* Bol. 28 da Fac. de Filosofia; São Paulo, 1941.
8. *Têrmos Tupis no português do Brasil;* São Paulo, 1937.
9. *Nomes das Partes do Corpo Humano, do pe. Pero de Castilho;* edição Plínio Ayrosa; São Paulo, 1937.

AZEVEDO, J. LÚCIO D' —; *Cartas do Padre Antônio Vieira;* 3 vols. *Coimbra,* 1925–1928.

BAENA, ANTÔNIO LADISLAU MONTEIRO —; *Compêndio das Eras da Província do Pará;* Pará, 1838.

BARBOSA, PE. A. LEMOS —;
1. *Curso de Tupi Antigo;* Rio de Janeiro, 1956.
2. *Estudos de Tupi — O "Diálogo de Léry" na restauração de Plínio Ayrosa;* s.l. 1944. Separata da Revista Filológica; ano II. n.º 16.
3. *Pequeno Vocabulário Tupi-Português;* Rio de Janeiro, 1951, 1955 e 1967.
4. *O "Vocabulário na Língua Brasílica";* Rio, 1948.
5. *Catecismo na Língua Brasílica;* veja Araújo, pe. Antônio de —; n.º 1.

BARRÈRE, PIERRE —; *Nouvelle Relation de la France Équinoxiale.* — Tradução alemã: *Neue Beschreibung* etc; Gotinga, 1751.

BATISTA CAETANO, veja *Nogueira, B. C. de Almeida —;*

BETTENDORFF, PE. JOÃO FILIPE —;
1. *Crônica da Missão dos Padres da Companhia de Jesus no Maranhão.* Ed. da "Rev. do Inst. Hist. e Geogr. Brasileiro", tomo 72, I. parte; Rio de Janeiro, 1910.
2. *Compêndio da Doutrina Cristã na Língua Portuguêsa e Brasílica;* Lisboa, 1687. II. edição, Lisboa, 1800, feita por frei José Mariano da Conceição Veloso.

BIET, PE. ANTÔNIO —; *Voyage de la France Equinoxiale en l'Isle de Cayenne.* Paris., 1664.

CABRAL, ALFREDO DO VALE —; *Bibliografia* das Obras, tanto impressas como manuscritos, relativas à Língua Geral do Brasil. Anais da Biblioteca Nacional. vol. VIII. Rio, 1880.

CADERNO DA LÍNGUA OU VOCABULÁRIO PORTUGUÊS-TUPI, DE FREI JOÃO DE ARRONCHES — 1739; in: Revista do Museu Paulista, vol. 21; São Paulo, 1937. — Notas e Comentários de Plínio Ayrosa. Há separata.

CALDAS, JOSÉ ANTÔNIO —; *Notícia Geral desta Capitania da Bahia;* Edição fac-similar, Bahia, 1949.

CÂMARA JR. J. MATTOSO —; *Introdução às Línguas Indígenas Brasileiras;* Rio, 1965.

CARDIM, PE. FERNÃO —; *Tratados da Terra e Gente do Brasil;* Rio de Janeiro, 1925.

CARDOSO, ARMANDO LEVY —; *Toponímia Brasílica;* Rio, 1961.

CARTAS AVULSAS — 1550-1568; Rio de Janeiro, 1931. (*Cartas Jesuíticas*)

CARVAJAL, FREI GASPAR DE —; *Relação que escreveu frei Gaspar de Carvajal* in: *Descobrimentos do Rio das Amazonas.* Traduzidos e anotados por C. de Melo Leitão; série Brasiliana, vol. 203.

CASCUDO, LUÍS DA CAMARÁ —; *Dicionário do Folclore Brasileiro;* Rio, 1954.

CASTILHO, PE. PÉRO DE —; *Nomes das partes do corpo humano, pela língua do Brasil.* Edição Plínio Ayrosa; São Paulo, 1937.

CÓDICE 69 da Biblioteca da Universidade de Coímbra. *Grammática da Lingua Geral do Brasil — Com hum diccionario dos vocabulos mais uzuais para a intelligencia da dita Lingua.*

CÓDICE 81 da Biblioteca da Universidade de Coimbra. *Diccionario da Lingua geral do Brasil, que se falla Em todas as Villas, Lugares, e Aldeas deste vastissimo Estado.*
Escrito na Cidade do Pará — Anno 1771.

CÓDICE 1.089 da Biblioteca da Universidade de Coimbra. *Doutrina Christãa em Lingoa Geral dos Indios do Estado do Brasil e Maranhão — Composta pelo P. João Philippe Bettendorff, traduzida em Lingoa Geral irregular e vulgar usada nestes tempos.*

COLEÇÃO DA LEGISLAÇÃO PORTUGUÊSA; ano de 1757 — 1820; 9 volumes.

CONDAMINE, CARLOS MARIA DE LA —; *Relato Abreviado de uma Viagem pelo Interior da América Meridional.* São Paulo, 1944.

COSTA, D. FREDERICO —; *Carta Pastoral;* com *Apêndice* II. — Elementos necessários para aprender o nheengatu; de pp. 155-249. — Fortaleza, 1909.

DANIEL, PE. JOÃO —; *Tesouro do Máximo Rio Amazonas;* Parte III. *Tratado Último;* Rev. Ins. e Geogr. Brasileiro, vol. II. Rio de Janeiro, 1858. (II. ed.)

DENIS, FERDINAND —;
1. *Une Fête Brésilienne Célébrée à Rouen en* 1550. Paris, 1850.
2. *Évreux, frei Yves d' —; Voyage dans le Nord du Brésil;* Lípsia e Paris, 1864.

DIAS, A. GONÇALVES —;
1. *Dicionário da Língua Tupi, chamada Língua-Geral dos Indígenas do Brasil.* Lípsia, 1858.
2. *Vocabulário da Língua-Geral usada no Alto-Amazonas;* Rev. do Inst. Hist. e Geogr. Brasileiro; tomo 17; Rio, 1854.

DICIONÁRIO PORTUGUÊS E BRASILIANO; Lisboa, 1795.
Para o legítimo reverso veja em *Prazeres.*

DICIONÁRIO PORTUGUÊS-BRASILIANO E BRASILIANO-PORTUGUÊS; Reimpressão Integral da edição de 1795, seguida da II. parte até hoje inédita, ordenada e prefaciada por Plínio M. da Silva Ayrosa; São Paulo, 1934. Revista do Museu Paulista, vol. 18. Esta II. parte foi composta por frei Onofre. Veja êste verbete.

DOCUMENTOS HISTÓRICOS — Publicação do Arquivo Nacional do Rio de Janeiro; 110 vols. 1928–1955.

DRUMOND, CARLOS —;
1. *A Partícula "hab.a" do tupi-guarani;* Boletim da Faculdade de Filosofia etc. de São Paulo, n.º 64; São Paulo, 1946.
2. *Vocabulário na Língua Brasílica;* 2.ª edição revista por —; 2 vols. São Paulo, 1952/53.

3. *A Carta de Diogo Nunes e a Migração Tupi-Guarani para o Peru.* Revista de História, n.º 1. São Paulo; 1950.

ECKART, PE. ANSELMO —; *Zusätze zu Pedro Cudena's Beschreibung* etc. in: *Murr, Cr. G. von —; Reisen einiger Missionarien* etc. Nuremberga. 1785.

ENSAIOS DE SCIENCIA POR DIVERSOS AMADORES; Sairam apenas três numeros: o I. em 1876; o II. ainda em 1876 e o III, em 1880.

ÉVREUX, FREI YVES D' —; *Voyage dans le Nord du Brésil;* Lípsia e Paris, 1864.

FARIA, FRANCISCO RAIMUNDO CORREA DE —; *Compêndio da Língua Brasílica* etc. Paris, 1858. Reproduzido no tomo II. dos Anais da Biblioteca e Arquivo Público; Pará, 1903.

FERNANDES, ADAUTO DE ALENCAR —; *Gramatica Tupi;* Fortaleza, 1924. Ha 2. edição; Rio, 1960 .

FERREIRA, JOÃO DE SOUSA —; *América Abreviada.* Rev. Inst. Hist. e Geogr. Brasileiro; tomo 57, parte I. Rio, 1894.

FERREIRA, ALEXANDRE RODRIGUES —; *Diário da Viagem Filosófica pela Capitania de São José do Rio Negro* etc. in: *Rev. Inst. Hist. e Geogr. Brasileiro;* tomos 48 e 49. Rio, 1885-86.

FERREIRA, JOÃO DE SOUZA —; *Noticiário Maranhense;* Rev. Inst. Hist. e Gogr. Brasileiro, tomo 81. Rio, 1918.

FIGUEIRA, PE. LUÍS —;

1. *Arte de Gramática da Língua Brasílica;* Novamente publicada por Júlio Platzmann; Fac-símile da edição de 1687. Lípsia, 1878.
2. *Jornada do Maranhão;* Veja: *Serafim Leite — Luiz Figueira.*

FORTE, JOSÉ MATOSO MAIA —; *Notas para a História de Niteroy;* Niterói, 1935

FRANÇA, ERNESTO FERREIRA —; Crestomatia da Língua Brasílica; Lípsia, 1859.

FRIEDERICI, GEORG —; *Amerikanisches Wörterbuch und Hilfswörterbuch für den Amerikanisten.* Hamburgo, 1960.

FRITZ, PE. SAMUEL —; *Journal of the Travels and Labours of Father* Samuel Fritz in the River of the Amazons Between 1686 and 1723. London, 1922.
Ha dêste Diário uma tradução brasileira comentada, de Rodolfo Garcia, na Rev. Inst. Hist. Geogr. Brasileiro, tomo 81, p. 353.

GAFFAREL, PAUL —; *Reedição de "Histoire d'un Voyage fait en la Terre du Brésil;* 2 vols. Paris, 1880.

GARCIA, RODOLFO —; *Glossário das Palavras e Frases da Lingua Tupi* etc. Rio, 1919. Foi acrescentado à edição Paulo Prado da *História da Missão* etc. Paris, 1922.

GOEJE, C. H. DE —; *Études Linguistiques Caraïbes.* Amsterdão, 1909.

HANDBOOK OF SOUTH AMERICAN INDIANS; Vol. 3, Washington, 1948. (Diversos autores).

HARTT, CHARLES FREDERIK —; *Notes on the Língua-Geral or Modern Tupi of the Amazonas;* Nova York, 1872. — Tradução brasileira no vol. 51 dos Anais da Biblioteca Nacional, 1929; Rio, 1938, acrescida das duas partes até então inéditas.

HERIARTE, MAURÍCIO DE —; *Descrição do Estado do Maranhão, no ano de* 1662. Viena, 1874.

HERRERA, PE. JOSÉ CHANTRE y —; *Historia de las Misiones de la Compañia de Jesús en el Marañón Espanol* — 1637-1767. Madri, 1901.

HERVÁS (y PANDURO), PE. LORENZO —; Catálogo de las *Lenguas* etc. 6 vols. Madri, 1800-1805.

IHERING, RODOLFO —; *Dicionário dos Animais do Brasil;* São Paulo, 1940.

JESPERSEN, OTTO —; *The Philosophy of Grammar; London,* 1951.

KIEMEN, FREI MATIAS —; *The Indian Policy of Portugal in the Amazon Region,* 1614-1693; Washington, 1954.

LEÃO, PE. BARTOLOMEU DE —; *Advertência sôbre a Ortografia e Pronunciação dêste Catecismo* (do pe. Antônio de Araújo, 2.ª ed. de 1686.)

LEITE, PE. SERAFIM —;

1. *Cartas dos Primeiros Jesuítas do Brasil;* vol. I. Coimbra, 1956; vol. II. ibidem, 1957; vol. III. ibid., 1958; vol. IV. (*Monumenta Brasiliae*), *ibid.* 1960.
2. *Leonardo do Vale, autor do primeiro "Vocabulário na Língua Brasílica";* in: Verbum; tomo I, fasc. 1, pp. 18-28.
3. *História da Companhia de Jesus no Brasil;* Rio de Janeiro e Lisboa; 1938-1950. 10 vols.
4. *Luiz Figueira;* Lisboa, 1940.
5. *Novas Páginas de História do Brasil;* São Paulo, 1965.
6. *Novas Cartas Jesuíticas — Brasiliana,* vol. 194; São Paulo, 1940.
7. *Artes e Ofícios dos Jesuítas no Brasil;* Lisboa, 1953.

LÉRY, JEAN DE —;

1. *Histoire d'un Voyage fait en la Terre du Brésil.*
As citações obedecem, para maior facilidade do consulente, à edição de Paul Gaffarel; Paris, 1880.
Para a grafia baseamos as observações na 3.ª edição francesa, de 1585, que julgamos a melhor, com ocasionais cotejos entre esta e a 1.ª edição latina de 1586, nos casos duvidosos.
A transcrição dos têrmos indígenas na edição de Gaffarel está abaixo da crítica.
2. *Viagem à Terra do Brasil;* série Biblioteca Histórica Brasileira; vol. VII. Tradução Sérgio de Milliet; as notas relativas ao tupi são da responsabilidade de Plínio Ayrosa.
A transcrição dos têrmos tupis, tanto no texto quanto no Colóquio foi feita sem o necessário critério, tornando essa edição de valor muito questionável.

LUSSAGNET, SUZANNE —; *Le Brésil et les Brésiliens,* par André Thevet. — Série "Les Français en Amérique", 2. Paris, 1953.
Contém os escritos relativos ao Brasil de Thevet, com exclusão das "Singularidades", isto é: parte da *Cosmographie Universelle; Histoire de Deux Voyages; Le Grand Insulaire,* tornando êsses escritos acessíveis aos estudiosos.

MAGALHÃES, JOSÉ VIEIRA COUTO DE —; *O Selvagem; Curso de Língua-Geral segundo Ollendorf* etc. Rio de Janeiro, 1876. Há uma 2.ª edição, feita em 1940, Coleção Brasiliana, vol. 52.

MAMIANI, PE. LUIS VICÊNCIO —; *Catecismo da Doutrina Cristãa na Língua Brasílica da Nação Kiriri;* Lisboa, 1698. — Reedição fac-similar, Rio, 1942.

MARCGRAVE, JORGE —;
1. *História Natural do Brasil;* São Paulo 1942.
2. *História Naturalis Brasiliae;* Amsterdão, 1648.
contém: *Historiae Rerum Naturalium Brasiliae,* de Marcgrave.

MARQUES, CESAR AUGUSTO —;
1. *Apontamentos para o Dicionário Hist. Geogr. etc. do Maranhão;* Maranhão, 1864.
2. *Nota sôbre a "Poranduba Maranhense".* Rev. Inst. Hist. e Geogr. Brasileiro; tomo 54, parte I. p. 279 e seg.

MARTINS, MARIA DE L. DE PAULA —;
1. *Notas sôbre as Relações verificadas entre o Dicionário Brasiliano e o Vocabolário na Língua Brasílica;* Boletim 52 da Faculdade de Filosofia etc. de São Paulo. São Paulo, 1945.
2. *Contribuição para o Estudo do Teatro Tupi de Anchieta;* Faculdade de Filosofia etc. de São Paulo; Boletim 24; São Paulo, 1945.
3. *Poesias Tupis;* Faculdade de Filosofia etc. São Paulo; Boletim 51; São Paulo, 1945.
4. *José de Anchieta. S.J. Poesias;* Comissão do IV Centenário da Cidade de São Paulo; São Paulo, 1954.
5. *Notas Referentes ao "Dicionário Português-Brasiliano".* Boletim Bibliográfico, 12, São Paulo, 1946.
6. *Auto representado na festa de São Lourenço.* Museu Paulista; Doc. Lingüística I. — São Paulo, 1948.

MARTIUS, CARLOS FREDERICO FILIPE DE —; *Glossários de diversas línguas e dialetos etc.* Erlangen, 1863. Reproduzido nas *Beiträge zur Ethnographie und Sprachenkunde Brasiliens,* vol. II. Lípsia, 1867.

MEMÓRIA HISTÓRICA DA CIDADE DO CABO FRIO, NO ANO DE 1767. — Rev. Inst. Hist. e Geogr. Brasileiro; vol. 46, I. parte; Rio, 1883.

MENEZES, A. INÁCIO DE —; *Flora da Bahia;* Série Brasiliana, vol. 264. São Paulo. 1949.

MENEZES, DJACIR —; *Herencia Idiomática Indígena en el Portugués del Brasil.* Quarto Congresso Indigenista Interamericano; Mexico. s. d.

MÉTRAUX, A. —;
1. *La Civilisation Matérielle des Tribus Tupi-Guarani;* Paris, 1928.
2. *La Religion des Tupinamba etc. Paris,* 1928.
3. *The Guarani. The Tupinamba;* in: Handbook of South American Indians; vol. 3. pp. 69-134. — Washington, 1948.
4. *Migrations Historiques des Tupi-Guarani;* Paris, 1927.

MITRE, BARTOLOMÉ —; *Catálogo Razonado de la sección Lenguas Americanas;* por —; 3 vols. B. Aires, 1910.

MONTOYA, ANTÔNIO RUIZ DE —;
1. *Tesoro De La Lengua Guarani;* Lípsia, 1866. (Edição Platzmann).
2. *Bocabulário de la Lengua Guarani;* edição Júlio Platzmann; Lípsia, 1876.

NASCENTES, ANTENOR —; *Dicionário Etimológico da Língua Portuguêsa;* vol. II. (Nomes Próprios). Rio de Janeiro, 1952.

NÓBREGA, PE. MANUEL DA —
1. *Opera Omnia;* Coimbra, 1955.
2. *Cartas do Brasil;* Rio, 1931.

NOGUEIRA, BATISTA CAETANO DE ALMEIDA —;
1. *Vocabulário das Palavras Guaranis Usadas pelo Tradutor da Conquista Espiritual, Do Padre A. Ruiz de Montoya.* Volume VII dos Anais da Biblioteca Nacional; Rio de Janeiro, 1879.
2. *Ensaios de Ciência;* Três números; Rio, 1876-1880. O I. o II. e o III. opúsculos contêm os *"Apontamentos sôbre o abanheenga,* abrangendo o II. o *Diálogo de Léry.*
3. *Conquista Espiritual* etc. do pe. A. R. de Montoya; Anais da Bibl. Nacional, vol. VI. Rio, 1879.

NORDENSKIÖLD, ERLAND -; *Modifications in Indian Culture through Inventions and Loans;* Gotemburgo, 1930.

ONOFRE, FREI —; *Dicionário Brasiliano-Português.* É o legitimo reverso original do *Dicionário Português-Brasiliano* impresso por frei Conceição Veloso, em Lisboa, no ano de 1795. Foi impresso pela primeira vez, com muitos erros na Rev. Inst. Hist. e Geogr. Brasileiro; tomo 54, parte I. Rio, 1891. Não há dêle outra edição até hoje.

PARISSIER, J. B. —; *Essai de língua-geral ou Tupi;* Paris, 1903.

PINTO, ALFREDO MOREIRA —; *Apontamentos para o Dicionário Geográfco do Brasil;* 3 vols. e Suplemento. Rio de Janeiro; 1894-1899 e 1935.

PINTO, ESTÊVÃO —; *Fr. André Thevet — Singularidades da França Antártica* etc. Prefácio, tradução e notas de —. Série Brasiliana, vol. 229. São Paulo, 1944.

PIZARRO E ARAÚJO, JOSÉ DE SOUSA AZEVEDO —; *Memórias Históricas do Rio de Janeiro;* 9 vol. Rio, 1820-1822.

PLATZMANN, JÚLIO —;
1. *Arte de Gramática da Língua mais usada na Costa do Brasil,* feita pelo *Pe. Joseph de Anchieta;* Lípsia, 1876.
2. *Gramática da Língua do Brasil,* composta pelo *P. Luiz Figueira;* Lípsia, 1878.
3. *Catecismo Brasílico da Doutrina Cristã* ....., aperfeiçoado e dado à luz pelo padre Antônio de Araújo. Publicado de novo por —; Lípsia, 1898.
4. MONTOYA, A. R. DE —; *Tesoro e Bocabulário de la Lengua Guarani;* Lípsia, 1876.
5. *O Dicionário Anônimo da Língua-Geral do Brasil;* Lípsia, 1896.

PORANDUBA MARANHENSE; veja Prazeres, *Frei Frsco. de N. S. dos* —;

PORTO SEGURO, Visconde de —; Veja *Varnhagen.*

PRAZERES, FREI FRANCISCO DE N. S. DOS —; *Dicionário Abreviado tupinambá-português* — Apêndice da *Poranduba Maranhense;* in: Rev. do Inst. Hist. e Geogr. Brasileiro; tomo 54, parte I. p. 185-277. — É o reverso contemporâneo do Dicionário Português e Brasiliano, embora muito mal reproduzido.

RESTIVO, PE. PAULO —; *Vocabulario de la Lengua Guarani;* reimpressão de Cristiano Frederico Seybold; Estugarda, 1893.

RODRIGUES, ARION DALL'IGNA —;
1. *Contribuição para a Etimologia dos Brasileirismos;* Rev. Portuguesa de Filologia; vol. 9; Coimbra, 1958-59.
2. *Classification of Tupi-Guarani;* International Journal of American Linguistics; vol. 24.

RODRIGUES, JOÃO BARBOSA —;
1. *Poranduba Amazonense ou Kochiyma-uara Porandub.* Anais da Biblioteca Nacional, vol. XIV, fascículo 2. Rio, 1890.
2. *Vocabulário Indígena Comparado* etc. An. da Bibl. Nac. vol. XV, fasc. 2. Rio, 1892.
3. *Vocabulário Indígena etc. Complemento da Poranduba Amazonense,* An. da Bibl. Nac. vol. XVI. fasc. 2; Rio de Janeiro, 1894.
4. *A Língua-Geral do Amazonas e o Guarani;* Rev. Inst. Hist. e Geogr. Brasileiro; vol. 51; Rio, 1888; pp. 73-109.

RODRIGUES, PE. PERO —; *Vida do Pe. José de Anchieta.* Anais da Bibl. Nacional do Rio de Janeiro; Vol. XXIX; Rio, 1907.

ROJAS, PE. ALONSO DE —; *Descobrimento do Rio das Amazonas;* Série Brasiliana, vol. 203, traduzido e anotado por C. de Melo Leitão.

RÖWER, FREI BASÍLIO —; *A Ordem Franciscana no Brasil;* Rio, 1942.

RUBIM, BRAZ DA COSTA —; *Parecer sobre o Dicionário Túpico-Português de Araújo Amazonas;* Rev. do Inst. Hist. e Geogr. Brasileiro; tomo 29; Rio, 1866.

SAMPAIO, FRSCO. X. RIBEIRO DE —; *Diário da Viagem ..... da capitania de São José do Rio Negro .....* 1774 e 1775. — Lisboa, 1825.

SAMPAIO, TEODORO —; *O Tupi na Geografia Nacional;* 3.ª ed. Bahia, 1928.

SCHMIDL, ULRICO —; *Derrotero y Viaje a España y las Indias.* Tradução de Edmundo Wernicke; Santa Fé, 1950.

SEIXAS, PE. MANUEL JUSTINIANO DE —; *Vocabulário da Língua Indígena Geral,* etc. *Pelo Padre M. J. S.* Pará, 1853.

SILVA, PIRAJÁ DA —; *Gabriel Soares de Sousa — Notícia do Brasil;* Introdução, comentários e notas de —; São Paulo, s.d.

SILVA, PROTÁSIO I. R. DA —; *Tupi ou Nheengatu;* Manaus, 1945.

SOUSA, FRANCISCO BERNARDINO DE —;
1. *Lembranças e Curiosidades do Vale do Amazonas;* Pará, 1873.
2. *Comissão do Madeira, Pará e Amazonas;* Rio, 1874-75.

SOUSA, GABRIEL SOARES DE —;
1. *Notícia do Brasil;* Edição da *Coleção de Notícias para a História e Geografia das Nações Ultramarinas;* tomo III. parte I. Lisboa, 1825.
2. *Notícia do Brasil;* Edição Pirajá da Silva; Biblioteca Histórica Brasileira, XVI. São Paulo; s.d.

SOUSA, JOÃO FRSCO. DE —; *Orgem e Significação do Apelido "Carioca";* Rio, 1946.

STADEN, JOÃO —;
1. *Warhaftige Historia und Beschreibung* etc. Edição fac-similar; Francfort do Meno, 1925.
2. *Viagem ao Brasil;* edição da Academia Brasileira; Rio, 1930.

STRADELLI, E. —; *Vocabulários de lingua-geral português-nheengatu e nheengatu-português* precedidos de um esbôço de gramática (nheenga-umbuê-saua mirim) e seguidos de contos em língua-geral (nheengatu-poranduba). Rev. Inst. Hist. Geogr. Brasileiro; vol. 158. Rio, 1929.

SYMPSON, PEDRO LUIZ —; *Gramática da língua brasílica geral etc. Manaus,* 1877. Entre 1925 e 1955 publicaram-se mais quatro edições.

TASTEVIN, PE. CONSTANTINO —;
1. *La Langue Tapïhïya, dite Tupi ou ñeengatu.* Viena, 1910.
2. *Gramática da Língua Tupy; in:* Rev. do Museu Paulista; tomo 13; São Paulo, 1922. É tradução algo alterada da obra anterior.

THEVET, FREI ANDRÉ —;
1. *Les Singularités de la France Antarctique;* edição Paul Gaffarel; Paris, 1878.
2. *Singularidades da França Antártica;* Brasiliana, vol. 229; São Paulo, 1944.
3. *La Cosmographie Universelle,* Paris, 1575. A parte relativa ao Brasil vem reproduzida em *Lussagnet* q.v.
4. *Histoire de Deux Voyages; in Lussagnet, — Le Brésil et les Brésiliens,* série *Les Français en Amérique;* 2; Paris, 1953.
5. *Le Grand Insulaire; Lussagnet, ibidem.*

VALENTE, PE. CRISTÓVÃO —; *Poemas Brasílicos* Insertos no *Catecismo Brasílico,* do Pe. Antônio de Araújo. Reeditados por Plínio Ayrosa; São Paulo, 1941.

VARNHAGEN, FRANCISCO ADOLFO DE —;
1. *História Geral do Brasil;* 3.ª ed. integral; São Paulo, s.d. 5 vols.
2. *Reflexões Críticas; in: Notícias para a História e Geografia das Nações Ultramarinas;* tomo V. Lisboa, 1839.
3. *Tratado Descritivo do Brasil, em* 1587; 3.ª ed. Reimpressão na série "Brasiliana", vol. 117; São Paulo, 1938.

VASCONCELOS, ALBERTO —; *Vocabulário de Ictiologia e Pesca; Recife,* 1938.

VEIGL, PE. FRSCO. XAVIER —; *Gründliche Nachrichten über die Verfassung der Landschaft von Maynas .... bis zum Jahre* 1768; *in: Reisen einiger Missionarien der Gesellschaft Jesu in Amerika;* herausgegeben von Christoph Gottlieb von Murr. Nuremberga, 1785.

VELOSO, FREI JOSÉ MARIANO DA CONCEIÇÃO —; *Dicionário Português e Brasiliano;* Lisboa 1795. Publicado sem o nome do coordenador do manuscrito.

VIEIRA, PE. ANTÔNIO —; *Cartas do* —; Edição *Lúcio de Azevedo;* 3 vols. Coimbra, 1925-1928.

VOCABULÁRIO NA LÍNGUA BRASÍLICA:
1. Edição Plínio Ayrosa; Vol. XX da Coleção Departamento de Cultura; São Paulo, 1938.
2. II ed. de Carlos Drumond; São Paulo, 1952/53.

VOCABULÁRIO PORTUGUÊS-BRASÍLICO; São Paulo, 1951. Boletim 135 da Fac. de Filosofia, Ciências e Letras.

ZUCCHELLI, FREI ANTÔNIO —; *Relazioni del Vaggio e Missioni di Congo;* Veneza, 1712. Edição alemã, Francfort do Meno, 1715.

ÍNDICE DE AUTORES E PESSOAS CITADOS NO TEXTO

A

Abbeville, Frei Cláudio d' —; 72, 76, 81-108, 210, 213.
Acuña, Cristobal —; 170.
Aguiar, J.L. da Costa —; 191.
Allain, Emílio —; 263.
Amazonas, Lourenço da S.A. —; 200.
Amorim, Antônio Brandão do —; 195.
Anchieta, Joseph de —; 18, 20-23, 40-41, 42, 45-47, 49, 51, 55-57, 59, 60, 65, 69, 72, 76, 81, 89, 96, 97, 102, 110, 117, 118, 126, 193, 194, 202, 242, 254, 255, 266.
Araújo, Antônio —; 18, 27, 44-46, 52, 57, 61, 66, 72, 77, 81, 110, 114, 115, 118, 127, 139, 152, 157, 175, 220, 245, 247, 249.
Arronches, João de —; 58, 134-137, 256.
Ayrosa, Plínio —; 55-66, 112-122, 124-126, 131, 132, 134, 137, 163, 169, 226.
Azevedo, Inácio de —; 22.
Azevedo, J. Lúcio d' —; 27, 41, 43, 110.
Azevedo, Thales de —; 111.

B

Baldus, Herbert —; 242.
Barbosa, A. Lemos —; 61, 64, 66, 140.
Barrère, P. —; 166.
Barros, João de —; 46, 49.
Batista Caetano: veja Nogueira, B.C. de Almeida —;
Bettendorff, João Filipe —; 23, 26-28, 31, 33, 44, 57, 61, 72, 77, 110, 114, 127, 138-143, 148, 152-154, 157, 160, 161, 188, 221, 245, 247, 249, 271.
Blake, A.V.A. Sacramento —; 200.
Blasquez, Antônio —; 20.
Bluteau, Rafael —; 161.

C

Cabral, Antônio do Vale —; 169, 189.
Cadena (de Villasanti), Pedro —; 45, 114, 157, 256.
Caldas, José Antônio —; 25.
Câmara Jr. Mattoso —; 38-54, 238-241.
Caramuru, Diogo Álvares —; 73.
Cardim, Fernão —; 23, 24, 49, 159.
Cardoso, Manuel —; 55.
Cascudo, Luís da Câmara —; 183.
Castilho, Pero de —; 110.
Coelho, Antônio de Albuquerque —; 31.
Condamine, Carlos Maria de la —; 168.
Correia, Pero —; 21.
Costa, Frederico —; 36, 191.
Cudena, veja: Cadena (de Villasanti), Pedro —;

D

Daniel, João —; 161.
Dias, Antônio Gonçalves —; 56, 188, 189, 200.
Drumond, Carlos —; 39, 65, 66.

E

Eckart, Anselmo —; 32, 33, 45, 110, 111, 114, 164, 178, 210, 221, 231, 256.
Evreux, Ivo d' —; 72, 76, 82-108.

F

Faria, Frsco. Raimundo Corrêa de —; 190, 200.
Fernandes, Adauto —; 195.
Ferreira, Alexandre Rodrigues —; 37, 160, 161, 201.
Ferreira, João de Souza —; 160, 161, 170.
Figueira, Luís —; 18, 27, 45, 46, 49, 51, 55, 57, 59, 60, 97, 101, 102, 110, 114, 127-32, 140, 144, 154, 157, 169, 189, 190, 192-194, 201, 214, 242, 247, 250, 255, 257, 263, 266.
França, Ernesto Ferreira —; 109, 112, 163, 256.
Fritz, Samuel —; 168, 170, 171.
Furtado, Frsco. Xavier de Mendonça —; 17.

G

Gaffarel, Paulo —; 82, 89, 95, 96, 97, 98, 101-103.
Garcia, Rodolfo —; 86, 93.
Gato Grande; 75.
Giannecchini, C. —; 253.
Gonçalves, Francisco —; 29.
Gonçalves, João —; 21.
Grã, Luís da —; 74.

H

Hartt, Carlos F. —; 190, 201.
Hervás, Lourenço —; 69, 119, 120.
Heriarte, Maurício de —; 159, 161, 170.
Herrera, José Chantre y —; 167.
Hockett, Carlos F. —; 237.
Hoeller, Alfredo —; 253.

J

Jaboatão, Antônio de S. M. —; 226.
Jespersen, Oto —; 163, 239.
Jesus, Avelino de —; 111.

K

Kiemen, Matias —; 32, 34, 110, 128.

L

Laet, João de —; 93, 104, 132.
Leão, Bartolomeu de —; veja: Araújo, Antônio —; e 60, 61.
Leite, Serafim —; 21, 24, 27-29, 35, 41-43, 56, 74, 138, 143, 231.
Léry, João de —; 43, 64, 72, 76, 76, 82-108, 183, 228.
Lourenço, Gaspar —; 74.
Lussagnet, Suzana —; 90, 98, 101.

M

Magalhães, J.F. Couto de —; 190, 195, 197-199.
Mamiani, Luís V. —; 25.
Marcgrave, Jorge —; 72, 89, 90, 93, 104-108, 132, 159, 161, 177.
Marques, Cesar Augusto —; 125, 160, 162.
Martins, Maria de L. de Paula —; 23, 65, 89, 124-132, 149, 150, 169, 177, 179.
Martius, Carlos F.F. de —; 178, 188-190.
Menezes, Djacir —; 197.
Menezes, Pero Cesar de —; 160, 161.
Métraux, Alfredo —; 39, 70, 75, 85.
Mitre, Bartolomeu —; 276.
Monteiro, Pero Fernandes —; 110, 128.
Montoya, Antônio Ruiz de —; 59, 61, 166, 177, 183, 192, 199, 200, 202, 216, 249, 252, 268-279.
Moura, Alexandre de —; 23.
Murr, Cristiano G. de —; 157, 164.

N

Nascentes, Antenor —; 242.
Navarro, João de Azpilcueta —; 43, 55, 73, 74, 75.
Nimuendaju, Curt —; 242.
Nóbrega, Manuel da —; 20-22, 43, 49, 73.
Nogueira, Batista Caetano de Almeida —; 59, 60, 64, 199, 200, 211, 213, 227, 233, 242, 276, 279.
Nogueira, Rodrigo de Sá —; 46.
Nordenskiöld, Erlando —; 166, 167.
Nunes, Manuel —; 29.

O

Oliveira. Fernão de —; 46, 49.
Onofre, Frei —; 110, 123-127, 131, 134, 180, 220, 226, 271.
Orta, Garcia da —; 159.

P

Pacheco, Félix —; 57.
Parissier, J.B. —; 191.
Philipson, J. —; 65.
Piso, G —; 72, 106, 132.
Platzmann, Júlio —; 57, 163, 256, 260.
Pombal, Marquês de —; 17, 25, 26, 35, 56, 156.
Pôrto Seguro, Visconde de —; 215, 217.
Prazeres, Frsco. de N. Sra. dos —; 34, 109, 123, 163, 261.

R

Restivo, Paulo —; 166, 183, 211, 216, 221, 242, 249, 267, 268, 272, 273, 266-268.
Rijo, Vicente —; 20.
Rodrigues, Antônio —; 21, 43, 74.
Rodrigues, Aryon Dall' Igna —; 71, 104, 105, 240.
Rodrigues, João Barbosa —; 60, 81, 190, 195, 201-204.
Rodrigues, Pero —; 41, 77.
Rodrigues, Vicente —; 20.
Rojas, Alonso de —; 170.
Röwer, Basílio —; 114.

S

Sá, Mem de —; 21, 22.
Salvador, Frei Vicente do —; 159.

Sampaio, F.X.R. de —; 167, 168, 171.
Sampaio, Teodoro —; 26, 178, 198, 215.
Schaden, Egon —; 62.
Schermair, Anselmo —; 254.
Schmidel, Ulrico —; 69.
Seixas, Manuel Justiniano de —; 35, 189, 200.
Seybold, Cristiano Frederico —; 274, 278.
Silva, Manuel Augusto Pirajá da —; 197.
Silva, Protásio R. da —; 196.
Sousa, Gabriel Soares de —; 41, 45, 159.
Souza, Frsco. Bernardino de —; 201.
Staden, João —; 85.
Stradelli, Hermano —; 59, 195.
Sympson, Pedro Luís —; 190, 201.

T

Tastevin, Constantino —; 59, 191-195, 220, 242.
Teixeira, Pedro —; 170.
Thevet, André —; 76, 82-108, 272.
Torres, José Afonso de Morais —; 189, 191, 200.

V

Vale, Leonardo do —; 41, 74.
Valente, Cristovão —; 57, 64.
Varnhagen, Frsco. Adolfo de —; 215, 217.
Vasconcelos, Simão de —; 132, 159.
Veiga, Frsco. da —; 28.
Veigl, Frsco. Xavier —; 167.
Veloso, José Mariano da Conceição —; 57-58, 109, 131, 132, 147, 150, 169, 179, 188, 259, 263.
Veríssimo, José —; 226.
Vieira, Antônio —; 26-30, 41-43, 110, 143, 198.

W

Wernicke, Edmundo —; 69.

Z

Zucchelli, Antônio —; 25.

Biblioteca Digital Curt Nimuendajú
http://biblio.etnolinguistica.org

ÍNDICE DE ALGUNS TÊRMOS ESPECÍFICOS E DAS PRINCIPAIS PALAVRAS AVULSAS COMENTADAS

A

Abànheenga, pp. 197-204.
abelha, 179, 208-09.
açúcar, 174.
adjetivo, 235-43, 246.
afamado, 237, 277.
alfinete, 174.
ama-de-leite, 269-71.
amarelo, 209.
andar, andejo, 262-63, 271.
anhanga, 217.
anil, 210.
ano, 210-11.
ararûaîa, 85.
arco, 92.
arco-da-velha, 183.
argila, barro, 209.
azul, 212, 231.

B

Babaçu, 108, 215, 229.
barro, argila, 209.
bichano, gato caseiro, 221.
bigode, 213.
botão, abotoar, 181.
branco, s. 213, 220.
brasiliano, 9, 41, 44, 50, 142-43, 146, 256.

C

Cachimbo, 177.
cambebas, 170.
cana-de-açúcar, 174.
capão, 223.
capixaba, 231.
capoeira, 145, 214, 231.
cariba, 213.
cobre, 185, 230.
côco, 215.
conjugação tupi, 47-48, 194.
copiara, 233.
couro, 215.

D

Dedo, 216.
derreter, fundir, 217.
dialeto, 60.
dianteiro, 248.
dinheiro, moedas, 185, 230.

E

Espelho, 182, 227-28.
estrangeiro, 218.

F

Fama, afamado, 237, 277.
ferreiro, 219.
francês, 220.
franciscanos, 113-14, 127-30, 142, 148; 155, 181.
funil, 175, 180.

G

Gago, 221.
galinha, 89, 93.
gato, bichano, 221.
genipat, 95, 102.
gente, 221.
grafia tupi, 11, 60, 61, 96, 239.
grosso, grosseiro (fio, tecido) 222.
gûara, 248, 258, 260, 261.
gûasú, usú, 272-280.
(g) ûera, 228, 258-61, 263-65.

I, I

îara (nos autores franceses), 102-03.
ilha, 222-23.
îukyra, 86.

J

J no tupi, 100-103.
janela, 180.
jejum, 276.
jenipapo, 95, 105.
jesuítas lingüistas, 38-54, 193-94.
jurupari, 101, 217.

K

Karaiba, kariba, 213.
kûera, 145, 214, 263.

L

Ladrão, 267.
latão, 185.
língua, dialeto, 60.
língua brasílica (tupi), 50, 73, 74, 75, 77, 99, 105, 142, 193-94.
língua-geral, 41, 44, 50, 56, 110-11, 204.
línguas indígenas (aprendizagem de), 30-54.
língua tupi-guarani, 59-65.
lingüistas jesuítas, 38-54, 193-94.
lua nova, 183, 224.

M

M⩥P, 237.
macaco, 178.
mairy, 215.
mamar, 224, 269-71.
mandioca, 90, 96.
mão, 216.
metais, 185, 230.
moedas, 185, 230.
mokaba, 95.
moká-kuí, 94, 104.
mulato, 178.
mulher velha, 184, 225.
muro, parede, 178.

N

Navio, 171-79, 226, 271-73.
negro, s. 220, 226.
nervo, 233.
nevoeiro, 226.
nhanduaba, 87.
nheengaíbas, 198.
nheengatu, 9, 33, 204.
n'i tybi, 281 ss.
nomes portuguêses estropiados, 228.
nuvem, 226.

O

Óculos, 227-28.
omáguas, 167-71.
ordinais, 245.
ouro, 185, 230.

P

Pajé, 102.
parede, muro, 178, 182.
pau-brasil, 93.
pau-de-fogo, 103.
pecado, 276.
pedra-de-raio, 183.
pele, 213, 215, 218, 228, 230.
peregrino, 271.
pitanga, pytanga, 91.
plêiades, 210.
pólvora, 94.
população tupi, 25-26.
prata, 185, 230.
procissão, 280.
pû⩥kû, 278.
pûera, 145, 214.

Q

Quaresma, 276.
quirera (farelo), 219.

R

Refeição, 175.
repartição das missões jesuítas amazonenses (1692), 33, 171.
roça, roçado, 231.

S

S⩥X, 261.
Sal, 86.
sarigüê, 105.
sentinela,, 260.
serane, 220-21, 231.
sete-estrêlo, 210-11.
simplificação do tupi, 38-52.
sobrenome, 185-87, 232.
substantivo⩥adjetivo, 235-43, 246.

T

T por *R*, 96-98.
tabatinga, 209.
taipa, 178, 182.
tapuia, 220, 226.
taputarana, 167.
tatá-pynha, 94.
tejupá (r), 213-14.
tingir, 117, 179, 232-33.
tobajara, 74, 98.
tupã, 49.
tupi (genérico), 119-20.
tupi (significação do têrmo lingüístico), 18, 44, 50, 61, 75, 77, 98, 99, 142-43.
tupi (suposta simplificação do —), 38-52.
tupinambá (dialetos do —), 99.

U

Ûera, gûera, 258-61.
urapara, 92.
usú⩥rusú etc. 277-80.

V

Veado, 108, 233.
veia, 233.
vela (náut.) 234.
velha (mulher), 184, 225.
verbo intransitivo⩥adjetivo, 235-43, 246.
verde, 231.
véspera, 248-49.
vigia, 260.
Vocabulário na Língua Brasílica (publicação do —), 57.
vocações sacerdotais dos índios e mestiços, 22.

Y

Y (grafia do *i* gutural tupi, ou seja do nosso *y*, nos autores franceses), 96, 104.
Y⩥U, 136.
ybyrá-pitanga, 93, 95.

COMPOSTO E IMPRESSO
NAS OFICINAS DA
GRÁFICA OLÍMPICA EDITÔRA, LTDA.
RUA VISCONDE DO RIO BRANCO, 33
RIO DE JANEIRO - BRASIL